

**EDUARDO DE MELO SALGUEIRO**

**“O MAIOR PROJETO EM PROL DE MATO GROSSO”:  
UMA ANÁLISE DA REVISTA BRASIL-OESTE (1956-1967)**

DOURADOS – 2011

**EDUARDO DE MELO SALGUEIRO**

**“O MAIOR PROJETO EM PROL DE MATO GROSSO”:  
UMA ANÁLISE DA REVISTA BRASIL-OESTE (1956-1967)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **Paulo Roberto Cimó Queiroz**.

**EDUARDO DE MELO SALGUEIRO**

**“O MAIOR PROJETO EM PROL DE MATO GROSSO”:  
UMA ANÁLISE DA REVISTA BRASIL-OESTE (1956-1967)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

**Aprovada** em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

Presidente e orientador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

2º Examinador:

Tania Regina de Luca (Dra., UNESP) \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Eudes Fernando Leite (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

Dedico este trabalho a meu filho Guilherme e meu sobrinho Pedro Henrique, pela alegria que fortalece, ilumina e encanta nossa família.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, que esteve próximo em todos os momentos desta pesquisa, demonstrando muita segurança, atenção e cuidado na sua orientação. Certamente aprendi muito nas conversas que tivemos.

Aos professores Doutores Eudes Fernando Leite e Tania Regina de Luca, pelas sugestões feitas na Banca de *Qualificação*, que muito contribuíram para esta pesquisa.

Aos professores Doutores Cláudio Vasconcelos, João Carlos de Souza e Losandro A. Tedeschi, pelos debates feitos nas disciplinas por eles ministradas no Programa de Pós-Graduação em História da UFGD.

Ao Prof. Msc. Diogo da Silva Roiz, pelos caminhos indicados no curso de graduação, e por me incentivado a fazer este trabalho. Serei eternamente grato!

Ao Prof. Msc. Jocimar Lomba Albanez, meus agradecimentos pelo apoio e por ter tido importante papel na minha formação acadêmica.

Aos meus amigos de graduação e pós-graduação André Dioneu, Marcilene e Wilson Serejo, pelo companheirismo e pelas ideias trocadas nos últimos anos que contribuíram muito para este trabalho.

Aos meus amigos de sempre, Edinilson, Edy Carlos, Marcos Araújo, Sérgio Augusto, e Sérgio Diniz, pela amizade e incentivo.

À minha mãe Maria Ramona e minha irmã Karoline, por tudo que representam para mim.

À minha querida esposa Carla e meu filho Guilherme, que preenchem de sentido o meu viver.

Aos meus familiares, pelo apoio e compreensão.

Por fim, à contribuição da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES, que financiou esta pesquisa, sendo indispensável na execução de todas as etapas do trabalho.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal fazer um estudo sistemático da revista *Brasil-Oeste*, mensário que foi publicado entre janeiro de 1956 e agosto de 1967, que circulou em nível nacional, mas que tinha por finalidade fazer reportagens e artigos que evidenciassem as riquezas e potencialidades do Estado de Mato Grosso. Para isso, sua linha editorial procurava mostrar as maravilhas da região, com temas especialmente voltados para a agropecuária, com o intuito de atrair possíveis investidores. Por outro lado, levando em consideração que as conjunturas eram favoráveis para a industrialização do país na década de 1950, o grupo dirigente da *Brasil-Oeste* reclamava frente ao poder público, um plano concreto que acelerasse o desenvolvimento de Mato Grosso. Na direção e no comando da revista estava o jornalista paulista Fausto Vieira de Campos, que exerceu importante papel na divulgação do Estado para o restante do Brasil, através do seu empreendimento editorial. Assim, analisa-se um tema que naquele período, foi muito debatido na esfera política mato-grossense, qual seja, a colonização da região, pois era necessário povoar Mato Grosso para engendrar o seu desenvolvimento. Foi necessário o uso de uma metodologia que entenda a imprensa como uma força ativa da história, para isso utilizam-se diversos estudiosos que se dedicaram a esta modalidade de fonte. Teoricamente este trabalho está amparado, sobretudo nas discussões efetuadas pelo historiador Roger Chartier em relação às *representações*, permitindo o estudo dos grupos envolvidos num determinado período da história. Demonstrou-se nesta dissertação que havia uma consonância de ideias entre o grupo que estava envolvido no projeto editorial da revista *Brasil-Oeste* com determinados grupos políticos, especialmente em relação ao ideal de progresso e colonização no Estado de Mato Grosso.

Palavras-chave: Fausto Vieira de Campos; Revista Brasil-Oeste; Colonização.

## ABSTRACT

This work has as main objective to make a systematic research about *Brasil-Oeste* magazine, monthly periodic that was published between January 1956 and August 1967 in São Paulo (SP), and circulated nationally, but was intended to make reports and articles that provided evidence of wealth and potentialities of the State of Mato Grosso. For this, its editorial direction sought to show the wonders of the region, especially with themes about agriculture, with the purpose to attract potential investors. On the other hand, considering that the scenarios were favorable for the country's industrialization in the 1950s, the *Brasil-Oeste's* group of managers complained against the government, a concrete plan to accelerate the development of Mato Grosso. In the management and command of the magazine was the journalist Fausto Vieira de Campos, who played an important role in delivering of the State to the rest of Brazil, through his publishing enterprise. Thus, it analyzes a theme that at that time was much debated in the political sphere of Mato Grosso, which was the colonization of the region, because it was necessary to populate Mato Grosso to engender development. It was necessary to use a methodology that considers the press as an active force in history, for that, it was used some researches dedicated to study this type of historical document. Theoretically this work is based mainly on discussions conducted by historian Roger Chartier in relation to *representations*, allowing the study of groups involved in a particular period of history. It has been demonstrated in this work that there was a line of ideas between the group that was involved in the management of the *Brasil-Oeste* magazine with certain political groups, especially regarding the ideal of progress and colonization in Mato Grosso.

Keywords: Fausto Vieira de Campos; Brasil-Oeste Magazine; Colonization.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E FOTOGRAFIAS

<b>Figura 1</b> – Capa da Revista <i>Brasil-Oeste</i> , edição n° 1.....	67
<b>Figura 2</b> – Editorial da <i>Revista d' Oeste</i> , edição n° 2.....	68
<b>Figura 3</b> – Alterações do logotipo da Revista <i>Brasil-Oeste</i> .....	70
<b>Figura 4</b> – Primeira folha da <i>Brasil-Oeste</i> , edição n° 1.....	71
<b>Figura 5</b> – Sumário da <i>Brasil-Oeste</i> , edição n° 8.....	71
<b>Figura 6</b> – Sumário da <i>Brasil-Oeste</i> , edição n° 31.....	72
<b>Figura 7</b> – Sumário da <i>Brasil-Oeste</i> , edição n° 51.....	72
<b>Figura 8</b> – Colaboradores e correspondentes da <i>Brasil-Oeste</i> , edição n° 123.....	75
<b>Figura 9</b> – <i>Brasil-Oeste</i> , Seção <i>Arte Culinária</i> , edição n° 21.....	91
<b>Figura 10</b> – Capa da Revista <i>Brasil-Oeste</i> , edição n° 53.....	97
<b>Gráfico 1</b> – Número de anúncios anuais.....	105



## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Quadro 1</b> – Revistas agronômicas listadas no <i>Anuário Brasileiro de Imprensa</i> .....	40
<b>Quadro 2</b> – Lista de colaboradores da Revista <i>Brasil-Oeste</i> .....	76
<b>Quadro 3</b> – Seções assinadas da Revista <i>Brasil-Oeste</i> .....	81
<b>Quadro 4</b> – Cartas enviadas para a revista: classificadas por região.....	86
<b>Quadro 5</b> – Cartas enviadas para a revista: classificadas por sexo.....	86
<b>Quadro 6</b> – Cartas enviadas para a revista: classificadas por conteúdo.....	88
<b>Quadro 7</b> – Editoriais sobre o Estado de Mato Grosso.....	140
<b>Quadro 8</b> – Colonizadoras e imobiliárias que mais anunciaram na <i>Brasil-Oeste</i> .....	150
<b>Tabela 1</b> – Comparação entre o valor do salário-mínimo e os pagamentos feitos pela Prefeitura de Campo Grande (MT).....	96
<b>Tabela 2</b> – Porcentagem do valor da assinatura anual em relação ao salário mínimo do período .....	101
<b>Tabela 3</b> – Temas abordados em Editoriais.....	139

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AME** – Associação Mato-Grossense de Estudantes

**AIB** – Ação Integralista Brasileira

**CPDOC** – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

**CIBPU** – Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí

**MDB** – Movimento Democrático Brasileiro

**PSD** – Partido Social Democrático

**PRP** – Partido Republicano Paulista

**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro

**SEP** – Sociedade de Estudos Políticos

**UDN** – União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

Lista de ilustrações e fotografias.....	07
Lista de quadros e tabelas.....	08
Lista de abreviaturas e siglas.....	09
<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>A IMPRENSA BRASILEIRA E O CONTEXTO DO APARECIMENTO DA REVISTA BRASIL-OESTE.....</b>	<b>28</b>
1.1. As primeiras décadas do século XX: uma breve análise.....	28
1.2. Década de 1950.....	32
1.3. A revista <i>Brasil-Oeste</i> : breves considerações.....	37
1.4. Fausto Vieira de Campos: o “bandeirante” da imprensa paulista.....	43
<b>Capítulo 2</b>	
<b>BRASIL-OESTE: A REVISTA.....</b>	<b>64</b>
2.1. Aspectos preliminares.....	64
2.2. O suporte e suas características.....	66
2.3. Os colaboradores, correspondentes e principais seções.....	74
2.4. Fontes de financiamento.....	93
<b>Capítulo 3</b>	
<b>COLONIZAÇÃO, POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>112</b>
3.1. O estigma mato-grossense.....	113
3.2. A colonização e a política no Estado de Mato Grosso na década de 1950.....	119
3.3. Os editoriais e suas características.....	132
3.4. Fausto Vieira de Campos, <i>Brasil-Oeste</i> , e o[s] governo[s] de Mato Grosso.....	141
<b>Considerações finais.....</b>	<b>167</b>
<b>Fontes e referências bibliográficas.....</b>	<b>174</b>

## INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa, que apresentei no processo de seleção do Programa de Pós-Graduação em História (nível mestrado) da Universidade Federal da Grande Dourados no final de 2008, tinha por objetivo central analisar as representações presentes na revista *Brasil-Oeste*, sobre o Estado de Mato Grosso.<sup>1</sup> Pretendo mostrar nesta introdução o percurso que trilhei durante a confecção deste trabalho.

Há certo tempo, reflito sobre a participação da imprensa na sociedade, o poder de persuasão que ela exerce e, evidentemente, das trocas que faz com a coletividade social. A partir da minha experiência como graduando do curso de História e, por intermédio, das leituras que fiz na graduação, “percebi” que o impresso periódico podia ser concebido como uma modalidade de fonte histórica riquíssima em informações sobre um determinado período e que permite, àquele que se debruça em pesquisá-la, voltar seu olhar para o passado e observar as múltiplas representações existentes num determinado período da nossa história.

Fiquei sabendo da existência da revista *Brasil-Oeste*, no ano de 2008, quando estava no último ano da graduação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e descobri que se tratava de um mensário surgido em meados do século XX (momento peculiar da imprensa no Brasil), que publicava especialmente reportagens sobre o Estado de Mato Grosso. Entusiasmado, decidi que devia pesquisá-la.

Acredito que num estudo que se dedica a analisar uma fonte periódica, o primeiro passo a ser dado é adquirir grande número de exemplares, sobretudo, quando se trata de uma pesquisa que busca entender mais profundamente a história de um periódico. Nesse sentido, o primeiro movimento foi coletar e organizar as edições da revista *Brasil-Oeste*. Consegui reuni-las em duas etapas: primeiramente, buscando na Biblioteca Central da Universidade Federal da Grande Dourados, onde constatei que lá havia apenas trinta e nove exemplares, de edições variadas, que representava pouco mais de 30% da coleção. Meses mais tarde, na Biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Aquidauana, busquei o restante das revistas. Fotografei os exemplares que faltavam, armazenando-os em arquivos

---

<sup>1</sup> Trata-se do Estado de Mato Grosso, que foi dividido oficialmente no ano de 1977, pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro, sob o regime do então Presidente Ernesto Geisel.

digitais. Em dias atuais, este recurso tecnológico (da fotografia) parece ser imprescindível para os historiadores armazenarem suas fontes.

Desde o início, pude perceber o quanto o discurso do desenvolvimento e da modernidade era forte nesse mensário. A “paixão” por Mato Grosso difundida nos textos escritos por seus articulistas me deixou perplexo, pois notei que a revista *Brasil-Oeste* poderia render diversas possibilidades e enfoques de pesquisa.

Na medida em que fui folheando suas páginas, chamou-me atenção o fato de que uma questão era central, pois havia um *projeto especial* por trás de suas reportagens: tornar *visível* o centro-oeste do Brasil (especialmente Mato Grosso), no intuito de atrair investidores e fazer prosperar essa região. Assim, pensei em empreender uma pesquisa que pudesse destacar os elementos que demonstrassem as *representações* presentes nas páginas da revista *Brasil-Oeste*, e evidenciassem os *ideais* políticos e econômicos de *desenvolvimento* para o Estado de Mato Grosso em meados do século XX.

Desse modo, concomitantemente ao período em que reunia a coleção da revista, busquei textos que de alguma forma utilizaram-na como fonte de pesquisa. Tive algumas dificuldades para encontrá-los e me causou estranheza o fato de que mesmo configurando notória representatividade, a *Brasil-Oeste* não havia sido objeto de nenhuma análise sistemática. Nos estudos que consegui organizar e que fazem menção à revista, a utilização desse periódico serviu apenas como fonte auxiliar ou subsidiária de temas diversos, porém, todos voltados aos estudos sobre Mato Grosso.

Alcir Lenharo fez referência à *Brasil-Oeste* quando analisou a política de distribuição de terras no Estado de Mato Grosso entre o período do Estado Novo até a década de 1950. Esse autor utilizou alguns artigos e propagandas da revista para demonstrar os discursos favoráveis à política liberal de venda de terras ali publicados.<sup>2</sup>

Carlos Edinei de Oliveira fez uso dessa revista como fonte para analisar as propagandas relacionadas a Mato Grosso que tinham por objetivo divulgar o potencial das terras desse Estado a possíveis investidores.<sup>3</sup> O objetivo desse pesquisador foi entender a relação das primeiras famílias migrantes com o ambiente que passaram a ocupar no momento

---

<sup>2</sup> LENHARO, Alcir, A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n° 12, p. 47-64.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Carlos E., *Família e natureza*. As relações entre famílias e ambiente na construção da colonização de Tangará da Serra-MT. 2002. 244f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

da colonização da cidade de Tangará da Serra (MT) e as representações que elaboraram sobre a região.

Jocimar Lomba Albanez, preocupado com o processo de colonização do sul de Mato Grosso e com as relações de trabalho que se deram nessa região, fez apontamentos sobre a postura de alguns articulistas da *Brasil-Oeste*, que sugeriam ao poder público que se trouxesse mão de obra nordestina para as fazendas de Mato Grosso.<sup>4</sup>

Eudes Fernando Leite fez uso da revista na sua dissertação de mestrado<sup>5</sup> utilizando diversas edições do mensário, especialmente, quando se tratava de reportagens pertinentes à cidade de Aquidauana (MT),<sup>6</sup> uma vez que seu objeto de análise foi tratar da repressão política nesse município, enfocando o período que engloba o Golpe Militar de 1964.

Cleonice Gardin utilizou a revista na intenção de analisar algumas reportagens publicadas que tinham como tema a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU), tendo em vista que a autora fez uma análise sistemática desse órgão econômico na sua tese de doutoramento.<sup>7</sup>

Em outra oportunidade, Eudes Fernando Leite voltou a utilizar a *Brasil-Oeste* como fonte e objeto de análise em artigo escrito a fim de mapear as considerações ali impressas sobre a proposta de reforma agrária feita pelo governo federal, sob a presidência de João Goulart, no início da década de 1960.<sup>8</sup> Leite aproveitou alguns textos que debateram a questão, demonstrando que o posicionamento dos diretores do periódico era contrário às reformas. A importância desse estudo reside no fato de que seu autor aponta algumas características desse impresso, tais como público-alvo e possíveis relações existentes entre seus diretores e políticos e fazendeiros de Mato Grosso.

Porém, mesmo avançando em alguns aspectos, o artigo de Eudes Fernando Leite, publicado no ano de 1995, foi o primeiro e único que articulou a *Brasil-Oeste* como fonte principal. Muitos anos se passaram e nenhum outro trabalho recorreu à revista para uma

---

<sup>4</sup> ALBANEZ, Jocimar L., *Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária: extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)*. 2003. 158f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

<sup>5</sup> Utilizo neste trabalho a versão publicada em livro: LEITE, Eudes F., *Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia, nos entremeios de uma pretensa revolução*. Dourados: Ed. UFGD, 2009.

<sup>6</sup> A cidade de Aquidauana, depois da divisão do Estado de Mato Grosso, passou a integrar o Mato Grosso do Sul.

<sup>7</sup> Utilizo neste trabalho a versão publicada em livro: GARDIN, Cleonice, *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai no planejamento regional brasileiro (1951-1972)*. Dourados: Ed. UFGD, 2009.

<sup>8</sup> LEITE, Eudes F., Reforma Agrária nas páginas da revista *Brasil-Oeste*. *Revista Científica*, Campo Grande, v. 02, n. 02, p. 68-72, 1995.

pesquisa mais aprofundada. Alguns outros estudos<sup>9</sup> fizeram apenas rápida menção de trechos de artigos, porém, sem maiores detalhamentos.

Apesar dos esforços desses pesquisadores, diversos aspectos precisavam ser aprofundados em se tratando de um impresso tão importante como foi a *Brasil-Oeste*. Aspectos compreensivelmente não analisados pelos autores citados, já que não era objetivo de seus trabalhos um estudo especialmente focado na revista, com exceção do artigo de Eudes Fernando Leite que, mesmo sendo pioneiro na iniciativa de realizar um estudo específico sobre esse impresso, não pôde contemplar todo o universo que o cercava, posto que o resultado de sua pesquisa foi apresentado na forma de artigo científico, com as limitações de espaço que são comuns a essa modalidade de publicação.

Dito isso, procuro analisar a *Brasil-Oeste* por meio de uma abordagem em que, a um só tempo, ela seja tomada como fonte e objeto de pesquisa, tal como defendem diversos pesquisadores da imprensa que serão constantemente citados no presente trabalho. Assim, busco entender a própria revista como *o problema histórico* a ser questionado, diferentemente dos pesquisadores que a utilizaram apenas como fonte.

Helena de Faria Cruz e Maria do Rosário Peixoto afirmam que, em boa parte das vezes, os jornais e revistas “são tomados como meras fontes de informação. Via de regra, o que prevalece é uma pesquisa sobre o assunto em pauta, na qual artigos e seções identificados são imediatamente deslocados dos veículos e integrados, sem quaisquer mediações de análise, ao contexto macro da pesquisa.”<sup>10</sup> Aí reside um perigo para o historiador, que algumas vezes desconhece aspectos do periódico que devem ser cuidadosamente analisados, pois se trata de uma modalidade de fonte que apresenta alguns perigos.

Felizmente, esses “perigos” têm sido profundamente estudados desde os fins da década de 1970, quando as fontes periódicas passaram a receber maior atenção por parte dos historiadores, pois se antes disso pareciam impróprias “para a recuperação do passado, uma vez que [...] continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de

---

<sup>9</sup> AMARILHA, Carlos Magno M., *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*. 2006. 252f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados; MORO, Nataniél D. De trabalhador rural para operário urbano. V *Encontro Nacional sobre Migrações*, 2007, Campinas-SP. Anais do V Encontro Nacional sobre Migrações. São Paulo-SP: ABEP/NEPO-UNICAMP, 2007. p. 1-26; ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998, 181f. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, São Paulo.

<sup>10</sup> CRUZ, Helena F.; PEIXOTO, Maria do Rosário C., *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*, p. 256.

interesses, compromissos e paixões”,<sup>11</sup> nas últimas décadas, os historiadores perderam “definitivamente a inocência e [incorporaram] a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar.”<sup>12</sup> Por essa razão, o pesquisador da imprensa precisa ficar atento aos interesses que extrapolam as páginas dos periódicos impressos.

No Brasil, as fontes periódicas se consolidaram especialmente pelas pesquisas que se preocuparam em analisar as representações veiculadas nas páginas de jornais, revistas, pasquins. É sabido que se ampliaram os programas de pós-graduação que voltaram seus olhares para os estudos sobre representação e por meio deles, houve uma ampliação de pesquisas que utilizaram as fontes periódicas. Isso se explica pela grande importância que os diferentes meios de comunicação foram assumindo nas últimas décadas.<sup>13</sup>

Por suas peculiaridades frente às demais fontes, as publicações sequenciais podem proporcionar ao pesquisador a possibilidade de conjecturar quais seriam os temas de interesse em uma determinada época, a maneira como foram abordados, quem eram seus autores e seus leitores.<sup>14</sup> Essas são algumas das variáveis que permitem analisar as *representações* inseridas nos impressos periódicos de forma que se possa estabelecer uma possibilidade de compreensão da inteligibilidade histórica nelas incutida.<sup>15</sup>

Maria Helena Capelato e Eliane Regina Dutra fizeram um levantamento de 100 dissertações e teses entre os anos de 1994 e 1997 que se preocupavam em analisar as *representações políticas*. Duas de suas constatações merecem ser aqui elencadas: a primeira delas reside no fato de que as fontes mais utilizadas nas pesquisas analisadas por essas pesquisadoras foram as periódicas, demonstrando o quanto as revistas e jornais são importantes para as análises que trabalham com as *representações*, especialmente as políticas. A segunda constatação também se faz importante, uma vez que Roger Chartier está entre os historiadores estrangeiros mais referenciados na bibliografia desses trabalhos.<sup>16</sup>

---

<sup>11</sup> LUCA, Tania Regina de, História dos, nos e por meio dos periódicos, p. 111.

<sup>12</sup> CRUZ, Helena F.; PEIXOTO, Maria do Rosário C., Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa, p. 254.

<sup>13</sup> CAPELATO, Maria Helena R.; DUTRA, Eliana Regina de F., Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira, p. 240.

<sup>14</sup> CORRÊA, Ana Maria M. (Prefácio), *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*, p. 11.

<sup>15</sup> LUCA, Tania Regina de, História dos, nos e por meio dos periódicos, p. 111-153.

<sup>16</sup> CAPELATO, Maria Helena R.; DUTRA, Eliana Regina de F., Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira, p. 243-248.



Desse modo, esta pesquisa ancora-se teoricamente no conceito de *representação* articulado por Roger Chartier, pois ele se adapta perfeitamente às fontes periódicas. Contra qualquer tipo de homogeneização, o conceito de *representação* corre em sentido contrário, buscando encontrar as pluralidades do pensamento e dos grupos sociais. Nas palavras de Silva, “a história das representações propõe introduzir novas escalas de análise, capazes de integrar ao social e histórico os atores individuais”.<sup>17</sup>

Em entrevista concedida ao jornal *Extra-Classe*, no ano de 2007, questionado sobre como elaborou o conceito de *representação*, Roger Chartier ressalta que partiu de duas críticas essenciais:

a primeira se refere à tradição da história social esquecendo que a construção das identidades não se reduz apenas aos critérios objetivos da riqueza, das ocupações, da propriedade, mas também das lutas que apostam nas divisões, classificações, hierarquias do mundo social; a outra está centrada na noção de uma “mentalidade” demasiado homogênea e rígida, enquanto o conceito de representação permite definir claramente, para cada grupo social ou classe, as representações coletivas que crescem às estruturas do mundo social aos indivíduos, e à construção dos comportamentos e hábitos encarregados de mostrar uma identidade recuperada. Assim, esse conceito [...] consegue unir, estreitamente, posições e trajetórias sociais, categorias mentais e práticas.<sup>18</sup>

O historiador francês entende que o conceito de representação é um importante apoio, para que seja possível articular “las diversas relaciones que los individuos o los grupos mantienen con el mundo social”. Em sua opinião, isso se dá por três razões principais:

[...] en primer lugar, las operaciones de clasificación y jerarquización que producen las configuraciones múltiples mediante las cuales se percibe y representa la realidad; a continuación, las prácticas y los signos que apuntan a hacer reconocer una identidad social, a exhibir una manera propia de ser en el mundo, a significar simbólicamente un estatus, un rango, una potestad; por último, las formas institucionalizadas por las cuales unos “representantes” (individuos singulares o instancias colectivas) encarnan de manera visible, “presentifican”, la coherencia de una comunidad, la fuerza de una identidad o la permanencia de un poder.<sup>19</sup>

Ainda segundo Chartier:

Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida

<sup>17</sup> SILVA, Helenice R., A história como representação do passado: a nova abordagem da historiografia francesa, p.81-89.

<sup>18</sup> Jornal Extra Classe. Entrevista feita por Jacira Cabral, disponível em: <http://www.sinpro-rs.org.br/extraclass/mai07/entrevista.asp>. Acesso em 10/07/2010.

<sup>19</sup> CHARTIER, Roger, Defensa e ilustración de la noción de representación, p. 7.

de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade.<sup>20</sup>

Ora, se as lutas de representações são articuladas pelos vários grupos que compõem uma sociedade e centram “atenção sobre estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade”,<sup>21</sup> o jornal ou revista são para o historiador, riquíssimas fontes de estudos, uma vez que, por trás de suas reportagens, existem grupos de pessoas que idealizaram um projeto, o colocaram em prática pela produção desse impresso e passaram a *representar* a si mesmos e aos seus interesses.

Para que se compreenda um *grupo*, faz-se necessário entendê-lo mediante as condições históricas do período em que esteve efetivamente ativo, nesse caso, *representando* seus interesses por meio de uma revista ou jornal, por exemplo. Por conta disso, é importante apreender também o momento da imprensa no contexto histórico. Porém, alguns cuidados são necessários, uma vez que é possível que os pesquisadores caiam em dois erros caso não consigam historicizar a fonte adequadamente.

O primeiro deles reside em contar a história da imprensa numa perspectiva linear, que visa traçar uma reta de continuidade que une a invenção de Gutenberg aos grandes conglomerados jornalísticos do presente.<sup>22</sup> Certamente, esse tipo de *pano de fundo* histórico corre o risco de ser muito abrangente e superficial.

O outro que pode incidir em problemas é aquele que apresenta a *fonte* (jornal, revista, pasquim) desvincilhada do seu tempo, como se *ela existisse* fora da realidade, e “brotasse” totalmente desvinculada do processo histórico. Isso significa dizer que é necessário para o pesquisador, estar ciente de que a “imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele”.<sup>23</sup>

Para resolver esse problema, segundo as pesquisadoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário C. Peixoto, é preciso “enfrentar a reflexão sobre a historicidade da imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma

---

<sup>20</sup> CHARTIER, Roger, O mundo como representação, p. 183.

<sup>21</sup> CHARTIER, Roger, O mundo como representação, p. 184.

<sup>22</sup> CRUZ, Helena F.; PEIXOTO, Maria do Rosário C., Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa, p. 257.

<sup>23</sup> CRUZ, Helena F.; PEIXOTO, Maria do Rosário C., Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa, p. 259.

das conjunturas específicas do longo processo de sua constituição”.<sup>24</sup> A imprensa pode até não pautar totalmente a sociedade, porém, certamente não é apenas reprodutora de fatos, essa tensão merece todo cuidado possível. Conforme adverte o historiador estadunidense Robert Darnton, quando analisa o papel da tipografia na *Revolução Francesa*, “a prensa tipográfica ajudou a dar forma aos eventos que registrava”, era uma força ativa e não um mero “ingrediente do acontecimento”. O autor enfatiza que, naquele momento da história da França, “a luta pelo poder foi uma luta pelo domínio da opinião pública”.<sup>25</sup>

No caso do Brasil, a história da imprensa seguiu uma lógica parecida, pois grande parcela dos periódicos brasileiros foram campos minados de disputas políticas, de onde emergiram diversas *lutas por representações*, as quais, como ressalta Chartier, “têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio”.<sup>26</sup>

A importância dessa constatação reside no fato de que é preciso fugir de um tipo de abordagem que se dedica a analisar somente o texto pelo texto, sem preocupações maiores com tudo aquilo que o envolve. Assim, os pesquisadores da imprensa devem partir do princípio de que a produção de um impresso, seja um livro, um jornal ou uma revista, possui sua historicidade em consonância com as possibilidades existentes no momento de sua produção.

Ana Luiza Martins faz uma advertência sobre as possíveis armadilhas que podem surgir quando se trata de uma fonte do tipo periódica, tal como uma revista. Ela indica que se faz necessário maior dedicação por parte do pesquisador para localizar e compreender o lugar histórico do objeto. Segundo a autora,

[...] a constância do uso de revistas como fonte histórica vem revelando que frases e imagens de periódicos pinçadas aqui e acolá, descosturadas do mergulho em seu tempo [...] não iluminam suficientemente o passado. A pertinência desse gênero como testemunho do período só é válida se levamos em consideração as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que se assistia, e em especial, da natureza dos capitais nele envolvidos.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> CRUZ, Helena F.; PEIXOTO, Maria do Rosário C., Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa, p. 257.

<sup>25</sup> DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel, *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*, p. 15.

<sup>26</sup> CHARTIER, Roger, *A história cultural: entre práticas e representações*, p. 17.

<sup>27</sup> MARTINS, Ana Luiza, *Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras*, p. 60-61.

Ao mesmo tempo em que fazia as leituras teóricas e metodológicas sobre o estudo da imprensa como fonte e objeto de pesquisa histórica, tentando encontrar a melhor forma de manusear e inquirir esse documento histórico, surgiram as seguintes perguntas: quais as condições e limitações técnicas existentes no período em que foi publicada a *Brasil-Oeste*? Em que medida o momento vivido pelo jornalismo no Brasil e a relação desse periódico com publicações similares puderam influenciar sua produção? Onde eu poderia encontrar informações que me permitissem compreender melhor quais foram os fatores que propiciaram a ideia da publicação desse periódico? Em resumo, como poderia extrapolar as páginas da revista e buscar informações que me mostrassem os bastidores de sua produção?

Tentei responder a estas questões que me acompanharam durante todo o processo de pesquisa, em três capítulos. No primeiro deles, intitulado “A imprensa brasileira e o contexto do aparecimento da revista *Brasil-Oeste*”, analiso alguns aspectos históricos da imprensa do Brasil enfatizando a década de 1950, recorte temporal deste estudo, pois é na metade dessa década que a *Brasil-Oeste* começou a ser publicada. Minha preocupação foi inseri-la naquele momento histórico, especialmente, no que diz respeito ao papel da imprensa daquele período.

Para tal tarefa, utilizei diversos estudos acadêmicos<sup>28</sup> que me auxiliaram na coleta de informações acerca da história da imprensa no Brasil. Isso significa que existe uma riquíssima gama de pesquisas que se debruçaram sobre o tema e, por conta desse avanço da historiografia brasileira, não tive maiores dificuldades para encontrar bibliografia para compor este estudo.

Depois de fazer algumas considerações sobre a imprensa na década de 1950, apresento, ainda nesse capítulo, aspectos preliminares sobre a revista *Brasil-Oeste*. Para isso, cito o *Contrato Social da Brasil-Oeste Editôra Ltda.*, formalizado no mês de outubro de 1957. Esse tipo de documentação se faz importante na análise pretendida, pois indica, dentre outras coisas, as pessoas envolvidas nesse projeto; o capital declarado; os objetivos da sociedade,

---

<sup>28</sup>ABREU, Alzira Alves de. *Imprensa em transição: O jornalismo brasileiro nos anos 50*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996; LUCA, Tania Regina de; MARTINS Ana Luíza (Org.) *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008; LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; RIBEIRO, Ana Paula G. A imprensa da independência e do primeiro reinado: alguns apontamentos. *Pauta Geral*, 9, 17-32. 2007; RIBEIRO, Ana Paula G. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro nos anos 50. *Contracampo: revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação*, Niterói, v.4. 1999; RIBEIRO, Ana Paula G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos - CPDOC/ FGV*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 147-160, 2003; RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

entre outros dados. Em resumo, é possível ter um panorama geral do aspecto “oficial” da empresa.

Também foi essencial para esta pesquisa a utilização do *Anuário Brasileiro de Imprensa*, publicado no Rio de Janeiro, que tinha por finalidade difundir as principais novidades no mundo da imprensa daquele momento. Em alguns artigos publicados nessa obra, pude coletar informações sobre a importância do mercado jornalístico da década de 1950. Outra possibilidade encontrada nesse anuário foi coletar informações sobre o mercado das revistas de segmento similar ao da *Brasil-Oeste*, o que permitiu fazer uma análise comparativa entre elas.

Além de fazer uma breve apresentação sobre a *Brasil-Oeste*, empreendi uma resumida descrição biográfica do jornalista Fausto Vieira de Campos, diretor-proprietário da revista, para fazer um levantamento de alguns aspectos de sua vida e de que maneira podem tê-lo influenciado nos rumos que tomou na sua profissão.

É válido dizer, no entanto, que, em decorrência das ralas e fragmentadas fontes que trataram de falar sobre a vida de Fausto Vieira de Campos, certamente, essa breve trajetória biográfica que fiz, estará sujeita a uma série de imperfeições e lacunas. De qualquer modo, reunindo esses dados, ainda que escassos, foi possível traçar algumas características da história de vida do referido jornalista.

Como se sabe, a biografia voltou a ser tema de importância historiográfica nos últimos decênios, depois de um longo tempo submersa e esquecida nas pesquisas históricas, “ainda que não totalmente abandonada, ela era vista como um gênero velhusco, convencional e ultrapassado por uma geração devotada a abordagens quantitativas e economicistas”.<sup>29</sup>

A biografia foi colocada de lado no campo historiográfico, sobretudo após a chamada “revolução” dos *Annales* (especialmente até o período em que esse grupo ficou sob a direção de Fernand Braudel, que priorizava a longa duração e uma *história total*), além do Marxismo e Estruturalismo, que “engessaram por décadas a produção historiográfica”,<sup>30</sup> dando muito mais ênfase às “estruturas” e às “classes” em que estavam “presos” os indivíduos. No entanto, conforme indica Mary Del Priore, outras possibilidades de escrever a história emergiram nos anos de 1970 e 1980, o que acabou por resultar no “fim da rejeição à biografia histórica”.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> PRIORE, Mary Del, *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*, p. 7.

<sup>30</sup> PRIORE, Mary Del, *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*, p. 9.

<sup>31</sup> PRIORE, Mary Del, *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*, p. 9.

Finalmente, os historiadores multiplicaram suas possibilidades de pensar e escrever a história. No caso específico da biografia, Vavy Pacheco Borges ressalta que esse “retorno” envolveu diversas áreas no interior da disciplina da História:

Ao ler sobre a biografia, percebe-se de imediato quantas áreas importantes da História se cruzam ou mesmo com ela se confundem, quantos temas estão contidos ou próximos da biografia: a micro-história, os estudos de caso; a História oral, as histórias de vida; os trabalhos sobre vida cotidiana, sobre sensibilidade, sobre sociabilidade. Também a discussão sobre memória, sobre geração, sobre família, sobre gênero são de grande interesse para quem precisa entender uma vida individual.<sup>32</sup>

Ainda nas palavras da autora, essa “volta” à biografia tem muitos pontos em comum com o “retorno da História Política”, pois ambos os casos se encaixam dentro de um panorama de ampla renovação historiográfica que emergiu nas últimas três ou quatro décadas do século XX.<sup>33</sup>

Peter Burke faz indicação semelhante quando ressalta que o retorno da história política e biográfica surge com a “preocupação com a liberdade humana, juntamente com o interesse pela micro-história [...] fora e dentro dos quadros dos *Annales*”.<sup>34</sup> O autor cita diversos trabalhos do período em que historiadores renomados como Georges Duby, Jacques Le Goff, Michell Vovelle, Daniel Roche se debruçaram a estudar e a teorizar sobre essa renovação do estudo biográfico.<sup>35</sup>

Em resumo, segundo o comentário de Mary Del Priore, a explicação histórica

[...] cessava de se interessar pelas estruturas, para centrar suas análises sobre os indivíduos, suas paixões, constrangimentos e representações que pesavam sobre suas condutas. O indivíduo e suas ações situavam-se em sua relação com o ambiente social ou psicológico, sua educação, experiência profissional etc.<sup>36</sup>

Nesse processo de renovação, Jacques Le Goff ressaltou a importância de fazer um estudo biográfico, relacionando-o ao plano social e não alheio a ele, pois “a biografia histórica nova, sem reduzir as grandes personagens a uma explicação sociológica, esclarece-as pelas

---

<sup>32</sup> BORGES, Vavy Pacheco, *Grandezas e misérias da biografia*, p. 215.

<sup>33</sup> BORGES, Vavy Pacheco, *Grandezas e misérias da biografia*, p. 209.

<sup>34</sup> BURKE, Peter, *A escola dos Annales: a Revolução Francesa na historiografia*, p. 73.

<sup>35</sup> DUBY, George, *O Domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214*. Editora Paz e Terra, 1993; LE GOFF, Jacques, *Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? Le débat*, 1989; ROCHE, Daniel, *J.-L. Ménétra: le journal de ma vie*, 1982; VOVELLE, Michel, *L'ascension irresistible de Joseph Sec*. Aix-en-Provence, 1976.

<sup>36</sup> PRIORE, Mary Del, *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*, p. 7.

estruturas e estuda-as através de suas funções e papéis”.<sup>37</sup> Citações como essa resultam de um intenso debate envolvendo as Ciências Sociais e Humanas em meados dos anos 1980, sobretudo após as duras críticas elaboradas por pesquisadores que se preocupavam com o tema, tal como Pierre Bourdieu, que escreveu um texto intitulado de *L’Illusion Biographique*,<sup>38</sup> que foi muito repercutido entre os historiadores. Na opinião de Mary Del Priore,

Le Goff é o melhor exemplo do que propunham os historiadores franceses ao reinventar a biografia. Na tradição do espírito dos *Annales*, ela deve se instaurar por uma “questão” e se formular como um caso de “história-problema”. Como toda narrativa de vida, ela precisa se submeter a uma cronologia de fatos, mas, contrariamente, à vida – ao destino –, é “uma construção feita de acasos, hesitações e escolhas” que permitem ao biógrafo, segundo Le Goff, escapar à tal ilusão biográfica fustigada por Bourdieu.<sup>39</sup>

Em relação à historiografia brasileira, conforme ressalta Ângela de Castro Gomes, em obra publicada no ano de 2002, houve um *boom* de publicações sobre esse tema nos últimos anos. “É cada vez maior o interesse de leitores por um gênero de escritos – a escrita de si –, que abarca diários, correspondências, biografias, autobiografias, etc.”<sup>40</sup> Contudo, parafraseando a referida autora, no início do século XXI, apesar da grande receptividade do público e das editoras em relação a esse tema (a biografia histórica), ainda carecem os estudos acadêmicos da historiografia brasileira que se debruçam numa análise sistemática dessas modalidades de fontes na área da História do Brasil, que acabam por ficar mais circunscritos aos campos da literatura e da história da educação.<sup>41</sup>

Ângela de Castro Gomes pondera, no entanto, que os estudos de “história da educação estão se beneficiando de transformações mais amplas da área da história”, sobretudo no que diz respeito à “história cultural (também política e social) que se tem dedicado a recortar o tema das práticas da leitura e da escrita”.<sup>42</sup> A autora ainda indica que existe um enorme apreço por parte dos historiadores em se debruçar na análise da vida privada, que se liga diretamente ao indivíduo, que avultam em importância as práticas de uma “escrita de

---

<sup>37</sup> LE GOFF, Jacques, *A história nova*, p. 7-8.

<sup>38</sup> PRIORE, Mary Del, *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*, p. 9.

<sup>39</sup> PRIORE, Mary Del, *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*, p. 10.

<sup>40</sup> GOMES, Ângela de Castro, *Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo*, p. 7.

<sup>41</sup> GOMES, Ângela de Castro, *Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo*, p. 8.

<sup>42</sup> GOMES, Ângela de Castro, *Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo*, p. 9.

si”,<sup>43</sup> que não se resumem às grandes figuras públicas, mas também aos homens e mulheres “comuns”. Porém, Vavy Pacheco Borges ressalta que “ainda hoje, quase que a totalidade de biografias escritas no Brasil, é resultado de pesquisas envolvendo jornalistas ou intelectuais de outras áreas”.<sup>44</sup>

É válido lembrar que os estudos, que se preocupam em analisar uma trajetória individual, correm diversos riscos e passam por percalços inevitáveis. No entanto, o historiador da biografia deve ter em mente que, tal como qualquer outra modalidade de pesquisa histórica, se faz necessário uma atenta crítica e inferência das fontes que estão sujeitas a imprecisões de todo tipo e precisam ser analisadas cuidadosamente, pois “o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como o autor a expressa”.<sup>45</sup> Isso significa dizer que devemos ficar atentos às intenções existentes por trás da *representação* do biografado, “isto é, da crítica que destaca a ingenuidade de se supor a existência de ‘um eu’ coerente e contínuo, que se revelaria nesse tipo de escrita, exatamente pelo ‘efeito de verdade’ que ela é capaz de construir”.<sup>46</sup>

Esse cuidado está diretamente ligado aos possíveis problemas que os pesquisadores podem encontrar quando caem na “ilusão”, ao lançar seus olhares sobre uma determinada fonte, em que se descreve a vida de alguém e se pretende ali *encaixá-la* numa confortável linearidade. O final da vida do biografado não é resultado de um caminho unidimensional, ao contrário, é resultado de contradições, desencontros e discontinuidades.

Vavy Pacheco Borges chama a atenção dos historiadores em relação à acusação eventualmente remetida a eles, que são chamados de “profetas do passado”. Diz a autora:

em qualquer trabalho de História, como se sabe como tudo acabou, há o perigo de se apresentar uma visão retrospectiva, “um percurso orientado”. Percebe-se isso em uma biografia quando o autor afirma que o biografado teve um “destino incontornável”, uma “vocação irresistível”.<sup>47</sup>

Pierre Bourdieu advertia sobre o fato de haver necessidade de ficar atento a um tipo de produção biográfica que consiste no equívoco da descrição da vida de alguém num “todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de

---

<sup>43</sup> GOMES, Angela de Castro, Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo, p. 9.

<sup>44</sup> BORGES, Vavy Pacheco, Grandezas e misérias da biografia, p. 212.

<sup>45</sup> GOMES, Angela de Castro, Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo, p. 15.

<sup>46</sup> GOMES, Angela de Castro, Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo, p. 15.

<sup>47</sup> BORGES, Vavy Pacheco, Grandezas e misérias da biografia, p. 224.



uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto”,<sup>48</sup> ou seja, “é preciso tomar cuidado para não mostrar que a vida se encaminhava para o final que teve, que tudo que aconteceu foi para levar a pessoa àquele papel na história, àquele final de vida”.<sup>49</sup>

Considerando isso, o que apresento no tópico referente à vida de Fausto Vieira de Campos reside em dois aspectos centrais: primeiramente, lanço mão de informações que recolhi sobre o jornalista para evidenciar a maneira pela qual ele foi biografado (representado) nas fontes que coletei. Feito isso, passo a traçar hipóteses sobre certos caminhos trilhados por ele, que me permitam, de alguma maneira, trazer à luz informações que auxiliem na compreensão do projeto editorial por ele empreendido.

Para tal tarefa, coletei fontes que descreveram a vida do jornalista, especialmente as que serão citadas a seguir: o anuário social *Who's Who*, traduzido para o português como *Quem é Quem no Brasil*; a própria revista *Brasil-Oeste*, de onde retirei algumas informações ali existentes; a obra *Retrato de Mato Grosso*, escrita por ele mesmo e que apresenta alguns aspectos de sua trajetória; e, por último, por informações obtidas com o filho e ex-sócio, Fausto Moraes Godoy Vieira de Campos.

É válido dizer que a entrevista com Fausto Moraes Godoy Vieira de Campos foi feita via correspondência eletrônica, pois não foi possível um encontro pessoal com o entrevistado, em decorrência de diversos fatores. Contudo, vários e-mails foram trocados e as perguntas foram feitas por meio de questionários previamente elaborados. Sei, no entanto, que essa modalidade de entrevista tende a trazer certa unidade e coerência no discurso do entrevistado, sem muitos detalhamentos, além de admitir retextualizações, não permitindo ao entrevistador vislumbrar improvisos que seriam típicos de uma conversa presencial, do tipo de uma história oral convencional. De qualquer modo, os cuidados com a análise dessa fonte faz-se necessário como qualquer outra modalidade de documento histórico, com olhar crítico e inquiridor.

Para a modalidade convencional da história oral presencial, existem mecanismos teóricos que exercem o papel que asseguram o pesquisador no momento em que analisar as informações obtidas com a entrevista. Acredito que é perfeitamente possível estender esses procedimentos para o tipo de entrevista que fiz neste trabalho, pois conforme indica Ferreira, o intercâmbio de fontes deve ser usado para confrontar as informações adquiridas mediante o depoimento do entrevistado. Diz a autora:

---

<sup>48</sup> BOURDIEU, Pierre, *A ilusão biográfica*, p. 184.

<sup>49</sup> BORGES, Vavy Pacheco, *Grandezas e misérias da biografia*, p. 224.

Os instrumentos para se atingir tais objetivos seriam a formulação, no caso dos estudos acadêmicos, de roteiros de entrevistas consistentes, de maneira a controlar o depoimento, *bem como o trabalho com outras fontes*, de forma a reunir elementos para realizar a *contraprova* e excluir as distorções. Com base nesses procedimentos, erigem-se argumentos em defesa da história oral como capaz de apresentar relatos que, se não eliminam a subjetividade, possuem instrumentos para controlá-la.<sup>50</sup>

É preciso lembrar que a memória é também a construção seletiva de acontecimentos do passado e existem distorções conscientes ou inconscientes no relato do entrevistado, ou seja, já não se trata mais de saber se aquilo que é trazido da memória do indivíduo é uma informação verdadeira, mas de que modo se pode utilizar em favor da pesquisa essas “distorções”, para que se compreenda as próprias ações de um grupo.<sup>51</sup>

Em relação aos depoimentos de Fausto Moraes Godoy Vieira de Campos, ocorreu um problema que deve ser mencionado. Elaborei três questionários em diferentes ocasiões. No que diz respeito ao primeiro, solicitei ao entrevistado uma autorização formal para o uso das informações por ele concedidas e fui prontamente atendido. No entanto, tentei por diversas vezes adquirir junto ao depoente, a concessão para o uso dos outros dois, mas infelizmente não fui atendido. Assim, tive de retirar do texto diversos trechos de capital importância, mas que, infelizmente não puderam ser publicados no presente trabalho.

Utilizo, ainda, em diversos momentos, a obra *Retrato de Mato Grosso*, que traz algumas informações da trajetória de Fausto Vieira de Campos, especialmente por meio dos relatos publicados nos prefácios. Acredito que esse livro foi essencial para o sucesso do referido autor em Mato Grosso, pelo menos no meio político. Prova disso, foram as diversas condecorações que recebeu por parte de vários órgãos oficiais daquele Estado.

No capítulo seguinte, intitulado “*Brasil-Oeste: a revista*”, apresento a trajetória que compreende os doze anos de circulação do periódico, correspondentes ao período de 1956 a 1967. Os aspectos aqui analisados residem, sobretudo, na apresentação das características do *suporte*, isto é, da *materialidade* desse mensário, tarefa imprescindível na análise de periódicos, tal como recomendam diversos pesquisadores que trabalham com essa modalidade de fonte e que serão constantemente citados na elaboração deste estudo.<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> FERREIRA, Marieta M., História, tempo presente e história oral, p. 327. Os grifos são meus.

<sup>51</sup> ALBERTI, Verena, Histórias dentro da história, p. 166.

<sup>52</sup> CHARTIER, Roger, *A ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Editora UNB, 1997; CHARTIER, Roger, *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990; CHARTIER, Roger, Do livro à leitura. In: \_\_\_\_\_ (org.) *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996; CRUZ, Heloísa F.; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 235-270, dez. 2007; LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

Apresento, em diferentes tópicos, os principais colaboradores e correspondentes da revista; os anunciantes; as seções; os aspectos gráficos e suas alterações no decorrer do tempo. Em resumo, mostro sumariamente os principais personagens envolvidos nesse projeto editorial. Levanto algumas hipóteses sobre as possíveis fontes de renda que faziam funcionar esse empreendimento jornalístico, e, por fim, demonstro quais foram as possíveis causas que acabaram por culminar no fim da publicação da revista *Brasil-Oeste*.

O terceiro e último capítulo, intitulado “Colonização, política e desenvolvimento”, foi dedicado a estudar o conteúdo de alguns dos editoriais, artigos e reportagens da *Brasil-Oeste*. É válido dizer que os textos publicados na revista apresentavam-se em duas frentes principais: a primeira, dedicava-se especialmente a anunciar novas tecnologias que pudessem servir às atividades agropastoris, tendo como público-alvo os fazendeiros. A segunda via era mais específica e consistia na tentativa de “propagandear” o Estado de Mato Grosso para trazer investimentos para a região e acelerar seu *progresso* e seu *desenvolvimento*. A pergunta a ser lançada neste capítulo é: que tipo de desenvolvimento econômico era encarado como ideal para Mato Grosso, segundo os textos publicados pela *Brasil-Oeste*?

Conforme já mencionado, a coleção da *Brasil-Oeste* é vasta, e compreende os anos de 1956-1967. Existe aí uma abundância de fontes e conteúdo, que dificilmente poderia ser totalmente analisada em um só trabalho de mestrado. Pensando nisso, fiz um recorte temporal que abarca o período de 1956-1961. A temática escolhida para a construção desse capítulo foi a colonização em Mato Grosso na década de 1950, e como esse tema foi retratado nas páginas da *Brasil-Oeste*. Essa foi uma pauta constante nas políticas públicas mato-grossenses, e por essa razão, foi bem explorada nos primeiros cinco anos de existência da revista e pode trazer respostas às muitas dúvidas que envolvem a história desse mensário. Para fazer a contextualização histórica, utilizei três textos principais de historiadores que debateram diretamente a questão da colonização em Mato Grosso nos anos de 1950.<sup>53</sup>

A partir daí, comecei a fazer um confronto com os textos publicados na revista e pude perceber que por trás do debate sobre o desenvolvimento econômico do Estado, por intermédio do povoamento e colonização, também havia uma intensa discussão política nas páginas da *Brasil-Oeste*, à qual, por sua vez, era polarizada entre dois dos principais personagens políticos da história de Mato Grosso: Fernando Corrêa da Costa (União

---

<sup>53</sup> MORENO, Gislaine, *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)*. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2007; LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n° 12, pp. 47-64, 1986; VASCONCELOS, Cláudio A. de. *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*. 1986. 161f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Assis.

Democrática Nacional) e João Ponce de Arruda (Partido Social Democrático), ambos governadores do Estado no interregno de tempo que compreende os anos de 1951-1961.

Para tal tarefa, utilizei algumas edições da revista que debateram esse tema, além de ter usado, em diversas ocasiões, trechos das três edições do livro *Retrato de Mato Grosso*, fazendo um confronto com diversos documentos oficiais, tais como as Mensagens Governamentais dos dois governadores citados. A intenção principal deste capítulo foi demonstrar como o grupo que dirigia a *Brasil-Oeste* se posicionou em relação às políticas de colonização e terras do governo de Mato Grosso.

Em resumo, mostra-se nesta dissertação um pouco da história dessa revista que pretendia, ao mesmo tempo, fazer um trabalho objetivo e imparcial, alinhando-se ao discurso jornalístico daquele período, mas que, no entanto, não deixava de discutir os problemas políticos e econômicos que assolavam o Estado de Mato Grosso e, por extensão, o país na sua totalidade. Analisar esses aspectos e explicitar as principais características desse impresso periódico é o principal objetivo neste trabalho.

## CAPÍTULO 1

### A IMPRENSA BRASILEIRA E O CONTEXTO DO APARECIMENTO DA REVISTA BRASIL-OESTE

Neste capítulo, analiso alguns aspectos históricos da imprensa no Brasil, enfatizando o segundo lustro da década de 1950, período em que a revista *Brasil-Oeste* começou a ser publicada. O objetivo é inseri-la naquele momento histórico, especialmente, no que diz respeito ao papel da imprensa daquele período, que foi especial e marcou mudanças no jornalismo. Apresento a trajetória de Fausto Vieira de Campos, principal figura dessa revista, com a intenção de compreender um pouco melhor o que pode ter motivado esse jornalista mineiro a escrever sobre o Estado de Mato Grosso.

#### 1.1) As primeiras décadas do século XX: uma breve análise

A década de 1950 é considerada por diversos estudiosos da imprensa<sup>1</sup> como um período peculiar na trajetória do jornalismo brasileiro. “De acordo com o espírito do tempo dos anos JK, em que desenvolvimentismo e modernização são palavras de ordem, também os jornais diários [...] apressavam-se em se transformar”.<sup>2</sup> Para que se compreenda melhor esse processo, creio ser necessário fazer um percurso que permita situar o lugar da imprensa daquele momento, entendendo-a não somente como um “depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas”, mas, sobretudo, “como uma força ativa da história”.<sup>3</sup>

Por que a década de 1950 é encarada como um divisor de águas na imprensa brasileira? Marialva Barbosa indica que esse período é “o mais singular de sua trajetória,

---

<sup>1</sup> Ver: ABREU, Alzira A., *Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996; BARBOSA, Marialva *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 2007; RIBEIRO, Ana Paula G., *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. *Estudos Históricos - CPDOC/ FGV*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 147-160, 2003.

<sup>2</sup> BARBOSA, Marialva, *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*, p. 149.

<sup>3</sup> CRUZ, Helena F.; PEIXOTO, Maria do Rosário C., *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*, p. 257.

quando uma série de mudanças introduzidas no processo de produção [...] transforma inteiramente a face do jornalismo que se faz no país”.<sup>4</sup>

Nelson Werneck Sodré inicia seu denso estudo sobre as fases da imprensa no Brasil<sup>5</sup>, com a seguinte frase: “A história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista.”<sup>6</sup> Mais recentemente, em decorrência das inovações nos estudos históricos, sobretudo em relação às fontes periódicas, algumas pesquisas aprofundaram essa questão, tais como as análises de Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, que fizeram o seguinte diagnóstico sobre o processo de construção da imprensa e da história do Brasil:

a nação brasileira *nasce e cresce* com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas [...] a imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. [...] Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições.<sup>7</sup>

Como ressaltam as autoras, os homens da imprensa se misturam com os homens da política. Esse é um indicativo de que jamais houve um distanciamento entre essas duas esferas no Brasil. Em outras palavras, não é exagero afirmar que na história brasileira, as “intervenções políticas de peso”, muitas vezes, foram “decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos [...] da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional.”<sup>8</sup>

Partindo da premissa de que a imprensa tem como uma de suas características estar estreitamente ligada ao poder público, é preciso entender o seu papel desempenhado no decorrer da história do Brasil, uma vez que esse vínculo faz parte da tradição do jornalismo brasileiro, que o acompanha desde o seu surgimento no início do século XIX.<sup>9</sup>

---

<sup>4</sup> BARBOSA, Marialva, *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*, p. 150.

<sup>5</sup> Creio ser desnecessário, até por falta de espaço, fazer uma contextualização detalhada de todo o percurso da história da imprensa no Brasil. Busco, portanto, apenas trazer ao texto um fundo histórico que permita situar a revista *Brasil-Oeste* no bojo desse processo. Vale dizer que existem diversas obras para consulta, porém, me limito a indicar o estudo de Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977 e a obra organizada por Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, *História da imprensa no Brasil*, São Paulo: Editora Contexto, 2008, contendo textos de vários autores, da área da História, da Comunicação e Jornalismo.

<sup>6</sup> SODRÉ, Nelson W., *História da imprensa no Brasil*, 1977, p. 1.

<sup>7</sup> LUCA, Tania Regina de; MARTINS Ana Luiza, Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil, p. 8. Os grifos são meus.

<sup>8</sup> LUCA, Tania Regina de; MARTINS Ana Luiza, Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil, p. 8.

<sup>9</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro nos anos 50.

Na imprensa brasileira imperial, uma de suas principais características foi sua estreita e “apaixonada” ligação com a política, pois a publicação periódica era o lugar ideal para debates desse tipo. Por conta disso, a vida efêmera das produções tipográficas era recorrente, uma vez que, especialmente os jornais, “estavam ligados às lutas do seu tempo [...] eram guiados, portanto, por uma lógica conjuntural. Os periódicos apareciam e desapareciam conforme os conflitos nos quais estavam envolvidos”.<sup>10</sup> Mediante esse modelo de fazer imprensa, cheio de paixões e polêmicas (tendo a opinião como elemento propulsor da escrita), esse padrão jornalístico teve seu auge no período regencial. O principal objetivo dos jornais era de fato tomar posição antes de informar, e a imprensa foi um dos principais instrumentos de luta política, permanecendo essencialmente opinativa.<sup>11</sup>

Quando D. Pedro II subiu ao trono, abriram-se novas possibilidades de *fazer* imprensa, mesmo com os atrasos típicos de um país centralizador, escravista e analfabeto. De maneira muito resumida, é possível identificar no período que se estendeu de 1841-1889, dois momentos principais, que são apresentados por Martins da seguinte maneira:

[...] o primeiro, de 1841 a meados da década de 1860, no qual predominou o discurso conservador e áulico, a despeito das costumeiras vozes dissonantes; o segundo, sobretudo de 1868 em diante [...] reunindo polifonia de falas que pregavam a liberdade de religião, a emancipação e/ou libertação do escravo, o advento da república, não sem reverberações da permanência do regime monárquico. No tom dos discursos, o cânone romântico conferia nativismo e paixão às falas e ao texto impresso.<sup>12</sup>

Disputas memoráveis foram travadas nas páginas dos jornais, tais como o embate entre Conservadores e Liberais; a profissionalização dos jornalistas; os debates acerca da criação da República e também sobre a abolição da escravidão. Assim, continuava a imprensa mantendo os traços de um jornalismo opinativo, cheio de paixões.<sup>13</sup>

O século XIX no Brasil termina com avanços técnicos consideráveis, mesmo que ainda deficientes, deixando um pouco de lado a produção panfletária e artesanal que caracterizou boa parte desse período. A vida efêmera, a paixão, e certo amadorismo foram as principais características da época que, aos poucos, “começaram a ser substituídos por empresas jornalísticas com estrutura complexa, dotadas de equipamentos gráficos

---

<sup>10</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., A imprensa da independência e do primeiro reinado: alguns apontamentos, p. 21.

<sup>11</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 25.

<sup>12</sup> MARTINS, Ana Luiza, *Imprensa em tempos de Império*, p. 47.

<sup>13</sup> MARTINS, Ana Luiza, *Imprensa em tempos de Império*, p. 45-80.

sofisticados”.<sup>14</sup> Porém, conforme ressalta Ribeiro, no final do século XIX e início do século XX, não se pode falar numa “empresa jornalística”, pois a “maioria dos diários ainda era essencialmente instrumento político”.<sup>15</sup>

No entanto, as inovações tecnológicas e os avanços de ordem econômica e industrial trouxeram anunciantes para a imprensa e as melhorias do transporte também propiciaram progressos, potencializando o consumo. Assim, lentamente, o modelo artesanal de se produzir os impressos foi dando lugar ao processo mecanizado. Merece destaque o uso do telégrafo, pois graças “a sua implantação nos periódicos mais importantes da cidade do Rio de Janeiro, a partir de 1874, é possível noticiar fatos do mundo [...] e transportar até províncias longínquas”.<sup>16</sup>

O aumento expressivo do contingente populacional nas décadas iniciais do século XX, especialmente nas metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, acabou por resultar no avanço da massa leitora, caracterizando o período dos anos iniciais do século XX como uma fase próspera, com “diversificação das atividades produtivas; pela nova ordem política republicana, com programas de alfabetização e remodelação das cidades”.<sup>17</sup>

Esse foi um momento de grande popularização da imprensa, incontáveis revistas e jornais surgiram nas primeiras décadas do século XX. Diante desse cenário de expansão do ramo jornalístico, no ano de 1908 foi criada a *Associação de Imprensa*, por Gustavo de Lacerda, e, posteriormente, o nome foi mudado para *Associação Brasileira de Imprensa*.<sup>18</sup>

Nesse período, a efervescência do periódico tipo revista trouxe ganhos para a imprensa do país. Suas inovações técnicas, o uso marcante da ilustração e das informações leves, popularizaram esse gênero, aumentando significativamente a publicidade no setor. Era importante, por exemplo, para os produtores de café, anunciarem nos órgãos de imprensa, assim, cabia “às revistas maior divulgação de anúncios ilustrados em cores [...], pois elas usufruíam de melhor resolução”.<sup>19</sup>

---

<sup>14</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 25.

<sup>15</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 27.

<sup>16</sup> BARBOSA, Marialva, *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*, p. 21.

<sup>17</sup> LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza, *Imprensa e cidade*, p. 37.

<sup>18</sup> “Está fundada, nesta capital, a contar de 7 do corrente de 1908, a Associação de Imprensa.” A frase é de Gustavo Lacerda, na edição do matutino *O País*. Este trecho e mais informações encontram-se no verbete *Associação Brasileira de Imprensa*, que pode ser encontrado em: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coordenadores). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC, 1984, p. 220-223.

<sup>19</sup> ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes, *Imprensa a serviço do progresso*, p. 95.



Nesse sentido, os investimentos também eram de maior monta e uma lógica empresarial se formatava nos prelos das principais cidades do país, característica marcante da República Velha. A “imprensa [...] havia conquistado o seu lugar, definido a sua função, provocado a divisão do trabalho em seu setor específico, atraído capitais.”<sup>20</sup> Esse rearranjo de gestão e produção da imprensa fez com que os proprietários buscassem a todo custo “assegurar a saúde financeira do empreendimento, o que exigia uma administração racional, capaz de otimizar lucros, aliada à atualização da maquinaria e das técnicas”.<sup>21</sup> Além desses fatores, esse período proporcionou a proliferação da produção do jornalismo. Dados impressionantes foram levantados pelo *Departamento Nacional de Estatística* e apresentados por Ana Luiza Martins, em que se constatou que, entre os anos de 1912 e 1930, houve um aumento significativo do número de publicações, especialmente de revistas semanais e mensais. Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro destacavam-se pelo número de títulos, sendo que o primeiro tinha 702 registrados, e o segundo, 524 títulos, dos mais variados temas.<sup>22</sup>

## 1.2) Década de 1950

É possível dizer, contudo, que, mesmo com o avanço profissional e técnico da imprensa brasileira, até o início da segunda metade do século XX, duas características ainda eram marcantes; a primeira reside no fato de que o modelo de escrita estava ainda muito ligado à opinião, mesmo dando indícios de uma mudança, uma vez que, os “posicionamentos políticos-ideológicos passaram a exigir, no entanto, um pouco mais de sutileza”.<sup>23</sup> Em segundo lugar, a literatura permanecia fortemente ligada aos impressos periódicos até por conta da “ausência de mercado editorial forte” (livreiro), que obrigava os “escritores a ter que trabalhar em outras ocupações para garantir a sobrevivência, certamente, o jornal e a revista eram as grandes possibilidades”.<sup>24</sup>

Todavia, na década de 1950, a imprensa já estava bastante mudada, consolidando o perfil empresarial na sua gestão e deixando de lado um pouco a tendência de “tradição de

---

<sup>20</sup> SODRÉ, Nelson W., *História da imprensa no Brasil*, p.315.

<sup>21</sup> LUCA, Tania Regina de, *Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*, p. 36.

<sup>22</sup> MARTINS, Ana Luiza, *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, p. 278.

<sup>23</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 27.

<sup>24</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*, p. 147.

polêmica, de crítica e de doutrina, substituindo-a por um jornalismo que privilegiava a informação (transmitida ‘objetiva’ e ‘imparcialmente’ na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião”.<sup>25</sup> Buscou-se a autonomização do campo jornalístico em relação ao literário, que foi muito importante na construção de sua legitimidade, porém, era necessário fazer um jornalismo moderno, permeado pela busca da neutralidade e objetividade.<sup>26</sup>

Até a década de 1950, “os periódicos brasileiros seguiam então o modelo francês de jornalismo, cuja técnica de escrita era bastante próxima da literária. Os gêneros mais valorizados eram aqueles mais livres, opinativos, como a crônica, o artigo polêmico e o de fundo”.<sup>27</sup> Porém, a partir desse período, houve um afastamento do padrão de escrita francês, para se adequar ao modelo jornalístico norte-americano, mais objetivo e conciso, com poucas aberturas para as opiniões dos seus articulistas, em que se almejava dar mais credibilidade aos fatos. “A imprensa foi deixando de ser definida como um espaço do comentário, da opinião e da experimentação estilística e começou a ser pensada como um lugar neutro, independente.”<sup>28</sup>

A influência americana impôs “ao jornalismo noticioso um conjunto de restrições formais que diziam respeito tanto à linguagem quanto à estruturação do texto”<sup>29</sup>. Vale a pena citar o *lead*, como uma das técnicas absorvidas pelo jornalismo brasileiro. Conforme Ribeiro, “o *lead* era a abertura do texto, o primeiro parágrafo, que devia resumir o relato principal, respondendo a seis perguntas básicas: Quem? Fez o quê? Quando? Onde? Como? E por quê?”.<sup>30</sup> Além dessa técnica, havia também a “pirâmide invertida”, ou seja, “o texto noticioso deveria ser estruturado segundo a ordem decrescente de interesse e relevância das informações”.<sup>31</sup> Isso se dava pelo fato de que, já nesse período, a sociedade sofria problemas com escassez de tempo, que afetavam o dia-a-dia das pessoas. Desse modo, se o leitor não pudesse fazer uma leitura completa do artigo ou da reportagem em sua totalidade, nos seus

---

<sup>25</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*, p.148.

<sup>26</sup> BARBOSA, Marialva, *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*, p. 150.

<sup>27</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*, p.148.

<sup>28</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*, p.148.

<sup>29</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 30.

<sup>30</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 30-31.

<sup>31</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 31.

parágrafos iniciais as informações mais importantes já deviam estar expostas. “O ritmo cada vez mais acelerado da vida moderna exigia adaptações para tornar os veículos dinâmicos para as notícias e para a propaganda.”<sup>32</sup>

Ana Paula Goulart Ribeiro acredita que o

[...] efeito de objetividade e neutralidade do discurso jornalístico – produzido a partir das novas técnicas redacionais – foi um dos grandes responsáveis pela acolhida que ele passou a ter. A própria intenção (ou presunção) de objetividade – constantemente reafirmada nos espaços de auto-referenciação – se tornou, para quem consumia notícia, uma certa garantia.<sup>33</sup>

Assim, merece destaque o fato de que diversas mudanças ocorreram no Brasil, especialmente, no período do segundo pós-guerra, tanto no cenário político quanto no econômico, pois o Brasil se alinhou aos Estados Unidos e, de tal maneira, isso influenciou até mesmo o afrouxamento do controle da imprensa e ainda provocou mudanças na escrita jornalística.

Como se sabe, após a Segunda Guerra Mundial, apresentava-se ao mundo uma nova configuração no cenário geopolítico, emergindo duas forças principais: Estados Unidos e União Soviética. Assim, “o Brasil se manteve firmemente alinhado com os Estados Unidos, numa política de bloco que [...] refletia a convicção de que esta seria a melhor maneira de conseguir da potência hegemônica o apoio necessário ao desenvolvimento do país”.<sup>34</sup> Nesse sentido, houve uma “aproximação crescente [...] aos interesses norte-americanos [...]”, não só em relação ao “capital e a ideologia política, mas também no modelo norte-americano de fazer jornal e tocar a imprensa”.<sup>35</sup>

Isso desencadeou mudanças também na “perspectiva visual” dos periódicos. O jornalismo brasileiro seguia até então o modelo francês de distribuição de imagens, reportagens, havia um “excesso de títulos, ausência de lógica na hierarquia do material, etc”.<sup>36</sup> Houve, nesse sentido, reformas gráficas que puderam dar maior coerência aos aspectos materiais dos periódicos, assim, recursos “típicos de revistas, passaram a ser utilizados nos

---

<sup>32</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 32.

<sup>33</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 14-15.

<sup>34</sup> SOUTO MAIOR, Luiz A. P., *Brasil-Estados Unidos: desafios de um relacionamento assimétrico*, p. 46.

<sup>35</sup> LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza, *Imprensa e cidade*, p. 74.

<sup>36</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 33-34.

jornais diários. Subtítulos, entretítulos, *boxes*, textos complementares movimentavam e embelezavam as páginas, tornando sua leitura mais agradável”.<sup>37</sup>

Formatavam-se, então, novas perspectivas para a imprensa e certamente a influência da aproximação com os Estados Unidos teve importante papel, mas não se pode reduzir todo o processo a isso, pois desde a década de 1920 já se delineava a emergência de uma imprensa preocupada com a objetividade frente à subjetividade, pois o *jornal-empresa*, ao dar ênfase ao conteúdo informativo, ganhava vantagens sobre os diários vinculados à disputa política, que tendiam a uma audiência limitada. A dinâmica do mercado (a busca pelo aumento da comunidade de leitores) também contribuiu para a busca pela neutralidade. Procurava-se pensar a imprensa como um lugar neutro, independente, como um gênero de estabelecimentos de verdade, e os acontecimentos diários deviam ser concebidos como notícia, unidade básica de construção dos jornais.<sup>38</sup>

No Brasil, o jornalista tentava se desfazer um pouco da imagem de mero reprodutor da fala política. Para tanto, buscava-se a “mítica da objetividade [...] fundamental para dar ao campo lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor”.<sup>39</sup> Esse era um dos passos necessários para a profissão jornalística ganhar mais respeito e representatividade junto à sociedade, sendo capaz de reproduzir os acontecimentos da melhor maneira para o seu leitor, de modo que este compreendesse os fatos da realidade, por meio da *palavra* do jornalista.

Esse é um tipo de jogo de representação, de constituir-se como grupo. Por isso, o “discurso jornalístico passou a se revestir de uma ‘aura de fidelidade aos fatos’, que lhe conferiu um considerável poder social”.<sup>40</sup> Assim, não será mais apenas no campo político que exercerá sua força, “mas, sobretudo, conseguir mobilização maior do público. Quanto maior a sua audiência, maior sua divulgação e a lógica da conquista do próprio poder”, assim, o “momento social da década de 1950”, se faz crucial para uma imprensa que quer se transformar em porta-voz “da modernização”.<sup>41</sup>

O jornalismo do pós-segunda guerra passou a dar maior ênfase aos aspectos econômicos, cujos dados que antes repercutiam apenas indiretamente, passaram a influir

---

<sup>37</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 34.

<sup>38</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*, p. 148-155.

<sup>39</sup> BARBOSA, Marialva, *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*, p. 150.

<sup>40</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 14.

<sup>41</sup> BARBOSA, Marialva, *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*, p. 153.

diretamente nas páginas dos jornais.<sup>42</sup> Contudo, é necessário ressaltar que o “aspecto político jamais desapareceu totalmente, exercendo um papel fundamental – estrutural – na dinâmica das empresas jornalísticas”, mesmo quando avançaram no aspecto de “gestão e administração”, uma vez que somente a publicidade e as vendas “não eram suficientes para garantir autonomia” financeira. Por essa razão, é importante dizer que a imprensa nunca deixou totalmente de se alinhar politicamente, pois o “apoio a determinados grupos no poder ou na oposição era essencial para garantir a sobrevivência das empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade”.<sup>43</sup>

A partir da década de 1950, em decorrência da mudança da estrutura produtiva do país, houve um aumento do mercado publicitário, pois “o Estado começou a adotar novas estratégias de financiamento para a indústria e elegeu o setor de bens de consumo duráveis como ponta da acumulação capitalista”.<sup>44</sup> Conforme resalta Abreu,

Nos anos 50 começaram os investimentos no setor publicitário e teve início a implantação no país de grandes agências nacionais e estrangeiras de publicidade; os anúncios de automóveis, eletrodomésticos, produtos alimentícios e produtos agrícolas até de produtos artesanais os mais variados. Foi criada em 1951 a primeira escola de propaganda, a Cásper Líbero, em São Paulo, e nesse mesmo ano deu-se a fundação da Associação Brasileira de Agências de Propaganda.<sup>45</sup>

Mais uma vez, nas palavras de Abreu, os jornais “passaram a obter 80% de sua receita dos anunciantes”. Em decorrência disso, o “aporte de novos recursos permitiu também a modernização gráfica da empresa jornalística, embora isso ocorra mais para o final da década”.<sup>46</sup>

Outro fator importante, que pode ser elencado como especial para a mudança da imprensa na década de 1950, está relacionado ao período de redemocratização pós-Estado Novo no Brasil. Nesse sentido, um dos aspectos que também influenciaram nas mudanças do fazer jornalístico foi possível por conta do “clima de liberdade política que vivia o País num contexto constitucional e democrático”,<sup>47</sup> uma vez que a imprensa havia sido fortemente

---

<sup>42</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*, p. 156.

<sup>43</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*, p. 156.

<sup>44</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 48.

<sup>45</sup> ABREU, Alzira A., *Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50*, p. 16-17.

<sup>46</sup> ABREU, Alzira A., *Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50*, p. 17.

<sup>47</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 43.

controlada, no período do governo Vargas, especialmente por meio do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda)<sup>48</sup>.

Diversos foram os aspectos que proporcionaram as mudanças jornalísticas no início da segunda metade do século XX e, seguramente, não cabe aqui uma explicação muito detalhada, dadas as limitações dimensionais deste trabalho e do destaque dado pela bibliografia especializada. Apresentei apenas algumas das características do período, de modo que seja possível situar a revista *Brasil-Oeste* nesse processo todo, para que se entenda sua relação com as mudanças do jornalismo brasileiro e também suas peculiaridades.

Assim, faz-se necessário apresentar preliminarmente a história da revista e também um breve histórico de seu idealizador, Fausto Vieira de Campos. Esse periódico, que trazia no interior de suas páginas o *ideal* do jornalismo do período – levar ao seu leitor as palavras *desenvolvimento* e *modernidade* –, se comportava como boa parte da imprensa, situando-se como “intermediário entre o poder público e o público”, revelando a esfera do jornalismo não apenas como “um contrapoder, mas como poder instituído”.<sup>49</sup>

### 1.3) A revista *Brasil-Oeste*: breves considerações

A revista *Brasil-Oeste* foi um periódico produzido no Estado de São Paulo sob a direção dos jornalistas Fausto Vieira de Campos, seu filho Fausto M. G. V. de Campos e do empresário Alberto Leme. De modo resumido, pode-se dizer que sua linha editorial se dedicava a difundir reportagens e artigos que abrangessem o mundo dos negócios agropastoris, direcionando seu olhar para a região oeste do Brasil (especialmente o Estado de Mato Grosso), por meio de anúncios e informações sobre a política e economia.

Essa revista circulou entre os anos de 1956 e 1967, totalizando a produção de 123 edições. Inicialmente, a *Brasil-Oeste* foi lançada de maneira independente, sem vínculo com nenhuma editora. Contudo, a partir do segundo ano de circulação, passou a ser publicada pela *Brasil-Oeste Editôra Ltda.*

A *Brasil-Oeste Editôra* foi oficializada no dia 30 de outubro de 1957, e os diretores principais da revista eram também os sócios envolvidos nesse empreendimento: Fausto Vieira de Campos e Fausto M. G. V. de Campos. Logo abaixo, apresenta-se integralmente o

---

<sup>48</sup> Getúlio Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, durante a vigência do Estado Novo. Esse órgão foi extinto em 25 de maio de 1945, pelo Decreto-Lei nº 7.582, que criou o Departamento Nacional de Informações (DNI).

<sup>49</sup> BARBOSA, Marialva, *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*, p. 163.

*Contrato Social* dessa empresa, pois acredito ser importante citá-lo, uma vez que ali é possível observar que todas as ações eram empreendidas e controladas pelos Campos:

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados, FAUSTO VIEIRA DE CAMPOS, brasileiro, casado, e FAUSTO MORAES GODOY DE CAMPOS, brasileiro, solteiro, maior, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, contratam uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, para a exploração do ramo de Editôra de Revistas e de quaisquer outras atividades conexas a êste objetivo, que de qualquer forma, venham incentivar o desenvolvimento de seus interesses, com séde nesta Praça, à Praça da Sé n° 184 – 4° andar – conj. 401, devendo funcionar sob as clausulas e condições seguintes:

1°) A sociedade girará sob a denominação de BRASIL-OESTE EDITÔRA LTDA., que será empregada nos negócios sociais, seguida da firma de qualquer dos sócios, sendo que nenhum deles poderá usar o nome da Sociedade em negócios alheios e estranhos aos designados no preâmbulo deste contrato.

2°) O Capital Social será de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), representado por 300 (trezentas) cotas do valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada uma, que serão realizadas e distribuídas da seguinte forma: Fausto Vieira de Campos – 200 cotas de Cr\$ 1.000,00 = Cr\$ 200.000,00 Fausto Moraes Godoy de Campos – 100 cotas de Cr\$ 1.000,00 = Cr\$ 100.000,00

§ ÚNICO – Os sócios se responsabilizam pela totalidade do Capital-Social.

3°) A séde da Sociedade BRASIL-OESTE EDITÔRA LTDA., fixada à Praça da Sé n° 184 – 4° andar – conj. 401, como consta no preâmbulo dêste contrato, sendo permitida a mudança da referida séde, bem como a abertura ou fechamento de filiais, onde fôr conveniente, dependendo sempre da necessidade de prévio entendimento entre os sócios.

4°) A duração da Sociedade será por tempo indeterminado, começando a vigorar nesta data.

5°) Se a qualquer tempo, algum dos sócios pretender retirar-se da Sociedade e os demais queiram continuar, poderá fazê-lo ficando entretanto obrigado a notificar os mesmo com a antecedência mínima de 3 (treis) meses.

6°) A gerência da firma será exercida por ambos os sócios, os quais, distribuirão entre si, os serviços de administração, e quanto às relações Bancarias para a emissão de cheques, ou empréstimos, poderão ser assinadas por qualquer dos sócios.

§ ÚNICO – Nenhum dos sócios poderá usar o nome da firma em atos estranhos aos objetivos e fins da mesma, sob pena de nulidade desses atos e de responder pessoalmente pelas obrigações que contrair, especialmente cartas de fiança, títulos de seu favor ou de terceiros.

7°) Pelos serviços que prestarem a firma, ambos os sócios perceberão uma retirada mensal de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), cada um, a título de Pró-Labore, que serão levadas para Despesas Gerais.

8°) Os lucros, bem como os prejuízos que se verificarem em Balanço Geral, realizado a 31 de dezembro de cada ano, serão divididos entre os sócios em partes proporcionais ao Capital de cada um dêles, sendo que os referidos Balanços deverão ser assinados por ambos os sócios.

§ ÚNICO – A distribuição dos lucros far-se-á depois de deduzida uma parte nunca inferior a 20% (vinte por cento) dos mesmos, para a constituição de um Fundo de Reserva, isto em comum acôrdo entre os sócios.

9°) A morte de qualquer dos sócios não implicará na extinção do negócio, que poderá, havendo acôrdo entre o sócio remanescente e os herdeiros ou sucessores do falecido, continuar mediante novo contrato.

10°) Os casos omissos neste contrato, serão regidos pelas disposições das Leis e usos vigentes e aplicáveis aos mesmos.<sup>50</sup>

---

<sup>50</sup> Contrato Social da *Brasil-Oeste Editôra Ltda.*, 30 de outubro de 1957. Todas as cláusulas. Junta Comercial de São Paulo (SP). Maiúsculas do original. Resolvi manter a ortografia da época. Isso vale para todos os casos em que forem citados trechos das fontes e bibliografia utilizados neste trabalho.

Percebe-se que não existe menção alguma ao nome de Alberto Leme, que figurava como diretor-proprietário nas primeiras edições. Isso acontece porque quando a editora foi criada, Leme já não fazia mais parte do corpo editorial da revista *Brasil-Oeste*.<sup>51</sup> Desse modo, nota-se que se tratava de uma pequena empresa, bem centrada nos interesses da família Campos e que se dedicava a publicar “revistas e de quaisquer outras atividades conexas a êste objetivo”.

Possuo escassas informações acerca de outras possíveis publicações dessa editora. Sei dizer, no entanto, que além da revista *Brasil-Oeste*, esse empreendimento publicou a segunda e terceira edições do livro de Fausto Vieira de Campos, *Retrato de Mato Grosso*, (que mais adiante será analisada com maior cuidado), e lançou a obra *Marechal Rondon*, escrita por Demóstenes Martins,<sup>52</sup> publicada no ano de 1963. Até onde obtive dados, não existem outras publicações por parte dessa editora.

Anos depois da oficialização da editora, houve uma alteração contratual no dia 18 de agosto de 1964. O Capital Social declarado da empresa aumentava para o valor de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), e mais uma vez Fausto Vieira de Campos figurava como maior investidor, depositando o montante de Cr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros), enquanto Fausto M. G. V. de Campos completou com Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).<sup>53</sup>

A editora, no entanto, não era responsável pela impressão da revista. Esse serviço era terceirizado. Nas primeiras quatorze edições, não há informação sobre onde era feita a impressão, no entanto, entre os números 15 e 32, a responsabilidade por imprimir a *Brasil-Oeste* coube ao *Estabelecimento Gráfico Politipo Ltda*. Mais adiante, essa empresa mudou o nome para *Editôra e Gráfica Supertipo Ltda.*, e continuou envolvida nesse procedimento até o nº 45. No mês de julho de 1960 (nº50), a impressão do mensário ficou sob os cuidados da *Editôra “Ave Maria” Ltda*. Ambas as gráficas estavam endereçadas na em São Paulo (SP).

---

<sup>51</sup> Mais adiante voltarei a falar sobre a saída de Alberto Leme do grupo de diretores da revista *Brasil-Oeste*.

<sup>52</sup> Demóstenes Martins foi um advogado, escritor e político pernambucano, estabelecido ao sul do antigo Mato Grosso. Foi prefeito de Nioaque (1921); intendente de Bela Vista (1923); prefeito de Campo Grande (1942-1945); foi secretário da Agricultura e do Interior, Justiça e Finanças do Estado de Mato Grosso, nas gestões de Fernando Corrêa da Costa (1951-1956 e 1961-1966). Em 1973, foi declarado Cidadão Mato-Grossense pela Assembleia Legislativa. Faleceu em 15 de março de 1995, em Campo Grande (MS). Informações disponíveis em: <http://www.acletrasms.com.br/lersuplem.asp?IDSupl=290>, acesso em 05/01/2011.

<sup>53</sup> Alteração Contratual nº 339.493, em 18 de agosto de 1964. Cláusula segunda. Junta Comercial de São Paulo (SP).



Contudo, nas edições posteriores, não existem mais informações sobre o local de prensa da revista.

As dimensões da *Brasil-Oeste* eram de 27 cm x 18,5 cm, ultrapassando a média das principais revistas do mesmo segmento temático, nesse caso, as agrônomicas, conforme será demonstrado no Quadro 1, formulado a partir dos dados encontrados no *Anuário Brasileiro de Imprensa*.<sup>54</sup>

Em relação ao número de exemplares que circulavam a cada publicação, boa parte das revistas agrônomicas apresentadas pelo *Anuário Brasileiro de Imprensa* lançava mensalmente algo entre de 4.500 a 25.000 exemplares, salvo o caso da revista *Mundo Agrário*, que chegava à dissonante marca de 50.000 exemplares mensais. A tiragem máxima da revista *Brasil-Oeste* atingiu a quantia de 18.500 exemplares no ano de 1967, conforme os dados apresentados no próprio mensário. Porém, não foi possível conseguir os números referentes aos primeiros anos de circulação, uma vez que, em princípio, o periódico não fornecia essa informação, mas é possível supor que não destoava das similares do gênero.

**QUADRO 1**  
**Revistas agrônomicas listadas no *Anuário Brasileiro de Imprensa***

<b>Título da revista</b>	<b>Local de Produção</b>	<b>Tiragem por edição (número de exemplares)</b>	<b>Dimensões</b>
A Lavoura	Rio de Janeiro	5.000 mil	22 cm x 15 cm
Agricultura Mecanizada	Rio de Janeiro	6.000 mil	23 cm x 16 cm
Agricultura e Pecuária	Rio de Janeiro	25.000 mil	23 cm x 15 cm
Anuário Agrícola Brasileiro	São Paulo	25.000 mil	20 cm x 16 cm
Brasil Rural	São Paulo	25.000 mil	20 cm x 16 cm
Chácaras e Quintais	São Paulo	20.000 mil	19 cm x 13 cm
Fauna	São Paulo	10.000 mil	23 cm x 15 cm
Gado Holandês	São Paulo	3.000 mil	24 cm x 15 cm
Lavoura e Criação	São Paulo	6.500 mil	23 cm x 15 cm
Mundo Agrícola	São Paulo	25.000 mil	19 cm x 12 cm
Mundo Agrário	Rio de Janeiro	50.000 mil	30 cm x 22 cm
Revista dos Criadores	São Paulo	5.000 mil	24 cm x 18 cm
Revista Granja	Rio Grande do Sul	4.000 mil	-----
Revista Zebú	Minas Gerais	4.000 mil	23 cm x 16 cm
Seleções Agrícolas	Rio de Janeiro	8.100 mil	16 cm x 11 cm
Sítios e Fazendas	São Paulo	20.000 mil	24 cm x 15 cm

Fonte: *Anuário Brasileiro de Imprensa*, 1956-1957.

A *Brasil-Oeste* foi distribuída mensalmente, porém, em certas ocasiões essa lógica se alterava. No primeiro ano, foram lançadas apenas oito edições, e nos anos seguintes, manteve

<sup>54</sup> *Anuário Brasileiro de Imprensa*. Rio de Janeiro, PN, 1957. Esse anuário era publicado pela *Emprêsa Jornalística PN S.A.*, com o intuito de difundir as principais novidades do mundo na imprensa.

uma média de 10 a 12 publicações anuais, decaindo novamente nos dois últimos anos, 1966 e 1967, quando publicou apenas oito e quatro números respectivamente.<sup>55</sup> O número de páginas variava conforme sua edição, mas em média a revista tinha em torno de quarenta e cinco, chegando algumas edições a extrapolar essa quantia.<sup>56</sup> Nas publicações do último ano em que circulou, o mensário foi publicado com apenas 25 páginas em média. É bom dizer que, dentre as diversas possibilidades temáticas que circulavam na imprensa brasileira desde o início do século XX, o setor agrônômico era um dos segmentos de maior projeção.

Ana Luiza Martins indica que no final do século XIX houve uma crise no setor cafeeiro que acabou por desencadear a “baixa cotação internacional do produto, desarticulando fortunas, propriedades e trabalhadores do campo”. O “lavrador brasileiro lidava com técnicas primitivas do amanho do solo e cultivo dos produtos da terra” e “mesmo o cafeeiro paulista, tido como inovador na mecanização agrícola, mostrava-se refratário a aplicações econômicas que qualificassem e potencializassem seus negócios”.<sup>57</sup> Esse homem do campo (especialmente o fazendeiro paulista) se viu obrigado a buscar mais informações de mercado e essa “necessidade [...] justificava o investimento no periodismo agrícola”. Assim, exigiu-se “um proprietário mais informado e atento, capaz de gerenciar mão de obra competitiva, vendas diretas de café aos escritórios estrangeiros, mecanismos para fornecimento de crédito, otimização da produção”.<sup>58</sup>

Por consequência disso, o gênero agrônômico inicialmente modesto, com características de folhetos e boletins, ganhou fôlego e cresceu na ordem de títulos 47,8% entre os anos de 1912-1930, principalmente, porque “o agricultor de médio porte passou a ser também um leitor, engrossando o público consumidor, transformando o gênero agrícola em filão comercial dos mais atraentes para investimentos, contemplando de anúncios de implementos agrícolas à necessária orientação técnica sobre produtos do campo”.<sup>59</sup>

Na década de 1950, consolidava-se definitivamente na imprensa brasileira o ramo das revistas especializadas, e, adiciona-se a isso o fato de que também se ampliavam os debates acerca do desenvolvimento do país, econômica e estruturalmente, o que significa

---

<sup>55</sup> As falhas nos intervalos entre as edições normalmente eram explicadas ao leitor, especialmente nos últimos números, quando a crise financeira na *Brasil-Oeste* foi intensa, porém, voltarei a debater esse tema no capítulo seguinte.

<sup>56</sup> Em algumas edições especiais, a revista foi publicada com 95 páginas.

<sup>57</sup> MARTINS, Ana Luiza, *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, p. 282.

<sup>58</sup> MARTINS, Ana Luiza, *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, p. 283-284.

<sup>59</sup> MARTINS, Ana Luiza, *Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras*, p. 67.

dizer que até as revistas com segmentação específica debatiam temas diversos, uma vez que isso permitia o aumento de anunciantes de vários setores, pois conforme foi dito, os investimentos da publicidade aumentavam e se diversificavam consideravelmente.<sup>60</sup> No caso específico das revistas agrônômicas, a política e a economia eram temas profundamente ligados às questões do campo.

Cumprido destacar que, desde os fins do século XIX e início do XX, as revistas agrônômicas tinham como principal característica fazer de suas páginas um canal de propaganda e defesa dos fazendeiros produtores de café, como destacou Ana Luiza Martins em relação à revista *O Fazendeiro*, que serve como exemplo principal de uma tendência mercadológica da época. O público que esse periódico buscava atingir ia do proprietário ao colono, mas também “o capitalista empreendedor do setor cafeeiro e as companhias exportadoras, tornando-se [um] *impresso* inestimável no quadro da economia da época”.<sup>61</sup>

Assim, o segmento agrícola vinha num constante progresso no mercado jornalístico, atingindo grande importância por ser “responsável pela divulgação da política do setor agrícola e de seu beneficiamento técnico”. Além disso, aproveitando-se do crescente desenvolvimento da propaganda, a revista tornou-se um veículo “publicitário dos mais efetivos”, pois foi “através da porta do periodismo agrícola que se deu parte da colocação de produtos norte-americanos no Brasil, de utilidades domésticas a implementos agrícolas”, uma vez que o periódico de tendência agrícola informava também “balanços e avaliações do comércio e indústria”.<sup>62</sup>

Recorro mais uma vez ao *Anuário Brasileiro de Imprensa* para apontar um dado importante em relação à soma de valores que o empreendimento jornalístico movia nesse período. Segundo os dados apresentados por Genival Rabelo, Presidente da Associação Brasileira de Propaganda, o artigo *A Propaganda provocou a revolução da Imprensa Brasileira*, “as inversões globais de publicidade no ano passado” (remetendo-se a 1956), “montaram a 9,2 bilhões de cruzeiros, ultrapassando nada menos que 3,4 bilhões as de 1955. Considerando-se que mais de 40% dessa vultosa soma foi absorvida pela imprensa”.<sup>63</sup>

No ano de 1955, segundo informações retiradas do artigo *A Publicidade é irmã gêmea da Imprensa*, o ramo das revistas já recebia o montante de 11,8% do total investido

---

<sup>60</sup> ABREU, Alzira A., Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50, p. 16.

<sup>61</sup> MARTINS, Ana Luiza, *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, p. 289. Os grifos são meus.

<sup>62</sup> MARTINS, Ana Luiza, *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, p. 301.

<sup>63</sup> *Anuário Brasileiro de Imprensa*, Rio de Janeiro, PN, 1957, p. 6.

pela publicidade para a imprensa.<sup>64</sup> Isso leva a crer que a década de 1950 foi um momento propício para o investimento no ramo empresarial jornalístico, que podia render bons dividendos para o empreendedor. É válido, ressaltar mais uma vez, que ainda havia muito dinheiro da política injetado nos órgãos de imprensa, resultado das dificuldades na gestão empresarial e aquisição de fontes de renda somente com assinaturas e até mesmo com publicidade.<sup>65</sup>

Desse modo, o que parece ser importante assinalar é que, na década de 1950, o ramo das revistas especializadas parecia ser um bom negócio para se investir dinheiro, especialmente quando se tratava de um mensário voltado para o público agropastoril, em decorrência do sucesso desse segmento, conforme foi apontado. Fica uma pergunta, teria Fausto Vieira de Campos resolvido se “aventurar” nesse ramo empresarial jornalístico por conta desse *boom* envolvendo a imprensa no período ou havia algum outro motivo em especial?

#### 1.4) Fausto Vieira de Campos: o “bandeirante” da imprensa paulista

Conforme tive oportunidade de mencionar na introdução deste trabalho, apesar das escassas fontes e informações sobre Fausto Vieira de Campos, utilizo alguns dados encontrados em diferentes documentos. Dentre eles, a versão brasileira do anuário social *Who's Who*.

Parafrazeando Flavio Heinz, quando se pretende fazer um estudo biográfico, diversos são os tipos de fonte que auxiliam o historiador nessa tarefa, tais como documentos privados, dicionários biográficos específicos, inventários, necrológios, entre outros tantos. Contudo, Heinz analisa outro tipo de fonte especial para encontrar informações sobre personalidades de uma determinada época: trata-se dos anuários sociais.<sup>66</sup>

O *Who's Who* foi publicado em versão brasileira pela primeira vez no ano de 1948, quando surgiu sob a designação *Quem é Quem no Brasil*. Esse anuário social “funciona como uma espécie de fotografia de indivíduos cujo grande mérito parece ser o de ter conseguido

---

<sup>64</sup> *Anuário Brasileiro de Imprensa*, Rio de Janeiro, PN, 1957 p. 32.

<sup>65</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950?

<sup>66</sup> HEINZ, Flávio M., Do uso do *Who's Who* e de outros dicionários biográficos na construção de biografias coletivas das elites sociais e políticas do Brasil contemporâneo.

incorporar ao longo de uma carreira, *elementos valorizados* em seu meio de elite”.<sup>67</sup> No prefácio do sétimo volume, do ano de 1963, os editores do anuário ressaltavam que “o *WHO’S WHO* brasileiro segue os mesmos ditames de seus congêneres em outros países: difundir os nomes dos *valores nacionais* que *contribuem* sobremaneira com seus conhecimentos pelo *progresso* da nação”.<sup>68</sup>

Como ressalta Heinz, as informações contidas nos anuários sociais apresentam em relação aos demais tipos de fonte, “determinadas vantagens ao historiador empenhado em investigar as elites”, pois esses anuários de sociedade, “têm, com efeito, o mérito de reposicionar, através do relato sistemático de características pessoais intransferíveis dos biografados – ascendência e descendência familiares, participação em clubes sociais e associações *seletas*”, fazendo com que isso eleve “o indivíduo à condição de membro de *grupo de elite*”. Assim, o “*Who’s Who*, traça, portanto, o perfil de indivíduos *reconhecidos* pelos seus pares ou por outros como ocupantes de posições de destaque em suas profissões ou em seu meio social”.<sup>69</sup> Algumas desvantagens também se fazem presentes, pois ele é muito econômico de informações, e, portanto, incapaz de revelar as peculiaridades da vida dos biografados.<sup>70</sup>

É importante dizer que esse tipo de anuário, como condensa demais as informações, acaba por canalizá-las em favor daquilo que o biografado deseja que seja publicado, - aquilo que é do *seu interesse* e que permite que *seu perfil* seja apresentado para a sociedade tal como ele deseja -. Heinz informa que é difícil “ter precisão na parte de responsabilidade que tiveram os biografados na elaboração de suas próprias biografias e, portanto, na ‘escolha’ daquilo que *devia* ser publicado”. Em outras palavras, “algumas omissões podem originar-se não necessariamente nos critérios editoriais dos anuários e dicionários, mas antes, no fornecimento voluntário de dados biográficos parciais da parte dos interessados”.<sup>71</sup>

Na revista *Brasil-Oeste*, edição nº 71, a estrutura descritiva da trajetória de vida de Fausto Vieira de Campos é muito semelhante aos dados coletados junto ao anuário social

---

<sup>67</sup> HEINZ, Flávio M., Do uso do *Who’s Who* e de outros dicionários biográficos na construção de biografias coletivas das elites sociais e políticas do Brasil contemporâneo, p.51-53. Os grifos são meus.

<sup>68</sup> Quem é Quem no Brasil, Vol. VII, 1963. Os grifos são meus. Maiúsculas do original.

<sup>69</sup> HEINZ, Flávio M., Do uso do *Who’s Who* e de outros dicionários biográficos na construção de biografias coletivas das elites sociais e políticas do Brasil contemporâneo, p.50-52. Os grifos são meus.

<sup>70</sup> HEINZ, Flávio M., Do uso do *Who’s Who* e de outros dicionários biográficos na construção de biografias coletivas das elites sociais e políticas do Brasil contemporâneo, p.52.

<sup>71</sup> HEINZ, Flávio M., Do uso do *Who’s Who* e de outros dicionários biográficos na construção de biografias coletivas das elites sociais e políticas do Brasil contemporâneo, p.57.

*Quem é Quem no Brasil*, assim como as informações que foram obtidas pela entrevista feita via correspondência eletrônica com Fausto M. G. V. de Campos, que fez um breve relato sobre a vida profissional de seu pai, sem adentrar em aspectos mais detalhados do biografado.

No entanto, mesmo sem especificar aspectos mais íntimos da vida de seu pai, a entrevista foi importante para preencher determinadas lacunas e fazer o confronto das fontes que eu possuía. Ainda que por correspondência eletrônica, o diálogo mantido com Fausto M. G. V. de Campos foi importante, uma vez que me permitiu ampliar o leque de elementos sobre aquilo que envolveu a história da revista *Brasil-Oeste*.

No caso das informações obtidas com Fausto M. G. V. de Campos sobre aspectos mais gerais de seu pai, elas não diferem muito das outras fontes, porém, foi possível coletar alguns detalhes importantes sobre a vida de Fausto Vieira de Campos, e que serão exploradas mais adiante. De modo geral, ainda que escassas, acredito que toda e qualquer informação obtida é válida, pois se trata de desvendar ou descobrir uma história que deixou poucos vestígios para os pesquisadores, sobretudo pela falta de documentos arquivados sobre a revista e a vida do seu idealizador.

Feitas essas observações, uma descrição geral das informações coletadas por meio dessas três modalidades de fontes será aqui apresentada. A linearidade do discurso em que se apresenta a trajetória de vida de Fausto Vieira de Campos é comum em todas elas, tal como pode ser conferida a seguir:

Fausto Vieira de Campos, nasceu em 14 de setembro de 1911, Rio Preto-MG. Filho do Engenheiro Francisco Vieira de Campos e de Eulália Sá Pereira de Campos. Era neto do cônsul-geral do Brasil na Argentina, Domingos de Sá Pereira e sobrinho do maestro Pedro de Sá Pereira<sup>72</sup>. Casado com Iris Moraes Godoy de Campos, teve dois filhos: Fausto Moraes Godoy de Campos e Thereza de Campos Anspach. Fez seus estudos no Colégio Anglo-Latino; Externato Marques da Cruz e Ginásio do Estado de São Paulo. Estudou Direito, mas não concluiu a Faculdade. Como Professor, lecionou Português e Geografia<sup>73</sup>. Como jornalista, exerceu as funções de Redator no *Diário da Noite*, *Correio Paulistano*, *Fôlha da Manhã*, *Diário de São Paulo*, *A Nota do Dia*, *Correio da Tarde*, *O Dia* e *A Razão*. Como Professor, lecionou nos Colégios: “Sirio-Brasileiro” e “Caetano de Campos”. Participou da fundação do semanário católico *O Legionário*, assim como na fundação da “Sociedade Brasileira de Criologia”; da “Sociedade Brasileira de Estudos Políticos” e da “Ação

---

<sup>72</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano VII, n° 71, junho de 1962, São Paulo (SP).

<sup>73</sup> Informações obtidas com Fausto M. G. V. de Campos em 27/05/2010, por meio de correspondência eletrônica.

Integralista Brasileira”. Foi ainda assessor do governo do Estado de Mato Grosso (1954), no setor de imprensa e também Inspetor Federal do Ensino Secundário, desde 1934<sup>74</sup>. O jornalista estava registrado na Delegacia Regional do Trabalho, em São Paulo (SP), como redator, sob o nº de registro 287. Faleceu em 20 de fevereiro de 1976.

Após apresentar esse relato sucinto sobre a vida de Fausto Vieira de Campos, convém lançar mão de alguns questionamentos sobre aspectos específicos de sua trajetória. Chamou-me atenção as informações que apontam algo sobre a formação política do jornalista e sua possível ligação com a fundação da Sociedade Estudos Políticos (SEP); da Ação Integralista Brasileira (AIB) e até mesmo do semanário *O Legionário*.

Em princípio, devo ressaltar que infelizmente não pude encontrar, na bibliografia consultada<sup>75</sup> sobre esses movimentos, nenhuma menção a respeito de qualquer participação de Fausto Vieira de Campos na fundação do SEP, da AIB e d’*O Legionário*. Todavia, alguns indícios me levam a crer que o referido jornalista teve algo a ver com processo de construção do projeto integralista brasileiro.

Sabe-se que Plínio Salgado foi o criador da AIB,<sup>76</sup> e me interessa especialmente pela sua participação em alguns periódicos que serão citados a seguir. Político e jornalista brasileiro, Salgado foi o homem forte dos integralistas no país. Nasceu em São Bento do Sapucaí (SP) no dia 22 de janeiro de 1895, e em 1916, juntamente com Joaquim Cortez Rennó Pereira, seu futuro cunhado, fundou o semanário *Correio de São Bento*. Num de seus primeiros discursos, pronunciado em 1916 por ocasião das comemorações do aniversário da Independência, exaltou as virtudes do nacionalismo<sup>77</sup>.

Em 1920, mudou-se para São Paulo, onde conseguiu o emprego de suplente de revisor no *Correio Paulistano*, órgão oficial do PRP (Partido Republicano Paulista). Um ano depois de sua chegada a São Paulo, Plínio trabalhou na redação do *Correio Paulistano*, por solicitação de Paulo Menotti del Picchia, então redator-chefe. No final de 1924, demitiu-se do

---

<sup>74</sup> *Quem é Quem no Brasil*, Fausto Vieira de Campos, Vol. VI, 1961, p. 137.

<sup>75</sup> CAVALARI, Rosa Maria F. *Integralismo*. Ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: EDUSC, 1999; TRINDADE, Héliogio. *Integralismo*. O fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo, Difel, 1974; VASCONCELOS, Gilberto. *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

<sup>76</sup> Oficialmente, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi criada por Plínio Salgado no dia 7 de outubro de 1932 em São Paulo, por meio de um manifesto lido em reunião solene no Teatro Municipal de São Paulo. Esse manifesto tornou-se conhecido posteriormente, em todo o país, com o nome de *Manifesto de Outubro*. CAVALARI, Rosa M. F., *Integralismo*, p. 13.

<sup>77</sup> Informações retiradas do verbete *Plínio Salgado*, In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coordenadores). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC, 1984, p. 3051-3061.

*Correio Paulistano* e passou a trabalhar no escritório do advogado e empresário Alfredo Egídio de Sousa Aranha, onde permaneceu por dois anos. Em fevereiro de 1928, Plínio Salgado foi eleito deputado estadual na legenda do PRP<sup>78</sup>.

Em 1930, na campanha para as eleições presidenciais apoiou a candidatura de Júlio Prestes, patrocinada oficialmente pelo presidente Washington Luís contra a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas, lançada pela Aliança Liberal. Antes de concluir seu mandato de deputado estadual, deixou o país rumo ao Oriente Médio e à Europa.<sup>79</sup> Passado algum tempo depois de sua volta ao Brasil, começou a trabalhar como redator no jornal *A Razão*, que foi fundado em São Paulo “por Alfredo Egídio de Sousa Aranha [...] no dia 05 de Junho de 1931”. Esse periódico “nasceu já como um instrumento nítido de intervenção político-ideológico, visando à formação de uma opinião pública favorável ao nacionalismo radical, implementado por um Estado forte e centralizado”. *A Razão* teve curta duração, vindo a se extinguir “na noite de 23 de Junho de 1932”, quando “foi empastelado por uma multidão envolvida no movimento constitucionalista”.<sup>80</sup> Pouco antes, no mês de março de 1932, na cidade de São Paulo, foi fundada a Sociedade de Estudos Políticos (SEP),<sup>81</sup> da qual se originaria mais tarde a AIB.<sup>82</sup>

Feito esse resumo da trajetória de Plínio Salgado, imagino que a ligação entre Fausto Vieira de Campos e a Ação Integralista do Brasil parece ter germinado quando Campos integrou o corpo de profissionais dos jornais *O Correio Paulistano* e *A Razão* (uma vez que foi na mesma época em que Plínio Salgado esteve à frente de ambos os periódicos, e neles exerceu forte influência).

---

<sup>78</sup> Informações retiradas do verbete *Plínio Salgado*, In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coordenadores). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC, 1984, p. 3051-3061.

<sup>79</sup> Informações retiradas do verbete *Plínio Salgado*, In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coordenadores). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC, 1984, p. 3051-3061.

<sup>80</sup> Informações retiradas do verbete *A Razão (São Paulo)*, In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coordenadores). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC, 1984, p. 2891-92.

<sup>81</sup> Precedendo a formação da Ação Integralista Brasileira (AIB), que seria organizada em outubro de 1932, Plínio Salgado fundou a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), congregando em sua primeira reunião, em fevereiro de 1932, jovens intelectuais de São Paulo. A assembleia de fundação da SEP teve lugar em 12 de março, sob a presidência de Salgado. Informações retiradas do verbete *Sociedade de Estudos Políticos (SEP)*. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coordenadores). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC, 1984, p. 3241-3242.

<sup>82</sup> CAVALARI, Rosa Maria F., *Integralismo*, p. 13.



Outro indício que parece importante ser ressaltado reside no fato de que a Ação Integralista Brasileira tinha como um dos seus princípios centrais o incondicional posicionamento anticomunista e forte ligação com o segmento conservador da Igreja Católica. Daí cito o caso do semanário católico *O Legionário*, que foi criado no ano de 1927, pelo Monsenhor Marcondes Pedrosa<sup>83</sup> e que parece ter tido participação de Fausto Vieira de Campos, conforme sua descrição biográfica. Esse periódico, a partir de 1933, teve sua direção assumida por Plínio Corrêa de Oliveira,<sup>84</sup> figura conhecida entre outras coisas, por pender para o catolicismo ultramontano e um viés anticomunista.<sup>85</sup> De maneira geral, *O Legionário* trazia consigo uma estratégia de demonstrar aos brasileiros a importância da Igreja Católica para o país e de levar adiante a tarefa de *recatolizar* a nação. Dentre essas estratégias, a sua luta contra as “atividades subversivas” e a considerada “má imprensa” foi uma das maiores bandeiras de Plínio Corrêa quando esse órgão esteve sob seu comando.<sup>86</sup>

Mas o que parece ser mais importante ressaltar é o fato de que Plínio Corrêa de Oliveira também teve presença marcada nos primórdios da fundação da SEP. Porém, nesse movimento político, havia dois grupos principais no seu interior. Um, com tendência majoritária que se aglutinava em torno de Plínio Salgado tendia a considerar os estudos e os debates na SEP como uma atividade instrumental a serviço da ação e manifestava uma grande angústia política. O outro, uma fração representada pelos monarquistas do *Movimento Patrimonista*, que, embora possuíssem ideias comuns com o primeiro grupo, era favorável a um regime fundado sobre a realeza e o catolicismo. A ausência de uma definição clara da SEP afastou da AIB figuras como Plínio Corrêa de Oliveira. Assim, é possível levantar a hipótese de que Fausto Vieira de Campos também possa ter se distanciado já no início da formação da AIB por razões ideológicas, quando o grupo ainda se reunia como Sociedade de Estudos Políticos.<sup>87</sup>

Esses dados parecem-me suficientes para levantar a hipótese de que Fausto Vieira de Campos de fato participou desses movimentos, pelo menos, nas primeiras reuniões. É válido

---

<sup>83</sup> MATTEI, Roberto de, *O Cruzado do século XX: Plínio Corrêa de Oliveira*, 1997.

<sup>84</sup> CALDEIRA, Rodrigo C., *O influxo ultramontano no Brasil e o pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira*. 2005. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões). Universidade Federal de Juiz de Fora; MATTEI, Roberto de. *O cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira*. 1997. Porto: Editora Civilização.

<sup>85</sup> CALDEIRA, Rodrigo C., *O influxo ultramontano no Brasil e o pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira*, p. 68.

<sup>86</sup> ZANOTTO, Gisele, *É o caos!!! A luta anti agro-reformista de Plínio Corrêa de Oliveira*, p. 36.

<sup>87</sup> Verbete *Sociedade de Estudos Políticos (SEP)*. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coordenadores). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC, 1984, p. 3241.

lembrar que nos anos iniciais da década de 1930, Plínio Salgado “realizou uma série de conferências em São Paulo, na Faculdade de Direito e na Academia Paulista de Letras, procurando divulgar suas ideias, principalmente junto a estudantes e intelectuais”. A presença do Integralismo “na política brasileira foi, geralmente, desqualificada pela historiografia como um mero fascismo caboclo”, quando na verdade foi “o primeiro partido de massas no Brasil”, que provocou reações muito favoráveis a esse movimento (na época), sobretudo por parte dos estudantes, “inclusive na assembléia de fundação da Sociedade de Estudos Políticos (SEP)”.<sup>88</sup>

Ao que tudo indica, embora Fausto Vieira de Campos aparentemente tenha tido pouca participação no movimento da Ação Integralista Brasileira, parece-me que alguns resquícios “ideológicos” desse movimento se fizeram presentes nos textos do referido jornalista, sobretudo, no que diz respeito ao seu notável nacionalismo, ou até mesmo na sua posição política anticomunista, característica marcante da doutrina integralista.

De todo modo, é importante ressaltar que Fausto Vieira de Campos começou a carreira de jornalista muito jovem, quando tinha apenas 16 anos de idade. Conforme apontam alguns dados encontrados na ocasião em que lhe foi prestada homenagem no jornal *Folha de São Paulo*, em razão de seu falecimento. Segue um trecho da mensagem:

[Fausto Vieira de Campos] iniciou suas atividades na imprensa no ano de 1927, tendo ocupado, entre outros, os seguintes cargos: revisor no “Diário da Noite”, no “Correio Paulistano”, “Jornal do Comércio” e no “Estado de São Paulo”; chefe da Revisão (1929) e redator no “Diário de S. Paulo”; redator (especializado em assuntos políticos e econômicos) nos seguintes jornais, no período de 1930 a 1958: “Diário de S. Paulo”, “A Platéia”, “A Nota do Dia”, “Fôlha de S. Paulo (em São Paulo-SP), e “A Batalha” e o “Diário Carioca” (no Rio de Janeiro): redator subsecretário de “A Razão” e redator-secretário da “Fanfulla”, quando êste jornal passou a editar-se em idioma português.<sup>89</sup>

Além disso, é válido destacar que, ao que tudo indica, Fausto Vieira de Campos esteve presente nas primeiras reuniões que resultaram na criação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.<sup>90</sup> Pude constatar essa informação por meio de uma reportagem publicada no jornal *Folha da Manhã* sob o título “Congresso da Imprensa do

---

<sup>88</sup> CAVALARI, Rosa Maria F., *Integralismo*, p. 9-15.

<sup>89</sup> Jornal *Folha de São Paulo*, sábado, 21 de fevereiro de 1976, Necrologia, São Paulo (SP). Banco de Dados Folha: <http://bd.folha.uol.com.br/>. Acesso em 24/03/2011

<sup>90</sup> O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo foi criado no dia 15 de abril de 1937. Informações obtidas no site: <http://www.jornalistasp.org.br>. Acesso em 15/10/2010.

Estado de São Paulo - Foi ampliada a Comissão Organizadora – O andamento dos trabalhos”,<sup>91</sup> e que cita o nome de Fausto Vieira de Campos, dentre os membros afiliados.

Já no início da década de 1950, Fausto Vieira de Campos começou a redigir textos sobre o Estado de Mato Grosso para o jornal *Folha da Manhã*. Para ser mais preciso, foi no período que compreende os anos de 1953 e 1955. O jornalista mineiro redigiu mais de quarenta e cinco reportagens para o periódico paulista, todas elas dedicadas a prestar informações sobre o oeste do Brasil.<sup>92</sup>

Ao que me parece, foi por meio de suas matérias sobre Mato Grosso, especialmente Cáceres, que Fausto Vieira de Campos estabeleceu contato e iniciou uma sólida amizade com Dormevil Faria, quem, pelo que se deduz, foi um destacado cidadão da cidade de Cáceres (MT).<sup>93</sup> Fausto M. G. V. de Campos disse que as reportagens de seu pai foram tão importantes que ajudaram o cacerense Dormevil Faria no plano político, pois as matérias publicadas na *Brasil-Oeste*, destinadas a falar sobre Cáceres, destacaram-no, “culminando, posteriormente com a sua eleição para Deputado Estadual”.<sup>94</sup>

Nota-se o respeito e admiração de Fausto Vieira de Campos por Dormevil Faria quando ele publicou uma nota de falecimento do deputado cacerense no ano de 1958, publicada pela *Brasil-Oeste*. Fausto ressaltava que Cáceres foi um lugar importante, onde se deu início a sua “paixão” pelo oeste, tal como se pode observar:

Nosso primeiro contato com Dormevil Faria, em 1952, tivera o condão de aproximarmos-nos do Oeste. Dele resultou a *campanha* em que *nos vimos* empenhados, com a finalidade de ‘*descobrir*’ Mato Grosso e torná-lo *mais conhecido e melhor compreendido*. Nesse lustro, já decorrido, valemo-nos, inúmeras vezes, dos valiosos subsídios de Dormevil Faria para ilustrar a nossa modesta contribuição em favor de Mato Grosso, primeiro através das colunas amigas da ‘Folha da Manhã’, de São Paulo; depois com a divulgação de nosso livro ‘Retrato de Mato Grosso’, e há mais de dois anos, com a edição de nossa revista BRASIL-OESTE.<sup>95</sup>

---

<sup>91</sup> Jornal *Folha da Manhã*, domingo, 9 de abril de 1933, Página VI, São Paulo (SP). Banco de Dados Folha: <http://bd.folha.uol.com.br/>. Acesso em 24/03/2011.

<sup>92</sup> Informação obtida pela análise dos exemplares do jornal *Folha da Manhã* no período que compreende a década de 1950. Banco de Dados Folha: <http://bd.folha.uol.com.br/>. Acesso em 24/03/2011.

<sup>93</sup> Dormevil Malhado da Costa e Faria atuou como Deputado Estadual pelo Estado de Mato Grosso entre os anos de 1955-1957.

<sup>94</sup> Entrevista com Fausto Moraes Godoy Vieira de Campos feita por correspondência eletrônica através de questionário elaborado em 19/05/2010 e respondido em 27/05/2010.

<sup>95</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano III, n° 22, fevereiro de 1958, São Paulo (SP), p. 2. Os grifos são meus. Maiúsculas do original.

Fausto M. G. V. de Campos destacou que a passagem de seu pai por Mato Grosso extrapolava as questões meramente jornalísticas, pois como já foi destacado, Fausto Vieira de Campos era Inspetor Federal de Ensino Secundário desde março de 1934. Por conta disso, foi especialmente em razão dessa atividade que o jornalista se deslocou para Cáceres no ano de 1953, incumbido de presidir e orientar “na instalação de um colégio das freiras”,<sup>96</sup> trata-se do Ginásio N. S. da Imaculada Conceição.

Nesse período (1953), Fausto Vieira de Campos conheceu o advogado Demóstenes Martins que na época era Secretário da Agricultura do governo Estadual de Fernando Corrêa da Costa (1951-1956). Conforme ressaltou Fausto M. G. V. de Campos, a amizade com Martins foi essencial para o projeto de seu pai:

Conheceu o advogado Dr. Demóstenes Martins, então Secretário da Agricultura (e depois Secretário da Justiça), que o convidou para ser Assessor do Governador Dr. Fernando Corrêa da Costa. Aceitando [em 1953], passou a ser Assessor do Dr. Fernando, também elaborando os seus discursos e redigindo alguns documentos do Governo. Retornou para S. Paulo no início de 1954.<sup>97</sup>

Nesse sentido, a participação de Fausto Vieira de Campos como assessor de imprensa do governo do Estado de Mato Grosso parece ter sido crucial para que o jornalista levantasse uma quantidade considerável de dados e fontes que permitisse a ele acumular mais elementos sobre a história de Mato Grosso, sobretudo em relação à produção da sua obra *Retrato de Mato Grosso*, que foi lançada no ano de 1955. Ademais, é bem provável que foi na cidade de Cuiabá que houve uma ampliação no seu leque de contatos com políticos e lideranças da região (fazendeiros e industriais), que havia sido iniciado na cidade de Cáceres.

A partir daí, conforme relato de Fausto M. G. V. de Campos, no ano de 1955, Fausto Vieira de Campos “entusiasmado com o fantástico Estado de Mato Grosso, diligenciou na elaboração do seu livro RETRATO DE MATO GROSSO, lançando-o [ainda no ano de] 1955”.<sup>98</sup> No Prefácio dessa obra, Fausto dá alguns indicativos de como se iniciou seu interesse em falar sobre o Estado de Mato Grosso, conforme se posiciona:

---

<sup>96</sup> Entrevista com Fausto Moraes Godoy de Campos feita por correspondência eletrônica através de questionário elaborado em 19/05/2010 e respondido em 27/05/2010

<sup>97</sup> Entrevista com Fausto Moraes Godoy de Campos feita por correspondência eletrônica através de questionário elaborado em 19/05/2010 e respondido em 27/05/2010.

<sup>98</sup> Entrevista com Fausto Moraes Godoy de Campos feita por correspondência eletrônica através de questionário elaborado em 19/05/2010 e respondido em 27/05/2010. Maiúsculas do original.

A idéia da redação deste livro ocorreu-nos em Agosto de 1953, por ocasião da viagem que empreendemos ao Território do Guaporé, acompanhados dos Srs. Fausto Moraes Godoy de Campos e Carlos Alberto Vasconcelos. O *abandono* em que viviam as populações radicadas no Oeste Brasileiro – onde se mantêm vigilantes como a atestar que o Brasil é o senhor dessas imensas vastidões de terras inexploradas e improdutivas – fortaleceu em nós um sentimento mais profundo de *nacionalidade*. Não nos limitamos a testemunhar êsse *espetáculo da miséria* e de sofrimento resignado. *Encetamos*, desde então, uma cruzada através da imprensa, - e neste particular pudemos sempre contar com a cooperação da “Folha da Manhã”, de São Paulo, - com o objetivo de avivar o conhecimento da região do Oeste e de indicar aos homens que buscam oportunidades para o trabalho e para o bem-estar de suas famílias as enormes possibilidades que se lhes apresentam no Estado de Mato Grosso e no Território de Guaporé.<sup>99</sup>

Percebe-se então que o confronto das informações lançadas aqui vai delineando o início da trajetória do idealizador da revista *Brasil-Oeste* por Mato Grosso. Sua passagem por Cáceres; os seus textos na *Folha da Manhã*; a viagem ao Território do Guaporé; a passagem por Cuiabá, tudo isso acabou por “despertar” em Fausto Vieira de Campos o interesse por Mato Grosso. Nota-se que é visível no seu discurso que ele gostaria de *ser percebido* como aquele que estaria *designado*, por seus trabalhos, à missão de “tornar Mato Grosso melhor conhecido”.<sup>100</sup>

Fausto Vieira de Campos argumentava que a importância histórica de sua obra residia no fato de que abordava, com certo ineditismo, aspectos até então não contemplados por escritores que haviam se dedicado a escrever sobre Mato Grosso, tais como as questões geoeconômicas da região. Assim, o objetivo máximo da sua iniciativa, ao publicar *Retrato de Mato Grosso*, era fazer com que esse Estado pudesse ser mais conhecido pelas suas potencialidades econômicas. Nas palavras do autor,

Haverá, certamente, numerosas lacunas nesta obra. Antecipamo-nos a essa declaração. Todavia, as dificuldades que enfrentamos, na pesquisa dos dados e das informações, não devem ser subestimadas. Verificamos que é muito pobre a literatura a respeito de Mato Grosso. As obras existentes que enriquecem as bibliotecas dizem respeito, quase tôdas elas, ao ciclo do ouro e à Etnologia.<sup>101</sup>

O discurso de ineditismo fazia-se presente para propagandar a obra, no intuito de atrair os leitores, tal como o anúncio veiculado no jornal *Folha da Manhã*, alguns meses antes do lançamento oficial da obra:

---

<sup>99</sup> CAMPOS, Fausto V., *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 6. Os grifos são meus.

<sup>100</sup> CAMPOS, Fausto V., *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 5.

<sup>101</sup> CAMPOS, Fausto V., *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 5.

RETRATO DE MATO GROSSO é a primeira obra que se edita no BRASIL contendo documentário e informações estatísticas sobre as atividades geoeconômicas de MATO GROSSO.

Capítulos especiais do livro RETRATO DE MATO GROSSO são dedicados ao Ciclo do Ouro, ao “rush” dos colonizadores no NORTE e no OESTE do grande Estado Central, à Amazônia Mato-Grossense, ao Complexo do Pantanal e à Nhecolândia, às indústrias extrativas vegetais e minerais e ao Vale do Amambá, na região sulina.<sup>102</sup>

Voltando ao prefácio da primeira edição de *Retrato de Mato Grosso*, acredito ser importante apresentar inteiramente a lista de agradecimentos de Fausto Vieira de Campos, pois é um indicativo das relações pessoais e profissionais do jornalista no Estado de Mato Grosso.

Mencionamos, em particular, o venerando **Frei Francisco-Marie Hérail**, da Ordem Regular Terceira de São Francisco, e Madre Marie-Marcel Pigis, da Congregação Imaculada Conceição, bem como as seguintes pessoas e entidades: Governador Fernando Correia da Costa, **Dr. Demóstenes Martins**, Secretário da Agricultura; **Dr. Casimiro Brodziak Filho**, representante de Mato Grosso na Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai; **Deputado Federal Yttrio Correia da Costa**, ex-Diretor da C.E.R.-Mt; Deputado Federal Júlio de Castro Pinto, de Três Lagoas; **Deputado Dormevil Faria, de Cáceres**; Deputado Manuel José de Arruda, ex-Prefeito de Cuiabá; Deputado Rubem de Castro Pinto, de Bela Vista; Deputado Mário Spinelli, ex-Presidente da Associação dos Seringalistas de Mato Grosso; Eng. José Eurico Dias Martins, ex-Presidente da Comissão de Planejamento da Produção do Estado de Mato Grosso; Agrônomo Sebastião de Campos Borges, Diretor do Fomento Agrícola Federal; Sr. Aurival Pereira de Oliveira, atual Diretor-Geral dos Correios e Telégrafos em Campo Grande; Eng. José Luís P. C. de Oliveira, ex-Diretor do D.N.E.R. em Mato Grosso; Deputado Federal Ataíde de Lima Bastos, Sr. Germano Sinval Faria, Diretor-Regional do Serviço Nacional da Malária; Desembargador Gabriel Pinto de Arruda, Sr. Itálvio Coelho, Diretor-Comercial do Matadouro Industrial de Campo Grande; Sr. Etálvio Martins Pereira, Presidente da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, com sede em Campo Grande; Sr. Otavio Costa, ex-chefe do Escritório em Cuiabá da Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA); Eng. Abel Henrique Fernandes, do D.N.E.R.; Srta. Antonieta Nassar, secretária particular do Governador do Estado; Sr. Clóvis Pompêu de Barros, auxiliar do Gabinete do Governador do Estado; Sr. Saburo Takeyama, de Cafelândia; Sra. Iria de Moraes Godoy Vieira de Campos, que muito valeu na coleta de dados na Biblioteca Municipal de São Paulo; e **Dr. Hércules Vieira de Campos**,<sup>103</sup> pelas facilidades de ordem técnica que diligenciou para a elaboração dos originais do livro.<sup>104</sup>

Nota-se que nessa lista constam algumas pessoas ligadas ao governo de Mato Grosso. Vale dizer que todos os direitos autorais da primeira edição de *Retrato de Mato Grosso* foram doados para o Estado de Mato Grosso. Nas palavras do autor, essa

---

<sup>102</sup> Jornal *Folha da Manhã*, sexta-feira, 17 de junho de 1955, Assuntos Gerais, São Paulo (SP). Maiúsculas do original. Banco de Dados Folha: <http://bd.folha.uol.com.br/>. Acesso em 24/03/2011.

<sup>103</sup> Grifei em negrito o nome daqueles que participaram diretamente como colaboradores da revista *Brasil-Oeste*.

<sup>104</sup> CAMPOS, Fausto V., *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p.7.

“contribuição pessoal” era uma ação que visava fazer acelerar o “progresso do grande Estado Central”.<sup>105</sup>

Entretanto, é importante destacar que em relação a essa doação de direitos autorais ao governo do Estado de Mato Grosso, parece-me que ela não partiu de uma simples ação de altruísmo do autor de *Retrato de Mato Grosso*, pois noutro anúncio publicitário publicado no jornal *Folha da Manhã*, uma informação merece ser destacada:

**O livro RETRATO DE MATO GROSSO, de autoria do jornalista FAUSTO VIEIRA DE CAMPOS, que está sendo editado sob os auspícios do Governo do Estado de Mato Grosso, será lançado em JULHO próximo e vendido diretamente pelo autor.**

Os pedidos deverão ser feitos com antecedência, e confirmados pelo pagamento adiantado, em cheque ou vale postal, em nome do autor, Sr. FAUSTO VIEIRA DE CAMPOS.<sup>106</sup>

Nesse sentido, é provável que essa doação de direitos autorais tenha sido resultado de um acordo entre o autor e o governo do Estado de Mato Grosso, pois no anúncio acima citado, havia uma indicação de *colaboração efetiva* por parte do Poder Público mato-grossense na publicação dessa obra.

Certamente esse apoio governamental foi muito importante, tanto no processo de publicação quanto na distribuição do livro, pois levanto a hipótese de que, primeiramente, houve incentivo financeiro; e, num segundo momento, com a ajuda do governo, foi possível distribuir *Retrato de Mato Grosso* para diversos cantos do Estado e do restante do país, remetendo exemplares para escolas, prefeituras, escritórios comerciais, bibliotecas, entre outras instituições.

Assim, o livro *Retrato de Mato Grosso* obteve sucesso, foi relançado, revisado e ampliado outras duas vezes, nos anos de 1960 e 1969, mas diferentemente da primeira edição, a segunda e a terceira edições foram editadas pela *Brasil-Oeste Editôra Ltda.*

Em 1961, um ano após a segunda tiragem de *Retrato de Mato Grosso*, a obra atingiu a vendagem de 1.900 exemplares, variando seu preço entre Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros) e Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros). Seus principais compradores foram:

Govêrno do Estado de Mato Grosso, 1.000 exemplares; Prefeitura Municipal de Cuiabá, 100 exemplares; Prefeitura Municipal de Campo Grande 100 exemplares;

<sup>105</sup> CAMPOS, Fausto V., *Retrato de Mato Grosso*, 1955.

<sup>106</sup> Jornal *Folha da Manhã*, sábado, 4 de junho de 1955, Assuntos Gerais, Página 5, São Paulo (SP). Os grifos são meus, palavras em negrito do original. Banco de Dados Folha: <http://bd.folha.uol.com.br/>. Acesso em 24/03/2011.

Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai 100 exemplares; Banco de Crédito da Amazônia, 100 exemplares; Companhia Mate Laranjeira, 100 exemplares; Comendador Geremia Lunardelli, 100 exemplares; Dr. Casimiro Brodziak Filho, 100 exemplares; FRIMA – Frigorífico Mato Grossense S.A., 50 exemplares; Colonizadora Norte Mato Grosso. 50 exemplares; Colégio Osvaldo Cruz (São Paulo-SP), 50 exemplares; Dr. Alfredo Egydio de Souza Aranha, 50 exemplares.<sup>107</sup>

Esses dados apresentam alguns grupos de natureza diversa (pessoas físicas, jurídicas e poder público) que adquiriram consideráveis quantidades da obra. Não tenho elementos suficientes para afirmar se foi fruto de doação ou compra, no entanto, é válido dizer que o livro estava circulando em grande quantidade no Estado de Mato Grosso. É importante a presença de três pessoas físicas nessa lista: Comendador Geremia Lunardelli (conhecido na época como “Rei do Café” e colaborador da revista); Casimiro Brodziak Filho (outro colaborador assíduo da *Brasil-Oeste* e importante membro da *Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai*); e o Dr. Alfredo Egydio de Sousa Aranha<sup>108</sup> (então ex-proprietário do já citado jornal *A Razão*, periódico em que Fausto Vieira de Campos teve oportunidade de trabalhar como redator).

Fausto Vieira de Campos sabia utilizar muito bem a revista *Brasil-Oeste* para publicizar seu livro. Em decorrência do lançamento da segunda edição da obra, uma nova coluna foi criada e dedicada exclusivamente para ela, sob o título de *Manifestações sobre a 2ª. Edição do livro “Retrato de Mato Grosso”*, mantida entre as edições de nº 45 e 49.

Nessa coluna, foram publicados trechos de apreciações sobre o livro, desde pequenas notas até textos com descrição mais detalhada, tal como uma resenha crítica. Os resenhistas eram personalidades políticas, jornalistas, fazendeiros e intelectuais, significando dizer que, no processo de seleção para a publicação de opiniões, havia uma tendência em demonstrar para o leitor que o livro era lido por pessoas consideradas “importantes”, tentando fazer parecer que *Retrato de Mato Grosso* era de fato literatura especial e essencial para o conhecimento geral sobre o Estado de Mato Grosso. Isso me remete àquilo que Michel Foucault entende como *comentário*:

[...] o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no texto *primeiro*. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir

<sup>107</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 62, setembro de 1961. São Paulo (SP), *contracapa*.

<sup>108</sup> Membro da tradicional família de cafeicultores do Estado de São Paulo. Irmão de Renato Egídio de Sousa Aranha, que também pertenceu à Ação Integralista Brasileira. Para maiores detalhes, ver: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coordenadores). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC, 1984, p. 189.



incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. A repetição indefinida dos comentários é trabalhada do interior pelo sonho de uma repetição disfarçada: em seu horizonte não há talvez nada além daquilo que já havia em seu ponto de partida, a simples recitação. O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. A multiplicidade aberta, e o acaso são transferidos, pelo princípio do comentário, daquilo que arriscaria de ser dito, para o número, a forma, a máscara, a circunstância da repetição. O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.<sup>109</sup>

As vozes “autorizadas” a resenhar *Retrato de Mato Grosso*, reafirmavam o que já havia sido dito primeiramente na própria obra, mas, em razão do seu posicionamento “objetivo” e “neutro”, o autor fez uso desses *comentários autorizados* para demonstrar “o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro”.

Considero essa estratégia de publicidade muito inteligente por parte do jornalista Fausto Vieira de Campos, por isso, é importante citar os nomes dos resenhistas que opinaram sobre *Retrato de Mato Grosso*. Foram eles: Demóstenes Martins, ex-prefeito de Campo Grande, na edição nº 45 (fevereiro de 1960); o embaixador do Japão, Sr. Yoshiro Ando e o Dr. Sizínio Leite da Rocha, tiveram seus textos publicados no mês seguinte (nº 46); Remy Archer, Presidente do Banco da Amazônia; Presidente Juscelino Kubitschek; o historiador Virgílio Corrêa Filho; e o Bispo Diocesano de Campo Grande, Dom Antônio Barbosa, dois meses depois (nº 48); no mês de junho, edição 49, foi a vez da apreciação do Dr. Clóvis Botelho Vieira, fazendeiro de Aquidauana; do político Rosário Congro, de Três Lagoas, e do jornal *Correio do Estado*, de Campo Grande.

Não reproduzirei aqui todas as apreciações dessas personalidades, contudo, apresentarei fragmentos de alguns dos textos que resenharam a obra. Rosário Congro resumiu bem a opinião geral da maioria dos resenhistas. Ele ressaltava a “vasta cultura” de Fausto Vieira de Campos, que “lutou e muito, para sustentar a publicação, sem auxílio algum dos poderes públicos”, “superando a pobreza do Govêrno de Mato Grosso [...] que não dispunha de verbas para propaganda do Estado”. Assim, Congro concluiu que *Retrato de Mato Grosso* era “um livro que precisa[va] ser lido e conservado pelos que têm os olhos no futuro”.<sup>110</sup> Seguindo a mesma linha, *O Correio do Estado* sentenciou sobre o diretor da *Brasil-Oeste*: “sem favor ou exagêro, [Fausto Vieira de Campos é] o amigo número um da nossa terra”.<sup>111</sup>

---

<sup>109</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*, p. 24-26. Os grifos são do original.

<sup>110</sup> *Manifestações sôbre a 2ª edição do livro “Retrato de Mato Grosso”*. “Do Ministro Rosário Gongro”. Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 49, junho de 1960, São Paulo (SP), p. 15.

<sup>111</sup> *Manifestações sôbre a 2ª edição do livro “Retrato de Mato Grosso”*. “Do *Correio do Estado*”. Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 49, junho de 1960, São Paulo (SP), p. 15.

Contudo, as críticas “negativas” também se fizeram presentes e foram publicadas. Isso se deve ao fato de que Fausto Vieira de Campos tocou num assunto delicado da história mato-grossense, adicionando, à segunda edição de *Retrato de Mato Grosso*, o debate envolvendo a discussão em torno da *divisão* em duas unidades federativas, do então, extenso Estado de Mato Grosso. Esse tema ganhou espaço na sua obra, pois naquele contexto histórico, a questão *divisionista* estava em pauta nas discussões políticas da região.<sup>112</sup>

A primeira das críticas publicadas na revista veio da resenha feita por Virgílio Corrêa Filho que, apesar de tecer elogios ao livro, demonstrou certo descontentamento com a adição do tema *divisionismo*, especialmente, pelo posicionamento favorável à causa “separatista” por parte de Fausto Vieira de Campos. Seguem as palavras do historiador mato-grossense:

As 144 páginas da primeira aumentaram para 286, com opulentos quadros estatísticos, indicativos do desenvolvimento do Estado, *que não há mister, por enquanto, de divisão para crescer*.  
Afigura-me, por isso, *desconcertante o Capítulo XIII*, enxertado nesta edição, *que associa problemas vitais de Mato Grosso*, proficientemente versados, *com o plano político*, de exequibilidade duvidosa, *além de sugerir discórdias, onde seria mais aconselhável a união*. Aliás, não é novo o problema, nem a opinião contrária que mais de uma vez manifestei.<sup>113</sup>

Fazendo coro às palavras de Virgílio Corrêa Filho, Sízínio Leite da Rocha, também deixa claro que o tema *divisionismo* não precisava ter sido abordado por Fausto Vieira de Campos, uma vez que, nas palavras do crítico, “ninguém poderá duvidar do futuro de Mato Grosso, que precisa de paz, de cooperação para progredir. Nada de divisionismos”.<sup>114</sup>

É possível dizer que a publicação dessas críticas serviu para dar credibilidade ao mensário, que tentava demonstrar certa neutralidade. Além disso, é bem provável que havia a intenção, por parte da direção da *Brasil-Oeste*, em manter latente àquele debate para repercutir *Retrato de Mato Grosso*, intensificando suas vendas.

---

<sup>112</sup> Sobre o tema *divisionismo* em Mato Grosso, indica-se: AMARILHA, Carlos Magno M. *Os Intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*. Dourados/MS, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados; BITTAR, Marisa. *Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso*. Multitemas – Periódico das comunidades departamentais da UCDB, Campo Grande, n. 15, p. 93-124, out. 1999; BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul – a construção de um estado: regionalismo e divisionismo no Sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. 2 v; QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio)*. Diálogos (Maringá), v. 10-2, p. 149-184, 2006. Especificamente sobre a discussão do *divisionismo* na revista *Brasil-Oeste*, ver: SALGUEIRO, Eduardo de Melo. *O movimento divisionista mato-grossense e o debate nas páginas da revista Brasil-Oeste*. *Revista Territórios e Fronteiras*, V. 3, N. 1 – Jan/Jun 2010, p. 201-222.

<sup>113</sup> *Manifestações sobre a 2ª edição do livro “Retrato de Mato Grosso”: Do Dr. Virgílio Corrêa Filho*. Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 48, junho de 1960, São Paulo, p. 17. Os grifos são meus.

<sup>114</sup> *Manifestações sobre a 2ª edição do livro “Retrato de Mato Grosso”: Do Dr. Sízínio Leite da Rocha*. Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 46, junho de 1960, São Paulo (SP), p. 10.

Acredito que Fausto Vieira de Campos sabia tirar proveito das críticas que recebia. No ano de 1963, o capítulo dedicado ao tema *divisionismo*, presente no livro *Retrato de Mato Grosso*, continuou sendo alvo de críticas. Dessa vez, elas partiram de lideranças cuiabanas, quando foi publicado o *manifesto pró-divisionista* de Cuiabá. No entendimento dos signatários do referido manifesto, o diretor da *Brasil-Oeste* teria sido infeliz ao atribuir o atraso de Mato Grosso à capital mato-grossense.

Esse manifesto, intitulado “Dividir para Sobreviver”, foi publicado integralmente na edição n° 85 da revista, no mês de setembro de 1963. Fausto Vieira de Campos acabou utilizando a seu favor as críticas que recebeu dos cuiabanos, especialmente, para demonstrar a sua *força e representatividade* enquanto jornalista. Para ilustrar esse argumento, utilizarei como exemplo o anúncio anexado logo abaixo do referido manifesto cuiabano, no qual Fausto Vieira de Campos fez publicidade de *Retrato de Mato Grosso*:

Está prestes a esgotar-se a 2ª. edição de RETRATO DE MATO GROSSO, de autoria do jornalista Fausto Vieira de Campos. 286 páginas de textos (com numerosas ilustrações) abarcando temas geoeconômicos, notas sobre transportes e comunicações, colonização, indústrias extrativas, (minerais e vegetais), e *exposição sucinta sôbre o movimento divisionista de Mato Grosso*.<sup>115</sup>

Esse procedimento (de certo modo, irônico) foi inteligente, especialmente por aproveitar as críticas que recebeu para publicizar seu livro, com a finalidade de influenciar seu leitor a comprá-lo e se inteirar sobre tal tema. Na edição seguinte da revista, Fausto Vieira de Campos responde ao movimento “Dividir para Sobreviver”, buscando se defender das acusações que lhe foram feitas e, mais uma vez, utiliza-se das páginas da *Brasil-Oeste* para *representar a si mesmo*, por meio dos elogios que tece ao seu próprio livro, sobretudo no trecho:

Cidadão mato-grossense, por decisão unânime da Assembléia Legislativa do Estado, sempre pautei minha conduta com relação à grande Província do Oeste com respeito e dignidade. No meu livro “Retrato de Mato Grosso” não há desigualdade de tratamento. Norte e sul mereceram a mesma atenção, e às duas regiões destinei espaço bastante para refletir o panorama geoeconômico que nelas descortinava. O livro *teve repercussão mundial*. Sômente por intermédio da BRASIL-OESTE EDITORA LTDA (que se incumbira da revenda de pequeno lote de 3.000 exemplares da 2ª. Edição), foram despachados para compradores residentes nos Estados Unidos, Alemanha, Itália, Portugal, Espanha, Egito, Israel, Índia e Japão (além de outros países) 876 exemplares.<sup>116</sup>

<sup>115</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano VIII, n° 85, setembro de 1963, São Paulo (SP), p. 31-32. Os grifos são meus.

<sup>116</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano VIII, n° 86, outubro de 1963, São Paulo (SP), p. 26. Os grifos são meus.

Fausto pedia cuidado em relação às apropriações indevidas de suas ideias contidas no livro. Dizia ele que não tinha absolutamente nada contra o povo e a cidade de Cuiabá. O autor enfatizou que houve, na verdade, “interpretação maliciosa” de *Retrato de Mato Grosso* e que não admitia tal injustiça em relação à sua conduta.

De todo modo, o fato é que, na edição posterior de *Retrato de Mato Grosso*, publicada em 1969, o livro ficou dividido em 15 capítulos, totalizando 223 páginas. Alguns tópicos, antes presentes na segunda edição, foram retirados, dentre eles, o polêmico debate sobre o *divisionismo*. Vale a pena dizer que nesse momento, esse tema havia sido amortecido. Conforme indica Amarillha, a “elite política mandante do estado de MT, tanto do *Sul* como do *Norte*, apoiou o golpe militar de 1964”, logo, “a bandeira separatista foi arriada, já que a ditadura militar obteve amplo apoio da classe dominante, tanto do norte quanto do sul”.<sup>117</sup>

Assim, levanto a hipótese de que o abafamento do tema *divisionismo* no cenário político mato-grossense, aliado a uma recepção indigesta por parte dos leitores, (alguns deles, colaboradores da *Brasil-Oeste*), foram fatores que o induziram a tomar a atitude de retirar da terceira edição tal abordagem.

Levando esses dois fatores em consideração, mas, sobretudo em relação ao segundo, remeto-me à ideia de Robert Darnton, quando indica que num ciclo que cursa a vida de um livro, a recepção do leitor influencia “tanto antes quanto depois do ato de composição” de um trabalho literário.<sup>118</sup> Nesse sentido, creio ser possível aplicar isso ao caso de *Retrato de Mato Grosso*, somado ao fato de que a divisão de Mato Grosso não era mais um tema latente no plano dos debates políticos mato-grossenses, quando da publicação da terceira edição da obra.

Outro aspecto a ser mencionado é que, na segunda edição de *Retrato de Mato Grosso*, nota-se que o autor conseguiu angariar fundos com anunciantes. É possível encontrar na reimpressão da obra anúncios publicitários no interior do livro. Esse é um indicativo de que não houve apoio financeiro do governo de Mato Grosso naquele momento. Do mesmo modo, na terceira e última edição, o número de anunciantes no interior do livro aumentou consideravelmente, e a maior parte deles vinha do setor das agências financeiras, sendo que os principais foram o *Banco Financeiro de Mato Grosso S/A*; *Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A*; *Banco Brasileiro de Descontos S/A*; *Banco do Estado de Mato Grosso S/A* e *Banco Português do Brasil S/A*.

---

<sup>117</sup> AMARILHA, Carlos Magno, *Os Intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*, p. 97-98.

<sup>118</sup> DARNTON, Robert, *O que é a história dos livros?*, p. 112.

Um dado importante é que essas agências financeiras (tal como aconteceu com o apoio do governo de Mato Grosso na primeira edição) tiveram importante participação na aquisição e distribuição de exemplares da reedição de *Retrato de Mato Grosso*, conforme é possível conferir no relato a seguir:

Devido a sua reconhecida importância, a 3ª. edição de **Retrato de Mato Grosso**, publicada em 1969, foi parcialmente adquirida por 5 bancos e distribuídas às principais bibliotecas do país e do exterior, assim como às nossas Embaixadas, Consulados e Escritórios Comerciais do Brasil, com resultados surpreendentes, inclusive acelerando o *rush* para o Estado de Mato Grosso.<sup>119</sup>

Nessa última edição, o autor dividiu seu livro em tópicos como *Caracterização do Território; Climatologia; Hidrografia; População do Estado; Movimento da População; Integração Econômica de Mato Grosso; Caça e Pesca; Silvicultura; Agropecuária; Indústria; Saúde; Instrução; Administração e Política; Forças Armadas; Órgãos Regionais e Entidades Paraestatais*.<sup>120</sup>

No Prefácio de 1969, Fausto Vieira de Campos orgulha-se da receptividade de *Retrato de Mato Grosso* em outros países, conforme é possível constatar:

Registramos o fato sobremaneira lisonjeiro de haver tido a 2ª. Edição do RETRATO DE MATO GROSSO demanda elevada em diversos países com interesses econômicos vinculados ao Brasil, notadamente os Estados Unidos, a Alemanha, a Itália e o Japão. Tivemos notícias, de fontes idôneas, inclusive representações do Brasil no estrangeiro, de que trabalhos esparsos difundidos na Alemanha, nos Estados Unidos e no Japão, mencionaram como fontes informativas nosso livro RETRATO DE MATO GROSSO.<sup>121</sup>

Passados quatorze anos desde a primeira edição de *Retrato de Mato Grosso*, Fausto Vieira de Campos ainda destacava a importância desse livro, pois na sua visão, continuava sendo um estudo de destaque, diferente das outras obras literárias que dissertavam sobre Mato Grosso:

Malgrado o notável desenvolvimento econômico constatado nos últimos anos, que projetou o Estado de Mato Grosso no cenário da nação e também no estrangeiro, *não houve correspondência na literatura* geral sobre o extenso território, além de estudos promovidos por entidades interessadas em fazer investimentos financeiros e

---

<sup>119</sup> *Síntese da epopéia patriótica do Jornalista Professor Fausto Vieira de Campos*. Acervo particular de Fausto Moraes Godoy de Campos. Palavras em negrito do original.

<sup>120</sup> CAMPOS, Fausto V., *Retrato de Mato Grosso*, 1969.

<sup>121</sup> CAMPOS, Fausto V., *Retrato de Mato Grosso*, 1969, p. 7. Maiúsculas do original.

de monografias abarcando aspectos regionais, editadas com pequena tiragem e que praticamente não tiveram uma desejada ressonância.

Nosso livro *RETRATO DE MATO GROSSO*, com a 1ª. Edição esgotada em 1955 e a 2ª também pouco depois do lançamento em 1960, continua figurando como a principal fonte de conhecimentos sobre o portentoso Estado, o que nos envaidece justamente, embora estimássemos que outros trabalhos do gênero fossem editados para complementar a porção de conhecimentos que transmitíamos para o país e para o mundo.<sup>122</sup>

As informações a seguir são um indicativo da importância dessa obra na época em que foi publicada (pelo menos no cenário político), sobretudo, pelas homenagens que o autor recebeu depois da terceira reimpressão do livro. No dia 28 de agosto de 1969, Fausto Vieira de Campos foi agraciado com a Moção de Congratulações da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, apresentada pelo Deputado René Barbour:

Considerando ser uma das funções do Poder político estimular aqueles que se constituem em fator de evidência das coisas de Mato Grosso;

Considerando que a êsse mister, com dedicação e invulgar brilhantismo, se lança há mais de quinze anos o Professor FAUSTO VIEIRA DE CAMPOS, divulgando através da Imprensa as possibilidades geoeconômicas do Estado;

Considerando que êsse salutar propósito e esse trabalho de iniludível mérito científico o faz credor da simpatia do Poder político responsável pelo bem estar e o progresso da comunidade.

Resolve manifestar ao ilustre homem de letras e de ciência, Professor FAUSTO VIEIRA DE CAMPOS, o aplauso do povo mato-grossense, ao ensejo da terceira edição da obra “Retrato de Mato Grosso”, pelo quanto nela e via dela tem feito, com raro descortínio e inquebrável civismo, em favor da terra que o adotou como filho, e que, com entranhado amor, ele proclama à Pátria e aos estudiosos do mundo.<sup>123</sup>

Percebe-se que, na esfera governamental, Fausto Vieira de Campos foi reconhecido como uma figura importante, por conta do livro *Retrato de Mato Grosso* e pela publicação da revista *Brasil-Oeste*. Em diversas outras ocasiões, foi homenageado:

[...] título de Cidadão Mato-Grossense, outorgado pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso em 27/4/1971 [...] e Medalha Mal. Rondon, outorgada pela Sociedade Geográfica Brasileira, devido aos relevantes serviços prestados ao Estado de Mato Grosso.

Recebeu elogiosas referências do Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, do Governador de São Paulo Abreu Sodré e da Encyclopaedia Britannica do Brasil.<sup>124</sup>

---

<sup>122</sup> CAMPOS, Fausto V., *Retrato de Mato Grosso*, 1969, p. 7. Maiúsculas do original.

<sup>123</sup> Moção n° 7/69. Autor: Deputado René Barbour. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

<sup>124</sup> *Síntese da epopéia patriótica do Jornalista Professor Fausto Vieira de Campos*. Acervo particular de Fausto Moraes Godoy de Campos.

As homenagens não ficavam restritas à pessoa de Fausto Vieira de Campos. Seu filho, Fausto M. G. V. de Campos também foi agraciado com congratulações, tal como a que lhe foi conferida no dia 6 de junho de 1967, quando foi condecorado com “Medalha Brigadeiro José Vieira de Couto Magalhães”,<sup>125</sup> pela Sociedade Geográfica Brasileira.

Certamente, todas essas homenagens foram frutos do sucesso editorial atingido pelos Campos com a revista *Brasil-Oeste* e do livro *Retrato de Mato Grosso*. Em relação ao número de exemplares vendidos desse livro, somadas as três edições, Fausto Vieira de Campos comercializou algo em torno de 20.000 exemplares.<sup>126</sup>

Acredito que essa quantidade seja expressiva, sobretudo, se for levado em consideração o período em que foi publicada por uma pequena editora e por se tratar de um trabalho técnico, mostrando mais uma vez que essa obra foi reconhecidamente prestigiada.<sup>127</sup> De qualquer modo, o que pretendo dizer é que, em decorrência do sucesso obtido por *Retrato de Mato Grosso* já em sua primeira edição, Fausto Vieira de Campos parece ter percebido que havia ali (no Estado de Mato Grosso) uma possibilidade de pensar um projeto editorial mais ambicioso, nesse caso, a revista *Brasil-Oeste*.

Vale lembrar, conforme já foi apontado anteriormente, que a imprensa brasileira passava por consideráveis modificações, ampliando sua base de recursos financeiros (com publicidade, assinaturas, classificados, venda avulsa, financiamentos privados e estatais), e racionalizando sua estrutura interna (centralização, hierarquização, especialização das funções), além de transformações do texto jornalístico, ética profissional, definição de linhas editoriais e, obviamente, da ainda presente participação política.<sup>128</sup>

Como igualmente mencionei, havia uma preocupação por parte dos jornalistas em demonstrar que nas suas palavras (transmitidas nas folhas dos jornais ou das revistas) existia uma *autoridade*, decorrente da profissionalização e aprimoramento de sua atividade. Ao que tudo indica, Fausto Vieira de Campos sentia-se como aquele cuja “missão” era fazer ecoar as vozes do então “esquecido” Estado de Mato Grosso. Esse discurso, presente em boa parte dos seus textos, estava em consonância com os objetivos jornalísticos do período, ou seja, aos

---

<sup>125</sup> Sociedade Geográfica Brasileira. Documento que confere a Medalha “Brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães” a Fausto M. G. de Campos, São Paulo, 06/06/1967.

<sup>126</sup> Informação retirada do jornal *Folha de S. Paulo*, sábado, 21 de fevereiro de 1976, p. 26. Banco de Dados Folha: <http://bd.folha.uol.com.br/>. Acesso em 24/03/2011.

<sup>127</sup> É válido ressaltar mais uma vez que houve importante apoio financeiro para a produção da obra, tanto por parte do governo de Mato Grosso, quanto da iniciativa privada. De qualquer modo, é inegável que são números expressivos.

<sup>128</sup> RIBEIRO, Lavina M., *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil. 1808-1964*, p. 297.

jornalistas, a tarefa não era só divulgar, informar, mas, sobretudo tornar públicas e reveladas<sup>129</sup> as questões que envolviam a sociedade.

Somando-se a isso, esse era o momento em que as palavras *progresso* e *desenvolvimento* ditavam o ritmo no país. E como ressalta Barbosa, o “slogan do governo Juscelino Kubitschek, que pretendia modernizar o Brasil, fazendo o trabalho de construção do país que levaria cinquenta anos em apenas cinco, resume o processo que tomou conta das redações”.<sup>130</sup> Nesse sentido, imagino que Fausto Vieira de Campos soube aproveitar a situação e, tendo observado a carência de mensários mato-grossenses, resolveu produzir a *Brasil-Oeste*.

No próximo capítulo, pretendo expor as principais características da revista *Brasil-Oeste*, desde a sua apresentação gráfica; os principais temas abordados; seções; colaboradores; correspondentes; a publicidade contida em suas páginas; suas possíveis fontes de recursos financeiros, entre outros. É possível compreender melhor o projeto editorial que guiava a *Brasil-Oeste* e as razões que motivaram sua produção, fazendo uma análise atenciosa sobre esses dados.

---

<sup>129</sup> BARBOSA, Marialva., *História cultural da imprensa*. Brasil - 1900-2000, p. 153.

<sup>130</sup> BARBOSA, Marialva., *História cultural da imprensa*. Brasil - 1900-2000, p. 149.



## CAPÍTULO 2

### BRASIL-OESTE: A REVISTA

Apresentados alguns aspectos centrais da vida de Fausto Vieira de Campos no capítulo anterior, a partir de agora dedicarei atenção às características internas da *Brasil-Oeste*, que tentou explorar ao máximo as questões mato-grossenses e consagrou boa parte de suas páginas para debater questões agronômicas, econômicas e políticas da região. Algumas indagações permeiam este trabalho: quem era essencialmente seu público? Quem colaborava com esse projeto? De onde vinham os recursos financeiros? Essas são algumas das diversas questões que envolvem um projeto editorial. No entanto, em boa parte das vezes, as informações são escassas e não permitem ao pesquisador da imprensa responder todas as dúvidas que se apresentam. De qualquer maneira, pela análise do funcionamento desse mensário, pretendo descobrir com que credenciais e em defesa de quais projetos se organizava essa revista e o grupo ali envolvido.

#### 2.1) Aspectos preliminares

A edição inicial da *Brasil-Oeste* despontou no mês de janeiro do ano de 1956. Na primeira capa, Fausto Vieira de Campos fez uma homenagem à cidade de Cáceres, lugar onde esteve no início da década de 1950 (conforme indicado no primeiro capítulo). Trata-se de uma fotografia do Porto de Cáceres, tirada pelo próprio jornalista e que pode ser conferida, mais adiante, na Fig. 1.

Ao abrir a revista, na primeira folha, constam dados administrativos. Lá, é possível verificar uma indicação que estava em consonância com os objetivos jornalísticos da década de 1950. Diz o informativo: “A Direção não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos devidamente assinados.”<sup>1</sup> Ora, esse informe nada mais é do que um demonstrativo de que o mensário primava pela neutralidade e objetividade, e como eram diversos os seus colaboradores, nem todas as opiniões significavam estar de acordo com o posicionamento

---

<sup>1</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 1, janeiro de 1956, São Paulo (SP).

oficial da *Brasil-Oeste*, que objetivava ser imparcial, trabalhando somente em prol da coletividade, sobretudo, em favor do Estado de Mato Grosso.

Nesse sentido, apresentam-se a mítica da objetividade (típica do jornalismo da época); e os objetivos claros em favor do desenvolvimento do oeste brasileiro, que podem ser percebidos em trechos como o que é citado logo abaixo, presença constante em boa parte da coleção da revista:

Nossa revista tem uma finalidade precípua: *tornar mais conhecida e melhor compreendida a vasta região do Centro-Oeste brasileiro*, compreendida pelos Estados de Mato Grosso e Goiás.

De modo geral, entretanto, *merecerão acolhimento, em nossas colunas, todos os fatos relacionados com os Estados que confinam com Mato Grosso*, dada a identidade de interesses que existe entre eles.

*Não temos ligações com grupos políticos nem econômicos. Nossa atuação obedecerá a um roteiro superior*, tendo em vista difundir a maior soma de conhecimentos sobre as regiões brasileiras que estabelecemos como quadro natural de nossa atividade jornalística.

Todos os problemas geoeconômicos que digam respeito aos Estados de Mato Grosso e de Goiás e aos Territórios do Guaporé e do Acre serão gradativamente examinados em nossas colunas, de modo que se esboce, através de uma honesta difusão de opiniões, uma solução adequada e justa para eles.

Particular interesse merecerão de nossa parte os assuntos agropecuários, pois que nesse ramo de atividades se fundamenta a parcela mais ponderável da economia dos Estados do Centro-Oeste.<sup>2</sup>

Esse texto foi um tipo de *manifesto-programa* que deixava claro quais eram os desígnios da *Brasil-Oeste*, ou seja, trabalhar em prol da região oeste do país. Ao que tudo indica, tudo foi cuidadosamente pensado, a começar pelo título do periódico, que indicava que seus temas estavam ligados àquele lugar, por meio de suas reportagens em *revista*. O que parece ser apenas uma simples constatação, na verdade, sugere que o nome dado ao mensário estava inteiramente ligado aos seus propósitos, pois os títulos antecipadores ou os resumos recapitulativos funcionam como *protocolos de leitura*.<sup>3</sup> Chartier define esses protocolos de leitura como

sinais visíveis, ou senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção. Essas instruções, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor, visam definir o que deve ser uma relação correta com o texto e impor seu sentido.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 1, janeiro de 1956, São Paulo (SP), p. 2. Os grifos são meus.

<sup>3</sup> CHARTIER, Roger, *A história cultural: entre práticas e representações*, p. 130.

<sup>4</sup> CHARTIER, Roger, *Do livro à leitura*, p. 95.

Consoante a essa ideia, Heloísa da Cruz e Maria do Rosário Peixoto ressaltam que na análise de um projeto editorial, é necessário indagar-se como se constrói um periódico, e, numa dessas etapas, é válido fazer sua identificação, incluindo, evidentemente, a análise do título, do subtítulo (quando houver), das datas de publicação, periodicidade, entre outras coisas, para que seja possível compreender os significados que neles se anunciam.<sup>5</sup>

O projeto editorial de Fausto Vieira de Campos justificava-se por meio de um discurso que se preocupava em apontar os principais problemas de diversos segmentos que impediam o Estado de Mato Grosso de prosperar, dada a ausência de um veículo de comunicação que pudesse fazer chegar aos mais altos escalões da política e da economia do país, o “grito de socorro” mato-grossense.

Em meados do século XX, tudo indica que ainda não havia no Estado de Mato Grosso uma revista similar à *Brasil-Oeste*.<sup>6</sup> Isso significa dizer que um investimento editorial daquele perfil poderia se transformar num filão mercadológico. O valor simbólico daquela publicação também era um ingrediente especial, uma vez que os seus objetivos demonstravam um forte teor de “paixão” por aquela região.

Em outros termos, quando *o manifesto-programa* sugere que “todos os problemas geoeconômicos” serão estudados de modo que, “através de uma honesta difusão de opiniões” seja encontrada uma solução “adequada e justa”, percebe-se que *a Brasil-Oeste* era uma possibilidade encarada pelos seus idealizadores como *ideal* e apta a alocar Mato Grosso e o Centro-Oeste do Brasil no lugar que mereciam estar, ou seja, no rumo do desenvolvimento econômico. É por meio da palavra escrita que tal projeto vai se ilustrar na construção constante de ideais para a região.

## 2.2) O suporte e suas características

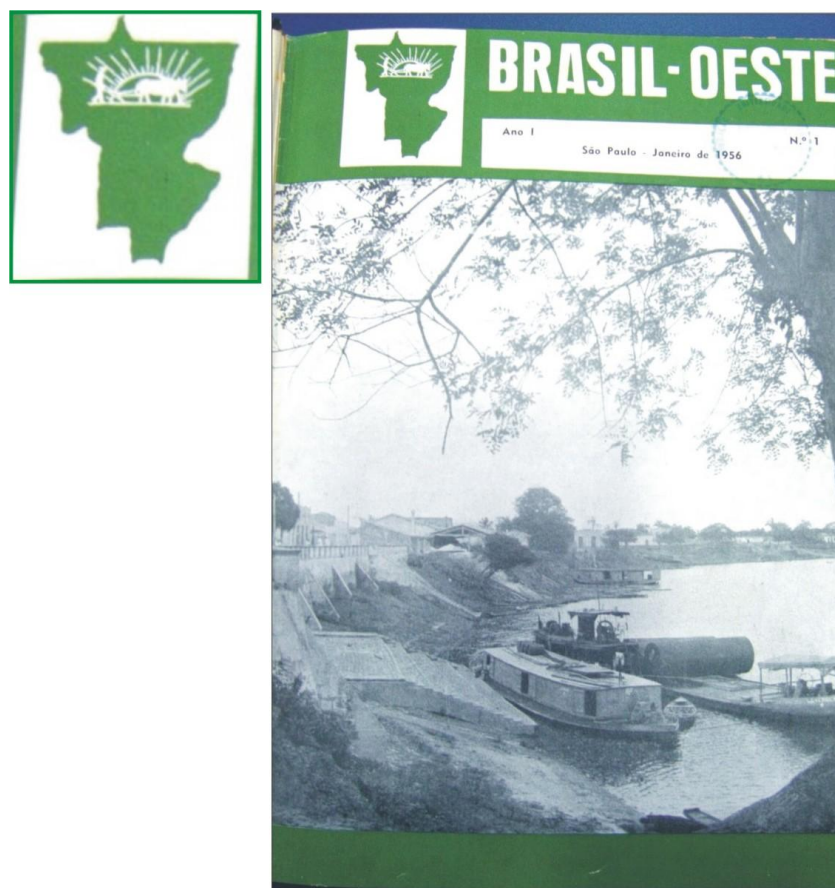
Nas primeiras edições da *Brasil-Oeste*, havia no logotipo da revista, uma ilustração de um homem que representava o produtor agrícola trabalhando no cultivo da terra e que se encontrava inserido num espaço que simulava o mapa do Estado de Mato Grosso (que é uma

---

<sup>5</sup> CRUZ, Helena F.; PEIXOTO, Maria do Rosário C., Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa, p. 265.

<sup>6</sup> Faço essa afirmação levando em consideração os periódicos catalogados pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso), para maiores detalhes, ver: CALHÃO, Antonio Ernani P.; MORGADO, Eliane Maria O.; MORAES, Sibebe. *Imprensa periódica mato-grossense: 1847-1969*. Cuiabá: Ed. Universitária da UFMT, 1994. Confrontei com os dados obtidos no *Anuário de Imprensa Brasileiro* e pude constatar que não havia nenhuma revista com direcionamento semelhante à *Brasil-Oeste* em Mato Grosso.

clara alusão ao trabalho agropecuário como a principal característica econômica da região). Na Fig. 1, apresenta-se essa ilustração, que estava plenamente de acordo com os objetivos editoriais da revista.



**Fig. 1: Capa da Revista *Brasil-Oeste*, edição n° 1**

Esse tipo de representação já havia sido utilizado na imprensa mato-grossense no final da década de 1940, pela *Revista d'Oeste*,<sup>7</sup> que foi editada e publicada na cidade de Campo Grande. Essa revista estampava na sua capa um logotipo semelhante àquilo que seria exposto na *Brasil-Oeste* anos mais tarde. No caso do periódico campo-grandense, o mapa de Mato Grosso ficava locado dentro de um globo, conforme pode ser conferido na Fig. 2.

As semelhanças entre as duas revistas não paravam por aí. O objetivo central de ambas as publicações era fazer do Estado de Mato Grosso um lugar melhor conhecido pelo restante da nação. Na *Revista d'Oeste*, o direcionamento editorial se assemelhava com aquilo que a *Brasil-Oeste* insistiu em defender nos anos seguintes. Na segunda edição do periódico

<sup>7</sup> *Revista d'Oeste* foi um periódico campo-grandense que teve seu primeiro número publicado em dezembro de 1948, sob a direção de Arthur de Ávila Filho e contava apenas com um redator, Joaquim Francisco Matos. Ela era impressa na Tipografia da Livraria Rui Barbosa, Campo Grande-MT (hoje, capital do Estado de Mato Grosso do Sul). Algumas edições dessa revista podem ser encontradas no Arquivo Histórico de Campo Grande - ARCA.

campo-grandense, lançado apenas dois anos depois do primeiro número, em janeiro de 1950, (o que exprime a dificuldade em se produzir uma revista no Estado de Mato Grosso no período em apreço), o editorial ressaltava o papel ao qual a revista estaria designada:

Os Diretores de “REVISTA D’OESTE” militando há vários anos, na imprensa pátria, como jornalistas profissionais filiados ao órgão supremo da classe – a Associação Brasileira de Imprensa, estão à altura para, com seus esforços, visão e boa vontade, fazer desta Revista o órgão líder do Centro-Oeste-Brasileiro – este pedaço verde do Brasil – reservatório potencialíssimo de riquezas “deitada eternamente em berço esplêndido” à espera do progresso.

Fazer conhecida dos demais estados da Federação a vida política-social, comercial, industrial, ética e cultural de Mato Grosso [...] Edificar no presente para a posteridade – eis o desejo mais elevado em nosso sonho estimulador. Daí a fé, a boa vontade, o idealismo, e a esperança, armas de que lançamos mãos para levar a efeito a fundação de uma revista moderna, idealizada, agradável, independente e tôda brasileira – “REVISTA d’OESTE” – tendo por norma: crescer para servir o Brasil, a Família e a Sociedade.<sup>8</sup>



Fig. 2: Editorial da *Revista D’Oeste*, edição nº 2

A partir da comparação entre os objetivos de ambas as revistas, é possível supor que em razão de se situarem em momentos próximos da história, parece-me que aquele período teria sido propício para reivindicar, pela imprensa, o “verdadeiro valor do potencialíssimo

<sup>8</sup> Revista d’Oeste, ano 2, janeiro de 1950, Campo Grande (MT), nº 2. Maiúsculas do original.

reservatório de riquezas” existente no Estado de Mato Grosso, cuja região precisava ser reconhecida pelo restante do país, e a força da palavra escrita podia ser a forma mais adequada para expressar tal anseio.

Em resumo, ao que me parece, tanto a *Brasil-Oeste* quanto a *Revista d’Oeste* estavam inseridas num processo em que a reclamação por parte dos mato-grossenses pelos meios de comunicação era encarada como essencial para trazer a público suas pretensões. Vale lembrar que a imprensa “não se situa nunca acima do mundo ao falar dele”,<sup>9</sup> ou seja, os periódicos eram percebidos pela intelectualidade mato-grossense como fundamentais para ajudar no desenvolvimento do Estado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa,<sup>10</sup> tarefa primeira e passo essencial para as pesquisas que trabalham com fontes periódicas.

Desse modo, a representação do mapa de Mato Grosso (colocado em destaque em ambas as publicações), pode ser encarada como fruto ou reflexo das condições históricas do período. É importante ressaltar o valor simbólico de uma imagem, quando apresentada na capa de um impresso, pois certamente funciona como uma “chave” que exerce influência sobre o leitor, conforme aponta categoricamente Roger Chartier,

Quando a imagem é única, ela se encontra mais frequentemente ou nas primeiras páginas do livro ou na última. Instaura-se assim uma relação entre a ilustração e o texto em seu todo, e não entre a imagem e esta ou aquela passagem particular. Colocada no começo, a ilustração induz a leitura, fornecendo uma chave que diz através de que figura o texto deve ser entendido, seja porque a imagem leva a compreender o todo do texto pela ilustração de uma de suas partes, seja porque propõe uma analogia que guiará a decifração.<sup>11</sup>

No período em que a revista *Brasil-Oeste* esteve em circulação, foram elaborados cinco diferentes logotipos de capa. O primeiro deles já foi apresentado na Fig. 1. Na Fig. 3, apresento as outras quatro alterações que foram feitas, e que podem ser conferidas mais adiante.

A primeira mudança no logotipo de capa foi feita já na oitava edição (última publicação do primeiro ano de circulação), quando se excluiu a representação do mapa de Mato Grosso e foi colocado no seu lugar, o mapa do Brasil. Nessa mesma edição, foram adicionados subtítulos com temas comumente abordados pela *Brasil-Oeste*. Foram eles:

---

<sup>9</sup> CRUZ, Helena F.; PEIXOTO, Maria do Rosário C., *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*, p. 258.

<sup>10</sup> LUCA, Tania Regina de, *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p. 138-139.

<sup>11</sup> CHARTIER, Roger, *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*, p. 276. Os grifos são meus.



*Agricultura; Pecuária; Economia; Política e Atualidades.* Na edição 14, retirou-se também a representação do agricultor, permanecendo somente o mapa. No número 47, extinguiram-se os subtítulos e assim permaneceu até o mês de janeiro de 1965, quando o tamanho do logotipo diminuiu consideravelmente sendo alocado nos cantos superiores da capa, não havendo mais alterações depois disso.



**Fig. 3: Alterações do logotipo da revista *Brasil-Oeste***

Ao abrir os números iniciais da *Brasil-Oeste*, é possível encontrar na primeira folha, dados administrativos, tais como endereço da redação, diretores, lista de colaboradores, correspondentes e os editoriais (Fig. 4). A partir da oitava edição, houve uma reorganização dos artigos e reportagens por temas, apresentados pela primeira vez em sumário, mostrando melhor organização nesse sentido.

Esse primeiro modelo de sumário, porém, permaneceu assim apenas nessa edição (Fig. 5), conforme pode ser percebido abaixo:

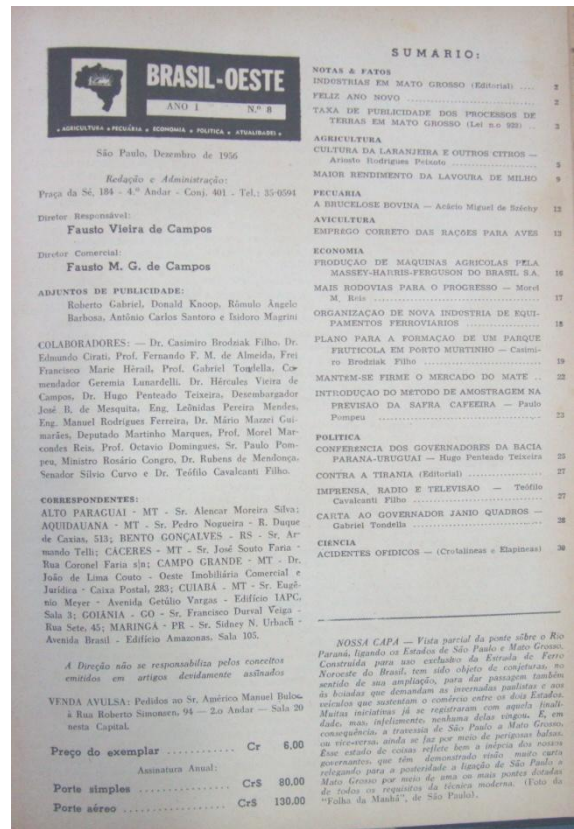
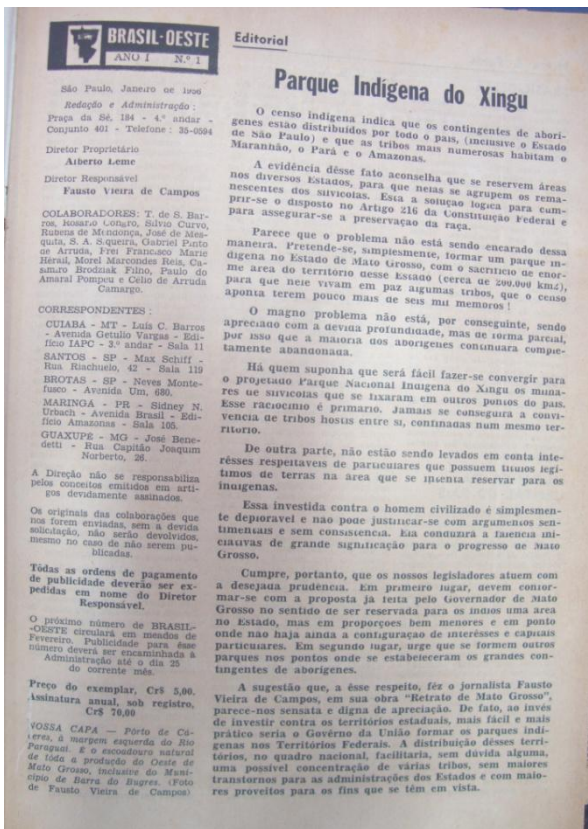


Fig. 4: Primeira folha da *Brasil-Oeste*, edição n° 1

Fig. 5: Sumário da *Brasil-Oeste*, edição n° 8

Depois se seguiu até a edição n° 48 um tipo de ordenamento que apresentava somente o título dos artigos, sem inseri-los numa ordem temática (Fig. 6). A partir da edição n° 49, houve outra alteração substancial que inverte o processo anterior, pois não será mais possível encontrar os títulos das reportagens e dos artigos no sumário, pelo contrário, os editores optaram em apresentar apenas os temas e suas páginas correspondentes (Fig. 7).

O sumário também pode ser considerado um protocolo de leitura, responsável pela *apresentação* daquilo que será debatido na revista. Por essa razão, ao que tudo indica, as modificações foram feitas para ajustar a maneira como os artigos eram apresentados ao leitor – em princípio, distribuídos de modo muito confuso, que “poluía” a primeira página –, e depois surge a opção por apresentar somente as temáticas, de maneira “limpa” e simplificada que parece ter sido uma das estratégias dos editores para tornar mais suave a leitura do sumário, uma vez que o leitor podia se interessar especialmente pela coluna de “Política”, “Agricultura”, ou qualquer outro tema especificamente.

Isso me remete ao que Chartier insiste em apontar, ou seja, precisa-se “sublinhar o fato de que não existe compreensão de um texto, qualquer que ele seja, que não dependa das



formas pelas quais ele atinge seu leitor”.<sup>12</sup> Facilitar a leitura da revista, tornando-a mais agradável para seu público-alvo é uma das táticas utilizadas pelos editores de impressos (periódicos ou não), e por isso merece atenção.

**BRASIL-OESTE**  
ANO III Nº 31  
SÃO PAULO, Novembro de 1958  
Redação e Administração: Rua da República, 386 - 3.º andar - Conjunto 33-A - Telefone: 33-8271  
Proprietário: Fausto Vieira de Campos  
Editor-Chefe: José de Magalhães  
Governador: Fausto M. G. de Campos  
Alfabeto de Publicidade: Bonifácio Campagnoli

**SUMÁRIO**

OS MAIS RECENTES INVESTIMENTOS ORÇAMENTAIS - F. de S. A. M. Martins ..... 1  
CALENDÁRIO RURAL - M. de S. Martins ..... 2  
INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS - Edgar C. Martins ..... 3  
ABSORÇÃO DE NITROGÊNIO PELO ALGODÃO - R. de S. A. M. Martins ..... 4  
ESBOÇOS ECONÔMICOS E SOCIAIS ANTI-ESCOLARISMO - L. de S. A. M. Martins ..... 5  
NOVO PALACIO DO GOVERNO DE MATO GROSSO - R. de S. A. M. Martins ..... 6  
TERRA EM TERREIRAS DE PAPORETO - R. de S. A. M. Martins ..... 7  
EFETOS DA TERMOPLASTICIDADE NO ALEIAMENTO ARTIFICIAL - L. de S. A. M. Martins ..... 8  
CITRA E SIGNIFICAÇÃO DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS PELO CARABATO - R. de S. A. M. Martins ..... 9  
USO DE HORMÔNIO PROPIONICO AUMENTO DA PRODUÇÃO DE CARNE - R. de S. A. M. Martins ..... 10  
INCREMENTO A PRODUÇÃO LETEIRA EM CULIARA - O. de S. A. M. Martins ..... 11  
OBSERVAÇÕES AGRÍCOLAS - R. de S. A. M. Martins ..... 12  
COCOS - R. de S. A. M. Martins ..... 13  
ESCARA DE PRODUTOS NECESSÁRIOS A MANTENÇÃO DA INDÚSTRIA AVEICOLA - R. de S. A. M. Martins ..... 14  
PANORAMA GEOECONOMICO DA REGIÃO ARAUCÁRIA - M. de S. A. M. Martins ..... 15  
DURA - R. de S. A. M. Martins ..... 16  
EMPRESA DE ALUMINIO NA CONSTRUÇÃO CIVIL - R. de S. A. M. Martins ..... 17  
ARTE CULINARIA - T. de S. A. M. Martins ..... 18  
BRASILIA, DE HOJE E DE AMANHÃ - P. de S. A. M. Martins ..... 19  
CONQUENÁRIO DE ARACATUBA - R. de S. A. M. Martins ..... 20  
de Lima - R. de S. A. M. Martins ..... 21  
RODRIGUES ANTONIO DE TULANDA - R. de S. A. M. Martins ..... 22  
BOIS DE SELA - V. de S. A. M. Martins ..... 23  
PALAVRAS CRUZADAS - R. de S. A. M. Martins ..... 24  
NOTAS & FATOS - Na Carta de Início de BRASIL-OESTE - Dr. José de Magalhães - C. de S. A. M. Martins ..... 25  
C. de S. A. M. Martins ..... 26  
C. de S. A. M. Martins ..... 27  
C. de S. A. M. Martins ..... 28  
C. de S. A. M. Martins ..... 29  
C. de S. A. M. Martins ..... 30  
C. de S. A. M. Martins ..... 31  
C. de S. A. M. Martins ..... 32  
C. de S. A. M. Martins ..... 33  
C. de S. A. M. Martins ..... 34  
C. de S. A. M. Martins ..... 35  
C. de S. A. M. Martins ..... 36  
C. de S. A. M. Martins ..... 37  
C. de S. A. M. Martins ..... 38  
C. de S. A. M. Martins ..... 39  
C. de S. A. M. Martins ..... 40  
C. de S. A. M. Martins ..... 41  
C. de S. A. M. Martins ..... 42  
C. de S. A. M. Martins ..... 43  
C. de S. A. M. Martins ..... 44  
C. de S. A. M. Martins ..... 45  
C. de S. A. M. Martins ..... 46  
C. de S. A. M. Martins ..... 47  
C. de S. A. M. Martins ..... 48  
C. de S. A. M. Martins ..... 49  
C. de S. A. M. Martins ..... 50  
C. de S. A. M. Martins ..... 51  
C. de S. A. M. Martins ..... 52  
C. de S. A. M. Martins ..... 53  
C. de S. A. M. Martins ..... 54  
C. de S. A. M. Martins ..... 55  
C. de S. A. M. Martins ..... 56  
C. de S. A. M. Martins ..... 57  
C. de S. A. M. Martins ..... 58  
C. de S. A. M. Martins ..... 59  
C. de S. A. M. Martins ..... 60  
C. de S. A. M. Martins ..... 61  
C. de S. A. M. Martins ..... 62  
C. de S. A. M. Martins ..... 63  
C. de S. A. M. Martins ..... 64  
C. de S. A. M. Martins ..... 65  
C. de S. A. M. Martins ..... 66  
C. de S. A. M. Martins ..... 67  
C. de S. A. M. Martins ..... 68  
C. de S. A. M. Martins ..... 69  
C. de S. A. M. Martins ..... 70  
C. de S. A. M. Martins ..... 71  
C. de S. A. M. Martins ..... 72  
C. de S. A. M. Martins ..... 73  
C. de S. A. M. Martins ..... 74  
C. de S. A. M. Martins ..... 75  
C. de S. A. M. Martins ..... 76  
C. de S. A. M. Martins ..... 77  
C. de S. A. M. Martins ..... 78  
C. de S. A. M. Martins ..... 79  
C. de S. A. M. Martins ..... 80  
C. de S. A. M. Martins ..... 81  
C. de S. A. M. Martins ..... 82  
C. de S. A. M. Martins ..... 83  
C. de S. A. M. Martins ..... 84  
C. de S. A. M. Martins ..... 85  
C. de S. A. M. Martins ..... 86  
C. de S. A. M. Martins ..... 87  
C. de S. A. M. Martins ..... 88  
C. de S. A. M. Martins ..... 89  
C. de S. A. M. Martins ..... 90  
C. de S. A. M. Martins ..... 91  
C. de S. A. M. Martins ..... 92  
C. de S. A. M. Martins ..... 93  
C. de S. A. M. Martins ..... 94  
C. de S. A. M. Martins ..... 95  
C. de S. A. M. Martins ..... 96  
C. de S. A. M. Martins ..... 97  
C. de S. A. M. Martins ..... 98  
C. de S. A. M. Martins ..... 99  
C. de S. A. M. Martins ..... 100

COLABORADORES - Tenente-Coronel Carlos de Meira Filho, Dr. Casimiro Brodnjak Filho, Dr. Brásio Martins, Dr. Dolor de Andrade, Dr. Ed. de S. A. M. Martins, Sr. Eugenio Meyer, Dr. Estácio Carreira Trindade, Eng. Francisco A.M. Mariconi, Sr. Gastão Thomas de Almeida, Dr. Hercules Vieira de Campos, Prof. Hugo de Almeida Leme, Desembargador José B. de Menezes, Sr. José Boeira de Lima, Eng. José Soares Brandão Filho, Sr. José Souto Faria, Prof. Luiz Gonzaga E. Lordello, Dr. Mário Mazzei Guimarães, Prof. Manoel Marcondes Reis, Prof. Octavio Domingues, Sr. Paulo Pompeu, Sr. Pedro Nogueira, Ministro Rosário Lago, Dr. Virgílio Corrêa Filho, e Prof. Zilmar C. Maranhã.

COLABORAÇÕES PARA "BRASIL-OESTE" - Encarado com o seu quadro de colaboradores já completo, esta revista publica somente os trabalhos que solicita, não se responsabilizando pela devolução dos artigos que lhe forem dirigidos espontaneamente. Publica artigos de especial interesse para os Estados de Mato Grosso e Goiás e territórios da loca Paraná-Uruguai, serão acolhidos e submetidos ao Conselho de Redação, que optará sobre a conveniência da publicação.

A Direção não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos devidamente assinados

Preço do exemplar ..... Cr\$ 10,00  
Número atrasado ..... Cr\$ 12,00

Assinatura Anual ..... Cr\$ 120,00  
Assinatura Mensal ..... Cr\$ 10,00  
Registro postal ..... Cr\$ 180,00

Propriedade de BRASIL-OESTE EDITORA LTDA.

Fig. 6: Sumário da *Brasil-Oeste*, edição nº 31

**BRASIL-OESTE**  
ANO V Nº 51  
SÃO PAULO, Agosto de 1960  
Redação e Administração: Praça da República, 386 - 3.º andar - Conj. 33-A - Fone: 33-0431.  
SUCURBAIS: Campo Grande: Rua Dom Amador, 448 - Sala 21 - Curitiba: Av. Vicente Machado, 1.275-B - Curitiba: Rua Barão de Medeiros, 598 - Rio de Janeiro: Rua Mexico, 49 - 1.º andar - Conj. 202 - Fone: 42-2574.  
DIRETOR: Fausto Vieira de Campos; GE-ESTE: Fausto Moraes Cordeiro de Campos; EDITOR-CHEFE: José de Magalhães.  
CORRESPONDENTES: Amambai: Hamilton Carvalho Maciel; Aquidauana: Pedro Nogueira; Jaguaré: João José de Carvalho; Aracaju: José Lopes de Oliveira; Bonito: Othmar Prado de Souza; Brasília: Edson Pacheco Dutra; Cáceres: José Sônia Pires; Campo Grande: Cláudio Otaviano da Silva Pereira; Corumbá: Renato Sues; Curitiba: Eugenio Meyer; Curitiba: Hélio Horta de Artur; Dourados: Cidre Coradini de Souza; Erechim: Avelino L. Grandi; Foz de Iguaçu: Waldemar Rocha; Goiânia: Leopoldo A. de Oliveira; Guará: Ramundo Maranhão Ayres; Herval São: Walter Weiglich; Itaipava: Theodoro A. Hauber; Itaperi: Luciano Magalhães; Jaraguá: Raul S. Rosa; Jorobá: Alexandre E. Nogueira; Juiz de Fora: Iris de Oliveira Calixto; Lajes: Aclio R. Lima; Lavoura: Nogueira; Londrina: Euclides de Souza; Maracaju: Sinal Trindade; Marília: Antônio José Sanches; Miranda: Joviano de Almeida Neves; Mossoró: Walber Lovis Silva; Monte Serrão de Itaipava: José Paiva Massilon; Mufumbi: Epitácio C. Lima; Mucumbiró: José A. S. Marques; Neópolis: Edson de Oliveira; Niterói: Ronaldo dos Anjos; Passo Fundo: Altair Bertolini; Patos de Minas: Raul Rodrigues; Piracicaba: Filadelfo Martins Costa; Ponta Porá: Milton Cabral; Porto Alegre: Alter F. Gonçalves; Presidente Prudente: Antônio Lima; Ribeirão Preto: Moisés A. Bernardino; Rio de Janeiro: Pedro F. Coury; Edson Nogueira Palm; Orvaldo Junqueira; Hudson Venâncio; Pelotas: Pereira Lacerda; Paulo Bernardo de Araújo; Demóstenes Farias e Edson Gomara; Ponta Grossa: José Wojtowicz; Três Lagoas: João Siqueira; Universidade Estadual ICM 47 da rodovia Itaipava - Boaventura Echeverria.

COLABORADORES: Dr. Casimiro Brodnjak Filho, Dr. Demóstenes Martins, Dr. Estácio Carreira Trindade, Dr. Fernando Pereira Falcão, Eng. Francisco A. M. Mariconi, Prof. Gastão de S. A. M. Martins, Dr. Hercules Vieira de Campos, Desembargador José B. de Menezes, Sr. José Soares Brandão Filho, Tenente-Coronel Leão Gomes de S. A. M. Martins, Sr. Paulo Pompeu, Ministro Rosário Lago, Dr. Luiz Gonzaga E. Lordello, Prof. Octavio Domingues, Sr. Paulo Pompeu, Ministro Rosário Lago, Dr. Virgílio Corrêa Filho e Prof. Zilmar C. Maranhão.

**SUMÁRIO**

AGRICULTURA ..... 2/13  
ARTE CULINARIA ..... 26/27  
ECONOMIA ..... 19/25  
HISTÓRIA E GEOGRAFIA ..... 28/32  
NOTAS & FATOS ..... 41/48  
PECUÁRIA ..... 14/18  
POLÍTICA ..... 33/40

AVISO AOS CORRESPONDENTES

As colaborações deverão ser remetidas de forma que possam chegar ao São Paulo até o dia 3 de cada mês. A Redação de BRASIL-OESTE não se responsabiliza, caso não seja recebida e entregue, feita a entrega de forma correta, não recebida, não encaminhada, etc. e etc.

A Direção não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos devidamente assinados, inclusive com pseudônimos.

PREÇO DO EXEMPLAR: Cr\$ 10,00  
NÚMERO ATRASADO: Cr\$ 12,00  
ASSINATURA, com porte simples:  
2 anos Cr\$ 200,00  
1 ano Cr\$ 100,00  
Com registro postal acrescido de Cr\$ 60,00 por ano

ASSINATURA PERMANENTE: Cr\$ 1.000,00

Propriedade de BRASIL-OESTE EDITORA LTDA.

Fig. 7: Sumário da *Brasil-Oeste*, edição nº 51

Essas mudanças gráficas do mensário também podem ser encaradas como resultado da profissionalização e aprimoramento na administração da revista, que modificou seu corpo editorial. No nível da Direção, houve uma importante alteração, pois nas primeiras quatro edições, Fausto Vieira de Campos estava acompanhado de Alberto Leme na chefia da revista, e contava com Fausto M. G. V. de Campos como Chefe de Publicidade. A partir da quinta edição, os Campos se tornaram dirigentes isolados no periódico e criaram outras funções, inclusive cargos específicos para o quadro da publicidade. Um dado que merece ser destacado reside no fato de que no espaço entre a primeira e a oitava edição, nota-se um considerável aumento dos anúncios publicitários, que pode ter desencadeado na contratação de novos profissionais, tendo modificado a visão administrativa no que diz respeito à *materialidade* da revista (desde sua apresentação até o próprio ordenamento dos artigos e reportagens, e anúncios).

<sup>12</sup> CHARTIER, Roger, *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, p. 17.

A participação e a saída de Alberto Leme da revista *Brasil-Oeste* ainda continua sem os devidos esclarecimentos, uma vez que me faltam dados que expliquem com clareza as razões que motivaram o desligamento desse empresário da parceria que havia firmado com Fausto Vieira de Campos. Possuo, no entanto, o depoimento de Fausto M. G. V. de Campos, que me deu a seguinte declaração sobre os primeiros contatos com Leme:

[Depois do lançamento de *Retrato de Mato Grosso*, em 1955, Fausto Vieira de Campos] Conheceu então diversas pessoas de Mato Grosso, inclusive o Sr. Alberto Leme, que sabendo de sua intenção em lançar uma revista em janeiro de 1956 e *objetivando o seu negócio de terras*, propôs-lhe sociedade.<sup>13</sup>

Na opinião de Fausto M. G. V. de Campos, a saída de Alberto Leme se deu justamente por conta das divergências no plano dos interesses profissionais, uma vez que o último estaria ligado ao ramo de vendas de terras em Mato Grosso e isso não estava de acordo com as diretrizes básicas do plano traçado por Fausto Vieira de Campos. Nas palavras do entrevistado,

[O] Sr. Alberto Leme [...] objetivando o seu negócio de terras [...], foi excluído na quarta edição, assim como aos poucos os demais do *métier*, por não se enquadrarem no perfil e no *precípua objetivo da BRASIL-OESTE, que era divulgar o potencial econômico da vasta região do centro-oeste, especialmente de Mato Grosso. Nunca houve quaisquer ligações com grupos econômicos ou qualquer participação e ou colaboração financeira do poder público.*<sup>14</sup>

A julgar, portanto, por essas declarações, os interesses de Alberto Leme não estariam de acordo com os objetivos estabelecidos pelo *manifesto-programa* do periódico que visava direcionar as reportagens em torno dos problemas do oeste brasileiro, e não em prol de negócios pessoais. Suas reportagens deviam estar estritamente ligadas ao âmbito da política, economia, pecuária e agricultura, dentre outros temas correlacionados. A partir dessas quatro direções principais, deviam ser construídos os editoriais, artigos, reportagens, seções do mensário.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Entrevista com Fausto Moraes Godoy Vieira de Campos feita por correspondência eletrônica através de questionário elaborado em 19/05/2010 e respondido em 27/05/2010. Os grifos são meus.

<sup>14</sup> Entrevista com Fausto Moraes Godoy Vieira de Campos feita por correspondência eletrônica através de questionário elaborado em 19/05/2010 e respondido em 27/05/2010. Os grifos são do original.

<sup>15</sup> Levando em consideração o depoimento de Fausto M. G. V. de Campos, quando ressalta que além de Alberto Leme, “os demais do *métier*” foram excluídos da revista, houve uma diferença de tratamento no caso que envolveu o colaborador Eugenio Meyer, que também atuava na área de vendas de terras e, no entanto, permaneceu contribuindo para a revista até o ano de 1961. No próximo capítulo farei uma análise mais cuidadosa sobre essa questão, na intenção de explicitar a peculiaridade dessa situação.

Infelizmente, as lacunas persistem, pois ao que tudo indica, Fausto Vieira de Campos já sabia da atuação profissional e dos interesses de Alberto Leme antes de consolidar a parceria que culminou com o lançamento da *Brasil-Oeste*, contudo, não possuo dados suficientes que me permitem dar uma resposta satisfatória em relação à saída desse sócio.

### **2.3) Os colaboradores, correspondentes e principais seções**

Fausto Vieira de Campos conseguiu organizar em torno de si e de seu projeto uma considerável rede de colaboradores e correspondentes. Residentes nas mais diversas localidades do país, o papel desempenhado por esses personagens foi muito importante: em relação aos primeiros, pelos artigos escritos para o periódico, ora científicos, ora opinativos, além da representação e prestígio que traziam para a revista; e em relação aos correspondentes, pelas funções pertinentes à distribuição de exemplares, coleta de informações, publicidade e assinaturas. Logo a seguir, procuro fazer uma análise mais detalhada dessas funções.

#### **a) Sobre os Colaboradores:**

Qual era o papel exercido por essas figuras? Em princípio, os colaboradores deveriam escrever artigos para a revista, contudo, um ponto precisa ser esclarecido: nem todos eles contribuíram efetivamente na redação de artigos ou reportagens. Fiz um levantamento de todos aqueles que figuraram dentre os colaboradores da *Brasil-Oeste* e constatei que foram noventa os nomes vinculados a esse quadro, no entanto, em termos práticos, esse número diminui para apenas sessenta que efetivamente colaboraram com textos para a revista.

O que explica tal situação? Como já apontei, ao longo de sua trajetória pelo Estado de Mato Grosso, Fausto Vieira de Campos e seu filho, Fausto M. G. V. de Campos formaram boas relações com personalidades conhecidas da região. Alguns indícios me levam a crer que parte dos colaboradores era vinculada à revista simplesmente para dar credibilidade a ela, mesmo quando não participasse efetivamente da redação de artigos ou reportagens. Foi o caso de Hércules Vieira de Campos, irmão de Fausto, que figurou na lista de colaboradores em 119 edições, porém, jamais redigiu um artigo sequer para o mensário. Outros vinte e nove nomes também jamais participaram na elaboração de textos. É possível supor, entretanto, que eles tenham exercido outras funções, colaborando de outras formas, figurando como fontes de informação, por exemplo, pois muitos deles desfrutavam de certa influência, sobretudo política, no Estado de Mato Grosso.

Outro fator que considero importante é a questão da remuneração desses colaboradores. Quando perguntei ao jornalista Fausto M. G. V. de Campos sobre o assunto, ele me informou que “nenhum dos colaboradores era remunerado”.<sup>16</sup> Assim, faz-se necessário deixar claro que quando me refiro a esse grupo, trata-se daquelas pessoas que não eram remuneradas para escrever ou ter os seus nomes vinculados ao quadro inserido na primeira folha da revista e que está exposto na Fig. 8, no item, *colaboradores*.

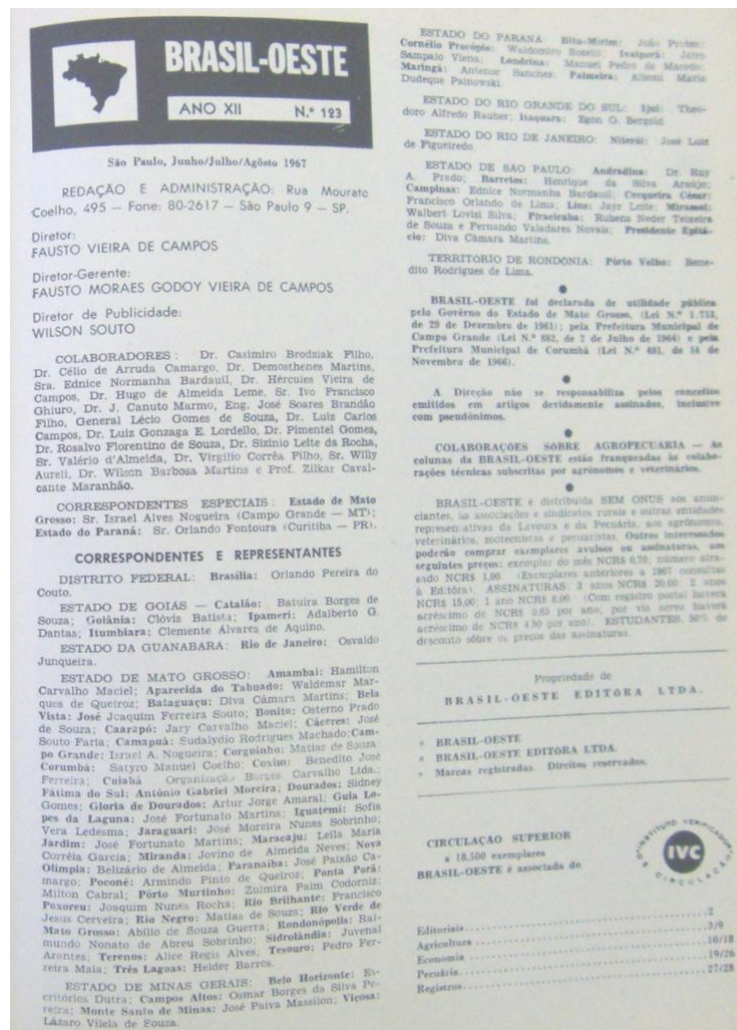


Fig. 8: Lista de colaboradores e correspondentes da *Brasil-Oeste*, edição n° 123

No Quadro 2, apresento uma lista dos principais colaboradores<sup>17</sup> que efetivamente escreveram textos para a revista e que pode ser conferida logo a seguir:

<sup>16</sup> Entrevista com Fausto Moraes Godoy Vieira de Campos feita por correspondência eletrônica através de questionário elaborado em 19/05/2010 e respondido em 27/05/2010.

<sup>17</sup> Dois nomes que figuraram no quadro de colaboradores, contudo, não foram somados a esse quadro. Trata-se de Edson Nogueira Paim e Ednice N. Bardaul. Isso se dá em razão de que ambos escreviam seus textos nas seções *Parlamentos e Parlamentares* e *Lar e Família* respectivamente, e que serão analisadas mais adiante. No

**QUADRO 2**  
**Lista de colaboradores<sup>18</sup> da Revista *Brasil-Oeste***

Nome do colaborador	Número de colaborações
Sizínio Leite da Rocha	63
José Soares Brandão Filho	43
José Bardauil	21
Zilkar Cavalcante Maranhão	17
Lécio Gomes de Souza	14
Pimentel Gomes	13
Francisco A. M. Mariconi	13
Ivo Francisco Ghiuro	13
Casimiro Brodziak Filho	12
Demóstenes Martins	12
Octávio Domingues	12
Rosário Congro	11
Pedro Nogueira	10
Hugo de Almeida Leme	8
Célio de Arruda Camargo	7
José Bezerra de Lima	7
Virgílio Corrêa Filho	7
Willy Aureli	7
Demais colaboradores que publicaram textos na revista	1 – 6*
Colaboradores sem textos escritos	Nenhum**

\* Para evitar uma lista muito extensa, foram agrupados todos os quarenta colaboradores que escreveram entre uma e seis participações.

\*\* Trinta dos colaboradores jamais escreveram um único texto sequer para a revista.

Dentre os dezoito nomes citados no Quadro 2, sete deles eram engenheiros agrônomos: eng<sup>o</sup> agrônomo José Soares Brandão Filho, eng<sup>o</sup> agrônomo José Bardauil, eng<sup>o</sup> agrônomo e professor Zilkar Cavalcante Maranhão, eng<sup>o</sup> agrônomo e professor Pimentel Gomes, eng<sup>o</sup> agrônomo e professor Francisco A. M. Mariconi, eng<sup>o</sup> agrônomo e professor Octávio Domingues e o eng<sup>o</sup> agrônomo e professor Hugo de Almeida Leme, sendo que os cinco últimos foram professores da *Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’*,<sup>19</sup> de Piracicaba (SP). Essa foi uma característica da *Brasil-Oeste*, pois boa parte de seus artigos da seção de Agricultura contava com profissionais dessa instituição, cuja credibilidade engrandecia a revista.

---

Quadro 2 estão listados apenas aqueles que não estavam ligados a uma seção específica do mensário e colaboravam apenas com artigos.

<sup>18</sup> Todos os números apresentados no quadro são aproximados, sendo possível que, em decorrência da falta de páginas de alguns periódicos, os dados não estejam estritamente equivalentes ao real.

<sup>19</sup> Dados retirados da obra: *Universidade de São Paulo - 75 anos: contribuição da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”*, 2009.

Outros profissionais de diversas áreas também tiveram importante participação na revista, tais como Virgílio Corrêa Filho, engenheiro e historiador mato-grossense que, apesar de ter colaborado com apenas sete artigos, era um intelectual de muito prestígio<sup>20</sup> e seu nome esteve listado em noventa e oito edições da *Brasil-Oeste*. Também é importante destacar a notável participação do advogado Sízínio Leite da Rocha, o colaborador que escreveu mais textos para o mensário. Segundo indica Simone Meucci, ele foi responsável por escrever um dos primeiros manuais didáticos sobre sociologia publicados no país, cujo título era *Sociologia Política*.<sup>21</sup>

Quando questionado sobre a facilidade do contato que os diretores da *Brasil-Oeste* tinham com políticos e intelectuais, Fausto M. G. V. de Campos ressaltou que, ao mesmo tempo em que a revista precisava de diálogo com essas personalidades, a recíproca era a mesma, uma vez que, segundo o entrevistado, “o nível da BRASIL-OESTE [era] expressado pela capacidade das suas matérias em função dos seus colaboradores e pela sua penetração e circulação”.<sup>22</sup>

Assim, quanto mais a revista circulasse e obtivesse sucesso, melhor seria para os políticos e intelectuais mato-grossenses, pois poderiam, pelo alcance atingido por um veículo de informação como tal, tornar públicas suas reivindicações, ideias e ações, ficando em evidência perante os seus eleitores e leitores.

b) Sobre os Correspondentes:

Por conta dessas relações profissionais e pessoais com os mato-grossenses, além de agregarem um número considerável de colaboradores, os Campos formaram uma extensa rede de correspondentes. Para ilustrar essa situação, na primeira edição da revista, constatam-se apenas seis deles, divididos em quatro Estados, localizados nas cidades de Cuiabá em Mato Grosso; Brotas e Santos, em São Paulo; Maringá, no Paraná; e Guaxupé em Minas Gerais. Com o passar dos anos, esse número ampliou-se consideravelmente, chegando ao ápice ao atingir a quantia de sessenta e três correspondentes.

---

<sup>20</sup> Sobre Virgílio Corrêa Filho, ver: FRANCO, Gilmar Y. *A construção da identidade mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho: 1920-1940*. 2007. 132f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

<sup>21</sup> MEUCCI, Simone, Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas, p. 55.

<sup>22</sup> Entrevista com Fausto Moraes Godoy Vieira de Campos feita por correspondência eletrônica através de questionário elaborado em 19/05/2010 e respondido em 27/05/2010. Maiúsculas do original.



Durante os doze anos de circulação, a *Brasil-Oeste* teve correspondentes nos Estados de Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, além do Distrito Federal (antes e pós a mudança da capital para Brasília) e no Território de Rondônia. O maior número deles encontrava-se em Mato Grosso, chegando a atingir, nos anos de 1960, uma média acima de trinta representantes por publicação nesse Estado.

Os correspondentes ficavam encarregados de quatro tarefas principais: a coleta de assinatura e publicidade; distribuição de exemplares e também na contribuição com reportagens acerca de acontecimentos de suas localidades para possíveis exposições na revista. No que diz respeito à remuneração desse grupo, apresentados como correspondentes/representantes, não possuo dados significativos que me permitem dizer como funcionava o sistema de pagamento, porém, quando indaguei Fausto M. G. V. de Campos sobre o tema, ele respondeu que “tudo era remunerado, percentualmente ou não”.<sup>23</sup>

Conforme já expliquei, dentre o grupo de *colaboradores*, havia dois subgrupos: os que *contribuíam* com textos, e os que *não contribuíam* (ambos sem remuneração, levando em consideração a informação de Fausto M. G. V. de Campos). Do lado dos *correspondentes*, mostrei que eles tinham algumas tarefas específicas e eram remunerados por isso “percentualmente ou não”, tal como informou Campos. Mas se for considerado o que dizia o anúncio da edição do mês de janeiro de 1959, houve um terceiro grupo de cooperadores. Ali se ofereciam oportunidades para pessoas interessadas em escrever reportagens sobre suas localidades a troco de remuneração especificamente para aquele serviço. Esclarecendo melhor, a direção da *Brasil-Oeste* dava oportunidade para *repórteres autônomos*. No meu entendimento, eles não precisavam ser necessariamente correspondentes/representantes de suas cidades, bastava apenas que enviassem textos que fossem identificados com a proposta editorial da revista e aceitos pelo corpo editorial.

ESTAMOS oferecendo excelente oportunidade para você tornar melhor conhecida a sua terra e ganhar um pró-labore de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 600,00 todos os meses.  
MUITA coisa interessante acontece nos territórios do Centro-Oeste brasileiro [...] NÃO é somente no domínio geoeconômico que você encontrará motivo para escrever uma reportagem original. Nos costumes e usos locais, encontrará também inspiração para contar uma história bastante interessante.  
TORNE-SE repórter da BRASIL-OESTE. Envie-nos a sua **colaboração**, acompanhada de dados pessoais, e, se possível, de fotografias para ilustração.

---

<sup>23</sup> Entrevista com Fausto Moraes Godoy Vieira de Campos feita por correspondência eletrônica através de questionário elaborado em 19/05/2010 e respondido em 27/05/2010.

OS trabalhos serão submetidos à apreciação do Conselho de Redação. E os que forem aprovados e publicados, farão jus aos prêmios acima – de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 600,00 [...]

VEJA como é fácil ganhar dinheiro, tornar a sua terra conhecida, e projetar o seu nome em todo o País e no Estrangeiro.<sup>24</sup>

Pode-se observar, conforme informações presentes no anúncio, que as reportagens enviadas deviam estar alinhadas com o projeto idealizado pela *Brasil-Oeste*, ou seja, tornar mais conhecidas as regiões do oeste do país. E para isso, era importante trazer ao leitor os mais diversos aspectos da localidade reportada, incluindo o uso da fotografia.<sup>25</sup> Mais adiante, na edição nº 105, houve uma mudança na proposta para aqueles interessados em escrever para revista: dessa vez, os textos precisavam ter como tema específico a questão dos negócios envolvendo a agropecuária.

Porém, o que parece ser importante dizer no que se refere à participação dos correspondentes ou repórteres da revista, reside no fato de que esses elementos poderiam coletar informações sobre sua região, cuidar da distribuição, das assinaturas e enviá-las para a cidade de São Paulo (SP), sede da revista. Conforme destacavam os diretores da *Brasil-Oeste*, “o correspondente é o líder da revista no município. De sua atividade dependerá o progresso da comuna”.<sup>26</sup>

Esses personagens de fato eram muito valorosos, pois como coletavam informações de diversas áreas distintas, as quais a *Brasil-Oeste* se dedicava a divulgar, isso permitia aos “braços” do periódico abraçar áreas cada vez mais distantes, tendo em vista que certamente

---

<sup>24</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano IV, nº 33, janeiro de 1959, São Paulo (SP), p. 33. Maiúsculas do original. Palavra em negrito do original.

<sup>25</sup> Esse aspecto me parece importante, pois com o passar dos anos, o uso da fotografia ou da ilustração foi se intensificando nas reportagens que tratavam de falar sobre o Estado de Mato Grosso e suas cidades, que certamente indica que havia uma preocupação jornalística em relação a esse recurso tecnológico. A imagem na *Brasil-Oeste*, de fato, teve importância, sobretudo para induzir o leitor a “memorizar” a região ali retratada e os ideais de progresso representados naquelas ilustrações ou fotos. Essa revista, de modo geral, é uma fonte interessante para a análise específica das imagens ali contidas, tanto no âmbito da publicidade, quanto no que diz respeito às fotorreportagens, demonstrando que estava em consonância com o momento histórico do período, uma vez que as revistas de modo geral especializavam-se em compor seu formato, mesclando o texto verbal e a imagem fotográfica para orientar a leitura do seu público-alvo. Como se nota no anúncio analisado, a anexação de fotografias dos lugares reportados era muito bem-vinda no processo de apreciação e seleção das reportagens. Como ressalta Jorge Pedro Souza, a utilização da fotografia vinha ganhando impulso desde as décadas de 1920-1930, nas palavras do autor, “a fotografia jornalística ganhou força, ultrapassando o caráter meramente ilustrativo-decorativo a que ainda era geralmente voltado. O fotojornalismo de autor tornou-se referência obrigatória. Pela primeira vez, privilegia-se a imagem em detrimento do texto, que surge como um complemento, por vezes reduzido a pequenas legendas”. *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Chapecó: Grifos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. p 69.

<sup>26</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano VI, nº 59, maio de 1961, São Paulo (SP).



havia dificuldades para os seus dirigentes de se deslocarem de São Paulo até as regiões que faziam parte de sua cobertura jornalística.

A revista *Brasil-Oeste* trabalhou com o sistema de sucursais. As primeiras filiais estabelecidas pelos dirigentes do periódico surgiram na edição n° 49, de junho do ano de 1960 e estavam localizadas em Campo Grande e Cuiabá em Mato Grosso, Curitiba (PR) e Rio de Janeiro (GB). Outras vieram em seguida, tais como Porto Alegre (RS), Goiânia (GO), Ribeirão Preto (SP), Aquidauana e Corumbá (MT).<sup>27</sup> É importante, contudo, ressaltar que algumas delas foram fechadas rapidamente, como foi o caso da filial sul-rio-grandense e a paranaense. As razões pelas quais essas sucursais eram desativadas me escapam, porém, os desligamentos de representantes e correspondentes eram muito corriqueiros e não havia uma uniformidade nem mesmo no sistema de sucursais.

Algumas dessas sucursais, no entanto, foram importantes e se solidificaram, como o caso de Campo Grande, Brasília, Cuiabá e Rio de Janeiro (certamente pela solidez dos contatos nelas estabelecidos). Alguns correspondentes e colaboradores dessas cidades mantinham seções na revista e é sobre isso que abordarei no tópico a seguir, especialmente no que diz respeito à cidade do Rio de Janeiro, pelo aglomerado político que comportava (quando foi Capital Federal), e que permitiu enriquecimento do conteúdo das reportagens que falavam sobre política.

c) Sobre as Seções:

A cidade do Rio de Janeiro exerceu importância estratégica como sucursal da *Brasil-Oeste* e, isso se deve, sobretudo, por conta das seções dirigidas por correspondentes que lá residiam. Foi o caso de *Parlamentos e Parlamentares*, que ficava sob os cuidados de Edson Nogueira Paim; e a *Colônia Mato-Grossense no Estado do Rio de Janeiro* (depois alterada para *Colônia Mato Grossense no Estado da Guanabara*),<sup>28</sup> sob os cuidados de Osvaldo Junqueira.

É conveniente, entretanto, antes de falar especificamente sobre as seções apresentadas, mostrar um quadro, listando todas as colunas assinadas que foram criadas durante a história da revista:

---

<sup>27</sup> A cidade de Corumbá, assim como Aquidauana e Campo Grande, desde 1979, estão localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul, em decorrência da já citada divisão do antigo Estado de Mato Grosso.

<sup>28</sup> Essa mudança do nome dessa seção ocorreu em razão da transferência da capital da República para a cidade de Brasília. Assim, o antigo Distrito Federal passou a constituir nova unidade da Federação Brasileira - o Estado da Guanabara, por força da Lei n° 3.752, de 14/04/1960.

**QUADRO 3**  
**Seções assinadas da Revista *Brasil-Oeste***

Nome da Seção	Temática	Duração	Responsável
Arte Culinária	Receitas culinárias	Do n° 20 ao n° 23	Regina Moraes
Arte Culinária	Receitas culinárias	Do n° 25 ao n° 55	Teresa Umbelina
Conversa com Fazendeiros	Entrevistas com personalidades da agropecuária	Do n° 22 ao n° 27	Paulo Pompeu e Gastão Thomaz de Almeida
Parlamento & Parlamentares	Política	Do n° 24 ao n° 48	Edson Nogueira Paim
Parlamento & Parlamentares	Política	Do n° 50 ao n° 55	Edson Dutra
Parlamento & Parlamentares	Política	Do n° 56 ao n° 70	Nicanor F. Bacelar
Norte de Mato Grosso*	Cuiabá e Região	Do n° 25 ao n° 54	Eugênio Meyer
Panorama Fluminense	Notas sobre o Estado do Rio de Janeiro	Do n° 36 ao n° 39	Ronaldo Rios Albo
Notas Econômicas	Economia	Do n° 39 ao n° 53	Hudson Ventura
Referendum	Política	Do n° 43 ao n° 53	João de Cáceres
Colônia de Goiás	Notícias de Goiás no Estado do Rio de Janeiro	Do n° 44 ao n° 29	Felinto Pereira Lacerda
Colônia Mato-grossense no Rio de Janeiro	Notícias de Mato Grosso no Estado do Rio de Janeiro.	Do n° 46 ao n° 48	Oswaldo Junqueira
Colônia Mato-grossense no Estado da Guanabara	Notícias de Mato Grosso na cidade do Rio de Janeiro.	Do n° 49 ao n° 104	Oswaldo Junqueira
Pinga-Fogo	Notas Políticas	Do n° 39 ao n° 48	Edson Nogueira Paim
Lar e Família	Culinária, Costumes e Poesias.	Do n° 56 ao n° 59	Teresa Umbelina
Lar e Família	Culinária, Costumes e Poesias	Do n° 60 ao n° 93	Diversos autores
Lar e Família	Culinária, Costumes e Poesias	Do n° 94 ao n° 117	Ednice Normanha Bardauil

\* Essa seção ficou ausente entre as edições de n° 28 e 42, voltando a circular somente no n° 43.

Não pretendo aqui fazer uma análise detalhada de todas as seções apresentadas no quadro acima, pois julgo que algumas foram mais importantes que outras e tiveram maior impacto para a história da revista, como foi o caso daquelas que se instalaram no Rio de Janeiro. A primeira delas surgiu na edição n° 24, de abril de 1958, sob o título de *Parlamento e Parlamentares*. Edson Nogueira Paim foi correspondente e representante da *Brasil-Oeste* na então capital do Brasil e ficava encarregado de adquirir informações sobre aquilo que acontecia politicamente ali, principalmente, no que diz respeito às atitudes políticas tomadas pelos deputados e senadores mato-grossenses. Além disso, por conta dessa seção, houve uma

aproximação e ampliação no leque de contatos políticos e de interesses profissionais em favor da revista.

Por conta da criação da coluna *Parlamento e Parlamentares*, o número de informações sobre os acontecimentos políticos que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro aumentou significativamente permitindo, dessa forma, que a revista se tornasse mais atualizada. Além disso, outra situação merece ser destacada: a aproximação com outros movimentos mato-grossenses que estavam estabelecidos no então Distrito Federal, tal como foi o caso da aproximação com a AME (Associação Mato-Grossense de Estudantes).<sup>29</sup>

Porém, a coluna *Parlamento e Parlamentares* não conseguiu obter o mesmo êxito quando migrou da cidade do Rio de Janeiro para Brasília (quando foi instalada no Planalto Central a capital política do Brasil). Edson Nogueira Paim deixou a seção, que ficou sob os cuidados iniciais de Edson Dutra e algumas edições mais tarde, Nicanor F. Bacelar assumiu essa responsabilidade. Porém, na edição n° 70, do mês de junho de 1962, conforme demonstrado no Quadro 3, a coluna deixou de ser publicada definitivamente, quando ocupava apenas 1/3 (um terço) de página.

Outra seção de suma importância para a revista foi a *Colônia Mato-Grossense no Estado do Rio de Janeiro*, que foi veiculada pelo mensário pela primeira vez na edição n° 46, março de 1960, e conforme já mencionei, teve seu nome modificado para *Colônia Mato Grossense no Estado da Guanabara* no mês de junho do mesmo ano. Osvaldo Junqueira foi

---

<sup>29</sup> Em estudo dedicado a analisar movimentos da juventude mato-grossense entre as décadas de 1950 e 1960, Fernanda Quixabeira Machado fez um breve histórico sobre a AME que julgo ser importante citar aqui, diz ela: “Em 14 de julho de 1947, foi criada a Associação Mato-grossense de Estudantes (AME), por estudantes mato-grossenses que lá residiam. [...] Tinha por objetivos representar a comunidade estudantil mato-grossense junto à União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), defender os seus interesses diante das autoridades, promover festividades sociais, artísticas, científicas e desportivas e dar aos estudantes mato-grossenses sem recursos, recém-chegados ao Rio de Janeiro, abrigo por dois meses. Seu *slogan* era: “AME: símbolo de uma juventude que luta”. A Associação possuía 5 categorias de sócios: os fundadores, os ativos, os contribuintes, os beneméritos e os honorários. Com exceção dos beneméritos e honorários, todos os outros sócios eram obrigados a contribuir mensalmente com uma quantia. Naquele ano foi fixado o valor de CR\$ 10.00. Em seu Estatuto estava presente a preocupação com a questão da educação que se tornaria a principal bandeira levantada pelo Movimento Estudantil (ME) estadual e nacional, a AME comprometia-se em lutar pela criação de escolas primárias e profissionais em todos os municípios, colégios em todas as cidades e por Escolas Superiores de Agronomia e Veterinária, Engenharia, Farmácia, Odontologia, Medicina e por uma Faculdade de Direito e Filosofia. A primeira sede da AME localizava-se em uma sala alugada na Praia do Flamengo. Em 1957, passou a funcionar em um edifício localizado no Largo do Machado, porém, como o edifício era comercial e residencial, os moradores começaram a reclamar do barulho, o que ocasionou a sua mudança em 1967 para um prédio na rua Corrêa Dutra no bairro do Catete. Os recursos inicialmente provinham do pagamento das mensalidades dos sócios, mas como a inadimplência era alta e a entidade não conseguia pagar as despesas, o governo do Estado de Mato Grosso passou a contribuir financeiramente. Pela Lei n° 742 de 18/06/1955, foi declarada entidade de utilidade pública.” Para mais informações, consultar a dissertação de Mestrado da autora, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso, sob o título de “*Nós Somos Jovens*”: Um problema no presente e uma esperança de futuro na Cuiabá dos Anos 1950 e 1960, p. 103-105.

responsável por essa seção que, no início, ocupava um espaço modesto, mas com o passar do tempo foi ganhando cada vez mais destaque, em razão das matérias informativas sobre os mato-grossenses que residiam no Rio de Janeiro, especialmente aqueles que estavam associados aos movimentos da AME (Associação Mato-Grossense de Estudantes), e de outra associação de igual importância, a *Casa de Mato Grosso*.<sup>30</sup>

É importante dizer que tanto a *Casa de Mato Grosso* quanto a AME já haviam sido lembradas diversas vezes por Edson Nogueira Paim, que dedicou especial atenção a essas agremiações, “nomeando-as” “Embaixadas do Mato Grosso” no Rio de Janeiro. A AME, inclusive, tem uma história curiosa em relação à *Brasil-Oeste*, pois em algumas edições, essa associação teve um espaço exclusivo dentro da revista. No entanto, não se tratava de ser apenas mais uma seção e, tampouco, de um encarte externo. O espaço dedicado a ela compreendia as duas últimas páginas da *Brasil-Oeste* e funcionava como um boletim informativo, com diretor e editoriais próprios. Uma espécie de periódico dentro de um periódico.

A sede da AME estava localizada na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Cj. 101. O boletim informativo denominado *Órgão da Associação Mato-Grossense de Estudantes*, que se dedicava a divulgar suas ações lá no Distrito Federal, foi publicado pela primeira vez na *Brasil-Oeste* em agosto de 1958. Segue um trecho do editorial inaugural desse informativo, escrito por seu diretor, Sergio Martins Sobrinho,<sup>31</sup> em que se ressaltava a importância dessa parceria com a *Brasil-Oeste* para a divulgação de ideias da AME:

Por intermédio do Correspondente, Dr. Edson Nogueira Paim, BRASIL-OESTE cedeu-nos gentilmente esta página, à base daquela hospitalidade bem nossa, bem mato-grossense, para que aqui viéssemos a público fazer-nos conhecidos, esplender o nome desta Associação Mato-Grossense de Estudantes, um pugilo de moços, batalhando arduamente em prol de um ideal, que outro não tem sido senão a grandeza da terra que nos viu nascer. Sem pretensões nem alcandorados vôos, estamos aqui, simplesmente querendo divulgar a Associação Mato-Grossense de Estudantes para que ela vá, até os lares onde esta magnífica revista penetra, e ali, junto ao aconchêgo da família, diga aos nossos conterrâneos, que aqui, no Distrito Federal, há uma colônia de brasileiros do

---

<sup>30</sup> A Casa de Mato Grosso foi “fundada em 5 de Maio de 1956 [...] instalou sua sede na sala 1012, do luxuoso edifício Marquês de Herval, à Avenida Rio Branco, nº 185. Essa agremiação tem por finalidade cuidar do conagraçamento das famílias mato-grossenses que, por fôrça das circunstâncias, residem fora de sua terra natal, e, também defender os interesses do Estado nos assuntos que venham a escapar à perspicácia do Govêrno do Estado e da sua bancada federal, alertando-os no sentido de melhor servir a Mato Grosso e ao Brasil” (Revista Brasil-Oeste, ano III, nº 27, julho de 1958, São Paulo (SP), p. 39).

<sup>31</sup> Sérgio Martins Sobrinho, Bacharel em Direito, natural da cidade de Ponta Porã, na época localizada no sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Foi Corregedor-Geral de Justiça (1977/79). Nomeado desembargador do Tribunal de Justiça de MS em 1979. Foi presidente do TJMS (biênio 1983/84). Designado como presidente da Turma Recursal (1980/82). Informações obtidas no site: [www.tjms.jus.br](http://www.tjms.jus.br). Acesso em 10/01/2011.

Centro-Oeste, engastados numa bandeira, para o erguimento, e bem ao alcantil, do nome de Mato Grosso.<sup>32</sup>

Nota-se que o discurso desse editorial é valorizar ao máximo *ser mato-grossense*, pois mesmo estando em lugares distantes, buscava-se fazer prevalecer o orgulho de pertencimento ao “gigante” do oeste brasileiro. Esses estudantes “batalhavam” para mostrar amor à “grandeza” de sua terra natal.

Essa associação parecia ser bem organizada financeiramente, se for considerado que havia comprado uma sede, pelo valor de Cr\$ 400.000,00<sup>33</sup> (quatrocentos mil cruzeiros), equivalente a mais de cem vezes o valor do salário mínimo daquela época. Isso pode ser um indicativo de que além de uma boa estrutura administrativa (que arrecadava verbas por meio dos depósitos das mensalidades dos associados, promoções, e coisas do gênero), é possível supor que a diretoria da AME tinha trânsito com o alto escalão político mato-grossense para angariar fundos que ajudava os estudantes na manutenção da associação.

Entretanto, o boletim informativo da AME esteve presente apenas em outras quatro edições da revista, figurando pela última vez no n° 31, mês de novembro de 1958. Não foi possível saber por qual razão deixou de ser publicado, questão que poderá ser respondida por futuras pesquisas que se debruçarem a estudar esse importante movimento de estudantes mato-grossenses que ainda não foi contemplado com um trabalho acadêmico específico.

A *Casa de Mato Grosso* também se misturou à *Brasil-Oeste*, uma vez que estava instalada no mesmo endereço da sucursal da revista, que se localizava na “Rua México, 45 – 2° andar – Sala 202”, conforme o informativo veiculado na edição de n° 50, destacando que: “Na *Casa de Mato Grosso*, todos os dias, há pessoa destacada para atender a assinantes e amigos da revista.”<sup>34</sup> Essa pessoa era Osvaldo Junqueira, responsável pela seção *Colônia Mato Grossense no Estado da Guanabara*.

Esses dados são interessantes, pois conforme destacam Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário C. Peixoto, “colunas fixas assinadas, geralmente identificam a recorrência de uma ótica e abordagem e/ou privilegiamento de temas e de vozes autorizadas”.<sup>35</sup> Dito de outra forma, as vozes autorizadas eram dos correspondentes que tinham total engajamento no

---

<sup>32</sup> *Órgão da Associação Mato-Grossense de Estudantes*, ano I, n° 1, agosto de 1958. Publicado na Revista *Brasil-Oeste*, ano III, n° 28, agosto de 1958, São Paulo (SP), p. 47. Maiúsculas do original.

<sup>33</sup> *Órgão da Associação Mato-Grossense de Estudantes*, ano I, n° 1, agosto de 1958. Publicado na Revista *Brasil-Oeste*, ano III, n° 28, agosto de 1958, São Paulo (SP), p. 48.

<sup>34</sup> Revista *Brasil-Oeste*. ano V, n° 50, julho de 1960, São Paulo (SP), p. 43.

<sup>35</sup> CRUZ, Helena F.; PEIXOTO, Maria do Rosário C., Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa, p. 262.

âmbito das ideias dos dirigentes principais da *Brasil-Oeste*, e a associação com outras instituições foi muito importante no que diz respeito ao fortalecimento do plano elaborado pela revista.

Dito em poucas palavras, a seção comandada por Osvaldo Junqueira serviu para fortalecer o laço com os mato-grossenses que residiam na cidade do Rio de Janeiro, mesmo depois da mudança da capital política para Brasília. A coluna *Colônia Mato Grossense no Estado da Guanabara* foi publicada até a edição de nº 104, no mês de maio de 1965. Contudo, Junqueira continuou colaborando com a revista até sua derradeira edição (nº 123), em agosto de 1967.

Outras quatro seções foram estabelecidas na cidade do Rio de Janeiro, mas tiveram importância diminuta em relação às duas primeiras citadas. Foram elas: *Panorama Fluminense*, sob responsabilidade de Ronaldo Rios Albo; *Notas Econômicas*, comandada por Hudson Ventura; *Pinga-Fogo*, em que o responsável era Edson Nogueira Paim e a *Colônia de Goiás*, que ficava sob os cuidados de Felinto Pereira.

Além das seções *Parlamentos e Parlamentares* e *Colônia Mato-Grossense no Estado da Guanabara*, outras duas merecem ser destacadas; uma se refere ao espaço feminino presente na *Brasil-Oeste*, ou seja, a coluna *Arte Culinária – Bom Apetite – Seleções de Receitas* (depois modificada para *Lar e Família*). A outra, na verdade, é de uma modalidade diferente daquelas que estou aqui analisando. Trata-se da seção de cartas, que foi importante na tentativa de aproximar as ideias do leitor com as da revista.

#### d) Cartas à Redação:

A *Brasil-Oeste* abria espaço para o seu leitor com a coluna *Cartas à Redação*. Desde a edição nº 10, do mês de fevereiro de 1957, tornou-se possível para o leitor ter sua palavra publicada na revista, por meio de pequenos trechos de cartas. Do total dos cento e vinte e três exemplares publicados, essa seção esteve presente em quarenta e quatro deles, sendo divulgado um total de cento e sessenta e quatro missivas de leitores.

As missivas publicadas pela revista eram remetidas especialmente pelo público do Sudeste (48,1%), Sul (20,1%) e Centro-Oeste (17%) do Brasil, e cartas da região Nordeste também se fizeram presentes (9,1%). Em relação ao Norte do país, foram pouquíssimas (1,2%), inclusive, em menor quantidade do que as cartas remetidas de outros países (4,2%), conforme pode ser conferido no quadro a seguir:

QUADRO 4

**Cartas enviadas para a revista: classificadas por região**

Região	Número de cartas	%
Sudeste	79	48,1
Sul	33	20,1
Centro-Oeste	28	17
Nordeste	15	9,1
Norte	02	1,2
Outros Países	07	4,2
<b>TOTAL</b>	<b>164</b>	<b>100</b>

Desse total de 164 cartas, a maioria delas (72,1%) era remetida dos Estados de São Paulo (18,2%), Minas Gerais (15,2%), Rio de Janeiro (13,1%)<sup>36</sup>, Rio Grande do Sul (12,8%) e Mato Grosso (12,8%). Esse pode ser um indicativo de que o público principal da revista era de fato os leitores dessas regiões.

Outro dado que merece ser destacado reside na questão do gênero do leitor que enviava as missivas para a revista. A presença masculina nas cartas é muito superior à do público feminino, tal como se apresenta a seguir:

QUADRO 5

**Cartas enviadas para a revista: classificadas por sexo**

Sexo	Número de cartas	%
Homens	124	75,6
Mulheres	03	1,8
Outros*	37	22,5
<b>TOTAL</b>	<b>164</b>	<b>100</b>

\*Empresas particulares, associações rurais, órgãos oficiais do poder público.

A apresentação do conteúdo das cartas em si foi muito limitada pois, em boa parte das vezes, a revista publicava somente *suas* respostas, fossem elas em relação às dúvidas ou elogios dos seus leitores, ocultando os trechos das missivas dos remetentes. Assim, limitava-se apenas a mencionar o nome e o endereço do leitor.

O teor das respostas às primeiras cartas enviadas e publicadas pela revista indica que se tratava de um canal em que o leitor tirava dúvidas e buscava informações, sobretudo no que

<sup>36</sup> Aí não fiz distinção do período em que essa cidade foi capital do país, e, posteriormente, do Estado da Guanabara.

diz respeito às questões envolvendo negócios ligados à agropecuária e vendas de terras em Mato Grosso. Essas dúvidas eram respondidas de maneira bem resumida pelos diretores da *Brasil-Oeste*.

Logo a seguir, é possível conferir alguns exemplos de respostas às missivas publicadas entre as edições de nº 10 e nº 13.

Joel Ferreira dos Santos (Marília-SP) – As informações que nos solicitou, sobre o Estado de Mato Grosso, podem ser encontradas nas edições de BRASIL-OESTE, que passamos a especificar: Cafeicultura (N.os 1,2,4,5 e 7); Borracha (N.os 2 e 5); Cereais, (N.os 1 e 2).<sup>37</sup>

Fritz Schultz (Pôrto Alegre –RS) – A repartição competente para prestar os esclarecimentos que deseja é o Departamento de Terras e Colonização, em Cuiabá, Mato Grosso.<sup>38</sup>

Otto Schumann (Curitiba-PR) – Recomendamos que se dirija ao Departamento de Terras e Colonização, em Cuiabá (MT), que poderá prestar-lhe as informações que deseja sobre as glebas de terras na região do Rio Arinos, em Mato Grosso.<sup>39</sup>

Marcelino Rúbio Domingues (Taubaté-SP) – Preliminarmente, dirija-se à firma que se incumbiu da tramitação de seu processo no Departamento de Terras e Colonização, em Cuiabá (MT). Se não fôr atendido, com a devida presteza, encaminhe reclamação [...] O Governo de Mato Grosso tem o maior interesse em favorecer a sua petição.<sup>40</sup>

Mário Magalhães da Silva (Rio de Janeiro – DF) – No Município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, já existem numerosas lavouras de café, em pleno desenvolvimento. As terras, ali, são de excelente qualidade.<sup>41</sup>

A escolha que fiz em expor esses trechos das cartas justifica-se pelo fato de que há uma ligação temática entre elas em torno de assuntos envolvendo terras em Mato Grosso, cujo tema será melhor trabalhado no próximo capítulo. Nas edições posteriores, nota-se uma maior diversidade de assuntos e uma mudança na postura editorial em relação à publicação dessas missivas. Em alguns números, trechos da carta do leitor e a resposta dos diretores da revista foram publicadas juntamente, porém, não havia uma coerência nessa seção de cartas, o que significa dizer que ora a direção publicava somente a sua resposta, ora publicava o texto da carta do leitor.

---

<sup>37</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano II, nº 10, fevereiro de 1957, São Paulo (SP), p. 24

<sup>38</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano II, nº 10, fevereiro de 1957, São Paulo (SP), p. 24.

<sup>39</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano II, nº 11, março de 1957, São Paulo (SP), p. 20.

<sup>40</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano II, nº 12, abril de 1957, São Paulo (SP), p. 26.

<sup>41</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano II, nº 13, maio de 1957, São Paulo (SP), p. 12.



A maioria das missivas publicadas tinha como tema central a própria *Brasil-Oeste*, isto é, eram conteúdos elogiosos a artigos específicos ou à revista na sua totalidade. Como já mencionei no primeiro capítulo, Fausto Vieira de Campos utilizava muito bem a tática de dar “voz” aos seus leitores para propagandear suas publicações (*Brasil-Oeste* ou o livro *Retrato de Mato Grosso*), e na seção de cartas não foi diferente, pois selecionava o conteúdo que devia ser publicado que, na maioria das vezes, era favorável à revista. No Quadro 6, apresento a porcentagem do teor das missivas:

**QUADRO 6**  
**Cartas enviadas para a revista: classificadas por conteúdo**

Conteúdo das missivas	%
Elogios e/ou favoráveis	49,1
Informações e dúvidas (sobre agropecuária, terras e Mato Grosso em geral)	17,9
Solicitação de assinaturas e exemplares	17,9
Sugestões	7,7
Críticas	1,7
Sobre o livro <i>Retrato de Mato Grosso</i>	1,7
Outros temas	3,5
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

Nota-se a abismal diferença entre as cartas que faziam elogios à revista em relação àquelas que a criticavam. Todo jornal ou revista precisa de leitores que se identifiquem com seus interesses para lhes dar legitimidade.<sup>42</sup> Certamente, a seção de cartas da *Brasil-Oeste* foi um lugar privilegiado para efetivar esse procedimento. Logo abaixo, cito alguns trechos de missivas mais ligadas à questão do ruralismo e agricultura, mas que, em essência, tecem elogios ao mensário:

Paulo de Castro (Uberlândia-MG) - Aproz-me congratular com VV.SS pela *magnífica* revista que lamento não ser assinante há mais tempo, pois na qualidade de Fazendeiro e criador que sou no Distrito de Cocalinho, Município de Barra do Garças (MT), há tempos tinha desejo de melhor integrar-me na vida mato-grossense, sem jamais encontrar o veículo que agora tenho em mãos.<sup>43</sup>

<sup>42</sup> MORAES, Letícia N. de Góes, *A dança efêmera dos leitores missivistas na revista Realidade (1966-1968)*, p. 8.

<sup>43</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano III, nº 23, março de 1958, São Paulo (SP), p. 31. Os grifos são meus.

Associação Rural (Varginha-MG) – Registrando com o mais sincero agrado o nobre interesse dessa *prestigiosa* revista pelos angustiantes problemas da nossa agropecuária, numa verdadeira demonstração de estar tão bem servindo aos fins a que se propôs [...] queremos nos valer deste ensejo para agradecer muito vivamente a *valiosa contribuição* que presta ao ruralismo brasileiro.<sup>44</sup>

Esse espaço também foi utilizado para publicar trechos de cartas ou ofícios enviados por políticos mato-grossenses e de outras regiões, que não poupavam elogios em relação ao projeto editorial empreendido pela *Brasil-Oeste*. Algumas das cartas foram apresentadas indiretamente, sendo transcritas e publicadas nas palavras dos próprios editores, outras constavam os trechos das missivas originais:

Senador Lino de Matos – (Rio de Janeiro – DF) – “...a revista BRASIL-OESTE, cujos artigos e noticiário sempre leio com o máximo interesse.”<sup>45</sup>

DEPUTADO ROMEU DE CAMPOS VERGAL – (Rio de Janeiro – DF) – “...ótima revista BRASIL-OESTE, vigorosa expressão de nova e brilhante mentalidade.”<sup>46</sup>

- Do Senador Fernando Corrêa da Costa (UDN-MT) recebemos ofício de congratulações com BRASIL-OESTE, pela objetiva propaganda que vem fazendo do Estado de Mato Grosso.

- Do Deputado Yttrio Corrêa da Costa (UDN-MT) recebemos carta em que, mais uma vez, externa encômios a BRASIL-OESTE, pela sua atividade em favor de um melhor conhecimento sobre Mato Grosso.

- Do deputado Castro Costa (PSD-GO) recebemos carta em que expressa a disposição de secundar a campanha da BRASIL-OESTE no que tange à divulgação de maior soma de conhecimentos sobre o Estado de Goiás.<sup>47</sup>

Não é minha pretensão fazer uma análise mais consistente dessas cartas, e nem aspiro avaliar como se deu a recepção dos leitores em relação às representações emitidas pela revista *Brasil-Oeste*. De qualquer modo, parece-me que as opiniões emitidas sobre o mensário eram controladas na medida em que os diretores utilizavam a maioria dos comentários favoráveis à revista para fundamentar o seu próprio discurso.

Acredito, no entanto, que não existe um controle total por parte do autor e editor perante o leitor, e tampouco uma homogeneidade de opiniões entre ambas as esferas. Como ressalta Roger Chartier, existe uma tensão entre eles, ou seja, a tentativa de o autor impor suas representações ao seu leitor, e este de refutá-las e apropriá-las ao seu modo.<sup>48</sup> É sabido que

---

<sup>44</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano V, n° 50, julho de 1960, São Paulo (SP), p. 23. Os grifos são meus.

<sup>45</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano III, n° 24, abril de 1958, São Paulo (SP), p. 26. Maiúsculas do original.

<sup>46</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano III, n° 26, maio de 1958, São Paulo (SP), p. 10. Maiúsculas do original.

<sup>47</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano IV, n° 40, setembro de 1959, São Paulo (SP), p. 26. Maiúsculas do original.

<sup>48</sup> CHARTIER, Roger, *A história cultural: entre práticas e representações*, p. 127.

esse historiador francês defende a ideia de que o leitor também resiste a essa imposição do autor. Como ressalta Michel de Certeau, os consumidores são também produtores,<sup>49</sup> ou seja, não existe uma recepção totalmente passiva. O fato é que dentre todas as cartas apresentadas pela *Brasil-Oeste*, poucas foram as que demonstraram resistência ou contrariedade ao discurso emitido pelo periódico.

e) O espaço da mulher:

Como se pôde perceber anteriormente, a participação da mulher nas cartas enviadas à revista foi praticamente inexistente, nesse sentido, como era o espaço dedicado a ela nas páginas da *Brasil-Oeste*?

O espaço feminino surgiu na revista na edição nº 20, dezembro de 1957. Iniciava-se ali um novo tópico, voltado para esse público e que contava, pela primeira vez, com a colaboração efetiva de uma mulher na *Brasil-Oeste*. Porém, o tema central da seção ficava circunscrito apenas à esfera da culinária, com a publicação de receitas.

Inicialmente, quem esteve à frente dessa seção foi Regina Moraes, apresentada como “Nutricionista-Chefe da Companhia Swift do Brasil S.A”. Ao lado do seu nome, na parte superior direita da página, havia uma ilustração que indicava uma representação da mulher como dona-de-casa. Mais adiante, na fig. 10, é possível verificar que essa representação consiste em mostrar uma figura feminina dedicada aos serviços culinários, utilizando trajés característicos dessa atividade, como o avental e o vestido, “representando” a feminilidade.

Duas edições mais tarde (nº 22), em fevereiro de 1958, Maria Silveira também participava da coluna postando receitas culinárias, dividindo o espaço com Regina Moraes. Ela foi apresentada como “Chefe da Cozinha Royal”. É importante informar que a partir da participação dessa representante dos produtos Royal, a propaganda da marca começou a ser veiculada nessa seção, ocupando inclusive, página inteira ao lado direito do suporte, que é o mais adequado para anúncios publicitários, conforme ressalta Ferreira:

a página da direita é privilegiada por seu aspecto físico, dada a maior mobilidade das páginas à esquerda do suporte, a direita, é a página na qual o leitor detém mais o olhar, por ser aquela que primeiro desvela-se ao olhar leitor, ao virar de páginas, além de apresentar-se sem as ondulações características da página esquerda, que graças ao modo como as folhas são coladas impede que as mesmas se apresentem

---

<sup>49</sup> DE CERTEAU, Michel, A invenção do cotidiano, p. 38-40.

planas. Por se tratar de um lugar privilegiado da revista, a página da direita tornou-se um produto comercialmente mais caro.<sup>50</sup>



Fig. 9: Brasil-Oeste, Seção Arte Culinária, edição n° 21

Porém, a participação de Regina Moraes e Maria Silveira não passou da edição n° 24, abril de 1958. A partir do número seguinte, a seção *Arte Culinária* ficou sob os cuidados de Teresa Umbelina, filha de Fausto Vieira de Campos. Com o passar dos anos, *Arte Culinária* foi reformulada, ampliando seu leque de assuntos abordados, transformando-se em *Lar e Família*, em fevereiro de 1951 (edição n° 56).

Após a reformulação dessa seção, ampliaram-se os temas discutidos nela. A partir de então, questões que envolviam a família, tais como os modos, os costumes e a saúde passaram a ser debatidos. No entanto, Teresa Umbelina assinou a coluna somente até maio de 1961, edição n° 59.

Entre os meses de fevereiro de 1961 (edição n° 56), quando surge *Lar e Família*, e maio de 1964 (edição n° 93), algumas outras mulheres fizeram colaborações para a coluna. Foram elas: Neuza C. Macedo, Ecilda Cesconetto, Maria José Gerard, Teresa Noronha e

<sup>50</sup> FERREIRA, Luzmara C., *Prática de leitura: os limites instaurados pela materialidade do suporte de textos revista*, p. 113.

Enilce C. Ribeiro.<sup>51</sup> A partir de junho de 1964, a seção passou a ser dirigida por Edinice Normanha Bardauil,<sup>52</sup> que ficou responsável por todos os textos. Essa coluna foi publicada pela última vez na edição conjunta dos meses de agosto e setembro de 1966, nº 117.

O que pode ter motivado os editores da *Brasil-Oeste* a abrir espaço para a participação feminina na revista? Teria sido por conta dos frutos de uma publicidade crescente na época ou seria a reivindicação de possíveis leitoras em potencial? Provavelmente, as duas coisas, uma vez que é evidente que essa seção trouxe mais anunciantes, até mesmo porque havendo anúncios publicitários específicos para o público feminino, ampliavam-se as possibilidades da revista, tanto no âmbito da comunidade dos leitores e, conseqüentemente, nos lucros vindos da propaganda.

Certa vez, na seção de cartas da edição de nº 57, março de 1961, numa das raras missivas enviadas por uma mulher, uma leitora congratulava a direção da revista pela reformulação da então coluna *Arte Culinária*, transformada em *Lar e Família*. Dizia ela:

SRA. MARTHA CORRÊA ALVES (Belo Horizonte – MG) – “... congratulamo-nos com a revista BRASIL-OESTE pelo lançamento da nova seção LAR E FAMÍLIA, que veio preencher uma lacuna bastante sensível, pois que, além de meu marido e do pessoal da fazenda, que leem, com atenção, os artigos sobre agricultura, pecuária e economia, há em nossa casa moças e senhoras, que agora encontram um material predileto para a leitura de todo mês. Parabéns.”<sup>53</sup>

Acho pertinente destacar dois aspectos a partir do trecho publicado dessa missiva: o primeiro reside no fato de que, segundo informa a leitora Martha C. Alves, o grupo de leitores dos artigos destinados a falar sobre agricultura, pecuária e economia, era aquele em que pertencia o seu marido e o “pessoal da fazenda” (provavelmente os funcionários). O segundo aspecto refere-se ao seguinte trecho: “há em nossa casa moças e senhoras, que agora encontram um material predileto para a leitura de todo mês”, ou seja, as mulheres da fazenda se inclinavam especialmente pelos assuntos de “interesses” femininos: a coluna *Lar e Família*. Daí pode-se incluir a própria remetente da carta enquanto leitora da seção destinada pela revista às mulheres.

Creio ser importante apontar aqui que a participação da mulher nessa revista (que era direcionada, sobretudo para o homem do campo, dos negócios e da política), estava

---

<sup>51</sup> Importante ressaltar, contudo, que alguns homens também tiveram participação nessa coluna. Foram eles: O Professor Valério Giuli, o Advogado Célio Arruda Camargo, e o escritor Alcides Laffranchini.

<sup>52</sup> Esposa de José Bardauil, que foi colaborador do periódico. A Sra. Bardauil começou a participar da revista logo após o falecimento de seu esposo, relatado na revista *Brasil-Oeste*, nº 92, do mês de abril de 1964.

<sup>53</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano VI, nº 57, março de 1961, São Paulo (SP), p. 32. Maiúsculas do original.

circunscrita a determinados temas, tais como as notas sociais, concursos de beleza, culinária e família. Isso me remete ao pensamento de Michelle Perrot quando destaca que as mulheres (em determinados períodos da história) aparecem no espaço público, manifestando-se apenas “na qualidade de mães, de donas-de-casa, de guardiãs dos víveres”,<sup>54</sup> e essa condição estava bem explícita nas páginas da *Brasil-Oeste*.

Nos quadrantes da revista *Brasil-Oeste*, o espaço dado para as mulheres era muito restrito, sobretudo no âmbito da escrita de textos, ou seja, havia um *limite de tipo* de texto ou discurso *possível* a ser enunciado pelo público feminino. Mais uma vez, remeto-me ao pensamento de Michelle Perrot:

O uso da escrita pelas mulheres repousa sobre o seu grau de alfabetização e o tipo de escrita que lhes é concedido. Inicialmente isoladas na escrita privada e familiar, autorizadas a *formas específicas* de escrita pública (educação, caridade, cozinha, etiqueta...) elas se apropriaram progressivamente de todos os campos da comunicação – o jornalismo, por exemplo – e da criação: poesia, romance, sobretudo, história às vezes, ciência e filosofia mais dificilmente.<sup>55</sup>

O fato é que a mulher *representada* na revista dedicava-se exclusivamente aos afazeres domésticos. Contudo, é válido dizer que, em razão da coluna *Arte Culinária*, houve uma inovação no âmbito da publicidade, uma vez que algumas marcas ficaram diretamente ligadas a essa seção, tal como foi o caso da *Maizena*, que ali teve um espaço próprio na divulgação de suas receitas durante várias edições.

Pensando nisso, é justamente sobre a publicidade e fontes de financiamento que me dedicarei a dissertar no próximo tópico.

#### **2.4) Fontes de financiamento**

Ana Paula Goulart Ribeiro elenca algumas possibilidades de fontes de renda necessárias para a sobrevivência de um periódico no Rio de Janeiro na década de 1950. Segundo a autora, quatro principais segmentos sustentavam a imprensa, eram eles, “a venda avulsa ou por assinatura, a publicidade comercial ou pública, empréstimos e privilégios públicos e apoio de grupos privados”. Ribeiro lança a pergunta, “qual seria o peso de cada um desses elementos na sustentação das empresas jornalísticas?”<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> PERROT, Michele, *Minha história das mulheres*, p. 21.

<sup>55</sup> PERROT, Michele, *As mulheres ou os silêncios da história*, p. 13. Os grifos são meus.

<sup>56</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950?

Não cabe aqui responder tal questão, uma vez que a autora já o faz analisando os principais periódicos da cidade do Rio de Janeiro do período em apreço, enfatizando os jornais diários. No entanto, Ribeiro inclina-se a dizer que, ainda na década de 1950, havia uma grande promiscuidade entre o poder público e as empresas jornalísticas, inclusive mostrando alguns casos mais ilustrativos. Contudo, há uma dificuldade enorme em adquirir fontes dessa natureza. O vasto arquivo da Biblioteca Nacional e as entrevistas arquivadas no CPDOC de diversas personalidades ligadas à grande imprensa facilitam, em certa medida, o estudo das atividades financeiras das empresas jornalísticas de grande circulação no Rio de Janeiro, e mesmo assim, com muita dificuldade, tendo em vista que se trata de um assunto espinhoso (as fontes de financiamento).

A situação fica ainda mais complicada quando se trata de um caso como o da *Brasil-Oeste*, pois onde seria possível encontrar informações pertinentes às finanças da revista? As dificuldades e os percalços que encontrei nesse sentido não foram poucos, uma vez que se trata de um mensário pouco conhecido se comparado às grandes empresas jornalísticas da época. Porém, é possível levantar algumas hipóteses com os dados que consegui coletar.

De início, remeto-me àquilo que ressalta Jean-Noël Jeanneney, quando lembra que, no tocante à imprensa escrita, faz-se necessário “descobrir o dinheiro mais ou menos oculto que a irriga”, no entanto, tendo em vista as dificuldades em coletar tais informações, indica o autor que “todas as *migalhas* que pudermos arrancar do *mistério* das suas finanças são preciosas”.<sup>57</sup>

Como já tive a oportunidade de expor no capítulo anterior, a revista *Brasil-Oeste* era uma publicação da *Brasil-Oeste Editôra Ltda.*, que contava com a sociedade de Fausto Vieira de Campos e Fausto M. G. V. de Campos. O dinheiro empregado nesse empreendimento jornalístico trouxe retorno financeiro satisfatório para os seus dirigentes? Os anúncios publicitários teriam sido suficientes para a sobrevivência financeira do periódico ou havia dinheiro injetado por parte dos municípios ou do governo Estadual de Mato Grosso (uma vez que o projeto da *Brasil-Oeste* estava inteiramente dedicado a propagandear essa região)? Se existiu, em que medida colaborou com os rendimentos da editora?

Quando perguntei ao ex-diretor e gerente da *Brasil-Oeste*, Fausto M. G. V. de Campos, como a revista angariava recursos para se manter no mercado, o entrevistado foi sucinto ao responder: “Exclusivamente capital próprio, publicidade e assinaturas.” Questionado sobre um possível financiamento por parte do governo estadual, o referido

---

<sup>57</sup> JEANNENEY, Jean-Noël, A mídia, p. 219. Os grifos são meus.

diretor foi enfático ao dizer que: “Nunca houve [...] qualquer participação e/ou colaboração financeira do poder público.”<sup>58</sup>

Contudo, é possível dizer, conforme dados encontrados em algumas fontes, que o dinheiro público se fez presente, ora em anúncios publicitários, ora na compra de exemplares, e possivelmente, por reportagens especiais encomendadas, conforme pude constatar analisando documentos coletados na Câmara Municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

No ano de 1958, em Sessão da Câmara Municipal de Campo Grande, do dia 11 de junho, o vereador Paulo Simões (UDN) apresentou um requerimento, solicitando o “voto de profundo reconhecimento à direção da Revista Brasil-Oeste”, dizia ele:

Requeremos, outrossim, seja estudada a possibilidade de se incluir no próximo Orçamento Municipal, uma verba, a título de Auxílio a essa valorosa Revista, auxílio êste que poderá se traduzir na tomada de uma série de assinaturas da revista que deverá ser distribuída pelos Órgãos do poder público municipal, bem como pelas escolas municipais, principalmente as situadas na Zona Rural.<sup>59</sup>

A solicitação do vereador Paulo Simões foi feita no ano de 1958, contudo, não pude encontrar na documentação conferida, nenhuma menção relacionada à compra de exemplares por parte da Prefeitura Municipal de Campo Grande até o ano de 1960. Já nos anos seguintes, 1961 e 1962, foi possível constatar, por meio dos planos orçamentários do município enviados à Câmara Municipal, que havia planejamento e indicação para pagamentos direcionados à *Brasil-Oeste*.

No plano orçamentário do ano de 1961, enviado para a Câmara Municipal por meio do Ofício n° 354 de 29 de setembro de 1960, o então prefeito municipal de Campo Grande, Wilson Barbosa Martins (UDN) encaminhou o projeto de Lei para o orçamento da receita do ano seguinte. Dentre as despesas, encontrei, na Tabela n° 6, no subtópico *Encargos Diversos*, código geral n° 8.99.4, letra “F”, o valor destinado à revista *Brasil-Oeste*, que correspondia à soma de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).<sup>60</sup>

No ano seguinte, constatei mais uma vez, um valor destinado à *Brasil-Oeste*, quando o prefeito municipal de Campo Grande, Wilson Barbosa Martins sancionou a Lei n° 951, de

---

<sup>58</sup> Entrevista com Fausto Moraes Godoy Vieira de Campos feita por correspondência eletrônica através de questionário elaborado em 19/05/2010 e respondido em 27/05/2010.

<sup>59</sup> Livro de Atas, 1957 a 1959. Câmara Municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Ata n° 844. 11 de junho de 1958, folha n° 154.

<sup>60</sup> Livro de Atas, 1960, vol. 2. Câmara Municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Ata n° 1129. 22 de outubro de 1960, folha n° 17.



14 de novembro de 1961, já aprovada pela Câmara Municipal, fixando as despesas da prefeitura para o ano de 1962. Desse modo, também na Tabela nº 6, no subtópico *Despesas Diversas*, código geral nº 8.99.4, letra “f”, a quantia destinada à revista foi de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros).<sup>61</sup>

Na prática, esses valores não eram nenhum exagero se for considerado o salário mínimo como parâmetro, tal como se vê na tabela abaixo:

**TABELA 1**  
**Comparação entre o valor do salário-mínimo e os pagamentos feitos pela Prefeitura de Campo Grande (MT)**

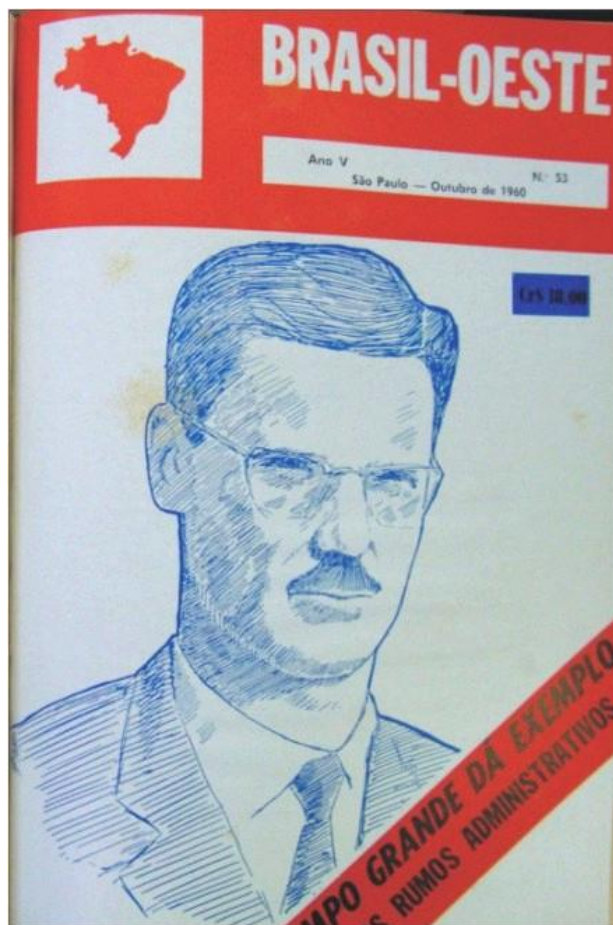
Ano	Valores do Salário Mínimo	Pagamento feito pela Prefeitura de Campo Grande para a revista <i>Brasil-Oeste</i>
<b>1961</b>	Cr\$ 6.000,00 e Cr\$ 9.600,00	Cr\$ 10.000,00
<b>1962</b>	Cr\$ 9.600,00 e Cr\$ 13.440,00	Cr\$ 60.000,00

Esses pagamentos efetuados entre os anos de 1961 e 1962 coincidem com as diversas reportagens dedicadas à cidade de Campo Grande entre os anos de 1959 e 1963, período em que Wilson Barbosa Martins esteve à frente do executivo municipal. O tom de elogio à administração de Martins pode ser percebido em várias edições, tais como a publicação nº 53, do mês de outubro de 1960, quando foi estampado na capa da revista um desenho do rosto dele, seguido pela seguinte chamada: *Campo Grande dá exemplo. Novos Rumos administrativos* (fig. 11). No número posterior, encontra-se outra reportagem especial, intitulada: *Melhores dias para Campo Grande*, contando os avanços da cidade sob a administração do referido prefeito.

Em outras oportunidades, também foi possível notar que havia uma afinidade de ideais políticos entre a *Brasil-Oeste* e o político Wilson Barbosa Martins, pois quando ele terminou seu mandato como prefeito de Campo Grande, saiu candidato a deputado federal pela UDN, e não foram poucas as vezes em que foi elogiado. Cito como exemplo o artigo de Paulo Jorge Simões, escrito na edição nº 68, abril de 1962, sob o título *Wilson Barbosa Martins, um grande candidato da UDN*; ou então o texto do articulista Marcelo Cuiabano, *Candidatura de Wilson Barbosa Martins*, publicado na edição de setembro de 1962. Esse autor ressalta: “lançada pela UDN a candidatura de Wilson Barbosa Martins a deputado

<sup>61</sup> Livro de Atas, 1961, vol. 3. Câmara Municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Lei nº 941, de 14 de Novembro de 1961.

federal encontrou a melhor receptividade em todos os quadrantes de Mato Grosso, assumindo caráter eminentemente popular”.<sup>62</sup>



**Fig. 10: Capa da Revista *Brasil-Oeste*, edição n° 53**

Mas o artigo mais emblemático foi escrito por Fausto Vieira de Campos na edição de agosto de 1962. Sob o título de *Wilson Barbosa Martins simboliza as esperanças de Mato Grosso*, ficava explícito o apoio irrestrito à candidatura do ex-prefeito de Campo Grande. Dizia o autor que a “disposição” de Martins “é a que deveria expressar todos os representantes de Mato Grosso no Congresso Nacional”. O diretor da *Brasil-Oeste* disparou críticas contra os deputados mato-grossenses dizendo que “infelizmente, o que se tem visto é a bancada mato-grossense [...] figurar de maneira apagada, inexpressiva, agindo com manifesta humildade, tôda a vez em que os interesses do Estado se encontram em jôgo”. Fausto poupava apenas o deputado federal Yttrio Corrêa da Costa (UDN), “rara exceção” e “respeitável homem público”.<sup>63</sup> Para finalizar, ele faz um apelo aos eleitores:

<sup>62</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano VII, n° 73, setembro de 1962, São Paulo (SP), p.37.

<sup>63</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano VII, n° 72, agosto de 1962, São Paulo (SP), p. 39.

A eleição de Wilson Barbosa Martins a Deputado Federal é tema pacífico. Êle tornou-se a personalidade mais em evidência em Mato Grosso, mercê de sua atuação reconhecidamente eficiente pela Prefeitura de Campo Grande, a ponto de ter ela repercussão no estrangeiro.

Cumpra, porém, que a eleição de Wilson Barbosa Martins se faça por votação maciça, que expresse, de maneira iniludível, o desapontamento popular em face da inatividade dos políticos profissionais, dos demagogos espertos, que não se pejam de iludir o eleitor e de ilaquear a opinião pública com falsas promessas, que nunca cumpriram.<sup>64</sup>

Anos mais tarde, na campanha de reeleição do deputado Wilson Barbosa Martins, a *Brasil-Oeste* dedicou outro extenso artigo em favor do então candidato do MDB (uma vez que a UDN já havia sido extinta). A direção da revista se justificava perante os seus leitores, tentando fazer parecer que o seu apoio era necessário por se tratar de um candidato distinto, um tipo ideal de político que de fato trabalhava por Mato Grosso, fazendo-o progredir.

BRASIL-OESTE, em respeito à opinião de cada um e de todos os seus leitores, habitualmente não assume posições eleitorais. Assume, isto sim, posições políticas – pois êsse é um dever do qual não nos furtaremos jamais [...]

Mas, se não assumimos posições eleitorais, reservamo-nos a liberdade de, em benefício única e exclusivamente do progresso de Mato Grosso, indicar aos nossos leitores os nomes daqueles que, em nossa opinião, possam representar melhores dias para o referido Estado. E BRASIL-OESTE faz isso com satisfação quando sabe que o nome que indica não encontrará opinião desfavorável de ninguém, quando sabe que todos, mas todos os seus leitores, consideram aquele nome como digno e merecedor de todo o apôio.

É o caso do Deputado Wilson Barbosa Martins.<sup>65</sup>

É bom dizer que Wilson Barbosa Martins foi colaborador da *Brasil-Oeste*, figurando pela primeira vez na edição n° 66, do mês de fevereiro de 1962, saindo quatro meses depois, retornando na edição n° 82, do mês de junho de 1963. É visível que houve uma inclinação por parte dos dirigentes do periódico em apoiá-lo, contudo, esse exame não será feito no presente capítulo, uma vez que as possíveis tendências políticas desse mensário serão analisadas no próximo, por meio do exame das reportagens e artigos sobre Mato Grosso.

No entanto, acho pertinente destacar que, por vez ou outra, a *Brasil-Oeste*, provavelmente tenha recebido alguma espécie de apoio financeiro em troca de publicidade ou reportagens especiais para determinadas prefeituras (tais como as edições que se dedicavam a dar ampla cobertura às datas comemorativas de municípios), como foi o caso de Aquidauana, por exemplo, que teve duas capas (edições n° 62 e 73) consagradas a cobrir os eventos

---

<sup>64</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano VII, n° 72, agosto de 1962, São Paulo (SP), p. 39.

<sup>65</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano XI, n° 117, agosto/setembro de 1966, São Paulo (SP), p. 26. Maiúsculas do original.

pertinentes ao aniversário da cidade. Além disso, conforme foi mostrado no capítulo anterior, o governo estadual mato-grossense adquiriu no ano de 1961 a quantia de 1.000 exemplares do livro *Retrato de Mato Grosso*, para redistribuí-lo “a título de propaganda de Mato Grosso”,<sup>66</sup> além das prefeituras de Cuiabá e Campo Grande, que adquiriram 100 exemplares cada uma.

De todo modo, dentro das possibilidades elencadas por Ana Paula Goulart Ribeiro, parece ser importante também enfatizar a questão das assinaturas, vendas avulsas e publicidade, uma vez que os dados que se apresentam pela própria revista permitem explorar melhor esses modelos de arrecadação financeira.

O modelo de vendas por assinaturas era o que melhor atendia às aspirações de Fausto Vieira de Campos. Esse aspecto é visível, pois em todas as edições da revista, não é difícil encontrar inúmeras propagandas, incentivando o leitor a adquiri-las por essa modalidade de compra. Certamente, não se tratava somente de arrecadar mais dinheiro com as assinaturas, mas essencialmente em razão de atrair um maior número de anunciantes, que se sentiriam atraídos pelas garantias que esse procedimento de distribuição podia trazer, pois asseguraria para os anúncios publicitários a certeza de uma quantidade fixa de vendas de exemplares mensais.

Nesse sentido, os esforços para acentuar a venda de assinaturas da revista *Brasil-Oeste* eram constantes. Vale destacar a promoção que se iniciou no sexto número do mensário, quando foi lançada a *Campanha das 10.000 assinaturas*. Os cupons de assinaturas eram anexados ao periódico e neles continha a seguinte mensagem:

Estamos empenhados em desenvolver a nossa revista BRASIL-OESTE de forma que ela venha a tornar-se um guia seguro para os lavradores e pecuaristas de todo Brasil. Neste sentido, iremos gradativamente ampliando as nossas seções especializadas, com o concurso das personalidades mais evidentes no mundo agropecuário e no cenário econômico da Nação. [...] Para que possamos cumprir esse vasto programa, carecemos de seu apóio, nesta CAMPANHA DAS 10.000 ASSINATURAS, que acabamos de lançar.<sup>67</sup>

Outra promoção interessante, e que merece ser evidenciada, foi lançada a partir da edição n° 77, do mês de janeiro do ano de 1963. Tratava-se da possibilidade de o assinante fazer assinaturas permanentes, em que o cliente pagava um preço bem mais alto em relação à assinatura anual, porém, poderia desfrutar do recebimento “vitalício” do periódico. Segue o anúncio dessa modalidade de compra:

---

<sup>66</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano V, n° 54, novembro/dezembro de 1960, São Paulo (SP), p. 50.

<sup>67</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 6, outubro de 1956, São Paulo (SP), p. 4. Maiúsculas do original.

É esta uma oportunidade excelente para você fazer um bom investimento financeiro, assinando por toda vida uma revista que lhe transmitirá, todos os meses, as técnicas atualizadas em AGRICULTURA e PECUÁRIA, informes sobre as atividades ruralistas e a conjuntura econômica e conhecimentos gerais sobre os Estados de Mato Grosso, Paraná e Goiás.

**Já estando praticamente coberta a cota de ASSINATURAS PERMANENTES a campanha será encerrada impreterivelmente no dia 15 de Março p. futuro.**

Pedidos acompanhados de cheques ou vales postais deverão ser endereçados à BRASIL-OESTE EDITORA LTDA., ou aos correspondentes e representantes da revista nos Estados.<sup>68</sup>

Entretanto, ao contrário do previsto no cronograma dessa promoção (que estabelecia prazo e cotas limitadas para as assinaturas permanentes), a campanha acabou se estendendo por todo o restante da trajetória da revista, tornando-se, de fato, uma terceira possibilidade de adquirir suas edições. Todavia, cumpre destacar que os valores pertinentes à venda de exemplares avulsos ou por assinaturas, eram muito baixos, levando em consideração a análise que farei a seguir.

Na edição de lançamento, de janeiro de 1956, a *Brasil-Oeste* custava Cr\$ 5,00 cada exemplar. A título de comparação, a revista *Chácaras e Quintais*, criada no ano de 1910 e que tinha enorme credibilidade entre os periódicos desse segmento,<sup>69</sup> atingia uma vendagem de 20 mil exemplares por mês no ano de 1956,<sup>70</sup> custando Cr\$ 8,00 por cada número lançado no mercado.<sup>71</sup> No mês de setembro de 1958, a *Brasil-Oeste* era vendida pela quantia de Cr\$ 10,00, e a revista *Mundo Agrícola*, com tiragem bem superior, girando em torno de 25 mil exemplares mensais<sup>72</sup>, saía pelo valor de Cr\$ 12,00.<sup>73</sup> Isso demonstra que a *Brasil-Oeste* estava com um preço um pouco abaixo em relação às similares, mas nada que indique grande diferença, exceto pelo número de vendas, que de fato era bem inferior, conforme já pude mostrar no capítulo anterior, no Quadro 1.

Na Tabela 2, apresentada logo a seguir, procurei expor a relação existente entre o salário mínimo e o valor da assinatura convencional (anual) da revista, para evidenciar o quão eram irrisórios esses valores também nesta modalidade de venda.

---

<sup>68</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano VIII, nº 77, janeiro de 1963, São Paulo (SP), p. 35. Maiúsculas do original. Palavras em negrito são do original.

<sup>69</sup> MARTINS, Ana Luiza, *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, 2008.

<sup>70</sup> *Anuário Brasileiro de Imprensa*, Rio de Janeiro, PN, 1957 p. 130.

<sup>71</sup> Revista *Chácaras e Quintais*, São Paulo (SP), 1956.

<sup>72</sup> *Anuário Brasileiro de Imprensa*, Rio de Janeiro, PN, 1957, p. 130.

<sup>73</sup> Revista *Mundo Agrícola*, setembro de 1958, São Paulo (SP).

TABELA 2

## Porcentagem do valor da assinatura anual em relação ao salário mínimo do período

PERÍODO	EDIÇÕES	PREÇO ASSINATURA ANUAL	PREÇO DA ASSINATURA COMO PERCENTUAL DO SALÁRIO MÍNIMO
01/1956 a 07/1956	N° 01 ao 04°	Cr\$ 70,00	2,9%
09/1956 a 07/1957	N° 05 ao 15°	Cr\$ 80,00	2,1%
08/1957 a 06/1958	N° 16 ao 26°	Cr\$ 100,00	2,6%
07/1958 a 12/1958	N° 27 ao 32°	Cr\$ 120,00	2,3%
01/1959 a 10/1959	N° 33 ao 41°	Cr\$ 140,00	2,3%
11/1959 a 07/1960	N° 42 ao 50°	Cr\$ 170,00	2,8%
08/1960 a 01/1961	N° 51 ao 55°	Cr\$ 200,00	3,3% e 2,0% *
02/1961 a 06/1961	N° 56 ao 60°	Cr\$ 220,00	2,2%
07/1961 a 10/1962	N° 61 ao 74°	Cr\$ 350,00	3,6% e 2,6% *
11/1962 a 04/1963	N° 74 ao 80°	Cr\$ 450,00	3,3% e 2,1% *
05/1963 a 10/1963	N° 81 ao 86°	Cr\$ 550,00	2,6%
11/1963 a 01/1964	N° 87 ao 89°	Cr\$ 800,00	3,8%
02/1964 a 04/1964	N° 90 ao 92°	Cr\$ 1.000,00	2,3%
05/1964 a 11/1964	N° 93 ao 99°	Cr\$ 1.600,00	3,8%
12/1964 a 03/1965	N° 100 ao 102°	Cr\$ 2.200,00	5,3% e 3,3% *
04/1965 a 09/1965	N° 103 ao 108°	Cr\$ 3.300,00	5%
10/1965 a 12/1966	N° 109 ao 119°	Cr\$ 4.000,00	6% e 4,7% *
01/1967	n° 120	Cr\$ 8.000,00	9,5%
02/1967 a 08/1967	N° 121 ao 123°	NCr\$ 8,00	7,6%

\* Durante os períodos de 08/1960 a 01/1961; 07/1961 a 10/1962; 11/1962 a 04/1963; 12/1964 a 03/1965; 10/1965 a 12/1966 ocorreu uma variação do valor do salário mínimo em relação ao preço da assinatura anual da revista e, por esse motivo, indicam-se dois percentuais diferentes.

Como se pôde perceber, o valor da assinatura anual apresentava um baixo preço, se for levado em conta o salário mínimo como parâmetro. Devem ser considerados os problemas de conjuntura política e econômica dos anos finais da década de 1950 e, especialmente, nos anos iniciais da década de 1960, com altas taxas de inflação.<sup>74</sup> É visível que na maior parte da sua história, a assinatura anual da *Brasil-Oeste* correspondia a uma média de 3,6% do salário mínimo, mas que não destoava muito da realidade de outras revistas, tal como a *Mundo Agrário*, que no mês de junho de 1964 vendia sua assinatura por Cr\$ 1.800,00, enquanto que a *Brasil-Oeste* custava Cr\$ 1.600,00.

Percebe-se, no entanto, pela análise da Tabela 2 que, nos últimos dois anos em que esteve em circulação, a revista *Brasil-Oeste* se valorizou. Isso se deu em razão de diversos fatores, dentre eles: os altos custos para a produção de jornais e revistas na década de 1960 (encarecendo o produto para o consumidor); além das diversas medidas tomadas pelo governo Federal (para diminuir o altíssimo índice de inflação), que compreendiam, dentre outras

<sup>74</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 208.

coisas, a redução do salário mínimo real. É válido dizer que as marcas inflacionárias atingiram 45% no ano de 1965, e 41% no ano seguinte.<sup>75</sup>

Se não bastasse isso, é importante assinalar que os diretores do mensário distribuíam gratuitamente muitos exemplares. Um exemplo disso reside no fato de que as Associações Rurais do país não pagavam pelas assinaturas, pois havia uma cortesia por parte da *Brasil-Oeste Editôra*. Além disso, existia a possibilidade dessas entidades exporem comunicados e propagandas sem qualquer ônus. Essa informação pode ser constatada em diversas edições, tal como no exemplo abaixo:

*BRASIL-OESTE* publica gratuitamente [...] todos os comunicados e relatórios que forem endereçados à revista pelos dirigentes das associações rurais. Recomendamos que os comunicados e os relatórios sejam datilografados em dois espaços e num só lado do papel.

Fotografias para ilustrações deverão ser de tamanho não inferior ao de cartão postal e em papel brilhante (preto-e-branco), acompanhadas de legendas elucidativas.<sup>76</sup>

Nas primeiras edições, também é possível encontrar alguns comunicados direcionados aos órgãos governamentais dos Estados do Acre, Mato Grosso e Goiás, que igualmente recebiam espaços gratuitos para possíveis anúncios:

Lembramos aos Srs. Governadores de Estados ou Territórios, aos Srs. Secretários de Estado, aos Srs. Prefeitos Municipais e às entidades de classe de Mato Grosso, Goiás, Rondônia e Acre que BRASIL-OESTE publicará, gratuitamente, o noticiário de interesse geral que lhe fôr remetido, bem como fotografias dos aspectos locais. Propõe-se a revista dessa forma, a cumprir um dos itens principais de seu programa (difusão de conhecimentos gerais sobre o Oeste Brasileiro).<sup>77</sup>

Acredito que a gratuidade de serviços foi uma tática para intensificar a divulgação do periódico, com a intenção de fazer circular a revista e atrair anunciantes. Contudo, no ano de 1966, quando é visível a queda de publicidade, a dinâmica de distribuição gratuita muda substancialmente, pois a partir de então, seria controlada sob a condição de preenchimento de cupons. Imagino que esse controle pode ter sido resultado de uma distribuição desenfreada de revistas gratuitas, conforme se percebe no anúncio a seguir, intitulado *Distribuição controlada da Brasil-Oeste*:

---

<sup>75</sup> SANTOS, Marcelo H. P., Roberto de Oliveira Campos. Homem de ação do governo Castelo Branco, p. 113.

<sup>76</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano VI, nº 61, julho de 1961, São Paulo (SP), p. 19. Maiúsculas do original.

<sup>77</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, nº 5, setembro de 1956, São Paulo (SP), p. 25. Maiúsculas do original.

Agrônomos, Veterinários, Zootecnistas, Técnicos Agrícolas, Pecuaristas (criador de bovino, invernista, suinocultor, avicultor, etc.), Lavradores (cafeicultor, cotonicultor, cacauicultor, rizicultor, fruticultor etc.), estão enquadrados na DISTRIBUIÇÃO CONTROLADA (feita gratuitamente) da BRASIL-OESTE e deverão preencher e devolver à BRASIL-OESTE EDITORA LTDA. (Rua Mourato Coelho, 495 – São Paulo – SP) o cupão abaixo, a fim de não haver interrupção nas remessas da revista.<sup>78</sup>

Se os valores dos exemplares e das assinaturas eram ínfimos, e houve uma distribuição relativamente descontrolada de exemplares gratuitos, certamente a publicidade exercia importante papel de *contrapeso* nas finanças da *Brasil-Oeste*. Ao folhear suas edições, nota-se que, em diversas delas, a revista veiculou um *slogan* que dizia o seguinte: “A Propaganda na Brasil-Oeste favorece bons negócios em Mato Grosso, Goiás e Paraná.”<sup>79</sup>

É importante dizer que a modalidade periódica impressa do tipo revista atraía muito a publicidade naquele período e certamente a revista soube explorar isso. Conforme ressalta Martins,

Para a publicidade, [a revista] tornou-se o veículo ideal que, em sua essência, quase se confundia com ela, uma vez que ambas, *revista* e *publicidade*, direcionavam-se para o mesmo propósito, qual seja: dar-se a conhecer, divulgar-se, “produzir-se para vender-se”. Razão pela qual muitos periódicos revelaram-se economicamente viáveis tão só pela proposta de divulgação de produtos, isto é, pelo seu caráter publicitário. A revista, pois, *era* a publicidade; ou por outra, no periodismo da época, a revista transformou-se na embalagem certa do produto publicidade.<sup>80</sup>

A publicidade na *Brasil-Oeste* podia aparecer em qualquer parte do *suporte*. As propagandas que ocupavam página inteira, normalmente, estavam localizadas do lado direito da revista (quando aberta), por se tratar de um lugar estratégico e favorável para a publicidade (conforme já mencionei). Contudo, não era comum publicarem diversas páginas sequentes exclusivamente dedicadas aos anúncios, nem um número exagerado deles, exceto em edições especiais.

A título de comparação, tive a oportunidade de manusear algumas edições das revistas agrônômicas *Chácaras e Quintais* e *Mundo Agrícola* e pude constatar que a lógica de distribuição de propaganda era semelhante às veiculadas na *Brasil-Oeste*, contudo, por se tratar de periódicos que publicavam algo em torno de 100 (cem) páginas, o número de anunciantes era muito maior. A média de anúncios da *Brasil-Oeste* era de mais ou menos 15

---

<sup>78</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano XI, nº 116, junho/julho de 1966, São Paulo (SP), p. 34. Maiúsculas do original.

<sup>79</sup> Revista *Brasil-Oeste*, São Paulo (SP), diversas edições.

<sup>80</sup> MARTINS, Ana Luiza, Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras, p. 74-75. Os grifos são meus.



(quinze) por edição, numa só publicação da revista *Chácaras e Quintais*,<sup>81</sup> encontrei 194 (cento e noventa e quatro) anunciantes, enquanto que na revista *Mundo Agrícola*,<sup>82</sup> constatei a quantia de 62 (sessenta e dois).

Diversos eram os produtos e serviços anunciados na revista *Brasil-Oeste*, porém, eram especiais os agrícolas (venenos, máquinas, medicamentos), alimentícios, empresas automotivas, empresas colonizadoras e agências financeiras. Havia também espaço para anunciantes de menor porte, tais como advogados, engenheiros, alfaiates, estabelecimentos comerciais, hotéis, entre outros.

Destaco as quinze empresas que mais fizeram anúncios publicitários na revista *Brasil-Oeste*: *Willys Overland do Brasil S.A.*; *Pfizer Corporation*; *Anspach Ltda*; *Maizena (Corn Products Company)*; *Lion S.A.*; *Colonizadora Norte Mato Grosso Ltda*; *Departamento Imobiliário do Oeste Brasileiro Ltda.*; *E.R. Squibb & Sons S.A. – Produtos Químicos, Farmacêuticos e Biológicos*; *Banco de Crédito da Amazônia S.A.*; *Volkswagen*; *Massey-Ferguson S.A.*; *Dierberger Agro-Comercial Ltda* e *Mercedes-Benz*.

A maioria desses anunciantes compravam páginas inteiras, muitas vezes coloridas e ilustradas. Dentre eles, merecem destaque os anúncios da *Maizena*, que estava ligada à coluna *Arte Culinária* e foi um importante parceiro publicitário - o único -, dentre todos, que esteve vinculado a uma seção específica da revista.

Outro anunciante que merece ser destacado é a empresa de máquinas agrícolas *Massey-Ferguson S.A.*, que fez o maior anúncio (num só exemplar) da história da *Brasil-Oeste*. Trata-se da edição nº 116 (junho/julho de 1966), com impressionantes 16 páginas recheadas de fotografia e ilustração (que certamente deve ter rendido bons dividendos às finanças da revista, que já passava por dificuldades de caixa nesse período). Esse foi o único caso em que diversas páginas seguidas foram dedicadas a uma só empresa, contrariando a dinâmica dos anúncios publicitários da revista.

Ana Paula Goulart Ribeiro ressalta que a publicidade em jornais e revistas no Brasil mudou de característica na década de 1950, sobretudo, no segundo lustro desse período, pois antes disso “os maiores anúncios eram de artigos de consumo diário, como produtos de higiene, medicamentos, cigarros e bebidas. Panorama que mudou completamente [...] com o crescimento da indústria automobilística”.<sup>83</sup> Conforme já mencionei, os anúncios publicados

---

<sup>81</sup> Revista *Chácaras e Quintais*, ano 46º, Vol. 92º - num. 3, São Paulo (SP).

<sup>82</sup> Revista *Mundo Agrícola*, ano XIII, nº 150, junho de 1964, São Paulo (SP).

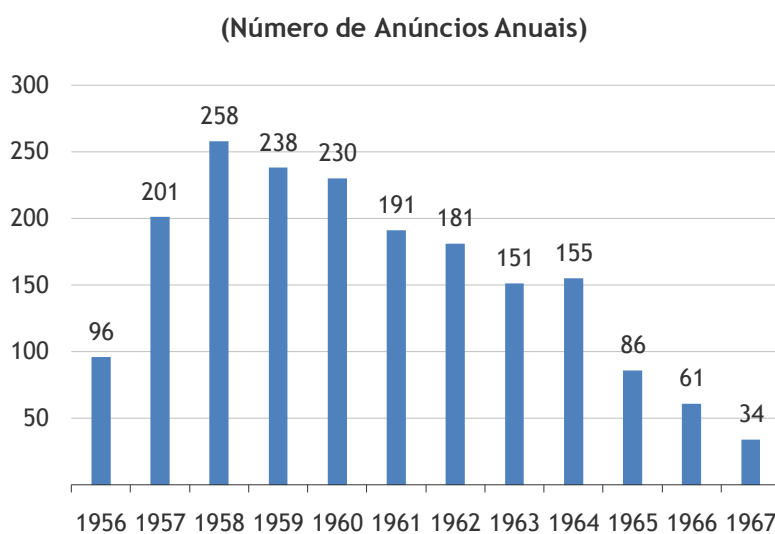
<sup>83</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 181-182.

na revista *Brasil-Oeste* não fugiam dessa tendência, pois na sua maioria, estavam ligados à agroindústria e à indústria automotiva, que dominavam o espaço da publicidade na época.<sup>84</sup>

A partir de um levantamento que tive a oportunidade de fazer, apresentarei no Gráfico 1 o número de anúncios publicitários que foram publicados na *Brasil-Oeste*. Nesse gráfico, é possível observar, dentre outras coisas, o quanto a publicidade foi diminuindo com o passar dos anos, certamente, afetando muito a administração financeira da editora que publicava a revista.

No primeiro ano, houve apenas 96 (noventa e seis) propagandas<sup>85</sup>, com significativo aumento até o terceiro ano, totalizando a quantia de 258 (duzentos e cinquenta e oito) em 1958. Até 1960, a quantidade se manteve quase a mesma. Entre 1961 e 1964, os anúncios tiveram uma média de 14 (quatorze) por exemplar, mantendo-se perto da média histórica da revista. Porém, entre 1965 e 1967, a queda de anunciantes é visível.

Gráfico 1



A queda gradual da publicidade na revista pode ter sido resultado de seus problemas no âmbito da distribuição e circulação. No ano de 1965, a *Brasil-Oeste* lançou exemplares em onze dos doze meses do ano, o que de certa forma se encaixa numa razoável normalidade. Contudo, em 1966 houve uma queda considerável, quando distribuiu apenas oito edições, configurando uma ‘falha’ de quatro meses, ou seja, 1/3 (um terço) do período anual.

<sup>84</sup> Dentre as empresas citadas, vale a pena destacar a *Ford Motores* e a *Willys-Overland* que, conforme nos informa Ana Paula G. Ribeiro, estavam entre as dez maiores anunciantes do Brasil no final da década de 1950 e início da década de 1960. (*Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 182).

<sup>85</sup> Todos os números apresentados no gráfico são aproximados, sendo possível que, em decorrência da falta de páginas de alguns periódicos, os dados não estejam estritamente equivalentes ao real.

Os problemas envolvendo a publicação e distribuição da revista podem ter causado dificuldades nos negócios com as agências de publicidade, que possivelmente se sentiram pouco seguras em relação a *Brasil-Oeste Editôra*. O inverso também é possível, ou seja, com a fuga dos anunciantes, a produção do mensário foi diminuindo ano após ano. Vale lembrar que a partir dos anos de 1960, o Brasil começara a sofrer crises intensas tanto no plano político e econômico, e a imprensa foi um dos segmentos de mercado mais afetados, como mostrarei logo a seguir.

No plano geral, a imprensa de todo o país passava por uma crise. Ana Paula Goulart Ribeiro ressalta que os problemas políticos e econômicos do país foram os principais responsáveis para a instalação desse colapso, sobretudo após o

avanço das forças conservadoras [...] a partir de 1964 [e] parece ter sido determinante para a falência de algumas empresas. O regime militar [...] interveio diretamente na atividade jornalística, por meio da censura de jornais e mediante a regulamentação da atividade jornalística [...] e de impostos, subsídios e preços de insumos e matérias-primas. Além disso, o Estado manipulava as verbas publicitárias dos órgãos do governo e pressionava os anunciantes a recusarem determinados veículos, não simpáticos ao regime.<sup>86</sup>

No plano econômico, Ribeiro indica que houve um “processo de concentração empresarial”, que “foi resultado de uma aguda crise por que passou a imprensa devido a um conjunto de fatores”, tais “como a queda do volume da publicidade (no período de 1960 e 1963), o desenvolvimento da televisão (que ao se popularizar, a partir dos anos 60, passou a atrair fatias cada vez maiores do bolo publicitário) e os problemas com o papel [de imprensa] (sobretudo no período de 1957-1975)”.<sup>87</sup>

O aumento significativo do preço do papel de imprensa (entre os anos finais da década de 1950 e até meados dos anos de 1960) foi capital para uma considerável queda na produção de jornais e revistas. Conforme ressalta Sodré: “Num período de cinco anos e cinco meses, de fevereiro de 1958 a julho de 1963, a alta do preço do papel importado para a imprensa foi de mais de 3.294%.”<sup>88</sup> Além disso, o dólar teve aumento considerável no período, pois

[...] até 14 de fevereiro de 1958, custava 18,82 cruzeiros; daí até 10 de junho [...] passou a 51,32; daí até março de 1961, passou a 100 cruzeiros, por força da

---

<sup>86</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 207-208.

<sup>87</sup> RIBEIRO, Ana Paula G., *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, p. 208.

<sup>88</sup> SODRÉ, Nelson W., *História da imprensa no Brasil*, p. 472.

famigerada Instrução 204 da SUMOC; daí até 28 de dezembro desse mesmo ano passou a 263 e 310 cruzeiros, por força da extinção do câmbio preferencial pela Instrução 208 da SUMOC; daí até 17 de maio de 1962, passou a 318; daí até 6 de julho desse mesmo ano passou a 359; daí até 14 de agosto desse mesmo ano passou a 365; daí até 5 de setembro [...] passou a 417; daí até 23 de abril de 1963 passou a 475; daí até 14 de agosto desse mesmo ano passou a 620 cruzeiros.<sup>89</sup>

Esses sucessivos aumentos foram resultados de providências tomadas especialmente pela SUMOC,<sup>90</sup> como medidas que buscavam sanar os problemas cambiais do país. Tal como a Instrução 204, de março de 1961, sob o governo de Jânio Quadros, que alterava substancialmente o sistema de câmbio, “que permitia quaisquer operações de câmbio para a importação de mercadorias pelo mercado de taxa livre”.<sup>91</sup> Nesse sentido, “sua implantação significou um aumento nos índices inflacionários até porque as importações consideradas essenciais – trigo, petróleo e papel de imprensa – tiveram sua taxa de câmbio desvalorizada em 100%”<sup>92</sup>, em outras palavras:

Implementada pela Instrução nº 204 da SUMOC, a Reforma eliminou o sistema de taxas múltiplas de câmbio e instituiu uma taxa única de mercado para todas as transações comerciais (excetuando-se apenas café e cacau). O câmbio de custo (taxa cambial subsidiada) dobrou seu valor, passando de 100 para 200 cruzeiros por dólar, o que reduzia em muito o subsídio àquelas importações que permaneciam na categoria preferencial, como trigo, petróleo, papel de imprensa, fertilizantes, inseticidas e bens de capital não produzidos internamente.<sup>93</sup>

No mês de janeiro de 1963, a crise se instalava na direção da revista *Brasil-Oeste*, pois apesar de ainda manter uma boa distribuição de exemplares mensais, já estava presente um discurso que reclamava contra as medidas do governo, conforme mensagem abaixo:

---

<sup>89</sup> SODRÉ, Nelson W., *História da imprensa no Brasil*, p. 472.

<sup>90</sup> Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) “foi criada pelo Decreto-Lei nº 7.293, de 2 de fevereiro de 1945 [...] havia dois objetivos mais imediatos. O primeiro dizia respeito à tentativa de coordenação das políticas monetária e creditícia, em particular de controle seletivo do crédito estendido pelo Banco do Brasil, e o segundo ligava-se à necessidade, tal como vista por Bulhões, de um interlocutor técnico privilegiado com as instituições financeiras internacionais criadas em Bretton Woods, nos Estados Unidos, em 1944, e destinadas a supervisionar, sob a hegemonia norte-americana, a ordem econômica internacional do pós-guerra”. Informações retiradas do verbete: *Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)*. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coordenadores). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC, 1984, p. 3281.

<sup>91</sup> Informações retiradas do verbete: *Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)*. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coordenadores). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC, 1984, p. 3281-3284.

<sup>92</sup> SARETTA, Fausto, Octavio Gouvêa Bulhões, p. 117.

<sup>93</sup> SILVA, Ricardo, Planejamento econômico e crise política: do esgotamento do plano de desenvolvimento ao malogro dos programas de estabilização. p. 87.

A penetração da BRASIL-OESTE, em 1962, ampliou-se notadamente [...] *Malgrado as dificuldades* que entravaram a ação dos jornais e das revistas em 1962, com a majoração agressiva dos preços das matérias primas (só o papel de imprensa sofreu aumento de mais de 500%) e da mão-de-obra, a BRASIL-OESTE resistiu ao impacto provocado pela Instrução nº 204 da SUMOC e consolidou a sua posição no território que vem atuando.<sup>94</sup>

Não pretendo fazer aqui uma análise mais profunda sobre as medidas governamentais que prejudicaram o setor jornalístico, contudo, é importante ressaltar que já no ano de 1964, no mês de maio, a SUMOC tomou outra atitude que prejudicou a produção de jornais e revistas no país, trata-se da Instrução nº 270, que “unificou as operações cambiais que ainda se beneficiavam de taxas especiais (trigo, petróleo, papel de imprensa)”.<sup>95</sup> Vale a pena lançar mão do pronunciamento feito pela direção da revista *Brasil-Oeste* em relação a essa atitude por parte do governo. Com o provocativo título, *Verdade Cambial: extinção dos subsídios para o trigo, petróleo e papel de Imprensa*, os diretores do mensário escreveram:

A SUMOC já concretizou a primeira medida visando conter a inflação. Através da Instrução 270 decidiu que as operações de câmbio para a importação de trigo, petróleo e papel de imprensa passarão a efetuar-se à base das taxas convencionais entre as partes contratantes [...]

Ficaram suspensas, portanto, as taxas de favor de Cr\$ 620,00 e Cr\$ 600,00 para aquelas transações que constituíam os chamados subsídios do governo visando à manutenção dos preços mais baixos para a revenda daqueles produtos.

Haverá, em conseqüência majorações substanciais nos preços do pão e de todos os produtos confeccionados com o trigo, do petróleo e seus diversos subprodutos, e do jornal e da revista.

*Os jornais e as revistas sofrerão um impacto de 100% nos preços de sua principal matéria prima: o papel. Isso significa que deverão ser vendidos com um acréscimo mínimo de 50% sobre os preços atualmente em vigor.*

Cumprir que o Governo no regime de liberdade cambial estabeleça também o regime de liberdade de importação de papel. As restrições que se impunham à Imprensa poderiam justificar-se, com o regime dos subsídios. Agora, se se mantiverem, deverão ser encaradas como um pretexto para entrar o desenvolvimento das empresas que editam jornais e revistas.<sup>96</sup>

O monopólio da produção nacional do papel, aliado ao altíssimo custo da sua importação, provocou diversas quebras por todo o país. Conforme resalta Sodré o aumento “do preço do papel nacional acompanhava a do papel estrangeiro [...] Assim, enquanto o dólar para importação de papel passava de 100 para 620, o quilo de papel nacional passava de 8,90

---

<sup>94</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano VIII, nº 77, janeiro de 1963, São Paulo (SP), p. 6. Os grifos meus. Maiúsculas do original.

<sup>95</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de, *As relações econômicas internacionais do Brasil dos anos 1950 aos 80*, p. 70.

<sup>96</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano IX, nº 93, maio de 1964, São Paulo, p. 34. Os grifos são meus. Maiúsculas do original.

para 112 cruzeiros”.<sup>97</sup> Ainda nas palavras do autor, “essa rápida e brutal ascensão dos preços [...] arrasou a pequena imprensa, reduziu a circulação dos jornais, entregou-os integralmente ao controle das agências estrangeiras de publicidade”.<sup>98</sup>

Ora, qual era a posição da *Brasil-Oeste* em termos mercadológicos no cenário nacional senão estar entre as pequenas empresas que se viram obrigadas a fugir do mercado dadas as dificuldades de sua produção? Com os excessivos atrasos em suas edições, a redução considerável no seu número de páginas, houve fuga dos anunciantes, diferentemente do que ocorria com grandes empresas jornalísticas, todas envolvidas com agências de publicidades estrangeiras, que recheavam suas páginas de anúncios.

Segundo Sodré, “os grandes jornais continuam a circular em edições volumosas, o que não os obriga, de forma alguma, a informar muito e, ainda menos, a informar bem.”<sup>99</sup> Assim, enquanto as grandes empresas sugavam todos os recursos da publicidade, as iniciativas de pequeno e médio portes, dificilmente conseguiriam se manter sadias no mercado.

Quando indagado sobre o que teria motivado o fim da produção da revista *Brasil-Oeste*, Fausto M. G. V. de Campos foi enfático ao dizer que se deu por “falta de respaldo econômico e administrativo”.<sup>100</sup> Na edição de janeiro de 1967 (último ano de circulação do mensário), é visível o cansaço demonstrado pelos dirigentes da revista frente às dificuldades enfrentadas nos anos anteriores, quando se lê o editorial intitulado *Mensagem de Ano Novo*.

A revolta parece ter tomado conta da redação da *Brasil-Oeste*, que não poupou críticas ao governo militar, porém, ainda que estivessem num momento adverso, o discurso carregado de “paixão” pelo “projeto” empenhado pela *Brasil-Oeste* permanecia e era enfatizado numa de suas últimas tentativas de provocar comoção nos seus leitores e investidores. Desse modo, acredito ser importante citar na íntegra esse editorial, ainda que seja extenso:

COM A PRESENTE EDIÇÃO inicia a BRASIL-OESTE o décimo segundo ano de existência. Lançada em Janeiro de 1956, prosseguiu a sua carreira sem hiatos e cumpriu o programa que se impôs, com fidelidade de princípios, com oportunidade de divulgações agropastoris, com objetividade e crescente entusiasmo no que diz

---

<sup>97</sup> SODRÉ, Nelson W., *História da imprensa no Brasil*, p. 474.

<sup>98</sup> SODRÉ, Nelson W., *História da imprensa no Brasil*, p. 474.

<sup>99</sup> SODRÉ, Nelson W., *História da imprensa no Brasil*, p. 474-475.

<sup>100</sup> Entrevista com Fausto Moraes Godoy Vieira de Campos feita por correspondência eletrônica através de questionário elaborado em 19/05/2010 e respondido em 27/05/2010.

respeito à redescoberta de imenso território nacional (Mato Grosso, Goiás e Rondônia), que vivia abandonado e até mesmo esquecido.

No ano que findou, as dificuldades que tivemos de superar foram enormes, face à incongruente política econômica-financeira do Governo Revolucionário. A Nação viveu sob a ameaça de um colapso, por deficiência de crédito bancário em condições razoáveis e também em consequência de medidas arbitrárias e intempestivas que alteraram para pior, e até mesmo paralisaram, a vida de numerosas indústrias. Os elevados índices de falências e concordatas registrados em 1965 e 1966, são um atestado eloqüente do que afirmamos.

As provações foram grandes e os sobressaltos maiores. Todavia, trabalhando mais, confiando no nosso esforço pessoal, renunciando a lamentações que absolutamente não resolveriam os graves problemas financeiros que se apresentaram em 1966 – pudemos perseguir o nosso roteiro, com a cabeça erguida, com a fé cada vês maior no futuro, editando a revista com algum atraso, mas, inalterada na sua inteireza moral, e cem por cento dedicada aos ideais que ela se comprometeu a cumprir.

A média de circulação controlada da BRASIL-OESTE, nos últimos doze meses, ultrapassou a 16.000 exemplares mensais. E esses exemplares foram distribuídos a pessoas e entidades de alto poder aquisitivo (fazendeiros, lavradores, pecuaristas, granjeiros, colonizadores, industriais, associações e sindicatos rurais e entidades representativas de tôdas as categoriais profissionais).

É nosso intento, em 1967, atingir a média mensal de 22.000 exemplares de circulação controlada. Para cumprir êste desiderato, não pouparemos esforços. E estamos certos de que continuaremos a merecer o apôio das grandes indústrias, que já estão certificadas da alta eficiência de nosso veículo.

Agradecemos a todos quantos cooperaram conosco, particularmente, aos nossos representantes nos Estados, aos colaboradores da revista, que nos forneceram material de primeiríssima ordem para a divulgação de conhecimentos gerais sôbre as atividades agropastoris; às indústrias e às agências de publicidade, que se tornaram o sustentáculo da nossa organização econômica, e às quais sempre prestamos informações exatas e confirmadas.

Para todos desejamos um Ano Nôvo feliz, verdadeiramente feliz, resguardado do medo, do ódio e da prepotência. Os brasileiros já sofreram bastante com o cerceamento de direitos e liberdades que o Governo do país prometeu cumprir, ao subscrever convenções internacionais. É nosso desejo, portanto, que em 1967 se realize a confraternização de todos quantos vivem em terras brasilianas, confraternização esta, fundada no amor, na compreensão e na solidariedade, que são condições elementares para que se consolide a paz e para que, em paz, todos possam trabalhar e progredir.<sup>101</sup>

Na edição pertinente aos meses de março, abril e maio de 1967, um comunicado intitulado *Explicação Necessária*, dá a noção de que a crise financeira havia atingido de fato a redação da *Brasil-Oeste*. Com três meses de atraso, a revista finalmente foi publicada, com apenas 28 páginas e somente 11 anúncios. Dizia o texto:

Em aditamento à mensagem que inserimos em nossa edição de Janeiro p.p., voltamos a dar uma explicação aos assinantes, indústrias e agências de publicidade sôbre os atrasos havidos na circulação da BRASIL-OESTE. Nossos esforços, em 1966, para atingir a normalidade, foram neutralizados pela seqüência de dificuldades observadas com respeito às operações bancárias e à importação do papel. Entretanto, diante das perspectivas melhores que vislumbram, com a normalização da vida político-administrativa da nação, esperamos poder dar formal atendimento a todos

---

<sup>101</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano XII, nº 120, janeiro de 1967, São Paulo (SP), p. 3. Maiúsculas do original.

aquêles que, já identificados com a BRASIL-OESTE, nos manifestam franco desejo para que a crise surgida seja logo superada.<sup>102</sup>

Porém, seguindo a mesma linha da maioria de seus pronunciamentos, depois das explicações e reclamações frente à crise instaurada no país, os diretores continuavam a demonstrar para o seu leitor que o projeto traçado pela *Brasil-Oeste* manter-se-ia intacto. Os elogios aos seus assinantes e anunciantes funcionavam como um pedido de apoio irrestrito para que a *campanha* continuasse:

Agradecemos a compreensão com que fomos distinguidos pelas indústrias e pelas agências de publicidade e também a solidariedade e estímulo que recebemos de assinantes, entidades públicas e organizações industriais, que, há muitos anos, vêm dedicando à BRASIL-OESTE a melhor consideração, côncias do papel realmente relevante que vimos cumprindo na difusão de conhecimentos [...] e na revelação das condições excepcionais que se apresentam na região ocidental do país e na Amazônia para investimentos financeiros com segurança e alta rentabilidade.<sup>103</sup>

Esse discurso, contudo, não pôde ser mantido por muito tempo. No mês de agosto de 1967 (que agregava também os meses de junho e julho), foi lançado o último número da revista. O projeto *Brasil-Oeste*, ao que tudo indica, sucumbiu frente aos problemas financeiros que acabaram por tornar inviável a continuidade da produção da revista. No entanto, teriam sido somente os fatores de nível nacional que afetaram o caixa da *Brasil-Oeste Editôra*? É possível supor que também houve contradições em nível estadual que atrapalharam os negócios da família Campos?

Em vias de conclusão do presente capítulo, o que busquei apresentar até aqui serviu para situar esse ambicioso projeto editorial no meio da história da imprensa no país e notadamente a sua relação com Mato Grosso, contudo, é no capítulo subsequente que pretendo analisar o discurso incutido nas páginas da *Brasil-Oeste* sobre o referido Estado. Apresentarei alguns dos *ideais* considerados pelos dirigentes do mensário como necessários para a “evolução capitalista” dessa região entre os anos de 1956-1961.

---

<sup>102</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano XII, n° 122, março/abril/maio de 196, São Paulo (SP), p. 25. Maiúsculas do original.

<sup>103</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano XII, n° 122, março/abril/maio de 196, São Paulo (SP), p. 25. Maiúsculas do original.



## CAPÍTULO 3

### COLONIZAÇÃO, POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

No presente capítulo, pretendo analisar alguns textos publicados pela *Brasil-Oeste* entre os anos de 1956 e 1961, que enfatizaram a questão da colonização como uma das possibilidades encaradas pelo grupo dirigente da revista como ideal para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. Além disso, busco mostrar qual foi o comportamento desse grupo em relação aos planos de governo traçados por Fernando Corrêa da Costa (1951-1956) e João Ponce de Arruda (1956-1961), no que diz respeito a esse assunto.

Em princípio, analisaria, neste capítulo, diversos aspectos sobre o que era encarado como *ideal* para o Estado de Mato Grosso nas páginas da revista, no entanto, diminuí o escopo da análise para me focar especialmente na questão da colonização do Estado, e isso se deu por duas razões principais.

A primeira reside no fato de que tal tema foi muito debatido na esfera política nos anos de 1950, e conforme ressaltam alguns autores que se debruçaram a estudar sobre o assunto,<sup>1</sup> essa década foi um período de capital importância para intensificar a colonização em Mato Grosso.

Em segundo lugar, porque também nas páginas da revista, a colonização foi uma pauta muito debatida e inseparável das questões políticas e econômicas do Estado. Pude perceber, ao recortar o período de 1956-1961, que, por trás do debate sobre o desenvolvimento econômico do estado, incluindo aí a colonização, também havia uma intensa discussão política travada por meio da *Brasil-Oeste*. Essa discussão, por sua vez, era polarizada entre dois dos principais personagens políticos da história de Mato Grosso: Fernando Corrêa da Costa (União Democrática Nacional) e João Ponce de Arruda (Partido

---

<sup>1</sup> MORENO, Gislaine, *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)*. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2007; LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n° 12, pp. 47-64, 1986; VASCONCELOS, Cláudio A. de. *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*. 1986. 161f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Assis.

Social Democrático), ambos governadores do Estado no interregno de tempo que compreende a década de 1950.

Antes de falar sobre a questão da colonização, no entanto, convém recapitular um aspecto da história mato-grossense que, no meu entendimento, está plenamente ligado às questões debatidas nas páginas da revista *Brasil-Oeste*. Refiro-me à questão do “estigma” de atraso que perseguia as elites de Mato Grosso desde os anos finais do século XIX.

### 3.1) O estigma mato-grossense

Início tal discussão abrindo a segunda edição da obra *Retrato de Mato Grosso*, publicada no ano de 1960. Inclino o olhar na direção do texto de “orelha de capa” do livro, que diz o seguinte:

A literatura de ficção sugere comumente cenários da “jungle” em Mato Grosso...  
O índio, a onça, o caçador temerário constituem personagens que mantêm em “suspense” as narrativas...  
Exibe-se, assim, extenso território do Oeste.  
Abandonado, selvagem, improdutivo...  
Criam-se lendas.  
Aguça-se a sanha de aventureiros...  
E faz-se, com êsse procedimento, mal sem limites ao Estado de Mato Grosso.<sup>2</sup>

Apresenta-se assim, o problema: o estigma do atraso que envolve a história de Mato Grosso. Fausto Vieira de Campos redigiu esse texto com a intenção de chamar a atenção daqueles que não enxergavam todas as possibilidades econômicas que poderiam surgir do “gigante” Estado do Oeste brasileiro, e, usando de trocadilho, ironia e poesia, prossegue o autor da seguinte maneira:

Ampliamos o **Retrato de Mato Grosso**, para que os céticos observem e verifiquem que o Estado de Mato Grosso *não é covil de onças, nem nucleamento de tribos selvagens...*  
Não há retoque no retrato... As estatísticas apenas colorem o quadro. E temo-lo, assim, com moldura de milhões de cafeeiros, de milhões de cabeças de gado, de milhões de sacas de arroz, de feijão e de milho...  
*Tudo isso é verdadeiro.*  
A menos que, *para espanto nosso*, índios e onças se tenham tornado fazendeiros e formado *o celeiro* que está abastecendo o Brasil!  
E é de ver-se, então, como “índios” e “onças” usam de excelentes rodovias e de modernos meios de transportes para suas carreiras pelos “sertões abandonados”...<sup>3</sup>

<sup>2</sup> CAMPOS, Fausto Vieira de, *Retrato de Mato Grosso*, 1960. Orelha de capa.

<sup>3</sup> CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*, 1960. Orelha de capa. Os grifos são meus. Palavras em negrito do original.

Um *estigma* envolvia a história de Mato Grosso, que era associado normalmente ao “selvagem”, aos “índios”, e às “onças”, personagens comumente utilizados para “retratar” esse Estado. Para esclarecer um pouco mais essa história, recorro às análises feitas por Lylia Galetti. Essa autora levanta a tese de que o povo mato-grossense teve de conviver, através de sua história, com imagens “negativas”, relacionadas especialmente ao “estigma da barbárie e do atraso”, uma vez que estavam longe daquilo que seria considerado o ideal de *progresso* e *civilização*, termos que eram associados ao litoral do Brasil.<sup>4</sup> Isso faz lembrar o que Pierre Bourdieu entende como “espaço estigmatizado”, isto é, um lugar marcado “pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao ‘centro’, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra”,<sup>5</sup> e essa é a razão pela qual o grupo estigmatizado reclama sua existência. Assim, a tarefa empreendida pelos mato-grossenses residia no desejo de se livrar de alguns adjetivos encarados como “indecorosos”, tais como, “gente sanguinária, incivilizada, vingativa, preguiçosa e ignorante”.<sup>6</sup>

Galetti indica que estrangeiros, brasileiros (de outras regiões), e mesmo os mato-grossenses enxergavam, no final do século XIX e início do século XX, Mato Grosso sob concepções ocidentais de progresso e civilização. De modo muito resumido, isso significa dizer que, na visão dos estrangeiros, a região em apreço era entendida como um lugar “próximo da barbárie”, ainda que “abundante em recursos naturais, seu imenso território encontrava-se quase *vazio*, dominado por indígenas e por uma população mestiça, indolente e sem espírito empreendedor, razão pela qual seu progresso só seria possível com a introdução de imigrantes e capitais europeus”.<sup>7</sup>

Em relação aos brasileiros não mato-grossenses, Galetti ressalta que havia uma ambiguidade de valores, pois ao mesmo tempo em que desvalorizavam o Estado de Mato Grosso “em razão das distâncias geográficas, históricas e culturais que o separavam do mundo e do Brasil civilizado”; estimavam o “*sertão* e a *fronteira* da pátria, noções fundamentais para a própria ideia de nacionalidade brasileira no período em foco”. O *sertão* porque era percebido

---

<sup>4</sup> GALETTI, Lylia S. G., *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, 2000. 385f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo.

<sup>5</sup> BOURDIEU, Pierre, *A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região*, p. 126. Os grifos são meus.

<sup>6</sup> GALETTI, Lylia S. G., *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*, p. 58.

<sup>7</sup> GALETTI, Lylia S. G., *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*, p. 27. Os grifos são da autora.

como o *locus* da verdadeira identidade cultural nacional, e a fronteira por demarcar o espaço em relação ao estrangeiro.<sup>8</sup>

No que diz respeito a esse segundo “valor” emitido pelos brasileiros não mato-grossenses ao *sertão* e à *fronteira*, remeto-me às palavras de Nísia Trindade Lima, em estudo dedicado a analisar as interpretações da intelectualidade brasileira sobre o interior do Brasil. Conforme ressalta essa autora,

as perspectivas que valorizam positivamente ou abordam de forma ambivalente aquele que é visto comumente como o pólo do atraso e da resistência ao progresso veem o sertão como a possibilidade do desenvolvimento de uma autêntica consciência nacional.<sup>9</sup>

Em poucas palavras, esse posicionamento mais otimista em relação ao interior do país, “permite que se superponha ao dualismo mais comumente associado à visão negativa sobre o Brasil – civilização [litoral] x barbárie [interior]”. Assim, para uma parcela de intelectuais brasileiros, havia a necessidade de abandonar a “civilização de copistas” (aqueles que copiavam e se identificavam com os valores europeus), em favor de uma “civilização autêntica, uma cultura que, em todo caso, ainda estava por ser descoberta”,<sup>10</sup> ou seja, aquela encontrada no sertão e na fronteira.

No caso das representações emitidas pelos próprios mato-grossenses, esses manifestavam “o mal-estar cultural em face de uma identidade cultural estigmatizada pela barbárie”,<sup>11</sup> e tentavam reconstruir essa identidade, investindo em torno de uma construção histórica que invertesse os valores que lhes eram atribuídos. Desse modo, como ressalta Osvaldo Zorzato, os mato-grossenses passaram então a

se considerar como sentinelas avançadas da civilização no sertão. Ao invés de “selvagens”, reforçam a origem paulista [bandeirante], quando não da “melhor estirpe européia”; e, ao invés de “sanguinários”, constroem as imagens de “revolucionários”, “patriotas” e “destemidos”. No lugar de “preguiçosos”, colocam-se como gente adaptada à rudeza do meio, amante do progresso, disposta ao sacrifício em nome do “amor à terra natal”. Por fim, mesmo diante de situações adversas, se dizem amantes das artes, da religião, cultuadores da ciência.<sup>12</sup>

<sup>8</sup> GALETTI, Lylia S. G., *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*, p. 27. Os grifos são da autora.

<sup>9</sup> LIMA, Nísia Trindade, *Um sertão chamado Brasil*, p. 61.

<sup>10</sup> LIMA, Nísia Trindade, *Um sertão chamado Brasil*, p. 61.

<sup>11</sup> GALETTI, Lylia S. G., *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*, p. 28.

<sup>12</sup> ZORZATO, Osvaldo, *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*, p. 16.

Nesse sentido, nas décadas iniciais do século XX, diversas manifestações culturais foram feitas com intenção de fundamentar novos valores identitários aos mato-grossenses. Um deles, vale a pena ser mencionado, trata-se das comemorações do bicentenário da cidade de Cuiabá (então capital política do Estado de Mato Grosso), por iniciativa do Governo de Dom Aquino Corrêa.<sup>13</sup> Nesse período, buscou-se, com alguns projetos, formular uma identidade que mudasse o panorama negativo até então vigente em relação à *imagem* dessa região, ou seja, o “estigma da barbárie”. Assim, “todo o período do governo D. Aquino” ficou caracterizado pelas “inúmeras manifestações culturais marcadas pela exaltação à terra e ao homem mato-grossense [...] sobretudo em torno das comemorações do bicentenário da fundação de Cuiabá”.<sup>14</sup>

Fruto desse movimento, acho pertinente destacar a criação do Instituto Histórico de Mato Grosso e do Centro Mato-Grossense de Letras, entre os anos de 1919 e 1921, de onde emanavam discursos encarregados de edificar uma memória capaz de instalar e solidificar valores e tradições do então Estado de Mato Grosso. Nesse sentido, “a preocupação em associar o progresso [...] à preservação da memória histórica estava presente na proposta de criação de um instituto local”.<sup>15</sup>

Para resumir, Zorzato apresenta uma síntese do que pretendiam os mato-grossenses (sobretudo aqueles ligados ao Instituto Histórico de Mato Grosso<sup>16</sup>), na construção da identidade local daquele momento. Buscava-se afirmar que, historicamente naquela região, havia se formado “um povo de origem seleta, nobres em atitude e em procedência”. Assim, os mato-grossenses, ao contrário do que afirmavam os estrangeiros e brasileiros de outras localidades, estruturavam-se numa “sociedade politicamente organizada”, grandiosos de valor, pois lutaram “destemidamente” para “devassar a natureza e homens igualmente selvagens”, e que acabou por resultar na “exploração das riquezas naturais adormecidas em

---

<sup>13</sup> Dom Aquino Corrêa governou o Estado de Mato Grosso entre os anos de 1918-1922.

<sup>14</sup> GALETTI, Lylia S. G., *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*, p. 285.

<sup>15</sup> GALETTI, Lylia S. G., *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*, p. 286.

<sup>16</sup> Vale dizer que dentre os fundadores do Instituto Histórico de Mato Grosso, estavam José Barnabé de Mesquita (10/03/1892 – 22/06/1961) e Virgílio Corrêa Filho (06/01/1887 – 11/09/1973), intelectuais que tiveram muita importância no processo de tentativa de construção identitária mato-grossense e que anos mais tarde, participaram como colaboradores da *Brasil-Oeste*, muito embora, o primeiro tenha tido uma passagem muito curta na revista, e o segundo não tenha escrito muitos artigos, apesar de ter seu nome figurado em 98 (noventa e oito) das 123 (cento e vinte três) edições do mensário.

regiões inóspitas”, além de terem defendido as “fronteiras brasileiras contra a ameaça estrangeira”.<sup>17</sup>

O que parece claro é que havia uma tentativa de afastamento a todo custo das tradições e origens indígenas, tratadas ali - no início do século XX - como incultas e selvagens. Nesse sentido, colocava-se de lado esse aspecto da cultura mato-grossense para enfatizar a ascendência europeia e bandeirante. Remetendo-se novamente ao texto de Fausto Vieira de Campos, citado no início do presente capítulo, nota-se que este autor sentia-se por demais incomodado com as associações que aproximavam os mato-grossenses dos povos indígenas (sinônimo de selvageria). Quando ele diz: “ampliamos o *Retrato de Mato Grosso*, para que os cétricos observem e verifiquem que o Estado de Mato Grosso *não é* covil de onças, *nem nucleamento* de tribos *selvagens*”, quer na verdade ressaltar que ali naquela região havia muito mais do que ‘isso’, e os “cétricos” não estavam aproveitando o fato de que Mato Grosso tinha tudo para prosperar e ser o maior celeiro do Brasil, mas que, no entanto, aguardava investimentos, que trariam o progresso e derrubariam tais associações que maculavam a imagem do Estado.

É válido dizer que Fausto Vieira de Campos não foi o primeiro jornalista a tentar instituir “novas” representações sobre o Estado de Mato Grosso. Como demonstrei, desde o fim do século XIX e, sobretudo nas duas décadas iniciais do século XX, havia movimentos engajados nessa tarefa, inclusive vindos da imprensa.

No início do século XX, alguns órgãos de imprensa debateram a questão do *progresso* mato-grossense e esse debate foi analisado por Galetti, indicando que aquele discurso reclamava, frente à União, o abandono e o descaso em relação ao Estado de Mato Grosso, ou seja, a falta de políticas públicas. A referida autora cita o caso do jornal *O Comércio*, publicado em Cuiabá que, no dia 21/04/1910, veiculou um artigo sob o título de *Conversa fiada*, em que “denunciava a *desilusão* que acometia aos mato-grossenses quanto ao futuro do Estado, cansados que estavam de esperar que *as vistas da União* se voltassem para *esse extenso e exuberante pedaço do solo brasileiro*, que aguardava apenas *ver a sua terra revolta pelo arado, abalada pelo rolar da locomotiva, progredindo enfim*”.<sup>18</sup>

Outros textos veiculados por periódicos<sup>19</sup> cuiabanos foram apontados por Galetti e tinham um teor discursivo semelhante ao do jornal *O Comércio*. A autora ressalta que se

---

<sup>17</sup> ZORZATO, Osvaldo, Alicerces da identidade mato-grossense, p. 422.

<sup>18</sup> GALETTI, Lylia S. G., *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*, p. 249. Os grifos são da autora.

<sup>19</sup> Tais como, a revista *A Violeta*, os jornais *A Cruz*; *O Mato Grosso*; *O Estado de Mato Grosso*, entre outros.

tratava de um período em que a defesa ufanista da terra mato-grossense fortalecia-se e intensificava-se, sobretudo a partir da década de 1920.<sup>20</sup> A imprensa funcionava como um *meio* para reclamar maior reconhecimento para o Estado de Mato Grosso e, além disso, tentava-se ali fundamentar uma identidade para a região, pois intelectuais e governantes utilizavam-na para propagar essas ideias ufanistas e apaixonadas, sobretudo, na cidade de Cuiabá.

Todavia, a publicação mais ambiciosa para fazer “ecoar” a história mato-grossense foi o chamado *Álbum Graphico do Estado de Matto-Grosso*, lançado no ano de 1914, em Corumbá (MT), e impresso na cidade de Hamburgo (Alemanha), e tinha como função principal apresentar as maravilhas da região, “seduzir e convencer o leitor das possibilidades de investimentos exitosos no Estado e comprovar através dos textos e imagens o seu ingresso na marcha do progresso e da modernidade, como era a pretensão de seus organizadores”.<sup>21</sup> Segundo Zorzato, o *Álbum*, “é uma alentada obra de quatrocentas e trinta e três páginas”,<sup>22</sup> e seus objetivos principais foram de dupla natureza:

Embora ambos estejam relacionados, é possível identificar um objetivo explícito e outro apresentado sutilmente. O objetivo explícito [...] o *álbum* deve servir como “guia”, contendo “*informações gerais seguras*” sobre Mato Grosso, principalmente sobre suas riquezas naturais – terras agricultáveis, abundantes fontes extrativas, minerais, etc -, a situação favorável dos meios de comunicação existentes ou em construção – rios navegáveis, ferrovias, etc -, e o grau de modernidade alcançada na produção local.

Ao lado de um objetivo explícito de apresentar uma parcela “desconhecida” do território brasileiro, sutilmente elabora-se outro. Trata-se de um conjunto de representações, de um quadro de referências, a partir das quais os mato-grossenses constroem sua identidade. Algo que os coloca como pertencente à nacionalidade, mas como brasileiros distintos. Distintos também internamente segundo alguns critérios que são pouco estabelecidos.<sup>23</sup>

Ao longo do texto, Zorzato retoma esse aspecto implícito contido no *Álbum* que tinha como tarefa construir representações sobre o Estado e o povo mato-grossense. O autor considera que o prefácio é bastante importante no exercício dessa tentativa de *representar* Mato Grosso. É possível conferir um trecho retirado diretamente do *Álbum Graphico de Matto-Grosso*:

---

<sup>20</sup> GALETTI, Lylia S. G., *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grossoi*, p. 253.

<sup>21</sup> LOPES, Ana Paula O., *Álbum Gráfico de Matto-Grosso: percorrendo os caminhos, criando tessituras*, p. 190.

<sup>22</sup> ZORZATO, Osvaldo, *Alicerces da identidade mato-grossense*, p. 427.

<sup>23</sup> ZORZATO, Osvaldo, *Alicerces da identidade mato-grossense*, p. 427-428. Os grifos são do autor.

Nas páginas desta obra julgamos ter realizado uma das aspirações pelas quais temos lutado com afã e constância. Com este livro presumimos apresentar o Mato Grosso moderno aos que, dentro e fora do Brasil, não conhecem e desejam conhecê-lo. Fizemos, portanto, este ‘álbum’ com a intenção e com o desejo de que ele contribuirá para a evolução da vida econômica do estado, servindo de guia seguro de informações para todos que tenham por Mato Grosso algum interesse. Habitado por um povo sóbrio e inteligente, capaz de levar a efeito as mais altas empresas; compreendendo um extenso território [...] o Estado de Mato Grosso, realmente não oferece difíceis problemas para a plenitude de seu progresso e desenvolvimento.<sup>24</sup>

O que parece importante destacar é a aproximação do discurso presente no prefácio do *Álbum*<sup>25</sup> em relação aos textos da *Brasil-Oeste* e do livro *Retrato de Mato Grosso*. Isso significa dizer que, na década de 1950, a exaltação ao “gigante” Estado, aliada à questão do “estigma” do atraso, ainda se faziam presentes e, por isso, analisar tais representações desse período são relevantes no debate que envolve a história de Mato Grosso.

### 3.2) A colonização e a política no Estado de Mato Grosso na década de 1950

No período da década de 1950, no Brasil havia uma corrente de pensamento político (que tinha como seus maiores ícones Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek), que acreditava na necessidade de uma ocupação efetiva e imediata do extremo-oeste do Brasil, pois o oeste seria “a terra da Promissão, com grandes reservas de terras férteis”, que substituiriam as “esgotadas e devastadas do Leste”<sup>26</sup> do país.

O início desse projeto se deu com a “Marcha para Oeste”, que incentivava a ocupação das regiões “vazias” do Brasil, sob a intenção de “nacionalizar” as fronteiras e fortalecer a ideia de “construção da Nação” por todos os brasileiros,<sup>27</sup> e que acabou desencadeando a criação dos projetos de Colônias Agrícolas Nacionais, tais como a de Goiás e a de Dourados. A primeira foi criada conforme o Decreto-Lei n° 3.059, em 14 de fevereiro de 1941. Já a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados<sup>28</sup> ocorreu somente em 1943

<sup>24</sup> AYALA, Cardoso; SIMON, Feliciano, *Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso (EEUU do Brasil)*. Corumbá-Hamburgo, 1914. Prefácio.

<sup>25</sup> Para mais informações sobre o tema, ver: LOPES, Ana Paula O., *Album Graphico de Matto Grosso: as imagens de um Estado que se pretende moderno*. Cuiabá/MT, 2009. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Departamento de História – Universidade Federal de Mato Grosso.

<sup>26</sup> RODRIGUES, José Honório, *Aspirações nacionais*. Interpretação histórico-política, p. 84.

<sup>27</sup> OLIVEIRA, Benícia C., *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937 a 1945)*, p. 88.

<sup>28</sup> Sobre a Colônia Nacional Agrícola de Dourados, ver: OLIVEIRA, Benícia C., *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937 a 1945)*. 243f. Dissertação (Mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis; NAGLIS, Suzana Gonçalves B., “*Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto*”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). 2007. 118f. Dissertação (Mestrado em História) –



pelo Decreto Lei nº 5.941, mas foi demarcada no ano de 1948, no governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra.

Nesse sentido, o governo Vargas visava “alargar” o espaço nacional e estender a produção para localidades “distantes”, como Amazonas, Goiás e Mato Grosso. Em resumo, havia uma política de colonização dirigida pelo Estado a fim de fazer com que trabalhadores de outras regiões pudessem se estabelecer em áreas ainda “pouco” habitadas e, para isso, as Colônias Agrícolas foram pensadas e colocadas em prática onde o governo distribuía terras gratuitamente para quem quisesse nela se estabelecer.<sup>29</sup>

É importante dizer que, ainda no ano de 1950, o Norte e o Centro-Oeste brasileiros, abrangiam em conjunto, 64,1% da superfície nacional, contudo, aglomeravam apenas 6,86% da população. No ano de 1957, o Centro-Oeste permanecia com a baixíssima porcentagem de 3,57% da população brasileira. Então, os temas envolvendo a colonização e ocupação das áreas “desocupadas” estiveram na pauta política nacional, especialmente, o caso mato-grossense.<sup>30</sup>

Como ressalta Claudio Vasconcelos, em estudo específico sobre a colonização de Mato Grosso em meados do século XX,

[...] colocou-se um problema ao governo brasileiro, qual seja, a necessidade de uma definição diante da grande variedade de questões relativas ao campo, de maneira a exigir uma política agrária adequada. Entre as múltiplas facetas desse mesmo problema, a existência de regiões contendo espaços vazios, isto é, não ocupados pelo capital, contrapondo-se a regiões mais densamente ocupadas, motivou o debate que percorreu a década de 50 sobre a necessidade de se promover a ocupação efetiva daquelas áreas. O desenvolvimento desse debate acabou por envolver os governos dos Estados, dentro dos quais existiam aqueles vazios. Em consonância com a política do governo federal houve a necessidade do desenvolvimento de política dos Estados dentro da situação a ser objeto no sentido do desenvolvimento de uma política de colonização dirigida.<sup>31</sup>

---

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados; PONCIANO, Nilton P., *Fronteira, religião, cidade: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul/MS (1943-1965)*. 2006. 231f. Tese (Doutorado em História) – FCL/UNESP, Assis; SANTOS, Claudete S., *Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940-1970)*. 2007. 100p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

<sup>29</sup> Para maiores detalhes, ver: LENHARO, Alcir, *A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)*, p. 50.

<sup>30</sup> RODRIGUES, José Honório, *Aspirações nacionais*. Interpretação histórico-política, p. 182.

<sup>31</sup> VASCONCELOS, Cláudio A. de., *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*, p. 20-21.

No Estado de Mato Grosso, desde o governo de Arnaldo Estevão de Figueiredo (PSD, 1947-1950),<sup>32</sup> intensificava-se um plano de reorganização da colonização para acelerar o “desenvolvimento” do Estado, que havia sido iniciado durante o governo Vargas no já mencionado projeto “Marcha para Oeste”.

Como foi dito, houve certa demora na demarcação das terras da Colônia Agrícola de Dourados, feita somente no ano de 1948, e diversas foram as mudanças no cenário político e econômico, tanto no âmbito estadual quanto nacional. Segundo ressalta Octávio Ianni, a economia dirigida sob a égide do Estado, “predominou nos anos 1930-1945, 1951-1954 e 1961-1964”, enquanto que um novo tipo de estratégia para promover o *progresso* do país foi chamado de “desenvolvimento associado”, que prevaleceu “nos anos de 1946-50, 1955-1960 e de 1964 em diante”.<sup>33</sup> A característica principal desse último “modelo” era ter como “pressuposto implícito e explícito, o projeto de um capitalismo associado (Estado e Capital), como única alternativa para o progresso econômico e social”.<sup>34</sup>

A partir da posse do governo de Arnaldo Estevão de Figueiredo, houve um forte discurso contrário à política de colonização dirigida exclusivamente pelo Estado,<sup>35</sup> ou seja, ao primeiro “modelo” acima citado. O projeto estatal de colonização lançado pelo Estado Novo foi reformulado pela associação entre o poder público e as companhias privadas, e tal como afirma Lenharo, “após a queda de Vargas, quando o intervencionismo estatal foi afastado [...] o tratamento da terra como mercadoria implementou a expansão especulativa da colonização do país”.<sup>36</sup> Nesse sentido, conforme ressalta Moreno, Figueiredo planejou uma “ampla estratégia de ocupação do oeste brasileiro”. Esse modelo “consistia na implantação de

---

<sup>32</sup> Arnaldo Estevão de Figueiredo foi prefeito de Campo Grande, hoje capital do Estado de Mato Grosso do Sul, e elegeu-se Governador do antigo Estado de Mato Grosso em 1947, na legenda da aliança entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

<sup>33</sup> Vale ressaltar que existe uma extensa discussão na historiografia brasileira sobre o segundo Governo Vargas (1951-1954). Há a tese que defende a ideia de que houve de fato um projeto “nacionalista-desenvolvimentista”, plenamente aceita até a década de 1970; a partir dessa data, passou a ser vista sob outro ponto de vista. Diversos autores, inclusive, acreditam que esse nacionalismo de Vargas foi muito mais uma “construção ideológica” do que um “projeto para o país”. Outros pesquisadores, no entanto, pensam que houve sim a ideia do nacionalismo-desenvolvimentista, o que não significa dizer que havia de fato uma repulsa em relação à entrada de capital estrangeiro. Sobre o assunto, ver: D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas: 1951-1954*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. FONSECA, Pedro C. Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1989; SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, entre outros.

<sup>34</sup> IANNI, Octávio, *Ditadura e agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*, p. 307-308.

<sup>35</sup> LENHARO, Alcir, *A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)*, p. 51.

<sup>36</sup> LENHARO, Alcir, *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Os anos 30*, p. 46.

projetos oficiais de colonização, *por meio* de empresas particulares, o qual se revelou um projeto lucrativo, tanto em termos econômicos quanto partidário e eleitoral”.<sup>37</sup>

Vale lembrar que o mandato de Arnaldo Estevão de Figueiredo foi concomitante ao fim do período presidencial de Eurico Gaspar Dutra e o início do segundo governo de Getúlio Vargas. Nesse momento, já havia no Brasil uma forte discussão que ficava tensionada entre aqueles que defendiam um governo intervencionista e um bloco mais próximo dos interesses financeiros e comerciais vinculados ao comércio exterior. Tratava-se, na verdade, de um período de transição. Mais adiante, no governo de Juscelino Kubitschek, torna-se mais perceptível uma “política orientada para o desenvolvimento econômico dependente, ou associado aos mercados estrangeiros”.<sup>38</sup>

A partir de então, no caso específico de Mato Grosso, a cada novo governo que iniciava um mandato, uma questão era colocada em pauta: a legislação de terras “era sempre” obsoleta para o período, havendo, nesse sentido, urgência em modificá-la para facilitar o processo de colonização associado à iniciativa privada. No governo de Figueiredo, na opinião do referido chefe do executivo, a legislação “se encontrava divorciada da realidade”,<sup>39</sup> pois conforme ressalta Moreno (comentando as mensagens governamentais desse governador), a modalidade “antiga” de colonizar terras “cerceava os grandes empreendimentos particulares, capazes de promover a efetiva ocupação do Estado em moldes empresariais”.<sup>40</sup> Daí, buscava-se solucionar os problemas e os entraves que dificultavam a aquisição de terras por empresas particulares.

Assim, em 1949, foi promulgado o novo Código de Terras de Mato Grosso, pela Lei nº 336, de 6 de dezembro de 1949, em que se “criou uma comissão especial para proceder a discriminação das terras devolutas para vendas ou para estabelecimento de núcleos coloniais”.<sup>41</sup> Nas palavras de Moreno, esse novo código esteve pautado em “dois aspectos fundamentais, *regulamentação da propriedade e colonização*”,<sup>42</sup> sendo modificado diversas

---

<sup>37</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 103. Os grifos são meus.

<sup>38</sup> SCHALLENBERGER, Ereneldo; SCHNEIDER, Iara Elis, *Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial – ações de governo e dinâmica do capital*, p. 210.

<sup>39</sup> Mensagens Governamentais do Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, Cuiabá, 1948.

<sup>40</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 103. Os grifos são meus.

<sup>41</sup> VASCONCELOS, Cláudio A. de, *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*, p. 24.

<sup>42</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 106. Os grifos são meus.

vezes depois, demonstrando a desordem que imperava no que concerne às questões envolvendo as terras da região e sua legislação.

Um dos grandes problemas observado pelo governador Figueiredo e utilizado como argumento para a “liberalização” dos negócios, envolvendo as terras do Estado, residia no fato de que “o poder público [federal] limitara-se a reservar terras sem ter estabelecido colônias” e, nesse sentido, a iniciativa privada ficava prejudicada, uma vez que “ficariam impossibilitadas de demarcar os seus lotes, pois o Estado não demarcara anteriormente suas reservas”, fazendo alusão à Colônia Agrícola de Dourados que teve suas terras “demarcadas somente depois de 1948”.<sup>43</sup>

No governo seguinte foi acentuado o plano de colonização privada no Mato Grosso. Conforme ressalta Gardin, no início dos anos de 1950, quando começava o seu primeiro mandato (1951-1956), o governador Fernando Corrêa da Costa (UDN) apoiou-se em “em três eixos de ação para o desenvolvimento do estado: energia, transporte e povoamento”. Para fazer progredir o Estado, traçou um planejamento para *a energia*, que consistia na “necessidade de estudarem-se primeiramente os saltos de Urubupungá e Sete Quedas, no rio Paraná, para a produção de energia elétrica, além da desobstrução desses obstáculos para a livre navegação”. Em relação ao transporte, propôs, dentre outras coisas, “a indicação do prolongamento das Estradas de Ferro Sorocabana e Araraquarense ao Mato Grosso”. Por último, e especialmente importante para a presente análise, o governador tomou a decisão de “povoar-se o Mato Grosso por ‘colonização racional’ [entenda-se, por empreendimento empresarial]”.<sup>44</sup>

Nesse sentido, foi sob o mandato de Fernando Corrêa da Costa que a política de colonização particular foi intensificada. Segundo Moreno, uma das primeiras medidas tomadas pelo então novo governador foi introduzir modificações no Código de Terras de 1949. Nas palavras da autora, “de acordo com a política federal de ocupação dos ‘espaços vazios’, retomada por Vargas (1951-1954), [Corrêa da Costa] implementou no Estado a política de colonização, entregando esta tarefa a empresas particulares de colonização”.<sup>45</sup> Isso significa dizer que o governo estadual era o responsável pela tarefa de colonizar, seja pela

---

<sup>43</sup> LENHARO, Alcir, *A terra para quem nela não trabalha* (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50), p. 51.

<sup>44</sup> GARDIN, Cleonice, *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai no planejamento regional brasileiro (1951-1972)*, p. 116.

<sup>45</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 113.

colonização oficial, em que o estado era o responsável, ou por intermédio de empresas colonizadoras particulares.<sup>46</sup>

Conforme indica Vasconcelos, a implementação da Lei nº 461, de 10 de dezembro de 1951, autorizava “o governo a *contratar*, com terceiros, a colonização de áreas para este fim reservadas”, uma vez que se buscava “fixar um [maior] contingente populacional” que, por sua vez, aumentaria “o mercado consumidor, ampliando assim a receita do Estado e o volume da produção”.<sup>47</sup> Para que tal empreendimento obtivesse sucesso, era imprescindível a ajuda da iniciativa privada. Mais uma vez, nas palavras de Vasconcelos,

Para a execução desse projeto, o governo do Estado colocou, à disposição de empresas colonizadoras, grande parte de seu território para que as mesmas, através de Contrato de Colonização, organizassem os núcleos coloniais e efetuassem a venda da terra. O governo fez esse tipo de contrato, com particulares, individualmente, ou com empresas organizadas, desde que os mesmos assumissem certas condições específicas relacionadas às disposições de leis federais e estaduais.<sup>48</sup>

Em poucas palavras, o Estado fazia os contratos com as colonizadoras de terras, que ficavam encarregadas de abrir estradas, medir as áreas, planejar o loteamento, efetuar benfeitorias sobre as “terras nuas”, enfim, fazer com que as áreas concedidas tivessem o mínimo de requisitos para comportar uma determinada infraestrutura. Feito todo esse processo, em tese, sob a vigilância do Estado, iniciava-se a venda dos lotes para os colonos (por parte das colonizadoras) que, depois de vendidos, seriam titulados pelo governo de Mato Grosso, diretamente para àqueles que tinham efetuado a compra junto às colonizadoras.<sup>49</sup>

O governador Fernando Corrêa da Costa na intenção de convencer os matogrossenses de que havia a necessidade de uma intensificada colonização no Estado, empenhava-se naquele projeto. Nas Mensagens Governamentais de 1953, nota-se o esforço do governador em dar créditos aos colonizadores de terras do Estado de Mato Grosso, atribuindo a eles, inclusive, o ideal do bandeirantismo, idealizado por ele como os “bravos desbravadores dos sertões!” Essa associação foi feita no discurso à Assembleia Legislativa e que pode ser conferido no seguinte trecho:

---

<sup>46</sup> NAGLIS, Suzana Gonçalves B., “*Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto*”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960), p. 32.

<sup>47</sup> VASCONCELOS, Cláudio A. de, *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*, p. 23. Os grifos são meus.

<sup>48</sup> VASCONCELOS, Cláudio A. de, *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*, p. 24.

<sup>49</sup> Informações obtidas através das Mensagens Governamentais do Governador Fernando Corrêa da Costa (1952-1955).

[...] presenciamos um fenômeno inédito: a procura de terras novas e baratas, não apenas por pequenos lavradores, *mas por capitalistas*. Há uma corrida em busca de solos virgens que, em breve, significarão café, borracha, cereais, os produtos valorizados desta quadra e que irão dar outra construção econômica *a esta parte da nação*. O território mato-grossense constitui, de fato, um convite para uma deslocação de fronteira, à espera de *novos bandeirantes dotados de espírito de iniciativa aparelhados de capitais e métodos modernos*.<sup>50</sup>

Os capitalistas eram os “novos bandeirantes” que sabiam o que era necessário para fazer progredir “esta parte da nação”. Em resumo, o Estado de São Paulo devia ser o modelo a ser seguido. No trecho a seguir, fica nítido esse anseio por parte do governador, ao fazer referência aos colonizadores como “novos pioneiros, [que] já penetraram, [e] se instalam na *nossa terra* e começam a trabalhar, procurando anular *os séculos de evolução que separam S. Paulo de Mato-Grosso...*”.<sup>51</sup>

Percebe-se que o clima de otimismo fazia-se presente naquela gestão, sobretudo se for levado em consideração o sucesso nas vendas de terras, influenciando diretamente no aumento de arrecadação de recursos financeiros por parte do Estado de Mato Grosso, que já vinha numa crescente desde o ano de 1952. O governador Fernando Corrêa da Costa orgulhava-se desse suposto sucesso e enfatizava que finalmente “as vistas do Brasil litorâneo” se volviavam para o interior do país. Dizia ele:

Rompido o *véu do desconhecimento em que jazíamos*, mercê da distancia que a falta de vias de comunicação avultava, verificamos que as vistas do Brasil litorâneo se volvem para cá. A procura de glebas férteis está impelindo uma apreciável corrente migratória que os quase 12.000 requerimentos de pretendentes a terras devolutas, em andamento nas Repartições competentes, dão bem a característica da realidade vista sem as lentes de *Pangloss*.<sup>52</sup>

De fato, com o governo Fernando Corrêa da Costa, o número de vendas de terras aumentou expressivamente em relação ao seu antecessor. Nas palavras de Moreno, houve um avanço significativo de procura de terras em decorrência da boa “qualidade e os baixos preços [que] acirraram a procura e a disputa das terras devolutas, elevando significativamente o volume das transações efetuadas em 1952”,<sup>53</sup> que se intensificaram no ano de 1953, em que “o volume de vendas foi bem maior, e a renda [do Estado] duplicou”. Em 1954, “as vendas

---

<sup>50</sup> Mensagens Governamentais do Governador Fernando Corrêa da Costa, 1953, p. 4. Os grifos são meus.

<sup>51</sup> Mensagens Governamentais do Governador Fernando Corrêa da Costa, 1953, p. 4. Os grifos são meus.

<sup>52</sup> Mensagens Governamentais do Governador Fernando Corrêa da Costa, 1952, p. 4. Os grifos são meus.

<sup>53</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 114.

permaneceram em alta”. No último ano do mandato de Fernando Corrêa da Costa, no “exercício de 1955 e janeiro de 1956 [...] expediram-se 1.708 títulos provisórios, com 5.176.406 hectares, e 845 títulos definitivos, com 4.364.228 hectares”. Outro dado importante apresentado pela autora é que só no último mês de gestão do governador, “foram expedidos 347 títulos com 1.969.548 hectares de terra”.<sup>54</sup>

A partir desse levantamento de informações, Moreno constata que:

Os dados demonstram a violenta especulação com a terra no governo Fernando Corrêa da Costa, sobretudo no ano pré-eleitoral, embora não tivesse poupado críticas ao seu antecessor e justificasse seus atos como necessários ao atendimento do “inusitado fluxo de pessoas e capitais” que afluíam para Mato Grosso. Ou seja, isto significava “um incentivo à produção”, que tem na exploração da terra a sua base máxima, para a vitalização da economia do Estado, que na época contava com pouco mais de 400.000 habitantes.<sup>55</sup>

Conforme ressalta Naglis,

É importante observar que a venda de terras devolutas não só tinha o objetivo de promover a colonização, o povoamento, e aumentar a produção agrícola e consequentemente o desenvolvimento econômico. As terras devolutas foram usadas em favor das negociatas políticas, resultado de um aparato estatal corrupto e incipiente que não coíbia as irregularidades na venda de terras do estado de Mato Grosso.<sup>56</sup>

O governo de Mato Grosso justificava que “não dispondo o Estado de recursos financeiros capazes de manterem o serviço de colonização, achamos que o povoamento das nossas [...] terras, em pleno desconhecido, somente se poderá realizar mediante o concurso da iniciativa privada”.<sup>57</sup> Nas Mensagens Governamentais do ano de 1954, dizia o governador Fernando Corrêa da Costa:

É a colaboração da iniciativa privada com a estatal objetivando uma das tarefas mais alviçareiras, que é a de tornar produtivas regiões até agora desconhecidas. Não dispondo o Estado de recursos para essa obra, não há como repelir a cooperação de empresas credenciadas para realizá-las.<sup>58</sup>

---

<sup>54</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 115.

<sup>55</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 115.

<sup>56</sup> NAGLIS, Suzana Gonçalves B., “*Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto*”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960), p. 33.

<sup>57</sup> Mensagens Governamentais do Governador Fernando Corrêa da Costa, 1954, p. 78-79.

<sup>58</sup> Mensagens Governamentais do Governador Fernando Corrêa da Costa, 1954, p. 6.

No entanto, muitas das “obrigações” a que se comprometiam as empresas não foram devidamente respeitadas, e diversas irregularidades foram encontradas no cumprimento das cláusulas dos contratos de colonização de terras. Iniciava-se, então, um escândalo na gestão de Fernando Corrêa da Costa, pois foi acusado de ter vendido terras acima da área permitida pela Constituição Federal.

Para elucidar o caso, trata-se da ocasião em que vinte e duas empresas firmaram contrato com o governo estadual, sob a gestão de Fernando Corrêa da Costa, equivalentes a uma área próxima de 3,5 milhões de hectares em Mato Grosso para colonização. Conforme indica Moreno, cada uma delas adquiriu em média “200.000 hectares [...] cujos lotes de 10.000 hectares eram contíguos e de pessoas de um mesmo grupo”, o que por si só “violava o prescrito na Constituição Federal (1948) que vedava a alienação de áreas superiores a 10.000 hectares, sem prévia autorização do Senado”.<sup>59</sup> De modo semelhante, Lenharo ressalta que “a ilegalidade das concessões incidia sobre as determinações do artigo 156 da Constituição Federal de 1948 [...] Acresce terem sido as enormes concessões todas desviadas para posterior revenda especulativa de lotes menores”.<sup>60</sup>

No entanto, conforme já mencionado, os títulos definitivos eram expedidos pelo Estado. Gislaene Moreno faz referência à defesa feita pelo governo Fernando Corrêa da Costa, em que esse último afirmava que “a titulação de terras aos colonos cabia ao Estado, sendo proibida a aquisição de lotes superiores a 2.000 hectares”.<sup>61</sup> Fausto Vieira de Campos, no seu livro *Retrato de Mato Grosso*, também explica com clareza qual era o procedimento em relação a essa questão. Diz o autor:

As glebas contratadas para colonização não são transferidas ao particular ou à empresa, nem oneradas por compromissos outros além dos estatuídos formalmente nos contratos. Estes dispõem obrigações definidas, cujo cumprimento se exige antes que as glebas, depois de loteadas, sejam objeto de transações com terceiros [...] Cumpridas [as] exigências preliminares admite-se a revenda dos lotes, à vista ou a prestação, mediante outorga de documento hábil que se substitui, no final do compromisso, por título definitivo de propriedade expedido pelo Governo do Estado.<sup>62</sup>

Aproveitando-se desse clima tenso, no que diz respeito às vendas e contratos com as colonizadoras de terras em Mato Grosso, quando João Ponce de Arruda assumiu o governo

---

<sup>59</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 116.

<sup>60</sup> LENHARO, Alcir, *A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)*, p. 56.

<sup>61</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 116.

<sup>62</sup> CAMPOS, Fausto Vieira de., *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 93.



(1956), ele fez duras críticas ao governo de Fernando Corrêa da Costa, e utilizou os escândalos envolvendo o Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso para fundamentá-las:

[...] no momento, este Departamento, o setor principal das atividades afeta à Secretaria da Agricultura, cabendo-lhe processar até [o] final, os pedidos de compra de terras devolutas [...] do Estado, atividade que tanta celeuma deu causa no último período governamental, quando a aquisição de terras públicas por particulares se transformara numa desenfreada e inescrupulosa atividade de lucros fáceis e de aglutinação de fortuna rápida, fazendo surgir conflitos de interesses os mais variados, que acabariam muitas vezes, em violações de direitos os mais legítimos, em benefícios de traficantes de terras ou de apaniguados políticos, e quase sempre com sacrifício do verdadeiro e humilde colono que é o elemento que Mato Grosso verdadeiramente carece.

Enquanto aos pequenos se fechavam as portas do D.T.C. através dificuldades de toda ordem, aos seus dirigentes e a terceiros apadrinhados de dirigentes ou a estes associados, se abriam elas numa exibição inusitada, em que firmas nem sempre honestas, transformavam as dependências do D.T.C. em seus escritórios particulares, muitas vezes dirigidos por servidores ali lotados adrede...<sup>63</sup>

As críticas foram ácidas e diretas. Além disso, mais uma vez um governante que assumia o poder no Estado de Mato Grosso “encontrava” irregularidades no Departamento de Terras e Colonização. Como bem ressalta Moreno, “a crítica do governador [João Ponce de Arruda] em nada diferencia da que fizera o próprio Fernando Corrêa da Costa ao seu antecessor, em 1951”.<sup>64</sup>

Conforme indica Gislaene Moreno, o governo Fernando Corrêa da Costa foi acusado de “facilitar” esses contratos, especialmente, porque esses acordos teriam sido feitos em anos pré-eleitorais,<sup>65</sup> o que significa dizer que, no final das contas, teria sido uma jogada “político-eleitoreira”, tentando angariar apoio desse setor do segmento privado nas eleições que estavam por vir, em 1955, pois evidentemente a UDN planejava fazer um sucessor.

Em mensagem enviada por João Ponce de Arruda à Assembleia Legislativa, ele acusava a “falta de idoneidade das pessoas favorecidas com a concessão de terras” e uma inversão daquilo que devia ser a Lei nº 461, de dezembro de 1951 que autorizava o governo do Estado a contratar empresas particulares para a colonização de parte das áreas reservadas para esse fim. Diz o governador que essa ideia era “de certa forma aceitável”, desde que “honestamente concretizada” e que certamente traria “proveitos sensíveis” para a região, uma

---

<sup>63</sup> Mensagens Governamentais do Governador João Ponce de Arruda, 1956, p. 67.

<sup>64</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 122

<sup>65</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 116.

vez que o Estado não podia “fazer frente por si mesmo à colonização de vulto, a forma que creara a lei de 1951, seria, talvez capaz de levar-nos à solução do problema”.<sup>66</sup>

Sabendo disso, o novo governo de Mato Grosso resolveu tomar algumas medidas. Assim, o governador João Ponce de Arruda manteve uma postura de cautela no início de seu mandato e, em princípio, não confirmou as concessões expedidas pelo governo anterior, o que lhe valera duras críticas por parte dos defensores das companhias particulares.<sup>67</sup> Foram sustadas novas concessões e alienações até o ano de 1957, período em que o Departamento de Terras funcionou apenas internamente<sup>68</sup> a fim de regularizar os problemas ali existentes.

Desse modo, os contratos envolvendo as vinte e duas empresas colonizadoras foram colocados *sub-judice* pelo Senado Federal por suposta fraude à Constituição. João Ponce de Arruda fez questão de mencionar isso nas suas primeiras Mensagens Governamentais, proferidas em junho de 1956 na Assembleia Legislativa. Disse o governador,

Em sua maioria, com algumas exceções, as Colonizadoras vendem suas áreas por alto preço, não beneficiando de maneira alguma as glebas, de acordo com as obrigações contratuais (demarcação, estrada de penetração, etc.), o que vem causando descrédito não só às empresas como ao Estado. A legalidade dessas concessões foi objeto de Inquérito pelo Senado da República, aguardando o Governo Estadual a decisão final sobre a matéria para traçar a orientação a seguir.<sup>69</sup>

É válido dizer, no entanto, que o Requerimento, para a abertura de Comissão de Inquérito no Senado para investigar as alienações de terras no Estado de Mato Grosso, foi apresentado pelo Senador mato-grossense Heitor Medeiros (PSD), no dia 01 de julho de 1955. Ele fazia a seguinte solicitação: “a criação de uma Comissão de Inquérito a fim de apurar as alienações e concessões de terras feitas pelo Governo do Estado de Mato Grosso sem a prévia autorização do Senado”.<sup>70</sup>

No entanto, ainda hoje, a historiografia não deu conta de esclarecer os pormenores que dizem respeito a esse inquérito que tramitou no Senado. Na bibliografia consultada, especialmente em Lenharo e Moreno, ambos os autores indicam que a Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada, a partir da denúncia de membros do PSD mato-grossense, para

---

<sup>66</sup> Mensagens Governamentais do Governador João Ponce de Arruda, 1956, p. 72-73.

<sup>67</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 122.

<sup>68</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 123.

<sup>69</sup> Mensagens Governamentais do Governador João Ponce de Arruda, 1956, p. 119.

<sup>70</sup> Requerimento n° 294, de 02 de julho do ano de 1955. Arquivo Senado Federal. Publicado em 02/07/1955 no Diário do Congresso Nacional, seção II, p. 1592.

investigar a titulação de terras que extrapolavam a área de 10.000 hectares permitida. Porém, Moreno, por exemplo, pautada nas Mensagens Governamentais de João Ponce de Arruda, do ano de 1959, indica que os contratos colocados *sub judice* foram condenados por outras irregularidades contratuais, referentes à demarcação dos lotes, o melhoramento da infraestrutura daquelas áreas.<sup>71</sup> Não há menção alguma sobre a venda de áreas acima de 10.000 hectares.

O que pretendo dizer, e a hipótese que levanto, é que as denúncias lançadas na imprensa da época e promovidas pelos partidários do PSD, em relação à suposta titulação de terras com mais de 10.000 hectares, acabou por se tornar uma “verdade”, e os estudos, que se debruçaram a debater tal tema, acabaram por absorver essa ideia, pois provavelmente não foi possível consultar a documentação do inquérito feito no Senado e os contratos de terras propriamente ditos, feitos pelo governo Fernando Corrêa da Costa.

Esse é um sinal de que o espinhoso tema dos contratos de colonização do governo Fernando Corrêa da Costa ainda carece de pesquisa mais aprofundada, pois se for levado em consideração o resultado da investigação feita pelo Senado, apontado pelos estudos de Alcir Lenharo e Gislaene Moreno, ficou constatado que “das 22 empresas colonizadoras, que já estavam de posse das áreas cedidas para colonização, 19 tiveram seus contratos registrados no Tribunal de Contas”, porém, somente cinco delas “cumpriram a cláusula contratual referente *ao levantamento total ou em parcelas da área disponibilizada*”.<sup>72</sup>

Não encontrei a informação de que o problema era na concessão e na suposta venda de terras acima da área estipulada pelo já referido artigo 156 da Constituição de 1948. Não quero dizer, no entanto, que não existiram irregularidades. Conforme já citei, ficou comprovado que houve um descumprimento nas cláusulas contratuais por parte de diversas companhias, que não faziam a efetiva melhora em termos de infraestrutura das áreas que deviam ser exploradas, além da provável especulação e favorecimentos políticos.

No entanto, em diversas vezes, nas Mensagens Governamentais, Fernando Corrêa da Costa enfatizava explicitamente que os lotes finais, titulados pelo Estado deviam ter no máximo a extensão de 2.000 hectares. A questão que se apresenta é a seguinte: teria sido o governador tão ingênuo em afirmar diversas vezes que não alienava terras acima de 10.000 hectares frente aos seus opositores na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, e mesmo assim teria ele cometido o grave erro de titulá-las com áreas acima do permitido pela Lei?

---

<sup>71</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 123.

<sup>72</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 123. Os grifos são meus.

Creio os estudiosos precisam ir a fundo nos documentos da época, fazer a análise crítica deles, para que se possa ter uma resposta mais satisfatória a respeito.

De qualquer modo, quando apresentou o resultado da investigação feita pelo Senado à Assembleia Legislativa, no ano de 1959, o governador Ponce de Arruda tomou a atitude de validar a situação de algumas empresas inadimplentes, assumindo “o compromisso de regularizar a venda das terras, com base no compromisso de compra e venda já firmado entre os contratantes. O restante das terras deveria se reverter ao patrimônio do estado e ser vendido como terras devolutas”.<sup>73</sup> Nesse sentido, o Departamento de Assistência Técnica (D.A.T) entrou em entendimento com as cinco empresas que haviam pelo menos iniciado o processo de demarcação dos lotes,

propondo-lhes, afim de regularizar a situação daqueles que com elas haviam firmado contratos, a expedição dos títulos definitivos correspondentes a cada contrato, obrigando-se as emprêsas a requerer por compra ao Estado, o restante da área. Êsse critério, foi aceito pelas referidas Colonizadoras.<sup>74</sup>

Isso significa dizer que houve um recuo no plano de colonização associada entre o Estado e a iniciativa privada, uma vez que a partir daquele momento, as colonizadoras deviam tomar a iniciativa de colonizar, sem a participação e fiscalização do Estado. Elas deviam requerer, mediante *compra direta* e, não mais, com contrato de colonização, as glebas de terras. O plano de colonização em terras públicas, desenvolvido no governo anterior, “foi abandonado formalmente para induzir a venda das terras já comprometidas por contratos, contratos não cumpridos como prescrevia a lei. A iniciativa de colonização será, a partir desse momento, não mais do governo, mas de particulares”.<sup>75</sup>

Como o governo estadual precisou de dois anos para regularizar as questões envolvendo as terras e colonização, o número de vendas de títulos diminuiu consideravelmente em relação ao governo predecessor. Nesse sentido, houve um decréscimo nas transações efetuadas pelo Estado de Mato Grosso, apesar de ter arrecadado mais para os cofres públicos, resultado do aumento dos preços das terras.

Entre o período que compreende os anos de 1956-1961, sob o mandato de João Ponce de Arruda, o Estado de Mato Grosso arrecadou a quantia de Cr\$ 198.154.056,40, na

---

<sup>73</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 123.

<sup>74</sup> Mensagens Governamentais do Governador João Ponce de Arruda, 1959, p. 172.

<sup>75</sup> VASCONCELOS, Cláudio A. de, *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*, p. 32.

venda de um total de 5.577 títulos definitivos ou provisórios, pertinentes à área de 21.970.259,17 hectares de terra, tendo uma média de 3.939,44ha cada propriedade.<sup>76</sup>

O fato é que, mesmo que aparentemente tentando diminuir as irregularidades envolvendo as terras de Mato Grosso, o governo João Ponce de Arruda não ficou imune a elas, pois embora o “discurso do governador [...] fosse de denúncias à administração anterior e adotasse, ao mesmo tempo, uma postura mais reservada às possibilidades de manipulação no comércio de terras, tudo indica que o seu governo não ficou imune à especulação fundiária ligada aos interesses partidários”.<sup>77</sup>

Como ressalta Lenharo, apesar da “postura reservada quanto às possibilidades de manipulação no comércio de terras [...] [Ponce de Arruda e] sua coligação política (PSD/PTB) também acabaria se utilizando desses negócios como meio de angariar recursos para a sustentação do respectivo grupo político-partidário”.<sup>78</sup> Anos mais tarde, em 1962, Arruda foi acusado de ser um dos acionistas de uma empresa chamada *Companhia Imobiliária do Vale do Araguaia*, que teria tido inúmeras vantagens no processo de aquisição de terras devolutas em Mato Grosso.<sup>79</sup> Em resumo, a década de 1950 foi um período em que os que mais lucraram “foram os negociantes de terras e os grandes empresários, pois só eles poderiam cumprir com os requisitos básicos exigidos pelo governo para a aquisição de terras para a colonização”.<sup>80</sup>

### 3.3) Os editoriais e as suas características

Ao abrir o primeiro número da *Brasil-Oeste*, do mês de janeiro de 1956, encontra-se no lado interno da capa, um anúncio publicitário que traz um discurso que se aproximava muito daquilo que havia sido dito nas décadas iniciais do século XX, pela imprensa, intelectuais e políticos mato-grossenses. O anúncio ao qual me refiro era da empresa particular de colonização, *Departamento Imobiliário do Oeste Brasileiro Ltda*. Essa companhia colonizadora buscava atrair investidores para a região no intuito de comercializar

---

<sup>76</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 124.

<sup>77</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 126.

<sup>78</sup> LENHARO, Alcir, *A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)*, p. 53.

<sup>79</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992, p. 126.

<sup>80</sup> VASCONCELOS, Cláudio A. de, *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*, p. 30.

terras. A seguir, podem ser conferidos os pontos centrais enfatizados por essa empresa na busca por clientes:

O *novo roteiro* dos colonizadores é o Estado de Mato Grosso. A demanda de terras nesse grande Estado do Centro-Oeste brasileiro fundamenta-se em várias razões sobremaneira ponderáveis:

1 – Todo o território mato-grossense ESTÁ ISENTO de fenômenos meteorológicos nocivos, particularmente a geada e o granizo.

2 – O teor das terras mato-grossenses favorece *promissoras* safras cerealíferas, as quais escoam normalmente através de rios navegáveis e de boas estradas de rodagem, que entrecortam o Estado em tôdas as direções e intercomunicam os municípios, pondo-os em ligação com a rede de rodovias-tronco.

3 – A posição geográfica do Estado de Mato Grosso enseja permanente *expansão de negócios* com grandes centros consumidores do país e com as Repúblicas da Bolívia, Paraguai e Argentina, através do Rio Paraguai. Fazem o serviço de navegação fluvial diversas companhias nacionais e estrangeiras.

4 – Em todo o território mato-grossense a cafeicultura encontra condições ecológicas favoráveis, o que explica o aumento considerável das lavouras de café, nos últimos anos.

[...]

É esta, portanto, a *oportunidade* para *valorizar o seu dinheiro*, comprando terras no Estado de Mato Grosso. Peça-nos informações sem compromisso.<sup>81</sup>

Do mesmo modo, a revista *Brasil-Oeste* desenvolveu um “programa definido”, conforme era ressaltado em suas páginas, em que constavam dez tópicos especiais, cujo objetivo era fazer com que essa região pudesse progredir. Nota-se que o primeiro deles estava relacionado à colonização (tema principal que escolhi abordar neste capítulo):

- 1) Colonização intensiva nos estados de Mato Grosso e Goiás;
- 2) Fomento da cultura da seringueira nas regiões norte e noroeste de Mato Grosso;
- 3) Incremento da cafeicultura no leste e oeste de Mato Grosso e no sul de Goiás;
- 4) Fomento da triticultura nas áreas de Dourados, Itaporã, Maracaju, Bonito, Guia Lopes da Laguna e Terenos;
- 5) Fomento da lavoura de algodão nas áreas de Dourados, Rio Brillhante e Campo Grande;
- 6) Introdução de práticas modernas no criatório e incentivo à formação de plantéis de gado leiteiro na “região” sulina de Mato Grosso;
- 7) Pesquisas e exploração do petróleo na zona pantaneira de Mato Grosso;
- 8) Expansão da rede ferroviária em direção a Cuiabá e ligação, por estrada de ferro, da capital mato-grossense a Brasília;
- 9) Aproveitamento do potencial hidráulico da região da Bacia Paraná-Uruguai;
- 10) Introdução de indústrias de abastecimento nos estados de Mato Grosso e Goiás.<sup>82</sup>

---

<sup>81</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 01, janeiro de 1956, São Paulo (SP). Os grifos são meus. Maiúsculas do original.

<sup>82</sup> Revista *Brasil-Oeste*, diversas edições.

A propaganda do *Departamento Imobiliário do Oeste Brasileiro* resume parte daquilo que os diretores da *Brasil-Oeste* mais se preocupavam em demonstrar para o seu leitor, ou seja, a representação de um Estado livre de males e que tinha tudo para ser o maior celeiro do Brasil, oportunidade única para o empreendedor capitalista que tivesse uma visão daquilo que era entendido como *desenvolvimentista*. Do mesmo modo, os dez tópicos-objetivo criados pela revista elencavam diversos aspectos que consideravam essenciais para que o Estado atingisse um patamar adequado de desenvolvimento.

Esse é o tipo de situação que merece atenção especial quando se estuda a imprensa como fonte e objeto de pesquisa, pois num primeiro momento, o pesquisador mais descuidado pode tratar essa propaganda, como “apenas” um anúncio publicitário. No entanto, parece que ali se encontra um discurso que estava em total consonância com os objetivos da *Brasil-Oeste*, o que significa dizer que a publicidade indica a articulação da publicação (a revista, nesse caso) com determinados interesses empresariais e comerciais numa determinada conjuntura.<sup>83</sup>

Cumprir destacar que a escolha em fazer a citação da propaganda do *Departamento Imobiliário do Oeste Brasileiro* não se deu por acaso, pois se tratava de um dos maiores anunciantes vinculados à revista (tal como já mostrado no capítulo anterior), sobretudo, nos primeiros anos de circulação do periódico, e trazia consigo a ideia de *colonização* como principal engrenagem que engendraria o progresso na região.

Ao lançar o olhar nos editoriais da *Brasil-Oeste*, nota-se que, em boa parte das vezes, os diretores da revista trataram de colocar em pauta os problemas e as possíveis soluções para o Estado de Mato Grosso, numa variada modalidade de temas. Em alguns casos, houve certo otimismo; contudo, é possível encontrar profunda indignação com medidas políticas que “desfavoreciam” os interesses mato-grossenses.

Na primeira edição da revista, percebe-se que o segundo aspecto acima mencionado se fez presente. No editorial inaugural do ambicioso projeto de Fausto Vieira de Campos, é possível observar alguns indícios em favor da defesa da colonização particular enquanto uma das possíveis alternativas para o desenvolvimento de Mato Grosso. Essa constatação se dá em razão da explícita e veemente crítica à União, em decorrência do então projeto de lei que visava criar o *Parque Nacional do Xingu*.

Convém, antes disso, apresentar quais são as características essenciais da modalidade de texto jornalístico conhecido como *editorial*. Faz-se pertinente abrir esse parêntese, pois a

---

<sup>83</sup> CRUZ, Helena F.; PEIXOTO, Maria do Rosário C., Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa, p. 262.

análise que pretendo fazer a seguir, me servirá para compreender melhor o significado das opiniões emitidas por meio desse espaço nas páginas da revista *Brasil-Oeste*.

Vale dizer que um editorial pode ser compreendido como o lugar em que se encontra a opinião oficial de um periódico diante dos fatos de maior relevância num dado momento histórico. Parafraseando Beltrão, é com esse gênero jornalístico que a imprensa expõe sua apreciação sobre aquilo que se desenrola nos mais diversos setores da sociedade, pretendendo orientar o pensamento social para a ação na defesa do bem comum.<sup>84</sup>

Mas não se trata somente de “orientar” na “defesa” do “bem comum”, trata-se, além disso, de defender e mostrar o posicionamento de uma empresa jornalística sobre um determinado tema. Justamente por essa razão, existem diversas esferas e características que são atribuídas aos editoriais pelos pesquisadores da imprensa, como mostrarei a seguir.

Pautado em autores como Mostaza, Jobim e Aron,<sup>85</sup> Beltrão aponta quatro elementos típicos dos editoriais. O primeiro deles é a tentativa de manter a *impersonalidade* ou *impessoalidade*, que possui duas características principais: “1ª) não ser assinado; e 2ª) utilizar, no texto, a 3ª pessoa do singular ou a 1ª do plural”, como consequência, elas “salientam a *irresponsabilidade legal* do redator da matéria”. Pelas opiniões emitidas no editorial, responderá em juízo “o diretor-responsável do periódico, como representante do editor, circunstância que, paradoxalmente, aumenta a responsabilidade pessoal do jornalista perante a administração”.<sup>86</sup>

O segundo elemento é o da *topicalidade*, ou seja, o aspecto que exprime “não só a opinião sedimentada como, sobretudo, a opinião que se está formando”, em outros termos, trata-se de apresentar um tema latente, ainda mal formulado ou que ainda não tenha tido devida atenção da sociedade.<sup>87</sup>

O terceiro dos quatro elementos do editorial organizados por Beltrão é o da *condensabilidade*, pois esse gênero jornalístico é “um tipo de escrito que deve focalizar uma ideia central única, uma vez que, quando se quer exprimir várias ideias em um curto espaço, geralmente se cria confusão e não se pode concluir bem”.<sup>88</sup>

---

<sup>84</sup> BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo Opinitivo*, p. 52.

<sup>85</sup> Segue a lista das obras e versões utilizadas por Luiz Beltrão: ARON, Raymond, Cap. *De Problèmes et techniques de la presse*, Paris, 1949 (ed. Mimeografada.); JOBIM, Danton. *Espírito do Jornalismo*, Rio, Livraria São José, s/d; MOSTAZA, Bartolomé. “Editoriales”. In: *El Periodismo: Teoria y practica. Barcelona, Noguer*, 1953.

<sup>86</sup> BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo Opinitivo*, p. 53.

<sup>87</sup> BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo Opinitivo*, p. 53.

<sup>88</sup> BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo Opinitivo*, p. 54.



A última dessas características principais do editorial é a *plasticidade*, em que reside o caráter de persuasão por parte do editorial que “visa a orientar os indivíduos *per si* e a comunidade em geral”, porém, com “flexibilidade, sem dogmatismos”.<sup>89</sup> Em outros termos, deve-se evitar dogmatizar, mas sempre levando em consideração que é preciso orientar o leitor.

Nas palavras de Faria e Zanchetta Jr., essa modalidade de texto, *o editorial*, “lida com ideias, argumentos, crítica, marcando a posição do jornal sobre os principais fatos do momento”.<sup>90</sup> Esses autores falam especificamente de jornais, porém, isso pode ser estendido para o caso das revistas também. Conforme ressalta Beltrão, um editorial não é tão somente a opinião do autor que redige o texto, pois ali naquele texto, encontra-se algo que vai além das frases redigidas pelo redator-chefe, na verdade o “eu” não está presente, e sim o “nós”, o “grupo”. Nas palavras do autor:

Não é o que *eu* penso o que exprimo no editorial, mas o somatório do que pensa uma expressiva parcela da opinião pública, representada pelo grupo que fundou, orienta e mantém o jornal. Este pensamento que eu – como encarregado de colaborar e redigir o editorial – tenho de exprimir se origina na política editorial, ou seja, na linha filosófico-prática daquele grupo mantenedor e administrador do periódico.<sup>91</sup>

O editorial tenta, nesse sentido, manter a impessoalidade. Entretanto, mesmo redigindo o texto em terceira pessoa do singular ou primeira pessoa do plural, as opiniões dificilmente serão neutras, uma vez que o papel do artigo de fundo é “aconselhar e dirigir a opinião dos leitores”.<sup>92</sup> Igualmente é válido ressaltar que os textos editoriais não refletem somente os valores defendidos pelos dirigentes do jornal ou da revista, isso vai muito mais além, atingindo inclusive a esfera da publicidade ou dos sócios e mantenedores do impresso. Nas palavras de José Marques de Melo:

Além dos acionistas majoritários, *há financiadores* que *subsidiar* a operação das empresas, existem *anunciantes* que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, *além de braços do aparelho burocrático do Estado* que exercem grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exercem no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro.<sup>93</sup>

---

<sup>89</sup> BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo opinativo*, p. 54.

<sup>90</sup> FARIA, Maria A.; ZANCHETTA JUNIOR, Juvenal, *Para ler e fazer o jornal na sala de aula*, p. 61.

<sup>91</sup> BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo Opinativo*, p. 52. Os grifos são do autor.

<sup>92</sup> BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo opinativo*, p. 60.

<sup>93</sup> MARQUES DE MELO, José, *A opinião no jornalismo brasileiro*, p. 79. Os grifos são meus.

Essa citação está em consonância com as recomendações metodológicas que apresentei nos capítulos anteriores. No entanto, como já tive a oportunidade de mencionar, é penosa a tarefa do historiador quando busca descobrir essas relações misteriosas e o quanto elas influenciam no direcionamento editorial de um veículo de comunicação.

Em relação às classificações dos editoriais, Beltrão apresenta cinco critérios, que são: a *morfologia*, *topicalidade*, *conteúdo*, *natureza* e *estilo*. Apresentarei rapidamente cada um deles na intenção de esclarecer algumas das técnicas que eram utilizadas pela revista *Brasil-Oeste* nos seus editoriais. Em relação à *morfologia*, o autor apresenta três características, o *Artigo de Fundo*, o *Suelto* e a *Nota*.

Dentre as características da *morfologia*, citarei somente a análise feita pelo autor em relação ao *Artigo de fundo*, pois é aquele que mais interessa a essa pesquisa, uma vez que se encaixa perfeitamente aos textos editoriais publicados pela *Brasil-Oeste*. Beltrão o caracteriza da seguinte maneira:

*Artigo de fundo* - protótipo do editorial, geralmente abrindo a página opinativa (quando não surgindo na 1ª página), em composição tipográfica especial, e no qual se transmite a manifestação clara da linha ideológica do jornal como instituição sobre tema ou ocorrência considerada como a mais presente e atuante na consciência coletiva no momento.<sup>94</sup>

No que tange à *topicalidade*, Beltrão apresenta três aspectos característicos ao gênero jornalístico editorial:

*Preventivo*, quando se antecipam à realidade, apontando situações, fixando circunstâncias e focalizando aspectos reveladores de que determinados sucessos se irão produzir na sociedade.

*De ação*, quando acompanham imediatamente a ocorrência, analisando suas causas e apreciando seu desenvolvimento, com o objetivo de esclarecer o público em pleno impacto da realidade.

*De conseqüência*, quando resultam do exame das repercussões e dos efeitos do fato, da dedução da realidade.<sup>95</sup>

Todas essas classificações inseridas na *topicalidade* podem ser encontradas nos editoriais da revista *Brasil-Oeste*, pois trata de três aspectos inerentes à atividade jornalística: a antecipação de certo tema; a ação que acompanha os acontecimentos imediatos; e os efeitos ou resultados de um determinado evento.

Sobre as características de *conteúdo*, Beltrão o classifica em três tipos:

---

<sup>94</sup> BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo opinativo*, p. 55.

<sup>95</sup> BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo opinativo*, p. 56.

*Informativo* – editorial que se destina a esclarecer o leitor sobre determinados fatos, idéias ou situações, ajuntando pormenores e explorando aspectos que passaram despercebidos ou não estão explícitos na notícia.

*Normativo* – editorial que intenta convencer o leitor a atuar em determinado sentido, inspirando-o, encorajando-o, exortando-o por meio de sentenças e argumentos lógicos e incitadores.

*Ilustrativo* – editorial que objetiva aumentar o cabedal de instrução do leitor, entretê-lo, despertar seu interesse para a apreciação de questões e facetas menos comuns da vida e do cotidiano.<sup>96</sup>

Em relação ao *estilo*, Beltrão elenca dois tipos, o estilo intelectual e o emocional. O primeiro, quando escrito, tenta levar o leitor “a raciocinar por meio de premissas, silogismos e conclusões. Neste tipo de editorial, o apelo é feito à razão do leitor, ao homem como ser lógico e consequente”. No que diz respeito ao segundo tipo, Beltrão ressalta que ele mexe com “a sensibilidade do leitor, despertando-lhe sentimentos e os instintos mais profundos e arraigados. Aqui, o apelo é dirigido ao coração e às suas ignotas razões”.<sup>97</sup>

Por último e não menos importante, listo a seguir os aspectos ligados à *natureza* do editorial, separados por Beltrão em três diferentes aspectos. São eles, o *promocional*, o *circunstancial* e, por fim, o *polêmico*. Diz o autor:

*Promocional* – editorial que acompanha regularmente os eventos e idéias marcantes da atualidade, tomando posição definida para analisá-los e explicá-los dentro da política editorial traçada, tendo em vista convencer a comunidade e levá-la à ação.

*Circunstancial* – editorial que apenas eventualmente surge para fixar e apreciar dado sucesso, situação ou movimento de opinião. Este tipo de editorial é oportunista [pois] procura obter um certo resultado político ao explicar certas idéias. A grande maioria da imprensa eclética dos nossos dias utiliza essa categoria para transmitir a opinião do editor.

*Polêmico* – editorial eminentemente doutrinário [...] Raro é o jornal que não mantém no decurso de sua existência uma polêmica; difícil encontrar o jornalista cujos artigos não já tenham encontrado contestação, provocando sua réplica. Onde a importância da categoria, que exige do redator uma antecipação dos argumentos do contendor para, de logo, inutilizar-lhe a ofensiva e uma estratégia dos seus pontos fracos para enredá-lo e reduzi-lo ao silêncio.<sup>98</sup>

Feitas essas considerações, em que tentei mostrar as principais características da modalidade de texto jornalístico conhecido como *editorial*, inclino-me, a partir de agora, a analisar aquilo que foi publicado na revista *Brasil-Oeste*, que inclui a inferência de alguns editoriais e artigos que possam servir para melhor compreender os objetivos dessa empresa jornalística.

<sup>96</sup> BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo opinativo*, p. 57.

<sup>97</sup> BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo opinativo*, p. 58.

<sup>98</sup> BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo opinativo*, p. 58.

Quando se observa os temas abordados nos editoriais da *Brasil-Oeste*, nota-se que foram construídos sob duas características principais: sugestões e críticas, transmitindo, conforme indica Beltrão, “a manifestação clara da linha ideológica do jornal como instituição sobre tema ou ocorrência considerada como a mais presente e atuante na consciência coletiva no momento”.<sup>99</sup>

Dentre as 123 edições publicadas na revista, os editoriais figuraram em apenas 30 delas, ou 24,3% do total.<sup>100</sup> Conforme mostrarei a seguir, a maioria dos textos discutia questões relacionadas aos problemas econômicos e políticos de Mato Grosso. Outra parte tratou de debater problemas mais gerais, também ligadas a estas questões, mas em esfera nacional e, às vezes, internacional.

**TABELA 3**  
**Temas abordados em Editoriais**

<b>TEMAS ABORDADOS</b>	<b>NÚMERO DE TEXTOS</b>	<b>%</b>
<b>Mato Grosso</b>	44	55
<b>Política</b>	12	15
<b>Economia (exceto ruralismo e agricultura)</b>	10	12,5
<b>Ruralismo e agricultura</b>	9	11,2
<b>Assuntos Internacionais</b>	5	6,2
<b>TOTAL</b>	<b>80</b>	<b>100</b>

Dentre os quarenta e quatro textos que discorreram sobre Mato Grosso, oito deles foram em tom de críticas explícitas ao governo federal (em diferentes mandatos), acusado de negligente em relação aos problemas de diversos aspectos que atingiam a região. Houve uma incessante busca na tentativa de se fazer valer o poder de alcance e circulação de ideias veiculadas nesse órgão de imprensa, intentando demonstrar aos políticos da esfera federal que aquela região precisava de devida atenção e que, em decorrência desse descaso do poder público, não estava sendo aproveitada em favor dos ‘interesses’ da Nação. Além disso, buscava-se pautar as políticas públicas do próprio governo mato-grossense.

Logo a seguir, no quadro 7, listo todos os editoriais que foram publicados na *Brasil-Oeste* e que debateram sobre temas ligados ao Estado de Mato Grosso.

<sup>99</sup> BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo opinativo*, p. 55.

<sup>100</sup> É válido dizer que era comum no caso em análise aparecer mais de um texto editorial por edição.

**QUADRO 7**  
**Editoriais sobre o Estado de Mato Grosso**

<b>Edição</b>	<b>Ano</b>	<b>Título dos Editoriais</b>	<b>Teor do texto</b>
Nº 01	1956	Parque Indígena do Xingu	Críticas ao Governo Federal
Nº 02	1956	Novo Governo de Mato Grosso	Política Mato-Grossense
Nº 03	1956	Governos Punitivos	Política
Nº 04	1956	Mato Grosso e a União	Críticas ao Governo Federal
Nº 09	1957	Restrições à atividade econômica	Pecuária de Mato Grosso
Nº 15	1957	Cooperação imprescindível para superar a crise na indústria extrativa da borracha	Economia na Região Amazônica Mato-Grossense
Nº 40	1959	Movimento Divisionista de Mato Grosso	Política Mato-Grossense
Nº 101	1965	Expansão do Leste de Mato Grosso	Infraestrutura e Economia Mato-Grossense
Nº 102	1965	Investimentos financeiros na região de Urubupungá	Infraestrutura
		Colonização Intensiva em Mato Grosso	Colonização
Nº 103	1965	Paraguai lembrado, Mato Grosso esquecido	Críticas ao Governo Federal
Nº 104	1965	Parque industrial para Corumbá	Economia Mato-Grossense
		Duas árvores valiosas do cerrado	Economia Mato-Grossense
		Guaraná e Guaranás	Economia Mato-Grossense
Nº 105	1965	Incompreensível teimosia	Críticas ao Governo Federal
Nº 106	1965	Promessas para Mato Grosso	Políticas públicas para Mato Grosso
Nº 107	1965	Reivindicações de Mato Grosso	Críticas ao Governo Federal
		Cooperação das prefeituras	Municipalismo
		Expansão comercial de Mato Grosso	Economia/Infraestrutura Mato-Grossense
		Mato Grosso – 67	Infraestrutura de Mato Grosso
Nº 108	1965	Estados Unidos ajudam Mato Grosso	Economia Mato-Grossense
Nº 109	1965	Colonização em Mato Grosso	Colonização
Nº 110	1965	Indústrias para Mato Grosso	Economia
		Poder econômico de uma ponte	Economia e infraestrutura
Nº 111	1965	Novo roteiro para o Brasil	Economia Mato-Grossense
		Melhores rodovias para Mato Grosso	Críticas ao Governo Federal
Nº 113	1966	Parque industrial de Mato Grosso	Economia
		Serviço telefônico em Mato Grosso	Infraestrutura
Nº 114	1966	Iniciativas Pioneiras em Mato Grosso	Política
		Município de Aripuanã	Colonização
Nº 115	1966	Marginalização de Mato Grosso	Críticas ao Governo Federal
		Devastação de matas	Economia/Meio-Ambiente
		Rondonópolis nos anais do Congresso	Noticioso
Nº 116	1966	Turismo em Mato Grosso	Turismo
		Minérios em Mato Grosso	Riquezas Naturais
Nº 117	1966	Prioridade para a BR-29	Infraestrutura
		Mato Grosso no rumo certo	Novo Governo Estadual
		Entrepasto de café em Corumbá	Críticas ao Instituto Brasileiro de Café
Nº 120	1967	Integração de Aripuanã	Colonização
		E.U.A. ajudam Mato Grosso	Economia
Nº 121	1967	Expansão do Oeste mato-grossense	Economia
Nº 122	1967	Financiamento do BIRD para Mato Grosso	Economia
Nº 123	1967	Recuperação da Amazônia	Infraestrutura da Amazônia
		Sacrifícios Impostos a Mato Grosso	Críticas ao Governo Federal

O posicionamento da revista *Brasil-Oeste* em relação ao governo federal não será abordado diretamente neste trabalho, pretendo fazer uma análise mais voltada àquilo que dizia respeito às posições e escolhas políticas do governo estadual, sobretudo quando se tratava das questões envolvendo terras e colonização. Dentre os quarenta e quatro textos editoriais apresentados no Quadro 7, utilizo apenas três deles, ou seja, uma pequena parcela se comparada ao total produzido, contudo, se for levado em consideração o recorte temporal escolhido, qual seja, 1956-1961, essa quantia corresponde à quase metade daquilo que foi publicado no período em apreço.

Mesmo sendo em pouca quantidade, acredito que esses editoriais permitem fazer uma discussão profunda no que diz respeito ao tema aqui analisado, ou seja, a política de colonização e terras do governo de Mato Grosso. Somarei, à análise dos editoriais, alguns artigos que, em diversas ocasiões, traziam algumas das características dos primeiros, e isso poderá ser notado no decorrer do texto.

#### **3.4) Fausto Vieira de Campos, *Brasil-Oeste* e o[s] governo[s] de Mato Grosso**

Conforme já mencionei na introdução do presente trabalho, quando iniciei este estudo, recorri a alguns textos que mencionaram a *Brasil-Oeste*, assim, convém apresentar algumas considerações elaboradas por determinados historiadores que de alguma maneira utilizaram essa revista como fonte de pesquisa.

Oswaldo Zorzato relata que o principal foco desse mensário era Mato Grosso. Nas palavras do autor, esse veículo de informação “publica[va] mensalmente reportagens sobre o estado divulgando suas potencialidades, sua história e seus acontecimentos”.<sup>101</sup> Não muito diferente, Carlos Oliveira destaca que a *Brasil-Oeste* “era [...] especializada na difusão de técnicas agropastoris, na divulgação da conjuntura econômica e de conhecimentos gerais sobre a região Centro-Oeste”.<sup>102</sup> Eudes F. Leite elenca o referido periódico como um “importante veículo de comunicação de divulgação periódica do Centro-Oeste brasileiro, especialmente do antigo Mato Grosso”, dando “ênfase aos acontecimentos políticos, econômicos e sociais do país”.<sup>103</sup>

---

<sup>101</sup> ZORZATO, Oswaldo, *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*, p. 131.

<sup>102</sup> OLIVEIRA, Carlos E., *Família e natureza. As relações entre famílias e ambiente na construção da colonização de Tangará da Serra-MT*, p. 54.

<sup>103</sup> LEITE, Eudes F., *Reforma Agrária nas páginas da Revista Brasil-Oeste*, p. 69.

Cleonice Gardin destaca que esse mensário “constituiu-se, sem dúvida, numa importante fonte divulgadora e propagandística do Centro-Oeste, sobretudo de Mato Grosso, tendo inclusive a preocupação de projetá-lo no exterior”. Essa autora cita o programa de metas produzido pelo periódico, dizendo que se encontrava “totalmente inserido na política econômica do país, caracterizada pela busca da integração nacional pela via da interiorização do desenvolvimento econômico”.<sup>104</sup>

O estudo mais antigo que abordou a *Brasil-Oeste* como fonte é um artigo de Alcir Lenharo publicado no ano de 1986 e que tratou de analisar a política de distribuição e ocupação de terras no Centro-Oeste, especialmente, no Estado de Mato Grosso. Nesse texto, o autor ressalta num tom assertivo que essa revista organizava “uma estratégia de defesa da política liberal de colonização [e] funcionava como meio de difundir o comércio de terras, mantendo inclusive ligações com grupos estrangeiros”.<sup>105</sup> Além disso, Lenharo afirma que, apesar do discurso de imparcialidade por parte dos diretores e editores desse mensário, no qual negavam manter quaisquer relações com grupos políticos e econômicos, alguns dados contradiziam essa posição. O autor é enfático ao dizer que “Fausto Vieira de Campos, mentor intelectual e diretor responsável [da revista], tem seu nome associado ao de Nicolau Demidoff, em anúncio à página 19”.<sup>106</sup> Tratava-se da publicidade exposta na primeira edição da revista *Brasil-Oeste* em que Fausto Vieira de Campos e Nicolau Demidoff teriam à disposição sítios, fazendas e terras tituladas para vender e que diz com todas as letras “Requeremos terras devolutas no Estado de Mato Grosso”.<sup>107</sup>

Todos os apontamentos feitos pelos autores acima citados confluem em parte com a descrição preliminar que fiz da *Brasil-Oeste* no decorrer deste trabalho, situando-a em volta dos negócios agropecuários e na divulgação de reportagens sobre Mato Grosso. Contudo, as considerações feitas por Alcir Lenharo foram as que mais me chamaram atenção, pois o historiador indica que havia de fato interesses “extra-jornalísticos” por trás das páginas da revista.

Por essa razão, é necessário se debruçar numa leitura que não entenda o periódico como um mero instrumento de informação, mas também como um veículo capaz de intervir

---

<sup>104</sup> GARDIN, Cleonice, *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí no planejamento regional brasileiro (1951-1972)*, p. 120-121.

<sup>105</sup> LENHARO, Alcir, *A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)*, p. 57.

<sup>106</sup> LENHARO, Alcir, *A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)*, p. 57.

<sup>107</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 1, janeiro de 1956, São Paulo (SP), p. 19.

na vida social, pela manipulação de interesses,<sup>108</sup> todavia, a pergunta a ser feita é: se os interesses extra-jornalísticos existiram, em que medida isso influenciou na direção editorial da revista?

Ao que tudo indica, oficialmente, as decisões desse grupo resumiam-se às vontades dos Campos. Lenharo levantou a hipótese de que a revista foi simplesmente utilizada como um canal para negociações de terras, porém, seria possível reduzir toda a história dessa revista a isso? Não posso afirmar com certeza se responderei tais questões, mas tentarei, por meio dos indícios, encontrar informações que possam me ajudar nesta tarefa.

Conforme já foi demonstrado, os escândalos envolvendo a questão da colonização efetivada pelo governador Fernando Corrêa da Costa foram muito bem “aproveitados” pela gestão que o sucedeu, nesse caso, João Ponce de Arruda.

É válido lembrar que o primeiro número da revista *Brasil-Oeste* foi publicado justamente no mês em que Corrêa da Costa deixava o governo do Estado, e assumia Ponce de Arruda. Pretendo analisar como o tema colonização foi colocado na pauta da revista.

O direcionamento do editorial inaugural da *Brasil-Oeste*, intitulado *Parque Indígena do Xingu* deixava claro o posicionamento oficial da revista, qual seja, contrariedade ao projeto de demarcação da área para a então futura reserva, mostrando um indicativo de que havia uma consonância de interesses junto a uma parte da iniciativa privada da época, sobretudo as colonizadoras de terras, que travavam uma “batalha” em relação ao tema, conforme ressalta Menezes:

A criação do Parque do Xingu resultou de um longo processo de luta entre instituições do Estado brasileiro e setores da sociedade civil, envolvendo o controle territorial e a privatização de terras. A superfície do Parque corresponde a uma parcela da vasta região – a bacia do alto rio Xingu no Estado brasileiro de Mato Grosso – onde se encontrava, já no início do século XX, uma variedade significativa de etnias indígenas localizadas. A partir dos anos 40, foi sendo sistematizado o contato entre setores da sociedade nacional, mais precisamente indigenistas, e os grupos indígenas.<sup>109</sup>

É notório que, no texto do editorial inaugural da *Brasil-Oeste*, alguns trechos evidenciavam que a demarcação do Xingu no Estado de Mato Grosso causaria diversos

---

<sup>108</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Lígia C., *O Bravo Matutino*. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo, p. XIX.

<sup>109</sup> MENEZES, Maria Lucia P., *Parque indígena do Xingu: efeitos no modo de vida urbano e na urbanização no território indígena*, p. 184.



“problemas” para a região, especialmente no plano do desenvolvimento econômico. Segue o primeiro parágrafo desse texto:

Pretende-se, simplesmente, formar um parque indígena no Estado de Mato Grosso, com o *sacrifício de enorme área* do território desse Estado (cerca de 200.000 km<sup>2</sup>), para que nele vivam em paz *algumas tribos*, que o censo aponta terem pouco mais de seis mil membros!<sup>110</sup>

Como ressaltava o texto, a questão da criação do Parque era encarada como perda de território. A reclamação dizia respeito aos 200.000km<sup>2</sup>, que seriam designadas para as tribos indígenas do Xingu. Contudo, a área final do referido espaço no Xingu foi quase dez vezes inferior, quando foi assinado o Decreto nº 50.455 de 14/04/1961, que estipulava o espaço de 22.000 km<sup>2</sup>, provável resultado da pressão exercida por parte dos setores público e privado mato-grossenses, tal como se vê a seguir:

A idéia de criação do Parque tomou forma numa mesa-redonda convocada pela Vice-Presidência da República em 1952, da qual resultou um anteprojeto de um Parque muito maior do que o que veio finalmente a se concretizar. A despeito dos poderes legislativo e executivo do Mato Grosso estarem representados nessa mesa-redonda, inclusive por seu governador, o estado começou a conceder, dentro desse perímetro, terras a companhias colonizadoras. Por isso, quando foi finalmente criado o Parque Nacional do Xingu, pelo Decreto nº 50.455, de 14/04/1961, assinado pelo presidente Jânio Quadros, sua área correspondia a apenas um quarto da superfície inicialmente proposta. O Parque foi regulamentado pelo Decreto nº 51.084, de 31/07/1961; ajustes foram feitos pelos Decretos nº 63.082, de 6/08/1968, e nº 68.909, de 13/07/1971, tendo sido finalmente feita a demarcação de seu perímetro atual em 1978.<sup>111</sup>

Autores como Gislaene Moreno e Alcir Lenharo destacam que diversas foram as denúncias feitas pela imprensa contra o então governador do Estado de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa, em decorrência do boicote feito por ele frente à criação do Parque Indígena do Xingu. Depois de tomar conhecimento da extensão da área que seria destinada à reserva, o chefe do executivo mato-grossense considerou desmesurado o espaço pretendido e se posicionou contrário à demarcação das terras. Para piorar, as acusações vindas da imprensa da época, segundo os autores acima citados, indicavam que o governador simplesmente

---

<sup>110</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, nº 1, janeiro de 1956, São Paulo, São Paulo (SP), p. 1. Os grifos são meus.

<sup>111</sup> Informações obtidas no endereço eletrônico: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xingu/1539>. Acesso em 10/12/2010.

começou a leiloar terras para as empresas colonizadoras a fim de minar o projeto de criação do Xingu.<sup>112</sup>

Abro um parêntese, para dizer, no entanto, que, apesar dos valorosos estudos de Lenharo e Moreno, as fontes utilizadas por ambos foram notícias veiculadas na imprensa da época. Lenharo, inclusive, citou uma matéria escrita por Vicente Bezerra Neto, no jornal *O Progresso*, em que o articulista acusava o governo Fernando Corrêa da Costa de conceder terras ilegalmente no território planejado para a criação do Parque Nacional do Xingu. No entanto, talvez o autor não tenha percebido que Bezerra Neto<sup>113</sup> era um político filiado ao PTB, naquele momento, aliado ao PSD e opositor direto do governo da UDN em Mato Grosso.

Como já pude mencionar diversas vezes no presente trabalho, ao utilizar a imprensa enquanto fonte histórica, o historiador precisa ficar atento aos interesses e paixões existentes por trás das páginas de um periódico, e nunca utilizar aquilo que é veiculado por esse meio de comunicação como verdade absoluta dos fatos, mesmo que tenha certo fundamento. Não pretendo dizer, no entanto, que o governo Fernando Corrêa da Costa não tenha, de alguma forma, tentado bloquear a criação do Parque Indígena do Xingu, porém, a utilização de alguns artigos da imprensa, sem uma análise mais cautelosa da[s] fonte[s], é uma estratégia de pesquisa arriscada, que pode incorrer no risco de reproduzir inconscientemente um discurso carregado de paixões políticas.

De qualquer modo, a defesa dos interesses particulares se fez explicitamente presente na *Brasil-Oeste* no trecho que citarei a seguir. O discurso ali contido demonstra também concordância com os interesses do governo de Mato Grosso da gestão anterior, ou seja, de Fernando Corrêa da Costa em relação à colonização do Estado:

[...] O magno problema não está, por conseguinte, sendo apreciado com a devida profundidade, mas de forma parcial, por isso que a maioria dos aborígenes continuará completamente abandonada.

De outra parte, não estão sendo levados em conta *interesses respeitáveis de particulares* que *possuem* títulos legítimos de *terras* na área que se intenta reservar para os indígenas.

Essa investida *contra o homem civilizado* é simplesmente deplorável e não pode justificar-se com argumentos sentimentais e sem consistência. Ela conduzirá à *falência iniciativas de grande significação para o progresso de Mato Grosso*.

Cumpre, portanto, que os nossos legisladores atuem com a desejada prudência. Em primeiro lugar, devem conformar-se com a proposta já feita pelo Governador de

---

<sup>112</sup> MORENO, Gislaene, *Terra e poder em Mato Grosso*. Política e mecanismos de burla. 1892-1992; LENHARO, Alcir, *A terra para quem nela não trabalha* (a especulação com a terra no oeste brasileiros nos anos 50).

<sup>113</sup> Vicente Bezerra Neto foi duas vezes Deputado Estadual, entre 1951 e 1959 e Senador da República entre 1963 e 1971, pelo Estado de Mato Grosso.

Mato Grosso no sentido de ser reservada para os índios uma área no Estado, mas em proporções bem menores e em ponto onde não haja ainda a configuração de interesses e capitais particulares.

A sugestão que, a êsse respeito, fez o jornalista Fausto Vieira de Campos, em sua obra “Retrato de Mato Grosso”, parece-nos *sensata e digna* de apreciação. De fato, ao invés de investir *contra* os territórios estaduais, mais fácil e mais prático seria o Governo da União formar os parques indígenas nos Territórios Federais. A distribuição desses territórios, no quadro nacional, facilitaria, sem dúvida alguma, uma possível concentração de várias tribos, sem maiores transtornos para as administrações dos Estados e com maiores proveitos para os fins que se têm em vista.<sup>114</sup>

Desse texto, é válido destacar alguns elementos que serão sempre lembrados no decorrer do tempo nas edições da revista. As palavras grifadas em itálico representam muito do que parecia ser importante para o *projeto Brasil-Oeste* em prol de Mato Grosso. Assim, expressões como “sacrifício”, “interesses respeitáveis”, “homem civilizado”, “iniciativas de grande significação para o progresso de Mato Grosso”, são termos que não estavam dispostos por acaso, uma vez que estavam em total consonância com os objetivos propostos pelo *projeto e manifesto-programa* da revista. Em resumo, o autor dizia que a “vasta” extensão de terras direcionadas ao então possível “Parque do Xingu” ia contra os “melhores” interesses para o Estado de Mato Grosso, ou seja, *contra* a iniciativa privada e o progresso da região.

O “homem civilizado” é aquele que se desfaz do passado ligado ao “mato”, aos “aborígenes”, à “selvageria”. Aqueles que buscavam o *progresso* e a *civilidade precisavam* abandonar essa faceta rudimentar e atrasada. Apenas “homens de valor” deviam trabalhar nas terras mato-grossenses. Desse modo, uma iniciativa, tal como a constituição do *Parque Nacional do Xingu*, prejudicaria essa ação.

Esse discurso que enfatiza a questão do *progresso* e da *civilização* é expresso por Norbert Elias, como “a consciência do ocidente sobre si mesmo”, ou seja, “tudo aquilo em que a sociedade ocidental [...] se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas mais primitivas”. Nesse sentido, com a palavra *civilização*, “a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão do mundo, e muito mais”.<sup>115</sup>

Ora, apesar de Norbert Elias enfatizar que “civilização” não significa a mesma coisa para diferentes nações ocidentais<sup>116</sup>, o que me parece essencial na citação acima reside no fato

---

<sup>114</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, nº 1, janeiro de 1956, São Paulo (SP), p. 1. Os grifos são meus.

<sup>115</sup> ELIAS, Norbert, *O processo civilizador: uma história dos costumes*, p. 23. Os grifos são do autor.

<sup>116</sup> É válido lembrar que na introdução do seu clássico estudo *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*, Norbert Elias faz uma análise da gênese do conceito de civilização, demonstrando as diferenças

de que uma determinada sociedade descreve aquilo de que se orgulha, julgando superior aquilo que despreza. No caso em análise, acredito que está bastante claro que não havia orgulho por parte de intelectuais como Fausto Vieira de Campos em ver o Estado de Mato Grosso ser descrito de modo tão “pejorativo”, associado aos indígenas e à característica “selvagem” da região. A criação do Parque Indígena do Xingu representava um retrocesso ao “primitivo”, sobretudo, num momento em que as palavras de ordem eram progresso e desenvolvimento.

Conforme ressalta Lima,

a elite intelectual brasileira se vê como parte do mundo ocidental, e então absorve o valor do ‘universalismo’. Ao mesmo tempo, no entanto, a desigualdade é a característica dominante da relação e resulta em sentimentos como anomalia, estranhamento, ou no senso de ser “desterrados na própria terra”.<sup>117</sup>

Em outras palavras, havia a ideia da existência de “dois Brasis”, que “tenderia a ser vista a partir de uma concepção linear de tempo histórico, geograficamente representada pela concepção de uma parcela de território estagnada, atrasada, e de outra mais suscetível de receber a influência de correntes modernizantes”.<sup>118</sup>

Isso significa dizer que, enquanto Mato Grosso era a “parcela de território estagnada”, tal como todo o interior do Brasil, o litoral seria a “mais suscetível de receber a influência de correntes modernizantes”. Galetti ressalta que esse fenômeno foi comum em toda a América Latina, ou seja, a construção “da figura de um *outro geográfico* dentro de seus próprios países”. Assim, “as representações sobre este *outro geográfico*, projetavam regiões bárbaras e atrasadas, sobre as quais uma outra parte do país, em geral aquela onde os efeitos da modernização capitalista eram mais visíveis e que portanto representavam a sua face ocidentalizada, podia e devia exercer a sua própria missão civilizadora”. Em resumo, parte

---

existentes entre as nações inglesas e francesas, por meio da palavra *Civilization*; e a alemã, por meio da palavra *Kultur*. O autor deixa claro que o conceito alemão “Kultur” não corresponde ao de “Civilization” dos ingleses e franceses. Isso significa dizer que “civilização” não possui o mesmo significado para o Ocidente na sua totalidade. Conforme ressalta Elias, para os ingleses e franceses, “o conceito resume em uma única palavra seu orgulho pela importância de suas nações para o progresso do Ocidente e da humanidade”, englobando tanto os “fatos políticos ou econômicos, como os religiosos ou técnicos, morais ou sociais”. Além disso, o significado de civilização também “inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista”. O conceito “Kultur” “alude basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos”, enquanto que a palavra alemã “Zivilisation” “significa algo de fato útil, mas, apesar disso, apenas um valor de segunda classe, compreendendo apenas a aparência externa de seres humanos, a superfície da existência humana”, p. 23-27.

<sup>117</sup> LIMA, Nísia Trindade, *Um sertão chamado Brasil*, p. 27.

<sup>118</sup> LIMA, Nísia Trindade, *Um sertão chamado Brasil*, p. 27.

dos intelectuais “elaboram representações que nada ficavam a dever, com toda a sua carga de preconceitos, à visão européia sobre seus próprios países”.<sup>119</sup>

Como se nota, no final do editorial *Parque Indígena do Xingu*, há uma referência ao livro *Retrato de Mato Grosso*, em que se destaca o fato de que ali, naquela obra, o jornalista Fausto Vieira de Campos teria dado uma “sensata” e “digna” sugestão, que consistia na ideia de que a melhor resolução para o “problema” do índio seria a construção de parques indígenas em Territórios Federais que, por consequência, causaria “menos transtornos para as administrações dos Estados”.

O trecho referente à sugestão feita por Fausto Vieira de Campos no livro *Retrato de Mato Grosso* pode ser conferido logo abaixo:

[a] solução que parece aconselhável [...] seria a formação de parques nacionais indígenas nos territórios federais. Não se verificariam violências à autonomia dos Estados, não se lesariam interesses particulares que estão presentemente amparados por disposições de lei estadual, e haveria, ademais, facilidade no agrupamento das diversas tribos esparsas pelo país.<sup>120</sup>

Percebe-se que na visão de Fausto Vieira de Campos, o “problema” indígena era de inteira responsabilidade do governo federal, e os Parques Nacionais deviam ficar isolados em áreas federais, assim sendo, as diversas tribos indígenas precisavam ser remanejadas para essas localidades com o propósito de deixar “livres” as áreas estaduais para a ocupação “não índia” por meio da colonização particular de terras.

Na edição nº 53, de outubro de 1960, um artigo de indignação foi publicado na revista em que se debatiam diversos problemas ligados ao Estado de Mato Grosso, dentre eles, a questão do Parque Indígena do Xingu. Trata-se do texto escrito por Sízínio Leite da Rocha, intitulado *Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso*. No primeiro parágrafo já se percebe a mágoa do autor em relação à falta de políticas públicas para o Estado de Mato Grosso:

O Grande Estado de Mato Grosso seria hoje um celeiro do Brasil, se não fôsse, como tem sido, torpedeado em seu desenvolvimento econômico, ora pelo descaso dos responsáveis, ora por medidas proibitivas de qualquer melhoramento. Mato Grosso é o “enteado” do Brasil. [...] Deve Mato Grosso ser colonizado sem o “Parque Indígena do Xingu”, de 200.000km<sup>2</sup>, que pretendem arrancar a Mato Grosso.<sup>121</sup>

<sup>119</sup> GALETTI, Lylia S. G., *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*, p. 22.

<sup>120</sup> CAMPOS, Fausto Vieira de., *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 103.

<sup>121</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 53, outubro de 1960, São Paulo (SP), p. 20-22.

Refiro-me a dois textos escritos em momentos distintos. No primeiro deles, trata-se do editorial inaugural de 1956, que define o posicionamento oficial do mensário. Já o segundo texto refere-se a um artigo escrito em 1960, por um articulista que não fazia parte da direção da revista. Mesmo assim, o teor do discurso é o mesmo: Mato Grosso só era lembrado quando prejudicado e a criação do Parque do Xingu era uma dessas situações. Nota-se, mais uma vez, que a palavra colonização também é mencionada por Sizínio Leite da Rocha quando destacava que “Mato Grosso deve ser colonizado sem o Parque Indígena do Xingu”.

Entretanto, apesar do impactante editorial inaugural, nas edições posteriores da revista, pouco se falou sobre o Parque Indígena do Xingu. No total, pude encontrar apenas outras quatro vezes esse tema em análise. Em três delas, o tom de crítica continuou intenso, incluindo aí o artigo de Sizínio Leite da Rocha. Apenas uma vez a reportagem foi meramente informativa, sendo publicada no mês de maio de 1961, logo após o decreto que regulamentava a criação do Parque.<sup>122</sup>

Quatro anos de diferença entre os textos e percebe-se que o estigma do abandono e a colonização como ideal de progresso e desenvolvimento são mencionados em ambos os momentos. Esse foi o teor dos artigos e reportagens que se seguiram nos primeiros anos de circulação da revista.

Percebe-se, além disso, um discurso de negação às políticas públicas em favor dos indígenas, especialmente por se tratar de questões relacionadas à terra. Em resumo, tudo que fosse um empecilho ao *desenvolvimento* e à *colonização* devia ser combatido. Povoar os espaços “vazios” era condição *sine qua non* para que o progresso alcançasse o oeste do Brasil. Como já ressaltai, esse anseio pela colonização do Estado de Mato Grosso não era uma “exclusividade” da *Brasil-Oeste*, pois havia uma intensa movimentação política favorável a essa modalidade de povoamento e ocupação das terras. No entanto, é bom lembrar que boa parte dos anunciantes da revista era do setor de colonização. Pensando nisso, esse fator merece ser aqui ligeiramente mencionado, ou seja, os interesses econômicos privados e suas possíveis articulações com a *Brasil-Oeste*.

Nos primeiros cinco anos de circulação da revista, uma parcela razoável dos anúncios publicitários da *Brasil-Oeste* vinha do setor de colonização e vendas de terras,

---

<sup>122</sup> Vale a pena salientar que falo especificamente sobre o Parque Indígena do Xingu, uma vez que outros textos (poucos, diga-se de passagem) sobre “questões indígenas” foram veiculados na revista. Ao todo, entre artigos e pequenas notas foram cinco textos abordando o tema, no total de 123 edições da revista. É notório que a abordagem em relação ao tema ficava circunscrita, na maioria das vezes, a falar sobre as ações religiosas nas aldeias de Mato Grosso e o processo de “civilização” das tribos indígenas.

fossem esses anunciantes colonizadoras propriamente ditas, ou imobiliárias que vendiam glebas e lotes dessas empresas. Entre esse período mencionado, a propaganda desse setor representou o equivalente a 12,7% dos anúncios publicados na revista. Se for colocado em apreciação apenas o período que vai até o ano de 1959 (retirando o início da década de 1960 da análise), esse número aumenta para 16%.

Logo abaixo, através do Quadro 8, listo as três firmas colonizadoras que mais anunciaram no decorrer da história da *Brasil-Oeste*, sendo que as duas primeiras estiveram entre as seis empresas que mais fizeram publicidade em toda a coleção da revista, dentre todos os anunciantes:

**QUADRO 8**  
**Colonizadoras e imobiliárias que mais anunciaram na *Brasil-Oeste***

<b>Empresa</b>	<b>Número de anúncios</b>
Colonizadora Norte Mato Grosso Ltda.	43
Departamento Imobiliário do Oeste Brasileiro	41
Cecil M. P. Cross Ltda.	22

Conforme mencionei no início do capítulo, o historiador Alcir Lenharo afirmava que Fausto Vieira de Campos estaria envolvido com negociatas de terras e que sua revista seria apenas um *canal* para comercializá-las. O referido autor cita uma propaganda veiculada na primeira edição em que constatava que o diretor-proprietário da revista estava comercializando terras com um empresário chamado de Nicolau Demidoff.

De fato existe uma propaganda indicando que Fausto Vieira de Campos estaria vendendo terras em sociedade com Demidoff, no entanto, essa foi a única vez em que aparece o nome desse empresário associado ao do diretor da *Brasil-Oeste*.<sup>123</sup> Em outras ocasiões, é certo que os Campos anunciaram vendas de glebas de terras em Mato Grosso, no entanto, figuravam nesses anúncios apenas os nomes de Fausto e seu filho, e isso ocorreu somente em quatro oportunidades, que correspondem às seguintes edições: um anúncio no n° 02, fevereiro de 1956; dois anúncios no n° 24, abril de 1958 e o último deles na edição n° 26, em junho de 1958.

Lenharo dizia que no anúncio em que Fausto Vieira de Campos e Nicolau Demidoff vendiam terras, o endereço contido nessa publicidade era o mesmo da revista. Igualmente indicava o autor que o *Departamento Imobiliário do Oeste Brasileiro* (sexto maior anunciante

<sup>123</sup> Não consegui obter nenhuma informação sobre Nicolau Demidoff.

da coleção da revista, em número de anúncios) também tinha sua sede no mesmo endereço da *Brasil-Oeste*.<sup>124</sup> De fato, tudo isso pode ser confirmado, tendo em vista que, tanto o periódico como a empresa imobiliária estavam situados na “Praça da Sé, 184, 4º andar, cj. 401, São Paulo-SP”.<sup>125</sup>

O que é intrigante, no entanto, reside no fato de que o escritório da *Brasil-Oeste Editôra Ltda.* mudou de endereço quando publicou a vigésima oitava edição da revista, no mês de agosto de 1958. Coincidentemente, o *Departamento Imobiliário do Oeste Brasileiro* fez seu último anúncio publicitário no referido mensário no mês subsequente, em setembro de 1958, edição nº 29. Após essa data, não será possível encontrar publicidade dessa empresa em nenhuma outra edição.

Outra firma dominou os anúncios de comercialização de terras na revista a partir de então, trata-se da COTEMA S.A., concessionária de terras vinculada à *Colonizadora Norte Mato Grosso Ltda.* Essa empresa foi a quinta maior anunciante (em números de anúncios) na *Brasil-Oeste*.<sup>126</sup> Mais uma vez, existia ali uma peculiaridade entre a revista e a colonizadora, o novo endereço da *Brasil-Oeste* era igual ao da COTEMA S.A., e mais, atendiam pelo mesmo número de telefone. Nesse caso, “Praça da República, 386, 3º andar, Conj. 33, Fone: 35 – 0431”.<sup>127</sup> É importante ressaltar que na alteração contratual da *Brasil-Oeste Editôra Ltda.*, feita no ano de 1964, uma das testemunhas que assinaram o referido documento foi Grace Amaral Almeida que, por sua vez, figurava como sócia da *Colonizadora Norte de Mato Grosso Ltda.*,<sup>128</sup> o que indica que havia afinidades entre os proprietários da editora e da empresa de comercialização de terras, provavelmente frutos de uma possível amizade que transcendia os negócios profissionais entre as partes.

Conforme pude demonstrar no capítulo anterior, Fausto M. G. V. de Campos ressaltava que, tal como aconteceu com Alberto Leme, aqueles que estavam ligados ao *métier* que envolvia a comercialização de terras foram desligados da revista, no entanto, houve pelo menos um caso em que isso não ocorreu. Trata-se do colaborador, correspondente e

---

<sup>124</sup> LENHARO, Alcir, A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50), p. 57.

<sup>125</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, nº 01, janeiro de 1956, São Paulo (SP).

<sup>126</sup> Alcir Lenharo cita reportagem feita por Dylton Motta, no jornal *O Estado de Mato Grosso*, informando que a *Colonizadora Norte Mato Grosso Ltda.* alcançara, na gestão de Fernando Corrêa da Costa, uma área correspondente a 3.600.000 hectares. LENHARO, Alcir, A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50), p. 55.

<sup>127</sup> Diversas edições entre os números 28 (agosto de 1958) e 100 (dezembro de 1964).

<sup>128</sup> Certidão Simplificada de Colonizadora Norte Mato Grosso Ltda., Junta Comercial do Estado de Mato Grosso.



anunciante Eugenio Meyer. No primeiro capítulo, fiz um breve apontamento sobre Meyer. Ele era um empresário ligado à compra e vendas de terras em Mato Grosso. No entanto, ficou por muito tempo colaborando para a revista.

Eugênio Meyer era casado com Dirce Maria da Costa Meyer, sobrinha de Fernando Corrêa da Costa. Nesse sentido, esse pode ser um indicativo de que a relação de parentesco com o então governador de Mato Grosso tenha tido alguma influência na permanência de Meyer como colaborador, correspondente e anunciante na revista. Esse caso e aqueles envolvendo a *Colonizadora Norte Mato Grosso Ltda.* e o *Departamento Imobiliário do Oeste Brasileiro* são indicadores de que a objetividade jornalística frente aos fatores externos, tais como os econômicos, pode não ter sido tão rigorosa, tal como pressupunham os discursos defendidos pelos diretores da revista *Brasil-Oeste*.

Após o período que compreende especialmente os anos de 1956 e 1960, a quantidade de anunciantes desse setor caiu consideravelmente, porém, a *Colonizadora Norte Mato Grosso Ltda.* continuou a fazer publicidade na revista até o ano de 1965. Acredito que dentre diversos fatores, um aspecto que pode explicar o “desaparecimento” das empresas colonizadoras e imobiliárias dos anúncios feitos na *Brasil-Oeste* (a partir do ano de 1965, nenhuma publicidade desse tipo de empreendimento foi veiculado pela revista), reside no fato de que, naquele ano, assumia o governo estadual Pedro Pedrossian (PTB), e conforme ressalta Fausto Vieira de Campos, na terceira edição de *Retrato de Mato Grosso*, “o Departamento de Terras e Colonização foi fechado [definitivamente] a fim de não haver mais venda ou concessão de terras devolutas para colonização por intermédio de iniciativa particular”.<sup>129</sup>

Essas relações complexas entre a revista e as colonizadoras enfraquecem o discurso da objetividade jornalística tão fortemente defendido pelos diretores da *Brasil-Oeste*, no entanto, amparado nas análises de Luiz Beltrão e José Marques de Melo, já referenciados no presente capítulo, dificilmente um periódico impresso fica isento de sofrer influências externas no processo de redação de um editorial.

Ficam, então, as perguntas: e as influências políticas? Elas se fizeram presentes? De que maneira a política de colonização de terras implantada pelo governo mato-grossense pode ter influenciado na construção dos artigos e editoriais da revista *Brasil-Oeste*?

Início esse debate com o editorial da segunda edição, quando assumia o mandato o governador João Ponce de Arruda (PSD). O segundo editorial da revista *Brasil-Oeste* foi

---

<sup>129</sup> CAMPOS, Fausto Vieira de, *Retrato de Mato Grosso*, 1969, p. 56.

dedicado especialmente para comentar a posse do novo governador estadual. Sob o título de *Novo Govêrno de Mato Grosso*, o texto iniciava da seguinte maneira:

O Dr. João Ponce de Arruda assume o Govêrno de Mato Grosso em condições *excepcionalmente favoráveis* [...] Fora das fronteiras, vê o seu Estado *melhor compreendido e mais respeitado*, mercê da *conduta correta que pautou a administração anterior*, fazendo-se cumprir os compromissos assumidos pelo Govêrno.<sup>130</sup>

Esse primeiro trecho do editorial deixa claro que, na visão do editorialista, a vitória de João Ponce de Arruda significava que ele tinha em suas mãos grande responsabilidade, sobretudo porque o Estado de Mato Grosso encontrava-se em “condições excepcionalmente favoráveis”, deixadas pelo governador Fernando Corrêa da Costa (UDN), rival político de Arruda (PSD).<sup>131</sup>

A postura da revista em relação ao novo governo evidencia-se no decorrer do editorial e fica tensionada entre a “pressão” e o “aconselhamento” ao recém-eleito governador, a qual pode ser percebida em trechos como este: “é natural a exacerbação de ânimos gerada na campanha eleitoral de Outubro de 1955 [...] o Dr. João Ponce de Arruda, *assume, portanto, grave responsabilidade* como o mais alto magistrado de Mato Grosso. *Caberá a S. Excia. a tarefa gigantesca* de proporcionar a seus concidadãos o bem-estar e a prosperidade”.<sup>132</sup>

Nota-se que há uma evidente tentativa de exercer pressão sobre o novo governo para que continuasse a trilhar os caminhos *abertos* por Fernando Corrêa da Costa. Será nos dois parágrafos finais desse editorial de “boas-vindas” ao governador João Ponce de Arruda que fica nítida a tentativa de pautar as políticas públicas daquele mandato que se iniciava, sobretudo, em relação àquilo que era entendido como carro-chefe para o desenvolvimento da região: colonização e terras. Diz o texto:

[...] S. Excia. tem diante de si *vasto plano* de colonização *em pleno* desenvolvimento e *deverá definir* a êsse respeito a política que *melhor atenda* aos imperativos de Mato Grosso. É de crer-se *que agirá* com a devida prudência, neste particular, pois que não poderá prescindir o Estado da *cooperação* das emprêsas de colonização para um maior *aceleramento do progresso*.

<sup>130</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 02, fevereiro de 1956, São Paulo (SP), p. 1. Os grifos são meus.

<sup>131</sup> Sobre o tema, ver: NEVES, Maria Manuela R. de Novis. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral* (caso de Mato Grosso). Rio de Janeiro: Ed. Vértice, 1988.

<sup>132</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 02, fevereiro de 1956, São Paulo (SP), p. 1. Os grifos são meus.

[...] As inovações, muitas vezes ditadas por motivos egoístas ou partidários, são geralmente fatais para os Estados que dispõem de recursos bastante limitados para a realização de obras de grande envergadura.<sup>133</sup>

É perceptível que havia uma preocupação especial em relação às questões de colonização e terras que, na concepção do editorialista, progrediram no governo Fernando Corrêa da Costa. Esse editorial tentava pautar as tarefas e medidas que deviam ser tomadas pelos novos governantes, para que o interesse público (mato-grossense) fosse atendido. Assim, a *Brasil-Oeste* antecipava-se e pretendia dirigir as atividades do aparelho estatal para que as consequências das atitudes governamentais fossem favoráveis a Mato Grosso.

Contudo, vejo uma situação intrigante no que diz respeito ao comportamento da *Brasil-Oeste* em relação ao governo de João Ponce de Arruda. Durante boa parte do mandato desse governador mato-grossense, as críticas em relação ao seu governo estiveram muito presentes nos textos da revista. A maior parte das opiniões emitidas (veladamente ou explicitamente) nos artigos e reportagens era desfavorável ao governo de Arruda, e mais; em nenhum dos textos analisados encontrei menções elogiosas em relação às políticas públicas do então chefe do executivo mato-grossense.

O que pode justificar esse posicionamento? Qual era a política de governo de João Ponce de Arruda que pode explicar as críticas que ele recebeu da revista *Brasil-Oeste*?

Conforme mencionado há pouco, na análise do editorial *Novo Govêrno de Mato Grosso*, a posição do redator era de cautela em relação ao recém-chegado governante do Estado. Como também foi possível notar, João Ponce de Arruda não foi nem um pouco cortês com seu antecessor nas *Mensagens Governamentais* que eram pronunciadas na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. A primeira delas, de junho de 1956, teve uma especial apreciação feita no artigo, *Um Documento Desalentador*, escrito por alguém com o pseudônimo *De um observador econômico* e publicado na revista *Brasil-Oeste*. Nesse texto, foi feita uma severa crítica à mensagem do governador, considerada, na sua totalidade, “um documento vazio de conteúdo”.

A crítica que se fez residia no fato de que João Ponce não havia apresentado um programa de governo embasado e sólido, sob o ponto de vista do articulista, que constrói seus argumentos, fazendo uma relação entre o novo governante e o seu predecessor, que, por sua vez, quando citado, foi elogiado sobremaneira:

---

<sup>133</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 02, fevereiro de 1956, São Paulo (SP), p. 1. Os grifos são meus.

A leitura da Mensagem do Governador João Ponce de Arruda, dirigida à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, deixa, a quem a conclui, a impressão de um documento vazio de conteúdo [...]

Sucedendo em 31 de Janeiro passado a um Govêrno – do Sr. Fernando Correia da Costa – *tido como o mais construtivo* que houve em Mato Grosso e que deixou em tão edificante situação financeira e econômica o Estado, cuja renda fêz triplicar em cinco anos, sem aumento nos impostos, era de esperar-se que o Sr. João Ponce de Arruda trouxesse, na sua primeira fala à Assembléia, o programa de sua ação governamental, capaz de sobrepor-se à obra administrativa de seu antecessor e de atrair a atenção do país para o portentoso Estado. [...]

A sua orientação, refletida na primeira Mensagem aos representantes do povo não abona a objetividade do engenheiro, que é S. Excia.: não revela o administrador experimentado em várias funções, que se aguardava, e nem o estadista que a hora atual reclama para Mato Grosso, o que é desalentador.<sup>134</sup>

O que se pode abstrair desse texto é que não foi colocado em pauta nenhum dos problemas de ingerência na questão dos contratos de terras, envolvendo a administração anterior e tampouco, foi feita menção às críticas apontadas pelo governador João Ponce de Arruda ao seu antecessor. Muito pelo contrário, o articulista só fez elogios ao governador Fernando Corrêa da Costa, que deixou “edificante situação financeira e econômica o Estado”. Esse artigo foi publicado no quinto número da *Brasil-Oeste*, do mês de setembro de 1956 e é um indicativo de como se posicionavam os articulistas do periódico em relação ao novo governante.

Um ano antes, na primeira edição de *Retrato de Mato Grosso*, Fausto Vieira de Campos dedicou um capítulo especial para debater sobre a colonização no Estado e, tal como o articulista da *Brasil-Oeste*, fez elogios ao então governador Fernando Corrêa da Costa. O autor dedicou algumas páginas para mostrar uma porção de dados que evidenciavam os avanços conquistados pelo modelo de gestão dos negócios, envolvendo as terras de Mato Grosso naquela gestão administrativa. Iniciava o capítulo dissertando sobre a legalidade daquele plano governamental que visava “ampliar o território civilizado”, criando assim “a oportunidade que possibilita ao homem a concretização de um desejo justo de progresso e de bem-estar”. Ressaltou ainda a questão da segurança que o Estado tinha na elaboração desses contratos, uma vez que as empresas deviam cumprir com “condições específicas” e oferecer “garantias, que se estendem desde o rígido respeito das disposições de leis federais e estaduais, até o requisito básico da capacidade financeira”.<sup>135</sup>

Ao que tudo indica, a maioria desses contratos demonstrava que houve irregularidades e garantias não cumpridas. Contudo, Fausto Vieira de Campos evidenciava

---

<sup>134</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 05, setembro de 1956, São Paulo (SP), p. 12.

<sup>135</sup> CAMPOS, Fausto Vieira de, *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 94.

muito otimismo, pois sob seu ponto de vista, a colonização particular, se fosse feita dentro das normas, era o melhor caminho para fazer progredir o Estado de Mato Grosso, por duas razões principais. Nas palavras do autor:

A venda de terras devolutas, além de forçar a receita do Estado, favoreceu perspectivas melhores para Mato Grosso, em virtude do afluxo de colonos para as novas áreas. [...] A política de terras do Governador Fernando Corrêa da Costa é a que melhor atende aos interesses de Mato Grosso.<sup>136</sup>

Campos continua argumentando em favor de suas ideias, mostrando elementos que confirmavam sua tese de que a colonização por meio de particulares era o melhor caminho, uma vez que, apesar de toda a imensidão e riqueza do território mato-grossense, “cinco vezes maior do que a área total do Estado de São Paulo” existia, no ano de 1953, “apenas 558.000 habitantes”. Ainda em comparação com os paulistas, ressaltava que “nêsse mesmo ano de 1953 a população do Estado de São Paulo era estimada em 9.837.000 habitantes”.<sup>137</sup> É importante frisar, mais uma vez, que o lugar ideal de desenvolvimento para o jornalista era também o Estado de São Paulo, assim como para os governantes de Mato Grosso.

Na reedição de *Retrato de Mato Grosso* (1960), Fausto Vieira de Campos foi obrigado a acrescentar e comentar os escândalos, envolvendo a gestão do então ex-governador Fernando Corrêa da Costa, acusado por parte da imprensa e pelo seu sucessor, João Ponce de Arruda. Contudo, o autor não dedicou muito espaço para o tema. Resumiu seus comentários apenas para descrever esses acontecimentos. Dizia ele sobre os contratos com as colonizadoras de terras: “A legitimidade daqueles contratos de colonização foi contestada por dirigentes do PSD-MT, originando-se demanda, que culminou com o reconhecimento pelo Congresso Nacional de uma situação *sub-judice*”.<sup>138</sup>

O autor cita a Mensagem Governamental de junho de 1959, quando João Ponce de Arruda tornava público o julgamento feito pelo Senado e as medidas que seriam tomadas, e que já citei no presente capítulo, ou seja, que de todas as 22 empresas particulares envolvidas naquele escândalo, apenas cinco delas cumpriram parte dos contratos e houve uma renegociação entre elas e o Estado.

Fausto Vieira de Campos emitiu sua opinião, demonstrando insatisfação com as atitudes do novo governador. Dizia ele:

---

<sup>136</sup> CAMPOS, Fausto Vieira de, *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 96-97.

<sup>137</sup> CAMPOS, Fausto Vieira de, *Retrato de Mato Grosso*, 1955, p. 97.

<sup>138</sup> CAMPOS, Fausto Vieira de, *Retrato de Mato Grosso*, 1960, p. 194. Os grifos são do original.

As declarações do Governador Ponce de Arruda expressam, de maneira iniludível, recuo do Govêrno de Mato Grosso, que abandona formalmente o plano de colonização desenvolvido na administração do Governador Fernando Corrêa da Costa, para forçar a venda das terras comprometidas por contratos.

Se os interesses do Estado coincidem com os interesses do povo, é de ver-se que os contratos de colonização somente beneficiavam ao Estado de Mato Grosso, pois visavam a promover o progresso em áreas despovoadas e improdutivas e evitavam que elas fôsem vendidas, pura e simplesmente, aos que não assumiam outras obrigações, além de fazer medir e demarcar as terras.

As emprêsas que estão operando nesse domínio fazem-no com o próprio esforço e com os próprios riscos.<sup>139</sup>

No trecho citado, nota-se que, mesmo após os escândalos, envolvendo o governo de Fernando Corrêa da Costa, Fausto Vieira de Campos ainda considerava aquele modelo como ideal para a colonização do Estado. O autor achava que as companhias ficariam demasiadamente prejudicadas com a nova modalidade implantada por João Ponce de Arruda, pois afastaria novos investidores, uma vez que as terras pertinentes aos contratos não cumpridos daquelas empresas deviam ser adquiridas somente mediante a compra direta por parte das colonizadoras, sem a intervenção do Estado no processo de colonização.

Anos antes, em 1956, na sexta edição da *Brasil-Oeste*, um artigo foi escrito sob o título *Desestímulo à Colonização no Estado de Mato Grosso*. Nesse texto, assinado somente pelas iniciais “A.M.T”, comentava-se uma entrevista dada por João Ponce de Arruda ao jornal *Folha da Manhã*,<sup>140</sup> de São Paulo, em que o governador dizia que havia a necessidade de se distinguir os bons e maus colonizadores de terras em Mato Grosso e, por essa razão, diversas concessões estavam em investigação, em decorrência das irregularidades da administração anterior. Assim, o autor do artigo da *Brasil-Oeste* não poupou as críticas, dizia ele que Arruda estaria “sustentando atitude dúbia com respeito às emprêsas colonizadoras, criando em torno delas um ambiente de prevenção que não se justifica[va] de maneira alguma”,<sup>141</sup> ou seja, colocando as concessões de terras sob investigação, o novo governador estaria, na visão do articulista, afugentando novos investidores, receosos e temerosos com essa decisão.

Contudo, o trecho mais emblemático desse texto inicia-se sob o seguinte questionamento: “Concessão ou Contrato?”. Dizia ele, na tentativa de defender a administração anterior que

---

<sup>139</sup> CAMPOS, Fausto Vieira de, *Retrato de Mato Grosso*, 1960, p. 194.

<sup>140</sup> Jornal *Folha da Manhã*, quinta-feira, 13 de setembro de 1956, São Paulo (SP). Banco de Dados Folha: <http://bd.folha.uol.com.br/>. Acesso em 24/03/2011.

<sup>141</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 06, outubro de 1956, São Paulo (SP), p. 23.

Fernando Corrêa da Costa não fez nenhuma concessão de terras com áreas superiores a 10.000 hectares, mas, tão somente, firmou contratos com diversas companhias visando à colonização de glebas de terras no Norte do Estado, os quais acautelam os interesses de Mato Grosso, pois que as empresas atuavam como meros agentes do Estado e venderiam lotes (com áreas nunca superior a 2.000 hectares a uma mesma pessoa) depois de aprovados os preços pelo próprio Estado.<sup>142</sup>

Continua o autor ressaltando que se houvesse qualquer tipo de irregularidade, o que tinha de ser feito era “exigir das companhias o cumprimento das cláusulas contratuais e aplicar-lhes, no caso de inobservância das mesmas, no prazo estipulado, as sanções cabíveis”.<sup>143</sup>

O que merece ser destacado é a tentativa do autor em defender, com toda paixão, o processo de colonização do governo Fernando Corrêa da Costa. Conforme já pude mencionar no presente capítulo, tudo indica que de fato não se tratava de vendas diretas para as colonizadoras com áreas superiores aos 10.000 hectares, o que significa dizer que há certa pertinência nos argumentos levantados por ele. No entanto, o que realmente pretendo mostrar, é o grau de subjetividade desse texto, inegavelmente preocupado com os rumos que foram tomados durante a gestão de Ponce de Arruda, que estaria fazendo ruir todo o processo de desenvolvimento supostamente alcançado nos últimos cinco anos na gestão de Corrêa da Costa.

O articulista continua dizendo que o governador João Ponce de Arruda conseguiu fazer foi “confundir o povo e dar-lhe a falsa impressão de que o então Governador do Estado estava infringindo os dispositivos constitucionais com a celebração de contratos de colonização”. Se não bastasse isso, prossegue, dizendo: “é claro que, agora, depois de haver sido a questão apresentada na Câmara Alta, *de forma tão inquinada de vícios*, nada poderá fazer o Govêrno de Mato Grosso, sem o pronunciamento daquela Casa do Legislativo”.<sup>144</sup> Vale lembrar que, naquela ocasião, ainda se esperava pela decisão final do Senado Federal.

Para finalizar, A.M.T dizia que, em decorrência dessa atitude do PSD, representado “particularmente” pelo “Senador Filinto Müller<sup>145</sup> e o Governador João Ponce de Arruda”, havia sido criado no Estado de Mato Grosso “uma situação deveras lamentável [...] aventando dúvidas sobre os negócios de terras que estão fazendo as empresas colonizadoras”. Conclui o

---

<sup>142</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 06, outubro de 1956, São Paulo (SP), p. 23.

<sup>143</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 06, outubro de 1956, São Paulo (SP), p. 23.

<sup>144</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 06, outubro de 1956, São Paulo (SP), p. 23. Os grifos são meus.

<sup>145</sup> Filinto Müller foi um influente político do Estado de Mato Grosso desde o período do Estado Novo. Foi Senador em 1947-1951 e 1955-1973. Para maiores detalhes, ver: ABREU, Alzira Alves de. (et. al.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, 1ª edição, Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC, 1984, pp. 2342-2346..

autor que, o pior “é que essas dúvidas têm reflexos perniciosos em todos os negócios de terras, o que está criando desconfianças e incertezas com respeito às transações dêsse gênero em Mato Grosso”.<sup>146</sup>

Os problemas, envolvendo a investigação sobre o processo de colonização de terras e as críticas que foram feitas pela revista, se estendiam a outras esferas da administração de João Ponce de Arruda. Em artigo publicado no mês de outubro de 1958, sob o título *Ausência do Govêrno de Mato Grosso*, foram colocadas em pauta as razões que *afastavam* o direcionamento editorial da *Brasil-Oeste* (e aquilo que eles acreditavam ser o ideal para desenvolvimento para o Estado) daquela gestão estadual. Não há assinatura no artigo, mas o articulista falava em nome da revista, o que significa dizer que é muito provável que tenha sido escrito por Fausto Vieira de Campos. Inicia-o dizendo:

Amigos e leitores escrevem-nos, com freqüência, comentando a *ausência do Govêrno de Mato Grosso na cruzada que estamos sustentando*. Devemo-lhes, portanto, uma explicação.<sup>147</sup>

Quando o autor se refere à “ausência do Govêrno” na “cruzada” empreendida pela revista, isso significa dizer que os ideais de cada uma dessas esferas estavam em caminhos distintos, ou até mesmo, opostos.

Ao que me parece, as constantes críticas feitas ao governador João Ponce de Arruda renderam acusações contra a revista *Brasil-Oeste*, pois observa-se que, nesse artigo, o articulista fez de tudo para se defender de possíveis ataques, que me parece terem sido feitos por partidários do PSD ou até mesmo por leitores “comuns”, que pediam respostas, uma vez que era inegável a inclinação favorável às políticas adotadas por Fernando Corrêa da Costa, da UDN.

Continua ele ressaltando o projeto da revista, assentado “em bases próprias, ou seja, no apôio do Comércio e da Indústria, que se utilizam dos bons veículos de propaganda para fazer a cobertura de seus produtos. Estamos situados, portanto, no lugar certo, como órgão de *Imprensa livre*”.<sup>148</sup> Nota-se que há uma notável tentativa de responder a qualquer tipo de acusação que insinuasse que a revista recebia ajuda financeira de segmentos políticos oposicionistas ao governador João Ponce de Arruda.

---

<sup>146</sup> Revista *Brasil-Oeste*, Ano I, nº 06, Outubro de 1956, *Desestímulo à Colonização no Estado de Mato Grosso*, São Paulo (SP), p. 23.

<sup>147</sup> Revista *Brasil-Oeste*, Ano II, nº 18, Outubro de 1957, *Ausência do Govêrno de Mato Grosso*, São Paulo (SP), p. 32. Os grifos são meus.

<sup>148</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano II, nº 18, outubro de 1957, São Paulo (SP), p. 32. Os grifos são meus.



É o discurso da objetividade jornalística. Apesar de parecer que de fato havia afinidades com o então ex-governador Fernando Corrêa da Costa em oposição ao governo Ponce de Arruda, os responsáveis pelo periódico faziam questão de frisar a sua independência frente a grupos políticos ou econômicos. Continua o autor: “não sofremos pressão de frações político-partidárias, nem ingerência de grupos econômicos [...] A política que sustentamos [...] situa-se num plano  *muito alto*  e, por isso mesmo,  *só é realizável por homens capazes e independentes* ”.<sup>149</sup>

O maior problema contido nessas afirmações reside no fato de que alguns artigos (quando assinados) que criticavam o governador João Ponce de Arruda vinham de partidários de Fernando Corrêa da Costa, como foi o caso de Demóstenes Martins que, em algumas ocasiões, utilizou o espaço da revista para expor seu posicionamento de defesa do governo anterior e de ataque ao seu sucessor.

Vale a pena lembrar o fato de que Fausto Vieira de Campos se tornou assessor de imprensa de Fernando Corrêa da Costa com indicação feita por Demóstenes Martins (Secretário de Agricultura Estadual da época). Antes disso, contudo, o então correspondente da *Folha da Manhã* em Mato Grosso teve fortes laços de amizade com Dormevil Faria, outro mato-grossense que fez carreira política pela UDN, o que sugere que foi por meio deste último que Fausto iniciou seu contato com Martins.

Mais um importante colaborador da *Brasil-Oeste* também teve participação crucial no governo da UDN. Tratava-se do engenheiro agrônomo José Bardauil, que foi designado pelo então governador, no ano de 1951, para reorganizar o Departamento de Terras e Colonização. Fernando Corrêa da Costa disse naquela ocasião que tal indicação foi feita “a fim de serem atendidos satisfatoriamente pela administração os problemas de terras, colonização e cooperativismo”.<sup>150</sup> Entenda-se como “problemas”, a “má administração” do governo anterior (de Arnaldo Estevão de Figueiredo) em relação aos negócios envolvendo as terras de Mato Grosso.

Diversos foram os colaboradores da revista *Brasil-Oeste* que estavam associados à base do governo de Fernando Corrêa da Costa, tal como o caso de Dolor de Andrade, Paulo Jorge Simões Corrêa, Wilson Barbosa Martins, Yttrio Corrêa da Costa, René Barbour, **Lenine** de Campos **Povoas** e Edson Brito Garcia.

---

<sup>149</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano II, nº 18, outubro de 1957, São Paulo (SP), p. 32. Os grifos são meus.

<sup>150</sup> Mensagens Governamentais do Governador Fernando Corrêa da Costa, 1952, p. 41.

Essas evidências provocaram especulações na época em que a revista circulou, uma vez que foi acusada de “ser” *udenista*. Como mostrei há pouco, foi preciso Fausto Vieira de Campos escrever um texto, mostrando que estava alheio às “pressões partidárias”. O texto em que o diretor da *Brasil-Oeste* dá explicações perante o seu leitor sobre essas pressões foi publicado na edição nº 18. Porém, anos mais tarde, no número 49, ou seja, já no final do mandato de João Ponce de Arruda, outra vez o diretor tentou se justificar e negar qualquer inclinação política por parte do projeto em que estava empenhado.

Esse pronunciamento aconteceu na oportunidade em que a revista *Brasil-Oeste* foi homenageada pela Câmara Municipal de Campo Grande, no mês de maio de 1960, quando Fausto Vieira de Campos foi ao Estado de Mato Grosso para cobrir uma feira agropecuária. Naquela ocasião, os líderes dos três partidos que se faziam representados naquele município (PSD, PTB e UDN) manifestaram o apoio ao empreendimento jornalístico capitaneado por Campos. Aproveitando-se disso, o diretor da *Brasil-Oeste* fez um discurso, reproduzido em partes na edição de junho de 1960, que dizia o seguinte:

A revista BRASIL-OESTE tem um programa definido. Acontece, porém, que a UDN fôra o primeiro agrupamento partidário que apoiou êsse programa, prestigiando a revista sem fazer-lhe a menor solicitação de reciprocidade. Os demais partidos políticos retardaram êsse apôio. Disso resultou o falso conceito de que a BRASIL-OESTE é uma “revista udenista...”. [Fausto] Esclareceu que todos os partidos foram convidados a manter na BRASIL-OESTE uma tribuna livre, apenas condicionados ao estrito respeito da Lei de Imprensa. A UDN e o PSD aceitaram o oferecimento e o PSP e o PTB estavam cientificados. Com essa decisão, a BRASIL-OESTE visa a forçar o intercâmbio das idéias, a congregar eleitores, a romper as barreiras da intolerância política, a proporcionar ao povo o ensejo de cotejar as diretrizes dos partidos e dos seus candidatos aos postos eletivos, possibilitando-o, assim, de fazer melhores escolhas.<sup>151</sup>

Apesar do discurso defensivo, emitido por meio da tribuna da Câmara Municipal de Campo Grande, somado àqueles que eram transmitidos nas páginas da *Brasil-Oeste*, em que se destacavam objetividade, independência política e econômica, seus textos dão possibilidades ao leitor de interpretá-los de forma inversa. Além das críticas, envolvendo as questões relacionadas às terras e colonização de Mato Grosso, outras tantas foram feitas no âmbito da própria organização administrativa do governo Ponce de Arruda, sempre fazendo oposição entre esse “mau governo” e a “visão administrativa” de Fernando Corrêa da Costa.

Esse foi o caso do texto intitulado *Inoperância administrativa*, publicado na sexta edição da revista, novamente sob a assinatura *De um Observador Econômico*. Logo no

---

<sup>151</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 49, junho de 1960, São Paulo (SP), p. 65. Maiúsculas do original.

primeiro parágrafo desse artigo, o autor indicava que o novo governo instalado no Estado de Mato Grosso repetia vícios dos anteriores (com exceção de Fernando Corrêa da Costa), inflando as despesas com o funcionalismo público. Dizia ele:

A despeito das esperanças acalentadas, Mato Grosso está retornando àquêles tempos de antanho em que a ação governamental se exprimia pela atividade única de cobrar impostos e pagar funcionários, em cujos estípidios se consumiram 80,60% da arrecadação do exercício, em 1950.<sup>152</sup>

Esse é o típico caso que acontece, quando um novo grupo político assume o governo de uma determinada região; contratam-se diversos aliados e demitem-se os opositoristas, formando no interior dos governos aquilo que é conhecido como “cargo de confiança”. O autor indica que, com a subida de João Ponce de Arruda ao poder, essa situação se agravava, aumentando os “estípidios” e consumindo mais uma vez boa parte do dinheiro dos cofres públicos.

Abre-se um parêntese, para mostrar que em editorial publicado na edição nº 3 da *Brasil-Oeste*, sob o título *Governos Punitivos*, encontra-se um tipo de crítica velada aos governantes que, quando assumem suas cadeiras, “perseguem” funcionários de administrações anteriores, demitindo-os. O discurso presente nesse texto é importante, pois se aproxima daquilo que Beltrão chama de editorial *preventivo*, ou seja, aquele “se antecipa à realidade, apontando situações”,<sup>153</sup> que acontecem num determinado momento e, nesse caso específico, iriam prejudicar o Estado de Mato Grosso:

Notícias que nos chegam de dois dos Estados onde se renovaram os Governos, em 31 de Janeiro último, adiantam que se desencadeou, neles, ofensiva em regra contra funcionários públicos que contem menos de cinco anos de exercício no cargo. Ao mesmo tempo, iniciou-se, nos referidos Estados, *uma sequência de inquéritos sobre as administrações passadas* [...] [estão cometendo erros os] Governadores empossados em 31 de Janeiro, com a agravante de que não podem justificar seus atos com pretextos de economia para o Erário Público, porquanto, à medida que os preteridos são postos no olho da rua, o lugar vago é preenchido com a nomeação do cidadão eleito pelas preferências do partido dominante... Está evidente, por conseguinte, que a derrubada do funcionalismo tem caráter estritamente político-partidário, e essa diretiva dos novos governantes só pode comprometer os interesses públicos e avivar descontentamentos e desconfianças.<sup>154</sup>

<sup>152</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, nº 6, outubro de 1956, São Paulo (SP), p. 18.

<sup>153</sup> BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo Opinativo*, p. 56.

<sup>154</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, nº 3, março de 1956, São Paulo (SP), p. 01. Os grifos são meus.

Nota-se que a oposição às novas medidas tomadas pelos governadores que iniciavam seus mandatos fica muito clara. Critica-se veladamente Ponce de Arruda, sem citá-lo diretamente, mas a alusão à sua gestão é visível, sobretudo, quando se ressaltam os inquéritos “sobre as administrações passadas”, que remete diretamente às questões envolvendo os problemas de terras e colonização do governo Fernando Corrêa da Costa.

Voltando ao texto anterior, continua o *Observador Econômico*, fazendo seu balancete do governo Arruda, comparando-o com seu antecessor, Fernando Corrêa da Costa:

*Impulsionada a administração do Estado pela probidade, visão do conjunto e operosidade do ex-Governador Fernando Correia da Costa, a longínqua Província do Oeste ganhou relêvo no panorama da ação construtiva dos nossos governos. Os “déficits” orçamentários foram banidos [e] a dívida pública reduziu-se [...] Ao balancear-se o ativo do Govêrno transato em relação aos que o procederam, constata-se que êle foi o mais operoso nesta meia centúria de administração em Mato Grosso.<sup>155</sup>*

A partir daí, o autor cita diversas ações feitas pelo governo de Corrêa da Costa, inclusive no âmbito da colonização, que foi feita “através da cooperação de emprêsas privadas”. Construídos os seus argumentos em favor do representante da UDN, continua a tecer suas críticas ao governador do PSD e pergunta: “Legatário de *tão grande acervo de realizações e empreendimentos*, que fêz o atual Govêrno do Sr. João Ponce de Arruda, neste ano prestes a extinguir-se?” Continua, criticando a descontinuidade das ações iniciadas pela administração anterior, enfatizando, mais uma vez, a questão das terras, dizendo que “as emprêsas colonizadoras *quedam-se estacionárias diante das ameaças* de elementos do Govêrno de que a orientação vai ser modificada completamente”.<sup>156</sup> E completa seu raciocínio com duríssimas críticas:

A atividade governamental neste ano, até agora, tem-se cingido à tarefa de exonerar funcionários, cujos atos já ultrapassam de mais de 3.000, para colocar correligionários do situacionismo e, quando êles não existem, as vagas não se preenchem, deixando-se os cargos acéfalos, como tem acontecido com numerosas escolas rurais.

O Governador [...] quando profere discursos é em tom polêmico para dizer que tudo estava errado, mas não mostra o rumo certo que vai perulstrar. Enquanto isso, modorram alguns milhões de cruzeiros no Tesouro o que vem positivar que estamos à frente de uma inoperância governamental sacrificadora do desenvolvimento do grande Estado, repositário de um extraordinário potencial de riquezas naturais.<sup>157</sup>

<sup>155</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 6, outubro de 1956, São Paulo (SP), p. 18. Os grifos são meus.

<sup>156</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 6, outubro de 1956, São Paulo (SP), p. 18. Os grifos são meus.

<sup>157</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano I, n° 6, outubro de 1956, São Paulo (SP), p. 18.

A partir da análise de textos como esse, creio que o discurso de objetividade jornalística fica enfraquecido, e a inclinação em favor das políticas públicas empreendidas no governo de Fernando Corrêa da Costa apresenta-se muito claramente. Como se nota, é justamente nas críticas ao novo governante, que as comparações com o anterior ficam mais evidentes, pois o parâmetro de “ideal” de governo era aquele representado por Corrêa da Costa: “impecável” na administração e que elevou Mato Grosso a um patamar “jamais atingido” anteriormente.

O tema envolvendo as terras e colonização foi se esgotando com o decorrer dos anos, e, então, na edição nº 42, do mês de novembro de 1959 estampava-se a seguinte manchete: “Fim melancólico da COLONIZAÇÃO (OFICIAL) EM MATO GROSSO, Glebas compromissadas com as companhias postas à venda como terra devolutas”.<sup>158</sup> O título do principal artigo dessa edição era *Tarefa exclusiva da iniciativa particular a colonização no Estado de Mato Grosso*. Esse texto não tinha assinatura mas, ao que tudo indica, foi escrito por Fausto Vieira de Campos, pois alguns trechos de igual conteúdo também se encontravam na obra *Retrato de Mato Grosso*.

Nesse artigo, há uma mistura de revolta em relação às medidas tomadas por João Ponce de Arruda, e forte apelo é dirigido ao governador para que fossem tomadas “medidas justas” em relação ao problema das terras, pois as companhias colonizadoras e diversos investidores estariam sendo afugentados em decorrência de tantas acusações políticas, impasses e entraves envolvendo a colonização.

O autor inicia o artigo tecendo os costumeiros elogios ao ex-governador Fernando Corrêa da Costa. Enfatiza que entre os anos de 1951 e 1955, o “Govêrno de Mato Grosso pôs em prática vasto plano de colonização [...] com o concurso de emprêsas particulares”.<sup>159</sup> Continua o articulista ressaltando que havia garantias e confiança entre o Estado e as companhias colonizadoras. Diz ele, no entanto, numa tentativa de justificar os possíveis descabros daquela gestão, que tal empreendimento (a colonização), traria resultado em longo prazo, sem a rapidez pretendida, nas suas palavras:

Tarefa de tamanha envergadura não podia realizar-se, certamente de um dia para o outro, maximé considerando-se as dificuldades que se apresentam para a movimentação de cargas e gente, na região [...] de Mato Grosso”.<sup>160</sup>

<sup>158</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 42, novembro de 1959, São Paulo (SP). Capa. Maiúsculas do original.

<sup>159</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 42, novembro de 1959, São Paulo (SP), p. 23.

<sup>160</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 42, novembro de 1959, São Paulo (SP), p. 23.

As acusações feitas ao novo governador, João Ponce de Arruda e seus correligionários residiam no fato de que, na visão do articulista da *Brasil-Oeste*, esse grupopositor ao governo de Fernando Corrêa da Costa, formulou as denúncias justamente para “travar” o sucesso que era o modelo de colonização efetuado pelo governador da UDN.

O autor criticava o Estado pelo cancelamento dos contratos de colonização, uma vez que isso afetaria diretamente na arrecadação para os cofres de Mato Grosso, afugentando as empresas colonizadoras. Dizia ele, “[...] a paralisação das atividades das emprêsas colonizadoras [...] gerou o desânimo, com os reflexos os mais desfavoráveis nos negócios de terras devolutas”. Enfatizava ainda que diversos boatos circulavam em outros estados da nação, por conta dos processos judiciais que envolveram a questão da colonização de terras e as acusações que foram feitas contra o governo anterior: “Essas versões, muitas vezes, continham *significação maliciosa*, que punha em xeque a honorabilidade do Govêrno de Cuiabá – pois se dizia, e ainda se diz, que requerimento de terra devoluta só tramita mediante pagamento de *tributação extra-legal*”.<sup>161</sup>

Finaliza o autor fazendo um “apelo” ao governo de Mato Grosso, “em prol de um bem maior”, qual seja, o desenvolvimento do estado mediante atração de capitais, e não o contrário:

[.....] vimos favorecendo contactos com organizações norte-americanas interessadas em investir capitais no Estado de Mato Grosso. Temos, portanto, o maior empenho em manter a confiança nos negócios que se entabulam, e em desenvolver, cada vez mais as relações entre as emprêsas brasileiras e os capitalistas dos Estados Unidos. É preciso que não paire dúvida sôbre a legitimidade dos gravames que oneram as transações com terras devolutas. É preciso que se possa dizer que são legais TODOS os tributos que incidem sôbre elas.<sup>162</sup>

Essa citação deixa evidente que o *investimento associado* entre o capital privado (nacional e estrangeiro) e o público (por parte do Estado) era entendido como o melhor caminho a ser trilhado em benefício de Mato Grosso. Também me parece claro, pois tive a oportunidade de apresentar, exaustivamente, que as reportagens e artigos publicados na revista estavam em consonância com as políticas públicas do governo Fernando Corrêa da Costa, mesmo que essa consonância de ideias fosse veementemente negada pelos diretores do mensário.

---

<sup>161</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 42, novembro de 1959, São Paulo (SP), p. 24. Os grifos são meus.

<sup>162</sup> Revista *Brasil-Oeste*, ano V, nº 42, novembro de 1959, São Paulo (SP), p. 24.

Apresentei apenas alguns dos numerosos textos em que o governador João Ponce de Arruda foi duramente criticado pelos articulistas da revista *Brasil-Oeste*, sobretudo, no âmbito das questões envolvendo a colonização de terras, que seguia em caminho contrário àquilo que era considerado *ideal*, ou seja, a parceria com as colonizadoras de terras. Ponce de Arruda abandonou o modelo anterior, retirando o Estado de Mato Grosso do plano da colonização associado às empresas particulares, isso foi encarado como uma atitude condenável pelos diretores e articulistas da revista. Quando Fernando Corrêa da Costa voltou a ocupar o cargo de governador no Estado de Mato Grosso, a postura editorial da *Brasil-Oeste* continuou com discurso consoante ao dele. Nos anos de 1960, no entanto, mudou-se o foco no plano de políticas públicas para o desenvolvimento da região: o fortalecimento da CIBPU; a construção de hidrelétricas, estradas de rodagem e telefonia deviam ser os objetivos a ser alcançados pelos mato-grossenses para que se atingisse finalmente o *status* de progresso já conquistado por outras regiões do país, sobretudo o Estado de São Paulo, a colonização já não estava mais no primeiro plano das reportagens da *Brasil-Oeste* e, possivelmente, da política do governo estadual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos capítulos apresentados nesta dissertação, certamente, não pude contemplar todo o universo que cercava a história da *Brasil-Oeste*, no entanto, tentei demonstrar como as relações externas à sala de redação desse impresso periódico de alguma forma influenciaram aquilo que estava na pauta editorial da revista.

Inicialmente, apresentei alguns aspectos da imprensa no período que compreende a década de 1950. Conforme demonstrei, o discurso de industrialização e modernização do país, sobretudo no governo JK, também acabaram por influenciar a imprensa, tanto em relação aos avanços técnicos, quanto no que diz respeito ao aprimoramento da profissão jornalística.

Mostrei que o discurso central da imprensa brasileira era o da objetividade em relação aos fatos do cotidiano. Buscava-se o afastamento da influência política que maculava as páginas dos jornais. Para isso, foi preciso uma revisão metodológica no ofício do jornalismo, e as conjunturas nacionais e internacionais colaboraram para isso. Desde o período inicial do século XX, havia uma tentativa em se afastar do debate eminentemente político, pois a dinâmica do mercado se modificava e as páginas dos impressos periódicos precisam também se adequar ao processo contínuo de mudanças.

Após a Segunda Guerra Mundial, intensificou-se o processo de transformações no jornalismo brasileiro. Pois, além de o Brasil ter se alinhado aos Estados Unidos no pós-guerra, em termos de Estado para Estado, o jornalismo também não ficou alheio a essa influência marcante, e iniciava-se um novo momento na prática do jornalismo brasileiro. As paixões políticas precisavam ser deixadas um pouco de lado para que se buscasse uma objetividade e neutralidade maior daquele ofício, e passava-se a dar uma maior ênfase aos aspectos econômicos da sociedade.

No entanto, o jornalismo brasileiro nunca ficou totalmente alheio à influência da política, especialmente no que diz respeito à questão financeira. Pois se a imprensa tirava proveito de um crescente aumento da publicidade e propaganda, para a maioria dos jornais e



revistas do país, a atividade jornalística ainda era penosa e havia muitas dificuldades financeiras.

Pude mostrar que o papel das revistas agronômicas no mercado revisteiro era muito importante, visto que se intensificava o processo de mecanização no setor da agropecuária, atraindo muitos investidores para as páginas desse segmento do jornalismo, por meio da publicidade. Como foi possível perceber, houve também a ampliação da comunidade de leitores, pois o fazendeiro precisava estar informado sobre as novidades do mercado.

Acredito que, em decorrência desses e também de outros fatores, Fausto Vieira de Campos encontrou no Estado de Mato Grosso um lugar favorável para lançar uma revista de segmento agrônomo, enfatizando as questões políticas e econômicas daquela região. Vale lembrar que as relações que ele foi construindo no âmbito de sua vida pessoal e profissional acabaram por levá-lo a trabalhar como assessor de imprensa do governador Fernando Corrêa da Costa. Isso significa dizer que as conjunturas políticas foram favoráveis para o seu projeto, pois foi justamente sob os “auspícios” do Estado que conseguiu publicar sua obra *Retrato de Mato Grosso*, que acabou por elevá-lo à condição de jornalista que “trabalhava em prol” de Mato Grosso.

Nos prefácios das três edições de sua obra, Fausto Vieira de Campos enfatizava a sua “paixão” pelo Oeste do país e entendia que, na sua condição de jornalista, devia “fazer algo” mais por aquela região. Daí “surgiu” a ideia de lançar a revista *Brasil-Oeste*. Nesse sentido, é possível supor que: o sucesso daquele segmento editorial de tipo agrônomo; a ausência de uma revista de fôlego em Mato Grosso; as fortes relações políticas que construiu nos primeiros anos da década de 1950; somados ao “anseio” que Campos dizia carregar consigo para “livrar” aquele espaço do Brasil do esquecimento, parecem terem sido fatores primordiais para a construção de tal projeto.

A rede de correspondentes organizada por Fausto Vieira de Campos certamente foi importante para o sucesso e propagação da revista. Como pude mostrar, eles estavam espalhados em diversos cantos do país, sobretudo, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Diversas personalidades influentes de Mato Grosso participaram direta ou indiretamente da *Brasil-Oeste* e alguns deles, correspondentes ou colaboradores, exerceram importante papel na história da revista e de fato contribuíram muito para o seu sucesso, tal como foi o caso de Edson Nogueira Paim e Oswaldo Junqueira, por exemplo, dentre outros.

Como foi mostrado, em relação às fontes de financiamento, reside a dificuldade maior para todos aqueles que pesquisam a imprensa, justamente pela escassez de documentação que dizem respeito à administração das empresas jornalísticas, sobretudo quando se trata de uma firma de pequeno ou médio portes. No entanto, creio ter sido possível entender um pouco o processo de alimentação financeira da *Brasil-Oeste Editôra*, pois, ao que tudo indica, foram significativos os fundos angariados, sobretudo aqueles da publicidade e, em menor medida, da venda de assinaturas da revista. No entanto, a ajuda do Estado e dos municípios também se fez presente, pois na compra de exemplares da revista e do livro *Retrato de Mato Grosso*, ou então, por meio de publicidade e reportagens especiais.

Não foi possível saber, no entanto, em que medida a colaboração estatal financiou esse projeto. Formalmente, a editora estava totalmente sob o controle da família Campos. O discurso oficial, presente em toda a história da revista, foi de completa independência financeira e política, reiteradas pelo sócio-diretor Fausto M. G. V. de Campos quando me respondeu sobre o tema.

Como foi demonstrado, um periódico não é construído por uma única pessoa, existe um grupo que ali se reúne, que compartilha com o projeto editorial ali traçado, e que pretende representar determinados interesses. Dadas as relações construídas no início da década de 1950, e o sucesso obtido depois da primeira edição de *Retrato de Mato Grosso*, Fausto Vieira de Campos conseguiu atrair pessoas (ou foi atraído por elas) que compartilhavam com aqueles objetivos.

Parece-me claro, no entanto, que apesar das constantes declarações de independência jornalística, a *Brasil-Oeste* não poderá, assim como qualquer jornal ou revista, ser entendida como um periódico impresso isento de subjetividade, pois o próprio projeto empreendido ali, representado especialmente pelo *manifesto-programa*, indicava que havia algo que extrapolava a objetividade. No entanto, isso não pode ser encarado como algo atípico na imprensa brasileira, que foi construída em meio a paixões.

As paixões e os nacionalismos da década de 1950 foram muito marcantes no Brasil, especialmente pelo discurso de desenvolvimento; pela extensão da campanha rumo ao oeste, iniciada por Getúlio Vargas; pela industrialização, pela mecanização da agricultura, entre outros temas que estavam muito latentes naquele período, e foram intensificados na gestão presidencial de JK. Certamente, os mandatários mato-grossenses não queriam ficar de fora dessa onda desenvolvimentista.

Desse modo, a revista *Brasil-Oeste* foi um importante canal de divulgação de ideias mato-grossenses, mas, sobretudo, ideias do que era encarado como desenvolvido naquele momento, fossem elas no âmbito da agricultura, da pecuária, da infraestrutura; e claro, da ocupação efetiva dos espaços ainda “vazios”, por meio da colonização de terras associada entre o Estado e a iniciativa privada, intensificada pelo primeiro governo de Fernando Corrêa da Costa (1951-1956).

Quando João Ponce de Arruda subiu ao poder, a dinâmica de colonização mudou radicalmente e tomou corpo a onda de escândalos, envolvendo o governo de Fernando Corrêa da Costa, no que tange aos negócios envolvendo as terras de Mato Grosso e a posição política da *Brasil-Oeste* não ficou imune a essas disputas. A direção e o grupo de articulistas que participavam daquele projeto editorial não se conformavam com as acusações dirigidas à gestão anterior, pois entendiam que naquelas denúncias havia muito mais interesses políticos do que uma tentativa de fazer o melhor para a região.

Do ponto de vista dos textos escritos na revista, as investigações sobre alienação de terras teriam afastado sobremaneira os investidores para aquela região. Ponce de Arruda foi acusado de acabar com um tipo de projeto que tinha impulsionado Mato Grosso rumo ao desenvolvimento. Ele retirava a função do Estado como agente associado, e também fiscalizador daquelas empresas particulares.

Na opinião de Fausto Vieira de Campos, João Ponce acabou piorando a situação, pois a partir de então, qualquer um poderia colonizar como bem entendesse, desde que pagasse ao Estado os valores pertinentes às áreas compradas, e isso gerava insegurança também para as empresas sérias que ali se instalavam.

Os partidos políticos, PSD e UDN travavam, já há algum tempo, uma batalha pelo poder no Estado de Mato Grosso. Na *Brasil-Oeste*, como foi demonstrado, havia uma parte dos colaboradores que eram ligados à União Democrática Nacional. Não posso dizer com certeza que discussões estavam sendo feitas no interior da redação da revista sobre tal tema, mas a julgar por aquilo que saía nas páginas do mensário, a inclinação udenista era evidente, consciente ou inconscientemente, desse fato. Por mais que Fausto Vieira de Campos argumentasse que eles não tinham posições políticas, seu evidente descontentamento com a gestão do PSD; a parceria com diversos filiados da UDN; seu histórico no governo Fernando Corrêa da Costa; o fomento conseguido para publicar a primeira edição de *Retrato de Mato Grosso*: tudo isso “depunha” contra o jornalista que, certamente, recebia críticas dos

pessedistas e, por esta razão, buscou se explicar frente ao seu público leitor por algumas vezes.

No que diz respeito à sua associação com as empresas colonizadoras *Departamento Imobiliário do Oeste Brasileiro Ltda.* e a *Colonizadora Norte Mato Grosso Ltda.* que, em momentos distintos, dividiram a mesma sala da redação da editora que produzia a revista e, ao mesmo tempo, figuraram dentre as maiores anunciantes da *Brasil-Oeste*, isso é algo que de fato inquieta. Infelizmente, não consegui descobrir se Fausto Vieira de Campos estava associado a essas empresas, no entanto, a julgar pelo histórico do Contrato Social da *Colonizadora Norte Mato Grosso Ltda.*, seu nome jamais foi mencionado formalmente. Em relação ao *Departamento Imobiliário do Oeste Ltda.*, nada consegui encontrar.

Ora, se um dos aspectos encarado como ideal para o desenvolvimento do oeste brasileiro era a colonização associada entre o poder público e o capital privado, essa tendência em proteger ou defender os interesses das colonizadoras de terras, fundamentais para a sobrevivência do periódico, especialmente por meio de anúncios publicitários, não causa surpresa alguma levando em consideração o direcionamento editorial da revista.

Conforme tive oportunidade de dizer no terceiro capítulo, os textos publicados num periódico não refletem somente os valores defendidos por seus dirigentes, pois “há financiadores [...] existem anunciantes [...] além de braços do aparelho burocrático do Estado que exercem grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exercem no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro”.<sup>1</sup>

No terceiro capítulo citei uma afirmação feita por Alcir Lenharo, que colocava em cheque os objetivos reais da revista, em que ele dizia que a *Brasil-Oeste* foi utilizada como um canal para negociatas de terras. A partir disso, lancei a seguinte questão: é possível reduzir toda a história dessa revista a isso?

Não quero aqui julgar a inocência ou condenação da revista, pois como escreveu certa vez Lucien Febvre, “o historiador não é um juiz”.<sup>2</sup> No entanto, creio que seria um exagero reduzir a história desse impresso a um mero canal para negociatas de terras. Conforme destaca Hobsbawn, embora em contexto bem diferente, “mesmo o homem de negócios mais limitado à procura do lucro [...] jamais pode ser tratado exclusivamente como uma máquina de ganhar dinheiro. Ele não fica imune aos apelos políticos, emocionais,

---

<sup>1</sup> MARQUES DE MELO, José, *A opinião no jornalismo brasileiro*

<sup>2</sup> FEBVRE, Lucien, *Combates pela história*.

ideológicos, patrióticos ou mesmo raciais”.<sup>3</sup> A história da trajetória profissional de Fausto Vieira de Campos e da revista *Brasil-Oeste* tem muito daquilo que sempre esteve presente na imprensa brasileira até aquele momento histórico: um pouco de paixão, de amadorismo, busca de afirmação profissional (e aí pode ser incluída a questão da objetividade e neutralidade do discurso jornalístico), dependência política, crises financeiras, oportunidades de mercado, entre outros aspectos.

É evidente que não havia a total objetividade dos fatos, à qual se refere Fausto M. G. V. de Campos, de modo tão enfático até mesmo nos dias atuais, quarenta e quatro anos depois do último exemplar da revista *Brasil-Oeste*. Mas é válido dizer que até aquele momento histórico, nenhum projeto jornalístico do mercado revisteiro teve tamanha repercussão e sucesso pelos lados do então enorme Estado de Mato Grosso.

A rigorosa neutralidade do discurso jornalístico enunciada pelos Campos não pôde ser efetivamente praticada na sua ação, tanto do ponto de vista político, quanto do ponto de vista econômico, haja vista as diversas influências do contexto histórico. Certamente, houve uma forte defesa da gestão de Fernando Corrêa da Costa, muito em conta do histórico pessoal dos Campos, mas também pelo modelo de colonização e desenvolvimento defendido pelos diretores da *Brasil-Oeste* e pelo governo da UDN.

Diversas são as questões que ainda devem ser estudadas sobre essa revista. A pesquisa que aqui fiz resume apenas uma faceta, dentre muitas, de um determinado período, da longa história desse periódico, que esteve em circulação por doze anos, publicou 123 exemplares e vendeu mais de 1.500.000 (um milhão e meio de exemplares).

Acredito que a forte crise que se instalou no Brasil nos anos de 1960, tanto do ponto de vista econômico quanto político, e que afetaram fortemente a imprensa, mais o fato de que boa parte dos seus anunciantes vinha do setor das colonizadoras de terras, que sumiram de suas páginas nos últimos anos de circulação, (provavelmente em razão da mudança do direcionamento estadual a partir do governo de Pedro Pedrossian, no que tange a tal questão, quando foi excluído o Departamento de Terras e Colonização), foram os principais responsáveis por seu declínio e extinção.

Em resumo, creio que a publicidade e a política, tal como já citaram os diversos autores especializados no estudo da imprensa no Brasil, devem ser cuidadosamente analisadas

---

<sup>3</sup> HOBBSAWN, Eric, *A era dos impérios (1875-1914)*, p. 94-95.

quando tomamos revistas ou jornais como fonte e objeto de pesquisa, tendo em vista que existem influências de ordem conjuntural entre o periódico estudado com os fatores externos que extrapolam suas páginas e jamais poderão ser deixados de lado numa análise desse porte. Tentei mostrar justamente isso por meio da análise que aqui apresentei.

## FONTES

### **Impressas:**

ANUÁRIO brasileiro de imprensa. Rio de Janeiro: Empresa Jornalística PN, 1957. Ano 17.

AYALA, Cardoso; SIMON, Feliciano. *Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso (EEUU do Brasil)*. Corumbá-Hamburgo, 1914.

CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*. 1. ed. São Paulo: Brasil-Oeste Editôra, 1955.

\_\_\_\_\_. *Retrato de Mato Grosso*. 2. ed. São Paulo: Brasil-Oeste Editôra, 1960.

\_\_\_\_\_. *Retrato de Mato Grosso*. 3. ed. São Paulo: Brasil-Oeste Editôra, 1969.

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA “LUIZ DE QUEIROZ”. *Universidade de São Paulo - 75 anos: contribuição da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”*. Piracicaba: Serviços de Produções Gráficas/ ESALQ, 2009.

QUEM é quem no Brasil. São Paulo: Sociedade Brasileira de Expansão Comercial, 1961. v. 6.

QUEM é quem no Brasil. São Paulo: Sociedade Brasileira de Expansão Comercial, 1963. v. 7.

SÍNTESE da epopéia patriótica do jornalista e professor Fausto Vieira de Campos. [Documento digital, 1f. s.a; s.d; sem local de produção. Pertencente ao acervo pessoal de Fausto Moraes Godoy de Campos].

### **Jornais e revistas:**

*Folha da Manhã*, domingo, 9 de abril de 1933, São Paulo (SP).

*Folha da Manhã*, quinta-feira, 13 de setembro de 1956, São Paulo (SP).

*Folha da Manhã*, sábado, 21 de maio de 1955, São Paulo (SP).

*Folha da Manhã*, sábado, 4 de junho de 1955, São Paulo (SP).

*Folha da Manhã*, sexta-feira, 17 de junho de 1955, São Paulo (SP).

*Folha de S. Paulo*, sábado, 21 de fevereiro de 1976, São Paulo (SP).

Revista *Brasil-Oeste*. Coleção completa, 123 edições (1956-1967). São Paulo: Brasil-Oeste Editôra Ltda.

Revista *Chácaras e Quintais*, ano 46, v. 92, 1955. São Paulo: Editora Chácaras e Quintais Ltda.

Revista *Chácaras e Quintais*, ano 47, v. 93, 1956. São Paulo: Editora Chácaras e Quintais Ltda.

*Revista d'Oeste*, ano 2, n. 2, janeiro de 1950. Campo Grande.

Revista *Mundo Agrícola*, ano 7, setembro de 1958. São Paulo: Editôra Mundo Agrícola.

Revista *Mundo Agrícola*. São Paulo, ano 13, junho de 1964. Editôra Mundo Agrícola.

### **Entrevista:**

Entrevista com Fausto Moraes Godoy Vieira de Campos feita por correspondência eletrônica através de questionário elaborado em 19/05/2010 e respondido em 27/05/2010.

### **Demais fontes:**

Ata nº 844, da sessão de 11 de junho de 1958. In: Livro de atas da Câmara Municipal de Campo Grande, 1957 a 1959, f. 154. (Arquivo da Câmara Municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul).

Ata nº 1129, da sessão de 22 de outubro de 1960. In: Livro de atas da Câmara Municipal de Campo Grande, 1960, v. 2, f. 17. (Arquivo da Câmara Municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul).

Certidão Simplificada da Colonizadora Norte Mato Grosso Ltda. Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá (MT).

Contrato Social de Brasil-Oeste Editôra Ltda (certidão completa – ano de 1957). Junta Comercial de São Paulo (SP).

Contrato Social de Brasil-Oeste Editôra Ltda (alteração na certidão original – ano de 1964). Junta Comercial de São Paulo (SP).

Lei nº 941, da sessão de 14 de novembro de 1961. In: Livro de atas da Câmara Municipal de Campo Grande, 1961, v. 3. (Arquivo da Câmara Municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul).

MATO GROSSO, Governo de. Mensagens dirigidas à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, referente ao ano de 1948. Cuiabá (MT).

MATO GROSSO, Governo de. Mensagens dirigidas à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Governador Fernando Corrêa da Costa, referentes aos anos de 1952, 1953, 1954, 1955. Cuiabá (MT).



MATO GROSSO, Governo de. Mensagens dirigidas à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Governador João Ponce de Arruda, referentes aos anos de 1956 e 1959. Cuiabá (MT).

MATO GROSSO, Assembleia Legislativa de. Moção n° 7/69. Autor: Deputado René Barbour. Sessão de 27 de agosto de 1969.

SENADO FEDERAL. Requerimento n° 294, de 01 de julho do ano de 1955. Apresentado pelo Senador Heitor Medeiros. Publicado em 02/07/1955 no Diário do Congresso Nacional, Sessão II, p. 1592.

**Sites acessados:**

<http://bd.folha.uol.com.br/>

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xingu/1539>.

<http://www.acletrasms.com.br/lersuplem.asp?IDSupl=290>

<http://www.jornalistasp.org.br>.

<http://www.sinpro-rs.org.br/extraclasse/mai07/entrevista.asp>.

<http://www.tjms.jus.br>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves *et al.* (Org.). *Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- \_\_\_\_\_. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. 1996. In: ABREU, Alzira Alves *et al.* (Org.). *Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coordenadores). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC, 1984.
- ALBANEZ, Jocimar Lomba. *Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária: extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)*. 2003. 158f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. As relações econômicas internacionais do Brasil dos anos 1950 aos 80. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 50, n. 2, p. 60-79, 2007.
- AMARILHA, Carlos Magno M. *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*. 2006. 252f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 2007.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BITTAR, Marisa. *Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso*. *Multitemas – Periódico das comunidades departamentais da UCDB*, Campo Grande, n. 15, p. 93-124, out. 1999.
- BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul – a construção de um estado: regionalismo e divisionismo no Sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. 2 v.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEU, Pierre, A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: a revolução francesa na historiografia*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CALDEIRA, Rodrigo C. *O influxo ultramontano no Brasil e o pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira*. 2005. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões). Universidade Federal de Juiz de Fora.

CAPELATO, Maria Helena R; DUTRA, Eliana Regina de F. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (Org.). *Representações*. Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Lígia C. *O Bravo Matutino*. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CAVALARI, Rosa Maria F. *Integralismo*. Ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: EDUSC, 1999.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

\_\_\_\_\_. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Brasília: Ed. UNB, 1999.

\_\_\_\_\_. *Defensa e ilustración de la noción de representación*. [Mimeo].

\_\_\_\_\_. *Do livro à leitura*. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

\_\_\_\_\_. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Ed. UNESP: 2004.

\_\_\_\_\_. *O Mundo como representação*. *Estudos Avançados*, vol.5, n°11, Jan./Abr. 1991.

CORRÊA, Ana Maria Martinez. Prefácio. In: LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CRUZ, Heloísa F.; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 235-270, dez. 2007.

DARNTON, Robert. O que é a história dos livros? In: \_\_\_\_\_. *O Beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. (Org.). *Revolução impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSC, 1996.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS Ana Luíza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

ELIAS, Norbert, *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.

FARIA, Maria A.; ZANCHETTA JUNIOR, Juvenal. *Para ler e fazer o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto: 2002.

- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- FERREIRA, Luzmara C. *Prática de leitura: os limites instaurados pela materialidade do suporte de textos revista*. 2003. 158f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras. UNESP – Araraquara.
- FERREIRA, Marieta Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GALETTI, Lylia S. G. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, 2000. 385f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo.
- GARDIN, Cleonice. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai no planejamento regional brasileiro (1951-1972)*. Dourados: Ed. UFGD, 2009.
- GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- HEIZ, Flávio M. Do uso do *Who's Who* e de outros dicionários biográficos na construção de biografias coletivas das elites sociais e políticas do Brasil Contemporâneo. *Barbarói*. Santa Cruz do Sul, n. 10, p. 49-60, jan-jun, 1999.
- HOBBSAWN, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- IANNI, Octávio. *Ditadura e Agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- LE GOFF, Jacques, *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LEITE, Eudes Fernando. *Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia, nos entremeios de uma pretensa revolução*. Dourados: Ed. UFGD, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Reforma Agrária nas páginas da revista Brasil-Oeste*. *Revista Científica*, Campo Grande, v. 02, n. 02, p. 68-72, 1995.
- LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n° 12, p. 47-64. 1986.
- \_\_\_\_\_. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Os anos 30*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1999.
- LOPES, Ana Paula O. Álbum Gráfico de Matto-Grosso: percorrendo os caminhos, criando tessituras. *Revista Territórios e Fronteiras*, v.3, n. 2, jul-dez, 2010, p. 183-211.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos Periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. *Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS Ana Luíza (Org.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. *Imprensa e cidade*. São Paulo: UNESP, 2006.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Fernanda Quixabeira. “*Nós Somos Jovens*”: Um problema no presente e uma esperança de futuro na Cuiabá dos anos 1950 e 1960. 2006. 175f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

MARQUES DE MELO, José. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras. *História*. São Paulo, 22 (1): 59-79, 2003.

\_\_\_\_\_. Imprensa em tempos de Império. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP, 2008.

MATTEI, Roberto de. *O cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Editora Civilização, 1997.

MENEZES, Maria Lucia Pires. Parque indígena do Xingu: efeitos no modo de vida urbano e na urbanização no território indígena. *Novos Cadernos NAEA*, v. 11, n. 2, p. 183-196, dez. 2008.

MEUCCI, Simone. Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 31-66, Jan/Jun, 2007.

MORAES, Letícia N. de Góes. *A dança efêmera dos leitores missivistas na revista Realidade (1966-1968)*. 2001. 214f. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH/USP, São Paulo.

MORENO, Gislaíne, *Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)*. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2007.

NAGLIS, Suzana Gonçalves B., “*Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto*”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). 2007. 118f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

- NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: Ed. Vértice, 1988.
- OLIVEIRA, Benícia C. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937 a 1945)*. 243f. Dissertação (Mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis.
- OLIVEIRA, Carlos E., *Família e natureza*. As relações entre famílias e ambiente na construção da colonização de Tangará da Serra-MT. 2002. 244f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 7-16.
- RIBEIRO, Ana Paula G. A imprensa da independência e do primeiro reinado: alguns apontamentos. *Pauta Geral*, 9, p. 17-32. 2007.
- RIBEIRO, Ana Paula G. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro nos anos 50? *Contracampo*: revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, Niterói, v.4. 1999.
- RIBEIRO, Ana Paula G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos* - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, v. 31, p. 147-160, 2003.
- RIBEIRO, Ana Paula G. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: e-papers, 2007.
- RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: e-papers, 2004.
- RODRIGUES, José H. *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- SANTOS, Marcelo Henrique P. Roberto de Oliveira Campos. Homem de ação do governo Castelo Branco. *São Paulo Perspec.* [online]. 2000, vol.14, n.2, p. 112-121.
- SARETTA, Fausto. Octavio Gouvêa Bulhões. *Estudos Avançados*, 15 (41), p. 111-125, 2001.
- SCHALLENBERGER, Ereneldo; SCHNEIDER, Iara Elis. Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial – ações de governo e dinâmica do capital. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, set/dez. 2010, p. 202-222.
- SILVA, Helenice R. A história como representação do passado: a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (Org.). *Representações*. Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000.
- SILVA, Ricardo. Planejamento econômico e crise política: do esgotamento do plano de desenvolvimento ao malogro dos programas de estabilização. *Revista de Sociologia e Política*, n. 14, p. 77-101, jun. 2000.

- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- SOUTO MAIOR, Luiz A. P. Brasil-Estados Unidos: desafios de um relacionamento assimétrico. *Rev. Bras. Polít. Int.* 44 (1): 55-68, 2001.
- SOUZA, Jorge Pedro. *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Chapecó: Grifos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- VASCONCELOS, Cláudio A. de. *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*. 1986. 161f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Assis.
- ZANOTTO, Gisele. *É o caos!!! A luta anti agro-reformista de Plínio Côrrea de Oliveira*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- ZORZATO, Osvaldo. Alicerces da identidade mato-grossense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 161, p. 419-436, jul./set. 2000.
- ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998, 181f. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, São Paulo.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 15 de julho de 2011.

---

Eduardo de Melo Salgueiro